HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 12

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 12
Ceará

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Apresentação 9
Considerações Metodológicas 15
Ai dos vencidos 25

ENTREVISTAS

Tenente-Brigadeiro-do-Ar Murillo Santos 27
Major-Brigadeiro-do-Ar Rui Barbosa Moreira Lima 39
General-de-Divisão Luiz Augusto Cavalcanti Moniz de Aragão 91
General-de-Divisão Théo Espindola Basto 125
General-de-Brigada Gentil Nogueira Paes 137
General-de-Brigada Adalberto Bueno da Cruz 147
Coronel Petrônio Maia Vieira do Nascimento e Sá 159
Coronel Francisco de Andrade Garcez 173
Coronel Francisco Sobreira de Alencar 181
Coronel José Firmino Dias Lopes 195
Tenente-Coronel Artur de Freitas Torres de Melo 205
Tenente-Coronel Affonso Taboza Pereira 215
Major Geraldo Nogueira Diógenes 227
Advogado Juvenal Antonio Araújo de Arruda Furtado 235
Desembargadora Águeda Passos Rodrigues Martins 243
Economista Paulo Roberto Coelho Pinto 251

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, Rio de Janeiro–RJ, Belo Horizonte–MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado "revanchismo".

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;
— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e
— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.

— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados” e da “Folha Registro de Entrevistas”, esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, “deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles”. Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

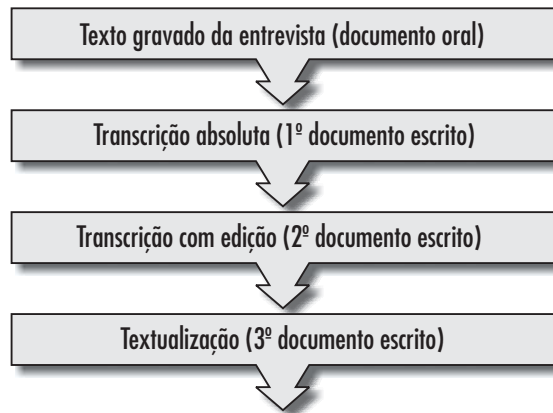
escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

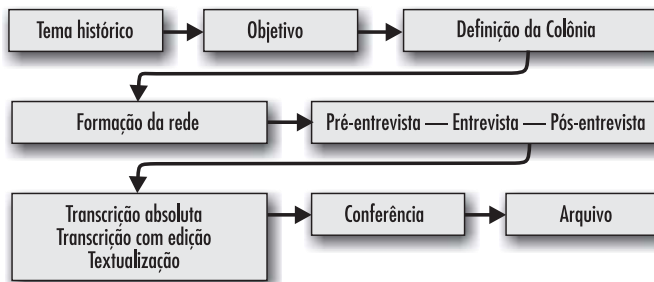
A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

Ai dos vencidos*

A poderosa mídia oficial que, durante mais de 20 anos, enalteceu e justificou a contra-revolução militar de 31 de março de 1964, cospe agora, com cara de nojo, no prato que comeu. Desde muito antes até pouco depois do período em que os militares estiveram no Poder, quando ainda tentava ser independente e tinha firme liderança, sempre afirmou que a derrubada de Jango e seus pelegos era em defesa da democracia contra um golpe de estado, cujo objetivo estava na submissão do Brasil a uma ditadura do proletariado. Os mesmos que admitiram ter até participado do movimento em entusiásticos editoriais enchem agora a boca para falar em retrocesso e não se cansam de maldizer as Forças Armadas.

Foi, de fato, um longo regime de exceção e, como tal, apresentou as falhas inerentes a qualquer sistema autoritário, em termos do inadmissível cerceamento de liberdades e dos muitos inocentes que se tornaram vítimas inevitáveis dos excessos cometidos. Mas não é este o motivo de nossos comunas rosnarem suas frustrações, mas sim porque eles sabem ser impraticável, hoje, concretizar suas antigas obsessões, graças àquela intervenção. Explica-se, assim, o ressentimento contra o Brasil fardado.

Quando os americanos liberaram documentos que explicam como a Casa Branca acompanhou os acontecimentos há 40 anos, as esquerdas se comportaram como se o Kremlin não estivesse fazendo a mesma coisa, da forma que podia, pelos verdadeiros golpistas. Ainda que tamanha obtusidade fosse factual, como esperavam que Washington visse o movimento militar? Evidente que era a favor, ora essa. Nem precisava nos entregar a papelada. Gordon contava tudo a Johnson? Claro; para isso servem os embaixadores. Os Estados Unidos eram a favor? Óbvio; porque americano

---

* Artigo publicado, em 7 de abril de 2004, no *Jornal do Brasil*, onde o escritor Antonio Sepulveda escreve às quartas-feiras.

nunca fez graça para comunista. Dispostos a ajudar? Certamente; pois era assim que as coisas funcionavam na guerra fria. Lembremo-nos de que os soviéticos não hesitaram em interferir na Hungria e na antiga Checoslováquia. Os americanos, afinal de contas, fizeram o quê? Nada, porque nada lhes foi pedido.

O fato inequívoco é que os brasileiros tratamos de tudo sozinhos num dos maiores consensos políticos da nossa história. O resto é hipocrisia de um bando de sacripantas que dizem haverem lutado contra a ditadura, quando, na verdade, foi a ditadura que lutou contra eles; e, por causa deles, cometeram-se erros deploráveis. Autoproclamavam-se idealistas, e o ideal que acalentavam era transformar o Brasil numa Cuba.

Acontece que havia gente de bem, que era contra aquela sublimidade toda e lutou para impedi-la. Reagiram com determinação. Nada mais. Quem acredita nessa lorota de que os meninos estavam a estudar postos em sossego, e os "marighellas" a cismar altas políticas, mas, de repente, descobriram que havia uma ditadura no Brasil e pegaram em armas? Negativo. Aquela gente tinha um propósito sinistro muito bem definido. E hoje sabemos que estavam errados.

Os militares agiram na hora certa e evitaram um cenário muito pior, dominado por um regime odioso que só causou o mal por onde passou. Assim fez o General Franco na Espanha, Pinochet no Chile, e assim fizeram os coronéis na Grécia. Agora, os marxistas tupiniquins podem dizer e escrever o que quiserem, porque, atualmente, são, todos eles, muito democratas. Mas o tempo não volta atrás. Perderam a única chance tangível que tiveram. Foram vencidos.

Antonio Sepulveda

Tenente-Brigadeiro-do-Ar Murillo Santos

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro/RJ.
- Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica, o da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), o da Universidade do Ar, o do *Industrial College of the Armed Forces,* nos Estados Unidos e o *Royal Air Force Staff College,* na Grã-Bretanha.
- Especializou-se na Área Operacional em Bombardeiros, Transporte Aéreo, Helicópteros (patrulha e anti-submarino), na Logística e, também, na Área de Ensino.
- Exerceu as funções de Instrutor na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, na Academia da Força Aérea e na Escola de Estado-Maior da Aeronáutica. Comandou o Esquadrão de Transporte e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.
- Integrou o Esquadrão de Vôo no Congo Belga, atualmente República do Congo e serviu em diversas unidades dos Comandos Aéreos Regionais.
- Como oficial-general, foi Comandante do Comando Aéreo de Treinamento; Chefe do Estado-Maior e Comandante do Comando Geral de Apoio; Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica e Conselheiro Militar da Missão do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU).
- Foi Chefe de Gabinete do Ministro da Aeronáutica (Governo Sarney).
- Em 1964, era Capitão e servia na Base Aérea de Santa Cruz/RJ. Foi, nesse mesmo ano, nomeado Ajudante-de-Ordens do Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

Entrevista realizada na Coordenadoria do Rio de Janeiro e Minas Gerais, em 21 de março de 2002.

Quero dizer da grande honra em estar aqui no Exército que também é a minha Casa, que é a nossa Casa. A Casa do Soldado, seja ele da Terra ou do Ar. E a importância que isso terá no futuro evidentemente só a visão de estadista, a visão histórica, é que pode avaliar. Espero que a minha contribuição possa validar algumas das condicionantes que levaram a nossa Revolução de Março de 1964, da qual alguns se envergonham, mas muitos outros não têm coragem também de dizer que ela não foi tão revolucionária quanto gostaríamos. De maneira que meus cumprimentos ao Exército Brasileiro por tal iniciativa e os meus agradecimentos por esta oportunidade singular.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Pouca coisa nos antecedentes e na eclosão; alguma participação próxima do primeiro Governo, como Ajudante-de-Ordens do Presidente Castello Branco.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

As raízes distantes, mas constantes há anos, colocam a ideologia comunista e a anticomunista. Ambas confundem-se, por vezes, com as posturas da política nacional em seus aspectos econômicos socialistas e capitalistas e também os movimentos políticos militares dos anos 1930, 1940 e 1950.

O senhor julga que a guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

A guerra fria está presente em todas as posturas políticas em nosso País com ou sem tal nome, mas, muito visível.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?

Panorama político brasileiro anterior a 1964 pode ser muito longo, observa-se certa constante no seguinte:

– A participação ou ação de militares em certos momentos da vida nacional – 1889, 1922, 1924, 1930, 1932, 1935, 1945, 1955, 1961.

– O panorama político encontrava, como quase sempre, e até hoje, políticos alinhados com o governo, em troca de vantagens pessoais, e outros, chamados de oposição, por não usufruírem de tais vantagens. O panorama político é o mesmo, isto é, os partidos estão a reboque de seus líderes e candidatos, pois aqueles não

têm ideários e estes jogam com sua força pessoal, isto é, em entidades ou países sem estrutura e sistema, os homens são seguidos ou são responsabilizados por tudo que acontece.

– Falamos em democracia, desde então, mas não a praticamos. Acomodamo-nos com os executivos fortes... desde que sejam nossos amigos.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Havia, entre políticos de oposição (UDN) e entre boa parte dos militares mais politizados, um clima de desconfiança, insegurança e insatisfação conseqüente contra o Presidente João Goulart. Outrossim, pela postura estatal do Governo, as forças econômicas também a ele se opunham.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao governo deposto em 1964?

A Igreja católica, naquela ocasião, preocupava-se com a sobrevivência religiosa cristã – podendo imaginar que a mudança para um regime comunista, por seu conhecido e condenável materialismo, sufocaria o catolicismo.

O senhor poderia falar sobre as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze" e outros movimentos semelhantes?

Não conheço o assunto – só por ouvir dizer – mas me lembro das ações das "Ligas Camponesas" de Francisco Julião no Estado de Pernambuco de Miguel Arraes – modelo revolucionário sem perspectiva estratégica. "Grupo dos onze" foi uma criação de Brizola para operacionalizar as ações, mas que não obteve os resultados previstos.

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Poderia citar exemplos? Qual a participação do Clube Militar e das associações congêneres?

Minha visão é da Aeronáutica – a do Exército pode ser diferente. Mas, na verdade, uma Força Armada que teve um oficial general (Brigadeiro) candidato a presidente da República por duas vezes, com 48 e depois com 53 anos de idade, tornou-se muito infiltrada pela política de presença no governo. Assim é que na Aeronáutica, sempre existiu um grupo no governo e outro contra o governo, caracterizado pelos cargos e promoções que receberam e na expectativa de serem lembrados ao subirem. Eram as históricas ações militares influenciando o governo. A queda de Getúlio Vargas em 1945, seu retorno em 1950, seu suicídio em 1954, o golpe do Ministro da Guerra em 1955 (11 de Novembro), os movimentos de Jacareacanga e Aragarças em 1956/1959, a entrada e renúncia de Jânio Quadros

em 1961 e a posse do Vice-Presidente João Goulart, no regime parlamentarista, por exigência dos Ministros Militares. O ambiente nos quartéis da Aeronáutica era de pouco profissionalismo, muita política – eram os gorilas X Gregórios – democratas X comunistas – golpistas X legalistas – direita X esquerda. O Clube Militar viveu tais reflexos em suas gestões; o Clube de Aeronáutica, não, por ter menor expressão.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução no dia 31 de março de 1964?

As ações do Presidente João Goulart, acobertando atitudes de esquerda e ferindo a hierarquia e disciplina nas Forças Armadas, após o comício da Central do Brasil e num jantar do Clube de Suboficiais e Sargentos do Exército e da Polícia Militar no Automóvel Clube do Brasil com a presença de um Almirante (populista) – Aragão, Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, e do Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro. Finalmente, a posição firme do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castello Branco, mostrou o caminho a ser seguido. O estopim, então, foi o desrespeito à hierarquia militar e à indisciplina assistidos pelo próprio Presidente da República.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Demonstração de que a população, identificada com a família, temia a ação comunista que extinguisse a religião e a liberdade, inspirando os militares, detentores da força, a agirem, como em episódios anteriores, para depor o Presidente e derrubar o Governo, evitando, assim, que o País se tornasse uma "república sindicalista".

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Sim, ao menos de parte ponderável da vontade nacional.

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

Vozes levantaram-se "contra" esperando não ser realidade, incluindo-se congressistas que tinham compromissos com o Governo (oriundos do PTB e PSD) e outros, a favor, inicialmente oriundos da União Democrática Nacional (UDN). Todos na expectativa de ver como iria terminar. Veja-se que tão logo (72 horas) verificou-se a saída do Presidente Goulart para o Uruguai, o Presidente do Con-

gresso declarou a vacância do cargo, dando posse ao Presidente da Câmara dos Deputados senhor Ranieri Mazilli.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA etc.), logo após o início da Revolução?

Foram surpreendidos e a maioria de seus líderes fugiu e outra parte foi logo sufocada.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Trata-se de visão genérica de liderança, isto é, quem apareceu:

Civis

Governadores Magalhães Pinto – MG; Carlos Lacerda – RJ; Adhemar Barros – SP; Ildo Meneguetti – RS.

Congressistas

Pedro Aleixo; Milton Campos; Adauto Lucio Cardoso; Aliomar Baleeiro; Bilac Pinto.

Militares

General-de-Exército (Res) Odylio Denys; General (Res) Riograndino Kruel; General Olympio Mourão Filho; General Carlos Luís Guedes; General Emílio Garrastazu Médici; General Arthur da Costa e Silva; General Adalberto Pereira dos Santos; Coronel (depois General) Carlos de Meira Mattos; Coronel (depois General) Cesar Montanha de Souza; Brigadeiro-do-Ar Alfredo G. Corrêa; Brigadeiro-do-Ar Nelson Lavanère Wanderley; Coronel-Aviador (depois Brigadeiro) João Paulo M. Burnier; Coronel-Aviador (depois Brigadeiro) Carlos Afonso Dellamora; Coronel-Aviador (depois Brigadeiro) Marcio C. Leal Coqueiro; Coronel-Aviador (depois Brigadeiro) Roberto Hippólito da Costa; Almirante Rafael de Azevedo Branco; Almirante Carlos Borba.

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Foi um movimento exclusivamente interno – não houve auxílio externo, somente simpatia do Ocidente para que não houvesse influência comunista em nosso País.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

À sua "não existência". Não havia esquema militar algum para manter o governo. Sem o Exército e suas reais lideranças é impossível qualquer movimento.

O Ministro do Exército de então, General Jair Dantas Ribeiro, não é nem nunca foi comunista e sem sua ação era impossível. Ele era, sim, legalista, como também o Chefe de Estado-Maior do Exército, General Humberto de Alencar Castello Branco. Embora alguns graduados e subalternos admirassem as medidas populistas do Governo (haja vista o tal jantar oferecido a subtenentes e sargentos no Automóvel Clube) não interpretavam esquemas militares. Alguns generais ditos "comunistas" (não creio), eles eram, sim, da "esquerda janguista" – Osvino, Assis Brasil, Brigadeiro Francisco Teixeira etc., não chegavam a compor um esquema militar.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos Oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

Na 4ª RM (Juiz de Fora – Belo Horizonte), penso que os comandantes ousaram e demonstraram serem inspiradores de seus comandados; ainda que se saiba que no Exército um toque de corneta (ordem) leva a lógica do cumprimento da missão. Nas outras Forças é um pouco diferente.

Quanto às tropas que atuaram no Vale do Paraíba (AMAN e II Exército), a grande figura foi o General Médici, Comandante da Academia Militar, que a empregou em apoio à Revolução. Com o emprego do Corpo de Cadetes a favor do II Exército e frente às tropas do General Armando de Moraes Âncora (I Exército), o General Médici contribuiu decisivamente para a rápida vitória do Movimento iniciado em 31 de março e já inteiramente definido em 2 de abril.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

Não, em nenhuma ideologia característica e sim basicamente contra o comunismo – contra a subversão e contra a corrupção, tudo em nome de uma postura democrática e de justiça, buscando a liberdade do povo brasileiro, que desapareceria caso houvesse a propalada comunização do País.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

Quase todos apoiaram, mas o jornal *Estado de São Paulo* foi o principal. O *Jornal do Brasil* pelo menos até o início do Governo Geisel, enquanto não se lhe atrapalhava as finanças. O jornal *O Globo* durante os vinte anos da Revolução, mudando de lado inesperadamente em 1985, por motivos desconhecidos. A liberdade de imprensa era contida e consentida. Outros jornais do Rio não sobreviveram, como *Última Hora,* que não apoiou, e *Correio da Manhã*, que apoiou só no início.

Em seu entender, está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?

Não acho o termo Revolução exatamente adequado. Teve, no entanto, semelhança com revoluções sangrentas pelo comportamento adotado com relação a determinados políticos e a certas lideranças que foram completamente sufocados. Houve mesmo um *paredon* político por 15 anos. Não é preciso ter morte "física" para se ter revolução. Houve, sim, morte política para muitos por tempo definido, pois foram todos ressuscitados e receberam injeção de vida política e financeira com a anistia. Aliás, bastante ampla, geral e irrestrita. O termo mais correto no meu entender é Movimento de 31 de Março de 1964.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar a diferença?

Os governos de 1964 a 1984 foram exercidos por militares, na Presidência, mas não houve governo militar ou militarista. No governo militar ou militarista, o poder político é detido e exercido pelas Forças Armadas e nele predominam os interesses militares e ou da indústria bélica. Não foi assim, embora acredite que tiveram influência, exercendo pressões sobre os governos, que não os de Castello Branco e Geisel. Verifica-se que tais pressões levaram sempre a se ter um general como presidente.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

– Neutralização da ação comunista em 1964 e, depois, no período da luta armada que durou de 1968 a 1974.

– Busca da prática democrática e participativa.

– Restabelecimento da ordem pública.

– Criação do Banco Central – controle do processo inflacionário e economia competitiva.

– Criação de órgãos ou ministérios que redundaram em proveito de uma excelente evolução do sistema de telecomunicações.

– Aumento da oferta de energia hidráulica em grande escala.

– Incremento de Universidades e de vagas nas Faculdades Públicas, acabando com o problema dos excedentes.

– Aumento extraordinário de rodovias, inclusive pavimentadas, contribuindo para a integração nacional.

– Criação do Banco Nacional da Habitação e das Cooperativas Habitacionais para construção da casa própria.

– Atuação para que o País não se tornasse uma república sindicalista, ligada à União Soviética, retomando, com o Presidente Castello Branco, a verdadeira presença da autoridade, inexistente no Governo Jango.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

– Demorou-se no processo de retorno à plenitude da vida democrática.

– Não equacionou o problema educacional primário ou básico.

– Deixou a Universidade inteiramente na mão da esquerda, o que trouxe conseqüências extremamente negativas para o País e para a própria Revolução de 31 de Março.

– Custou a permitir a liberdade de participação.

– Não realizou a reforma do Judiciário, a reforma política e a reforma tributária.

– Deixou que o AI-5 gerasse arbítrios.

– Não deu um mandato completo ao ideário do Presidente Castello Branco, figura extraordinária e extremamente capaz de, realmente, revolucionar o nosso País.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

Faltou sempre, por parte do governo, um real empenho nesse sentido e, por parte da mídia, honestidade. Castello Branco dizia que este País precisava de um presidente "despreocupado com a popularidade". Somente ele pensava assim, porque todos os demais presidentes da Revolução tiveram preocupação com a popularidade, embora não tenham investido o necessário em publicidade. Devo ressalvar, também, o Presidente José Sarney, responsável pela transição, homem que, com simplicidade, não se importava de transigir – conviveu com 12 mil greves em seu período de governo.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.), praticadas por extremistas?

Julgo tais ações como de permanente inquietação para prejudicar a ação dos governos revolucionários e buscar, de forma irresponsável, implantar no País um regime totalitário de esquerda. Não havia planejamento nem prioridades, e sim o desejo de ser oposição, valendo-se da luta armada e da clandestinidade, para estabelecer um regime do tipo marxista-leninista no Brasil. Muitos inocentes pagaram com a vida por essa insensatez. Os mortos pelo terrorismo identificados perfazem um total de 120 brasileiros, ou seja, 120 famílias enlutadas.

O senhor acha que foi necessária a criação de Órgãos de Informação e de Operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Acho essencial em qualquer época um Serviço de Inteligência ou de Informações e o modelo de DOI/CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) foi imprescindível, porque estávamos em guerra interna contra o terrorismo e, depois, contra a guerrilha rural. A eficácia desses órgãos levou o Estado brasileiro a derrotar integralmente as organizações terroristas.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

Não houve ditadura militar, houve governo de generais, mas com a grande maioria de ministros civis, aliás os que detinham maior poder. Houve, isto sim, executivos fortes no campo da segurança e na área econômica.

Julga o senhor que a Revolução muito se demorou no governo do País?

Com nome de Revolução, demorou-se. Devia ter desaparecido após Castello Branco, o único que seria capaz de conduzir a uma correta transição. Tentou, mas cedeu, em nome da ética profissional à ambição de outros menos preparados, e a sua retidão de caráter impediu-o de prolongar seu período por um mandato completo. Escreveu, de próprio punho no AI-2 – o atual presidente é inelegível – diferente de outro que conhecemos bem e que usou de todos os meios para obter sua reeleição.

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Não, nunca vi tal entre as Forças Armadas, mas estou certo de que alguns companheiros puderam beneficiar-se, aliás, como sempre acontece em qualquer situação.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo da Revolução?

Vivi de capitão a brigadeiro tal período. Fiz parte do governo de um general e assisti a outros. Valeu a pena por interromper o processo de anarquia e subversão do malfadado Governo João Goulart, que tantos prejuízos causou ao País. De nada me arrependo, somente de seu melancólico final nos anos de 1983/1984 que foram ridículos. A saída do Presidente João Figueiredo pelos fundos do Palácio foi extremamente infeliz sob todos os ângulos, embora o modelo já tivesse se esgotado no Governo do Presidente Geisel.

Não tivemos estadistas além do ditador Getúlio Vargas, do participativo Juscelino Kubitschek ou do realmente estadista Castello Branco, ao qual o País muito deve.

Castello Branco, nos três anos em que governou o País, deixou a marca indelével de sua figura de estadista. À frente dos negócios do Estado, revelou visão ampla dos problemas, autoridade firme e esclarecida e dedicação desinteressada aos superiores interesses nacionais. Voltado sempre para a consecução dos objetivos da Nação, conquistou a admiração nacional e internacional pela sua extraordinária personalidade e sua invulgar obra.

Luiz Vianna Filho – membro da Academia Brasileira de Letras, Ministro Chefe da Casa Civil do Presidente, Deputado Federal, Governador da Bahia, Senador e Presidente do Senado – assim analisou o estadista Castello Branco:

"Dificilmente haverá personalidade mais rica e mais completa do que a do Presidente Castello Branco, que aliava a energia do chefe à visão do estadista. Era dos que conservavam autoridade inata, embora havendo bebido o leite da ternura humana."

Prossegue Luiz Vianna Filho:

"Não lhe importava o peso das responsabilidades que sempre se recusou a repartir com os auxiliares, por mais presentes que houvessem sido numa decisão. Das múltiplas facetas em que se desdobra a sua vigorosa personalidade, poucas tão marcantes como a bravura de se manter sobranceiro ante a impopularidade. Virtude sem a qual não teria levado a bom termo a ciclópica obra empreendida. A menor fraqueza, a mais leve concessão, qualquer vacilação, teria feito malograr muito do que se fizera com árduo sacrifício. Ele possuía, porém, a convicção de lhe caber enfrentar e suportar as agruras de um governo de "entressafra", isto é, um duro período de semear sem colher. E nada o demoveria, visto que a tinha como missão a ele confiada pela Revolução."

Dando seqüência, enfatiza Luiz Vianna Filho:

"Acreditamos emergirá aqui a figura do Chefe de Estado incansável em restaurar moral e materialmente o País. Um País que recebera devastado pela mais grave crise política, social, econômica e financeira de sua história, e que integrou colocado no caminho do progresso e da segurança. Fê-lo, nisso também fiel a sua formação, graças a uma luta sem tréguas, aceitando soluções árduas e enfrentando críticas e oposição dos próprios correligionários. Convicto da conveniência nacional em manter o Congresso, preservar o Judiciário e acatar a liberdade de imprensa, arcou, sobranceiro, sem queixas, com o pesado ônus oriundo de uma atitude que poucos defendiam ou justificavam na ocasião. O que lhe importava, porém, era semear: outros colheriam depois dele."

Diz o ínclito General Carlos de Meira Mattos no livro "Castello Branco e a Revolução":

"Tem o Exército razões sobejas para orgulhar-se deste homem que saiu de suas fileiras, numa das horas de crise nacional das mais graves, para altear-se, como

legítima glória do estadismo brasileiro, alinhando-se entre os maiores que já produzimos – José Bonifácio, Pedro II, Caxias, Rio Branco."

Já que não coube ao ilustre Presidente Castello Branco realizar a transição com seu reconhecido descortino, qual a sua avaliação a respeito da "abertura" ocorrida a partir do Governo Geisel?

Tardia, mas razoavelmente bem comandada.

Houve, a partir de 1985, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?

É natural que houvesse "revanchismo", mas a postura dos atuais chefes militares, suportando o atual governo, medíocre sob todos os aspectos, vem mostrando o altruísmo desses chefes. A Lei de Anistia foi corajosa, de aplicação difícil, pois cada caso era um caso. No entanto, como houve arbítrio e indiscriminação na condenação, houve o mesmo na Anistia, que só vem beneficiando um dos lados.

Com o término da bipolaridade dos tempos da guerra fria, desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

O comunismo não desapareceu e não desaparecerá, pois buscar sua forma de existência que não se destrói proibindo – devemos saber conviver com ele. O Brasil é "mal" desenvolvido e as "elites" políticas não sabem o que querem. Desejam ser "capitalistas nos lucros e socialistas nos prejuízos". Os comunistas estão aí com um discurso nacionalista, mas eles são tão internacionalistas como esse governo neoliberal que está jogando fora o patrimônio do País, através de uma absurda política de privatizações.

A imagem do Exército Brasileiro e das Forças Armadas em geral vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

A imagem do Exército reflete e ofusca por si até a imagem das Forças Armadas, pois sua presença em crises fê-lo fiador de uma real calmaria política. Sua imagem é, como sempre foi, confiável e não precisamos dizer isto, basta olhar – o Exército é o colégio do pobre e, como nossa sociedade é em sua maioria pobre e carente, ele é o melhor colégio. Se existisse um "partido político do Exército", é possível que elegesse muita gente, mas felizmente não temos. Não gosto de identificar companheiros pregando uma bancada parlamentar para defender nossos interesses – remuneração e legislação de pensões etc. Nós precisamos, como vem acontecendo, é que o povo e a Nação nos respeite e goste de nós porque somos parte deste povo.

O que gostaria de aduzir mais, acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que devesse ficar registrado para a história, por meio deste Projeto Oral do Exército?

Ao se encerrar esta entrevista, desejo cumprimentar o Exército Brasileiro pela iniciativa em promovê-la. Estimo que possamos ouvir gente de todos os lados, pois penso que este projeto é histórico e dificílimo de análise tão já, por ser recente e nós sermos contemporâneos. O que eu poderia acrescentar aqui é a minha convicção de que a nossa Revolução evitou a comunização do País, pela deposição de um governo caótico, sem derramamento de sangue, o que é excepcional sob todos os sentidos – verdadeiro exemplo para o mundo.

Por outro lado, a audácia de se fazer guerrilhas urbanas e rurais (tentativas frustradas) só puderam ser combatidas e neutralizadas com ações de fato, o que para tal exigiu o emprego da Força Armada, pois nossas ações policiais não eram suficientes e mesmo capazes. Tivemos que reagir com determinação, porque a inconseqüência não poderia prevalecer.

Sob o aspecto de desenvolvimento da infra-estrutura e da expressão econômica do Poder Nacional, valeu a pena o Movimento de 31 de Março de 1964, mas sob o enfoque político e mesmo educacional, creio que não valeu.

Nesse encerramento, afirmo que, além da influência de meu pai, igualmente nordestino, o complemento de minha personalidade ocorreu durante os três anos que convivi com o Presidente Castello Branco. Ninguém me influenciou tanto e por toda a vida.

Sinto-me extremamente honrado por participar deste histórico Projeto, sobretudo porque, através dele, me foi possível relembrar e exaltar a memória do insigne Presidente Castello Branco, do competente militar, de destacado Oficial de Operações da Força Expedicionária Brasileira (FEB), do exemplar estadista e do homem verdadeiramente completo.

Enche-me de orgulho, responsabilidade e motivação o fato de ter sido seu único Ajudante-de-Ordens oriundo da Força Aérea Brasileira (FAB) e também o último, quando no exercício da Presidência da República.

Finalmente, nós que podemos nos orgulhar de pertencer a esta Nação e alguns outros, mais afortunados, que integraram o Exército de Castello Branco, devemos todos usufruir desta herança com o mesmo sentimento de otimismo de suas palavras em mensagem ao Congresso Nacional:

"O Brasil de hoje é um País muito mais promissor do que aquele recebido em 1964. O Brasil deixou de ser o País dos problemas impossíveis, do impasse político, da instabilidade social, do imobilismo administrativo. Ele é hoje um País em busca de novas soluções, capaz de organizar-se e agir objetivamente."

Era o País de 1967! E o de hoje em dia?

Major-Brigadeiro-do-Ar Rui Barbosa Moreira Lima

- Natural da Cidade de Colinas, Maranhão.
- Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica e, no exterior, o de Piloto de Caça em Aguadulce/Panamá, em Aeronave P-40, e, na Base Aérea de *Suffolk*, em Nova York/Estados Unidos, em Aeronave P-47/*Thunderbolt*.
- Realizou, durante a Segunda Guerra Mundial, na Campanha da Itália, 94 missões de guerra, sendo atingido pela Artilharia Antiaérea alemã em nove ocasiões.
- Serviu como Piloto de Caça, exercendo todos os cargos e funções exigidos, desde Ala de Esquadrilha até a de Comandante do 1º Grupo de Aviação de Caça.
- Foi A/3 do Comando de Transporte Aéreo (COMTA).
- Como oficial superior, foi Comandante do Grupo de Transporte Especial.
- Pertenceu ao Conselho de Segurança Nacional e à Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington/EUA.
- Em 1964, no posto de Coronel, comandava a Base Aérea de Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ.

Entrevista realizada na Coordenadoria do Rio de Janeiro e Minas Gerais, em 24 de abril de 2002.

Queria, em primeiro lugar, falar da minha alegria em rever esta casa e este ambiente, onde prestei o meu primeiro depoimento sobre a Segunda Guerra Mundial. E, como hoje é 24 de abril, foi justamente no mês de abril que o 1º Grupo de Caça teve o seu efeito máximo de eficiência, de bravura no cumprimento do dever.

Nos céus da Itália.

Nos céus da Itália. No dia 23 de abril quem foi ao Museu Aeroespacial nos Afonsos pôde ver o leme do avião que afundou com um buraco feito por munição de 20mm. Passei um susto muito grande nesse dia. No dia 24, fui atingido novamente; então, esse mês de abril, o dia de hoje, é dia para não mais esquecer.

E no dia 22 de abril é que se comemora o Dia da Aviação de Caça em nosso País.

E hoje até trouxe uma revista que deixo para ser copiada, onde há uma reportagem muito bonita sobre o 22 de abril.

Um trabalho primoroso, aliás, toda a revista está excelente.

O diretor da revista foi eleito por unanimidade, no mês passado, Conselheiro Especial do Instituto Histórico da Aeronáutica. Mas a conversa hoje não é essa, a conversa hoje é sobre o Movimento revolucionário de 1964.

Para citar o Movimento de 1964 pediria que me dessem a chance de ir um pouquinho mais atrás para mostrar a minha posição porque, em 1964, eu fui cassado. Às vezes me perguntam: "Mas vem cá, você foi considerado herói nacional, você tem 94 missões na guerra, defendeu realmente a democracia, de repente foi cassado? São percalços."

E há explicação para tudo, principalmente num momento revolucionário em que as coisas não são simples. Em toda minha vida militar, mantive o compromisso de defender a Constituição. A Revolução de 31 de Março de 1964 violentou meus direitos. Cassaram-me até o direito de trabalhar; mas isso é uma página virada, agora, pensando friamente, acho que o mais importante é estarmos unidos para continuar na defesa da soberania do nosso País, principalmente na luta pela manutenção da Amazônia, que o atual governo está tentando entregá-la ao estrangeiro, preferencialmente aos Estados Unidos.

E, aí, a gente lembra da Base de Alcântara, que querem entregar aos americanos que só pensam nos seus interesses.

Exatamente, só pensam nos seus interesses. Apóiam um projeto inteiramente e, de repente, retiram esse apoio, tudo ao sabor dos seus interesses. Assim, eles procedem. O caso da guerra das Malvinas, por exemplo. Deixaram os argentinos falando sozinhos e apoiaram totalmente o governo da Inglaterra.

Se formos à história, encontraremos o imperialismo americano agindo na guerra espanhola, intervindo em Cuba, Porto Rico, Filipinas, ocupando o Texas, comprando a Louisiana, o Alasca, ocupando o Havaí, enfim chegamos à triste con-

clusão – quando entram, se instalam e, para sair, só à força, como no Vietnã. Com o poder que possuem, é uma guerra difícil de vencer.

É oportuno lembrar que, no momento, temos que estar muito atentos a esse problema. A atuação dos EUA como potência hegemônica nos obriga a fazer o que já estamos fazendo – revivendo o Projeto Calha Norte, que nada mais é que a defesa efetiva de nossa soberania na fronteira Norte. Aproveito o momento para lembrar a próxima eleição do Clube Militar, no dia 29 deste mês.

Abro meu voto para o General Lessa. Quando comandou a Amazônia, aplicou seu nacionalismo e a competência profissional, denunciando à Nação, através de conferências e pronunciamentos, o perigo de uma "ocupação branca" dessa imensa região, pelos países do G-7, com destaque para os EUA. E Lessa não parou ao ser transferido para o Comando Militar do Leste. Continuou denunciando enquanto permaneceu na ativa, fazendo o mesmo agora como oficial da reserva. Repito sempre que ele e nossos companheiros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica – os que lá estão e os que lá estiveram – saem de lá com o "mestrado" de patriotismo brasileiro e prontos para aplicá-lo em defesa da região e do Brasil.

No contexto do tema: "Por que fui cassado?", há que passar pelo meu regresso da campanha da Itália. Ainda lá, em plena guerra, no dia 17 de dezembro de 1944, Nero Moura completou sua 15ª missão de guerra. Vitorioso e feliz pelo sucesso obtido, pelo bombardeio picado e a destruição de várias viaturas motorizadas inimigas, durante o regresso, após cumprir a rotina de rever os filmes de combate das missões do dia, exibidos à noite no Clube Senta a Pua, nos reuniu no salão para um bate-papo. Sem mais preâmbulo, pôs na mesa a seguinte pergunta: "Os que voltarem o que farão dessa experiência adquirida em combate?" Houve um consenso na resposta: "Vamos implantar, na Força Aérea Brasileira, os novos conceitos da atual doutrina de emprego da aviação de caça." Ninguém cortou o dedo para assinar com sangue aquela decisão, melhor dizendo, aquele juramento.

O 1º Grupo de Aviação de Caça foi mantido inteiro após o regresso da Itália, o que nos facilitou o cumprimento do que juramos em 17 de dezembro de 1944, no Clube Senta a Pua. Enfrentamos logo no início da instrução a perda de três veteranos – Lima Mendes (95 missões), Menezes (71 missões) e Tormim (62 missões) – mortos durante o vôo em dias diferentes – choques no ar – com três alunos. Aprendizado cruel e duro! Nero Moura raramente deixava de exaltar os feitos dos comandados do Senta a Pua, não somente os conquistados na Itália, mas aqui no Brasil o de formarmos – até sua morte, em 17 de dezembro de 1994 – cerca de 1100 pilotos de caça.

O regresso da Força Expedicionária Brasileira acelerou a redemocratização do Brasil. Todos nós veteranos da Segunda Guerra Mundial regressamos ao Brasil

contaminados com o vírus benfazejo da democracia. O governo estava atento ao fato, considerando que antes do regresso da Força Expedicionária Brasileira (FEB) a ditadura foi surpreendida e afetada com o democrático e corajoso manifesto dos mineiros.

Prevendo reação dos soldados vitoriosos sobre as ditaduras nazifascistas, a cúpula militar da ditadura do Presidente Getúlio Vargas, ao receber as Unidades guerreiras da FEB liberava seus homens para umas férias de quarenta dias. Ao regressarem, não encontravam mais a Unidade original – havia sido destinada para outro local – e mesmo eles estavam designados para outras Unidades, geralmente distantes da anterior. Pensava o governo e os chefes militares garantidores do Poder, que esse desmantelamento proposital evitaria a revolta previsível dos ex-combatentes da campanha da Itália contra a situação vigente.

Isso não aconteceu com o 1º Grupo de Caça, talvez pela confiança que o Presidente tinha em Nero Moura. A Unidade iniciou suas atividades cumprindo o que combinara em Pisa: dar instrução à nova Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB). Não desejávamos mais ter que ir ao estrangeiro para formar nossos jovens caçadores.

Começamos a instrução no início de setembro, depois de quarenta dias de férias. Mal começamos, aconteceu o 29 de outubro, com a deposição do Presidente. É curioso observar que lutamos na Itália ao lado de aliados para defender a democracia, enquanto aqui no Brasil nosso governo era chefiado por um ditador.

O golpe aconteceu no dia 29 de outubro de 1945. O que ocorreu com o Grupo de Caça Senta a Pua: O Subcomandante do Coronel-Aviador Nero Moura, que agora comandava também a Base Aérea de Santa Cruz (BASC), comunicou-lhe às 12h, que o Brigadeiro Sá Earp – Comandante da 3ª Zona Aérea – marcou com ele uma reunião no Quartel-General, às 16h. Na hora aprazada, Nero Moura apresentou-se a Sá Earp, que o recebeu com essas palavras: "Coronel Nero Moura, as Forças Armadas estão depondo o Presidente Vargas, pergunto-lhe: "O senhor está conosco ou com o Presidente?" "É evidente que estou com o Presidente Vargas." "Então, o senhor está preso", e foi recolhido na condição de preso incomunicável.

Até aquele momento, a maioria dos veteranos nada sabia. Eu, pessoalmente, morava na Rua do Catete, bem próximo do Palácio Presidencial. À noite, já se via em todo bairro do Flamengo um grande movimento de militares do Exército, inclusive com deslocamento de tanques de guerra. As estações de rádio passaram a noticiar sobre uma possível deposição do Presidente. Entrei em contato com alguns companheiros da guerra e nos reunimos em um local no Leblon – os capitães Kopp, Horácio, eu e o Tenente Meira de Vasconcelos – partindo dali para a Base Aérea de Santa Cruz, sede do Grupo de Caça. Passamos pelo portão da guarda, nos identificamos e fomos para o Cassino dos Oficiais. Na entrada, encontramos o Major Ari Neves

que, durante a Segunda Guerra Mundial, havia se apresentado ao Grupo de Caça na Itália duas semanas antes do fim da guerra, em substituição ao Major Marcílio Gibson, Comandante do Escalão Terrestre. O Major Ari Neves naquele momento respondia interinamente pelo Comando do 1º Grupo de Caça. Fazia-se acompanhar de dois majores estranhos à Base. Toda a Base estava de prontidão e naturalmente perguntei ao Major Ari onde se encontravam os veteranos, tenentes Corrêa Netto e Keller: "Estão dormindo", estes pilotos já estavam engajados na instrução aos novos pilotos de caça e deveriam decolar às 6h.

Insisti na pergunta ao Major Ari: "Por que o Corrêa Netto e o Keller não estão de prontidão?" "Você quer saber? É porque eles, como todos vocês, são suspeitos. O Nero está preso e vocês são amigos dele." Sem falar nada tirei minha pistola, apontei para eles e desarmei os três. "Major Ari, o senhor nos conhece e sabe qual é nossa posição. Nós não aceitamos essa condição de suspeitos. A prontidão da Base será feita por todos os oficiais do nosso efetivo."

Devolvi as armas dos majores visitantes, pedindo-lhe que fossem embora. Eles aceitaram a sugestão. Ao amanhecer do dia 30 de outubro, o Subcomandante regressara do Quartel-General, da 3ª Zona, encontrando o pessoal da Base, principalmente os oficiais, sob forte tensão.

Tomando conhecimento da causa – a acusação de suspeita dos veteranos – promoveu uma reunião dos oficiais no Cassino. Contestou as palavras de Ari Neves e acrescentou que nós veteranos merecíamos sua inteira confiança. Aceitei a nova situação, mas ponderei que o Major Ari não pensava do mesmo modo. Então, o Major reagiu, fitando-me com raiva e, aos gritos, declarou: "A afirmação do Tenente Rui é capciosa." Saltei de onde estava, segurei-o pela gravata, fazendo-o recuar de sua afirmação. Apaziguados os ânimos, em poucos dias, a Base livrou-se desse oficial, transferindo-o para outra Unidade.

Daí em diante, o incidente, apesar de resolvido, criou sobre mim a impressão de uma pessoa agressiva. Eu era Tenente e ele Major.

Quando gravamos nossa entrevista sobre a Segunda Guerra Mundial, lembro-me de sua pergunta sobre a carta de meu pai escrita em 31 de março de 1939, data do meu ingresso na Escola Militar do Realengo. Permita-me repeti-la, agora, pela influência que teve em minha vida militar. Por coincidência, saí da Força Aérea também na mesma data com a Revolução de 31 de Março de 1964.

Após a deposição de Vargas, houve a eleição democrática, cujo eleito foi o General Eurico Gaspar Dutra. Esse governo fez questão de seguir a Constituição de 1946 em seus mínimos detalhes. Avaliando-o, agora, ressalto que o seu comportamento com relação à Constituição foi um dos méritos de Dutra como Presidente da

República. Dutra teve como adversário o Brigadeiro Eduardo Gomes, que teve a maioria dos votos da Aeronáutica. Votei nele e cometi o pecado de repetir o voto em 1950, quando novamente o Brigadeiro se candidatou contra Getúlio Vargas. Ainda conservava na consciência minha intolerância com qualquer regime ditatorial.

Eleito Getúlio, Nero Moura – agora Brigadeiro-do-Ar – ocupou o Ministério da Aeronáutica. Fui convidado para servir em seu Gabinete, exercendo a função de Comandante da Seção de Aviões de Comando, mais tarde transformada em Grupo de Transporte Especial. Muito cedo entrei em rota de colisão com o Brigadeiro Chefe do Gabinete. Em princípio de janeiro de 1953, a Força Aérea Brasileira (FAB) adquiriu na Inglaterra setenta *Gloster Meteor* – avião de caça bimotor subsônico – quando aproveitei para deixar o Gabinete e seguir para a Inglaterra, onde, com mais oito pilotos, recebemos os aviões e nos habilitamos como instrutores. Regressamos em março de 1953 e, com menos de seis meses, as aeronaves – jato puro – foram incorporadas a BASC e já estavam voando nos céus brasileiros.

Do suicídio do Presidente Vargas, todos conhecem sua carta-testamento, desfecho trágico daquele acontecimento. Seu governo foi marcado pela oposição do político Carlos Lacerda, filiado à UDN e correligionário e amigo do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Cabe aqui uma impressão pessoal sobre os nobres personagens. Ninguém põe em dúvida a coragem, o patriotismo, a ética e a liderança do Brigadeiro, com justiça é hoje o Patrono da FAB. Seu nacionalismo era tão grande, que o Presidente Vargas, ao negociar com os EUA a cessão das Bases Aéreas e Aeronavais do Nordeste, nomeou-o comandante da 2ª Zona Aérea, cuja área de jurisdição se iniciava em Caravelas/BA indo até Parnaíba/PI.

O Brigadeiro Eduardo era seu adversário politicamente, ambos quase inimigos pessoais. Ambos tinham em comum o amor ao Brasil. Ninguém os vencia no fervor nacionalista que dedicavam ao Brasil. Getúlio nomeando-o Comandante do Nordeste, tinha certeza de que Eduardo não permitiria qualquer tipo de agressão ao Brasil, por menor que fosse, por qualquer americano, fosse quem fosse – de Roosevelt a um simples soldado dos Estados Unidos da América. Foram dois grandes patriotas dignos do respeito dos brasileiros.

Como político, Eduardo – em minha opinião – foi um fracasso. Permitiu que a política partidária – seu partido era a União Democrática Nacional (UDN) – entrasse na FAB, o que proporcionou uma tremenda desunião dentro da Força. É aqui que entra Carlos Lacerda. Seu jornal, *Tribuna da Imprensa,* passou a atacar o Governo na mais violenta campanha, até então conhecida na República. Por essa atitude, arregimentou vários companheiros nas três Forças, com maior número na Força

Aérea – oficiais superiores que se tornaram guarda-costas de Lacerda, acompanhando-o como tal em comícios e reuniões políticas. Mas eram guarda-costas amadores.

Três meses antes do assassinato do Major Rubem Vaz, colegas da Diretoria de Rotas, tentaram cooptar-me. Recusei a proposta com essas palavras: "É muito caro para a Nação contratar um Major para guarda-costas particular de um político. Esse político é inimigo da família Vargas e não duvido de que alguém da guarda pessoal do Presidente possa matar o Lacerda. Como vocês são amadores e bala não tem endereço, pode acontecer que uma delas bata na sua testa" – toquei o dedo na testa do Souza Leão – e aí o Cotonifício Bezerra de Melo vai perder um sócio ilustre. Souza Leão era Major-Aviador e meu colega de turma. Retirei-me da reunião – era aniversário de um dos colegas – dizendo que a função de Major-Aviador merecia tratamento mais digno. O episódio me colocou em oposição declarada, ficando eu mais uma vez marcado pelos futuros ganhadores da Revolução de 31 de Março de 1964.

Três meses depois, o Vaz foi morto pelo pistoleiro João Alcino, amigo e comparsa dos homens da Guarda Pessoal do Presidente, entre eles Gregório Fortunato e um tal Climério. No instante em que João Alcino atirou em Lacerda, seu guarda-costas do dia, o Major Rubem Vaz estava na porta da casa de Lacerda – Rua Tonelero, em Copacabana – e correu para pegar sua pistola .45 que estava no porta-luvas do seu carro. João Alcino o matou pelas costas, exatamente após abrir a porta do carro e abaixar-se na tentativa de pegar a arma. Eu tinha razão – os guarda-costas de Lacerda eram amadores.

O desdobramento do crime aumentou a fúria acusatória de Lacerda contra o Governo Vargas. Não lembro a data, mas poucos dias depois, houve uma reunião no Clube da Aeronáutica com a presença do Brigadeiro Eduardo Gomes para homenagear o Vaz. Nesse dia, eu estava na Base e, por coincidência, era o mais antigo na escala hierárquica. O Comandante da Base, Coronel Pamplona; o do 1º Grupo de Caça, Major Assis; o Subcomandante, Major Lessa Bastos, todos estavam ausentes, um deles cumprindo viagem no Correio Aéreo Nacional (CAN). Recebi o rádio do presidente do Clube da Aeronáutica – Brigadeiro Loyola – convidando os oficiais para a tal reunião pranteando a memória do Vaz. Reuni os oficiais presentes, li o telegrama e os alertei de que essa reunião não iria prestar nenhuma homenagem ao companheiro assassinado, era, sim, uma reunião política, cujo fim era pedir a renúncia do Presidente. Cheguei a prever os oradores que iriam discursar. Disse aos jovens oficiais e os demais presentes: "Irei à reunião por obrigação, vocês irão se quiserem", mal dispensei os oficiais, outro rádio me chegou às mãos, também assinado por Loyola. "Comunico que não autorizei reunião citada no rádio tal, a mesma está cancelada." Horas depois, mais um rádio, também do Loyola, mantendo o convite

para a reunião. Tudo foi lido tendo repetido o mesmo comentário, enfatizando se tratar de uma reunião política.

A reunião aconteceu sob forte emoção dos presentes, principalmente da parte dos oradores. O último deles, propôs em sua fala, que encerrássemos a reunião e marchássemos para a porta do Palácio do Catete, para pedir a renúncia do Presidente. O autor da proposta foi o Coronel-Aviador José Vaz – não era parente do Rubem Vaz. Nesse instante, um colega de turma – Major-Aviador Celso Rezende Neves – tomou a palavra e apelou ao Brigadeiro Eduardo que impedisse que o ato fosse realizado, tecendo comentários sobre as conseqüências danosas que adviriam, concluindo que essa marcha poderia provocar a perda de outro Rubem Vaz. Eduardo Gomes ouviu o apelo, tomou a palavra e disse: "Está encerrada a reunião, quero todos em casa – fez uma pausa – agora."

Entre os dias 5 de agosto – assassinato do Major Vaz – e 24 de agosto de 1954 – suicídio do Presidente – aconteceu o seguinte fato na BASC: o Coronel Pamplona, Comandante da Unidade, veterano e ex-Oficial de Operações do Grupo de Caça, na Itália, reuniu o Estado-Maior da Base – Kopp, Assis, Rui, Keller, Pantoja e Figueiredo Guedes – em 17 de agosto de 1954 e declarou-se bastante emocionado: "Acabo de chegar da cidade e constatei que o Ministério da Aeronáutica está vivendo um verdadeiro caos. A cadeia de comando está quebrada. Exagerando, quem está mandando na FAB é a Diretoria de Rotas e seus majores. Como sugestão e ordem também, a qualquer momento, poderá surgir o meu substituto. Se isso acontecer, lhe entregarei "a chave da Base". Houve um silêncio causado pela surpresa das palavras do Pamplona, que foi quebrado por mim, o terceiro na hierarquia, na função de Comandante do 2º Esquadrão de Caça: "Coronel, permita-me uma ponderação. Na deposição do Presidente Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, apareceram aqui dois majores estranhos à Base que, sem nos consultar – na época éramos tenentes – passaram a intervir em nossas decisões. Reagimos com bastante energia e eles foram embora. Em minha opinião, se a cadeia de comando quebrou por falta de autoridade – no Quartel-General da 3ª Zona Aérea e até na pessoa do Ministro Nero Moura – vamos retomá-la, recebendo ordens do Comandante Supremo das Forças Armadas – o Presidente Getúlio Vargas. Assim, me recuso a entregar "a chave do meu Esquadrão" a quem quer que seja."

O Coronel fuzilou-me com o olhar e disse: "Você é um fanfarrão. Como não dispomos de um avião equipado para vôo noturno, você irá amanhã para o Parque de Marte em São Paulo e só regressará quando essa situação estiver resolvida." "Negativo, o senhor disse que os majores estão no comando da FAB, sou Major e não vou entregar a chave do Esquadrão, repito, a ninguém." Ele não estava esperando por isso, pois éramos bons amigos e irmãos de guerra. Emocionado, perguntou aos

outros: "Vocês estão vendo a loucura do Rui?" Retruquei na hora: "Não sou louco nem fanfarrão" e mandei um recado forte para que ele me respeitasse. Mas o Pamplona retrucou: "O que vocês acham dessa loucura?" Todos me deram razão.

O Assis tomou a palavra e disse: "Coronel, sugerimos que o senhor reúna os oficiais no cassino, exponha francamente o que está acontecendo e que, daqui em diante, passaremos a receber ordens somente vindas do Catete. Se o Presidente renunciar, obedeceremos à nova ordem. É o que reza a Constituição.

A reunião foi realizada em seguida e toda a oficialidade ficou com o Comandante.

Em 24 de agosto, o Presidente se matou deixando para a posteridade a carta-testamento. Quando se soube de sua morte, sugeri que o Grupo realizasse o vôo-homenagem e alguém ponderou que se pedisse permissão ao Brigadeiro Eduardo. O vôo foi por ele autorizado. Houve companheiros na FAB que não concordaram com a homenagem.

O povo foi à rua chorar a morte de Getúlio Vargas. Nós, do 1º Grupo de Aviação de Caça, homenageamos o Presidente, acompanhando, em sobrevôo, o deslocamento do seu caixão mortuário entre o Catete e o Aeroporto Santos Dumont. Foi nosso adeus ao Presidente que criou a Força Aérea Brasileira em 20 de janeiro de 1941, reequipando a Aviação de Caça em janeiro de 1953, adquirindo na Inglaterra, novos de fábrica, setenta aviões de caça *Gloster Mark*-8, bimotores a jato. Quando o primeiro avião biplace foi montado na fábrica do Galeão, o Presidente inaugurou a era jato na FAB, voando como passageiro observador do caçador Coronel-Aviador Oswaldo Pamplona Pinto, veterano da campanha da Itália e Comandante da BASC.

No dia em que acabou com sua vida – 24 de agosto – o jornalista Carlos Lacerda saiu do cenário político, acompanhando o sentimento respeitoso do povo a esse grande brasileiro.

Depois de Vargas, houve a eleição de Juscelino para Presidente e João Goulart para Vice que se realizou em 3 de outubro de 1955. No dia 11 de novembro de 1955, Café Filho – o Vice de Getúlio – entrou na articulação golpista – "golpe branco" que, se dado, Juscelino e Jango não teriam chegado ao Poder. O esquema era o seguinte: Café Filho simulava um AVC (Acidente Vascular Cerebral), seria hospitalizado em emergência, assumiria o Governo o Presidente da Câmara, Deputado Carlos Luz – de acordo com a Constituição – o qual substituiria imediatamente o Ministro da Guerra General Lott pelo General Fiuza de Castro. Aí, era só emendar a Constituição e Juscelino e João Goulart não tomariam posse. Lott, aconselhado pelo General Odylio Denys, denunciou a farsa de Café Filho, pôs os tanques nas ruas, assumiu a liderança das Forças Armadas e garantiu a continuidade institucional, dando posse aos candidatos vencedores da eleição. Esse golpe, muito mais para contragolpe, foi

batizado pelo legalista e íntegro General Henrique Lott com o nome de Retorno às Instituições Democráticas Vigentes. Foi a primeira vez que contrariei a Constituição. Acreditei sempre na honestidade de propósito do General Henrique Lott e em seu passado fiel ao cumprimento da Constituição do País, promulgada em 1946.

Estava na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), fazendo o curso de Estado-Maior e no dia 11 de novembro de 1955, participava, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de uma manobra combinada Força Aérea com a Força Terrestre.

Na véspera – dia 10 – recebi um telefonema de um companheiro veterano do Senta a Pua que esteve comigo na Campanha da Itália, Capitão-Aviador João Milton Prates – era 2º Tenente R/2 na Itália – que exercia a função de Ajudante-de-Ordens e Piloto do então ex-Governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek de Oliveira, candidato eleito à Presidência da República. “Rui, o Juscelino está preocupado com o destino de sua candidatura e deseja saber como andam as coisas por aí?” Pedi tempo e fiz algumas ligações telefônicas, informando-o de volta, de que estava tudo aparentemente calmo – eram 21h30min; entretanto, sabia-se que, se o General Lott saísse do Ministério da Guerra, seria desencadeado um golpe militar, com o envolvimento do Presidente Café Filho, o Presidente da Câmara Federal, Deputado Carlos Luz e o General Fiuza de Castro, previsto para substituir Lott no Ministério da Guerra. Se essa “armação” acontecer, o Juscelino e o Jango não serão empossados e sabe lá Deus o que poderá acontecer. Mais tarde, telefonei ao Prates atualizando o novo quadro: “O General Lott assumiu o Poder, agora está tudo na mão dele; se passar legalmente e permanecer como Ministro, seu chefe não correrá perigo, ao contrário, ele deverá assumir a Presidência de acordo com as regras.” “Você acha que ele deve ir para o Rio?” “Sim, respondi, mas não deve correr o risco de chegar de avião, pois os aeroportos do Rio de Janeiro estão sob controle da Diretoria de Rotas e essa gente toda é golpista, com destaque para o Lacerda e até o nosso Brigadeiro Eduardo.” Juscelino Kubitschek pôs uma peruca – dizem – e chegou de automóvel via estrada Niterói–Magé – até sua casa, a Rua Sá Ferreira, em Copacabana.

Na manhã de 11 de novembro, os alunos da ECEMAR e ECEME estavam a postos na Praia Vermelha. Castello Branco chegou cedo, nos cumprimentou e nos mandou embora, aguardando novas ordens. Estávamos com dois carros, o do Major Meira e o do Major Claudio Carvalho. Decidimos na casa do Meira, quem iria para a prontidão da ECEMAR, no Galeão, ou se apresentaria no Ministério da Guerra, aguardando o resultado da agitação que, naquela hora, era bem grande.

Fomos para o Quartel-General da Praça da República: Meira, Eudo, eu e o Pessoa Ramos. Para a ECEMAR, o Claudio, Vassalo, Carrão e creio que o Souza Mendes.

Todo mundo numa boa, como dizem os jovens de hoje. Encontramos no Quartel-General do Exército mais de cinqüenta oficiais da FAB – de brigadeiro a 2º tenente – para os quais designaram uma sala ampla e ficamos aguardando alguma ordem. O único brigadeiro presente – Major-Brigadeiro Vasco Alves Secco – imediatamente passou a fazer parte do Estado-Maior do General Lott. Era o nosso Ministro da Aeronáutica naquele local. Cerca de 17h, fui chamado à sala do Brigadeiro Secco, que me ordenou seguir para Santa Cruz e apresentar-me ao General Sucupira que comandava um Grupo Tático, baseado no Quartel de Engenharia Vilagran Cabrita, com a missão de atacar e ocupar a Base Aérea de Santa Cruz (BASC). "Você substituirá o atual comandante da Base, o Coronel-Aviador Ari Presser Bello." Imediatamente protestei, invocando a distância hierárquica entre nós – fui cadete de Presser Bello na Escola de Aeronáutica, ele já era Major-Chefe da Instrução, em 1942 – sugerindo que entre os companheiros presentes, estava o então Tenente-Coronel-Aviador Roberto Pessoa Ramos, três turmas mais antigas que a minha e como eu, no pós-guerra, serviu anos na BASC. Secco aceitou minha ponderação e determinou que Pessoa fosse comandar a BASC e eu o 1º Grupo de Caça. Juntou-se a nós, o Major-Aviador Magalhães Motta, que também foi piloto de caça de Santa Cruz e credenciado para assumir qualquer função. Pessoa Ramos nos apresentou ao General Sucupira, que nos recebeu sem maiores efusões. Juntamo-nos ao seu Estado-Maior, onde estavam o Coronel de Artilharia Ariel Paca da Fonseca e o Capitão de Infantaria Sá Campelo, o velho e conhecido "Rigorosa", instrutor exigente e enquadrado da Escola Militar do Realengo.

Logo depois, fiz contato com a Base, através do veterano do Senta a Pua, o eficiente Suboficial de Armamento Adalberto José do Espírito Santo, pedindo-lhe que me desse a situação dos aviões da Base que ainda não tinham decolado para São Paulo. Cabe destacar que, antes de o Brigadeiro Eduardo Gomes seguir para São Paulo, "deu ordem para que todas as Unidades Aéreas se deslocassem para a Base Aérea de Cumbica". O nosso 1º Grupo de Aviação de Caça, na ocasião, era comandado pelo então Tenente-Coronel ou Major-Aviador (antigão) Ernani Carneiro Ribeiro, que se esquivou da ordem, entregando a missão ao veterano do Senta a Pua, Major-Aviador Renato Goulart Pereira. Goulart levou cerca de 18 caças *Gloster Meteor,* para Cumbica, deixando quatro indisponíveis, que seguiriam depois. Ficaram, ainda na Base, quatro aviões T-6 *North American,* que seriam conduzidos para São Paulo, no dia 12, sob o comando do Coronel-Aviador João Camarão Telles Ribeiro.

Sabedor desse detalhe, Pessoa fez uma exposição ao General Sucupira, enfatizando que o Coronel-Aviador Ari Presser Bello somente entregaria a Base a ele – General Sucupira – após enviar as oito aeronaves. Ponderamos com o General

que com aquele mau tempo – choveu a noite toda – e com a falta de equipamento, de apoio à navegação para os aviões a jato, não havia possibilidade do deslocamento durante a noite. Acontece que o General Lott, que já dominava todas as Unidades locais – no Rio de Janeiro – do Exército e Aeronáutica, não tinha ocupado ainda, até aquela hora, a BASC.

O Coronel Ari Presser Bello havia se comprometido com o Brigadeiro Eduardo, que somente entregaria a Base depois da decolagem dos oito aviões restantes. Para tanto, usou todos os meios possíveis, no sentido de ganhar tempo, para decolar os aviões. Veio conversar com Sucupira às 20h, 23h e às 0h, sempre altivo e jogando forte com o General. Com a delonga, Lott perdeu a paciência e ordenou que o ataque à BASC tivesse início às 2h da madrugada. O General Sucupira não quis mais falar conosco, determinou que Sá Campelo elaborasse as ordens fragmentárias para sua Artilharia, Blindados, para o Batalhão de Engenharia de Combate e elementos especiais do Regimento Escola de Infantaria (REI), da Vila Militar, Unidade padrão da Infantaria do Exército.

Diante do perigo iminente e da disposição de atacar do Grupo Tático de Sucupira, falei com o Coronel Paca, pedindo-lhe que evitasse destruir o Hangar do *Zepellin*, o único remanescente da era dos dirigíveis alemães, obra de arte com 270m de comprimento, 53m de altura e 52m de largura. Destruí-lo seria um crime contra a arte da engenharia dos anos de 1933 a 1935. "Atire na pista interditando-a ao pouso e decolagem de aeronaves de asa fixa." Paca sorriu e nos garantiu que o Hangar de Santa Cruz não seria molestado. Com boa vontade e bom humor, falou-nos também o pessoal do Batalhão de Engenharia de Combate e dos elementos especiais do Regimento Escola de Infantaria da Vila Militar. "Sabemos que a Base é guardada por uma Companhia de Infantaria, cujo efetivo permanente é constituído por um capitão e poucos sargentos instrutores. O restante é formado por recrutas, sem experiência de combate. São jovens civis de baixo padrão de escolaridade que, após um ano de caserna, são devolvidos à sociedade civil. Para nos sossegar, disseram, "não vamos usar armas de fogo nem arma branca, vamos lutar à tapa." Claro que não seria assim, os homens de Santa Cruz estavam em casa, havia dentro da Base duas vilas – uma de oficiais e outra de sargentos. Provavelmente, haveria mortes e cicatrizes desse tipo de luta, quando acontece entre irmãos, custa a sarar.

Como a hora fatal estava chegando e a ordem de Lott tinha que ser cumprida, resolvi usar um estratagema numa tentativa de evitar um ataque noturno. Dirigi-me ao General, pedindo-lhe permissão para falar com o Brigadeiro Secco. Concedida a autorização e na presença de todos, rolei a manivela do velho telefone existente, pedi à telefonista que ligasse para o número tal, que correspondia ao da sala em que se

encontrava o General Lott e seu Estado-Maior, e aguardei um momento. Na verdade, não havia feito ligação alguma. Continuando a farsa, falei alto ao interlocutor que não existia: "Alô, é do Ministério da Guerra?" "Por favor, aqui é o Major Rui Moreira Lima, desejo falar com o Brigadeiro Secco." "Brigadeiro, que bom que consegui falar com o senhor, por favor, fale com o General Lott, solicitando-lhe passar a hora do ataque à BASC para às 6h da manhã. Se fizer às 2h, com essa escuridão e sob a chuva que está caindo aqui, esse ataque deixará de ser uma operação de guerra, passando a ser um massacre a civis. "Sim, Brigadeiro, não desligarei, ficarei na linha aguardando a resposta." Deixei passar quatro minutos e, dramaticamente, falei alto: "Graças a Deus, o General Lott adiou a hora do ataque." Olhei firme no olho do General Sucupira e perguntei: "O senhor deseja ouvir do Brigadeiro Secco a ordem do General Lott?" "Não é necessário, a operação será realizada às 6h." Creio que o General não quis ir ao telefone, porque tinha grande deficiência auditiva.

A chuva diminuiu na madrugada e o Coronel Camarão decolou os quatro T-6 às 5h30min, para São Paulo. Os quatro *Gloster* a jato tiveram uma pane – os pneus das rodas foram esvaziados – e não havia compressor na Base para atendê-los.

Em cima das 6h, Presser Bello telefonou ao General Sucupira, convidando-o a tomar café com ele na Base. Fez mais, veio pessoalmente convidá-lo. O General aceitou o convite, mas levou junto seu Grupo Tático. Erro grosseiro cometeu o General. Ainda se fala até hoje que o Exército invadiu a BASC, agressão imperdoável, considerando-a diplomática e politicamente. Não havia necessidade daquela demonstração de força. Como resultado, neguei-me a acompanhá-lo no que fui seguido, pelo Pessoa e pelo Motta, e imediatamente telefonei ao Comandante da 3ª Zona Aérea – Brigadeiro Correia de Melo, – pedindo sua presença na Base para ele mesmo receber o comando do Coronel Ari Bello e passar ao Pessoa Ramos e a mim os comando da BASC e o do Grupo de Caça. Preservamos a dignidade do Coronel Ari Presser Bello, que em momento algum deixou-se humilhar pela tropa invasora e que, como militar, cumpriu as ordens recebidas do Brigadeiro Eduardo. Deve ter sido duro para ele negociar a decolagem dos aviões, com o risco de a Base ter sido atacada como queria o General Lott.

Após o pouso do Brigadeiro Correia de Melo, fomos para a Base onde chegamos às 10h. O Coronel Ari Presser Belo estava se retirando e, ao cruzar comigo, disse-me: "Moreira Lima, se não fosse essa chuva – continuava chovendo – a história teria sido contada diferente." Respondi-lhe: "É que até Deus está do nosso lado mandando o mau tempo, que evitou a tragédia que causaria um ataque a nossa Base."

O Coronel Ari Presser Bello é hoje Tenente-Brigadeiro Reformado com a idade muito acima de noventa anos... perto dos cem. Continuou sua carreira militar com

a bravura sempre presente, conquistando o posto máximo pelo seu valor pessoal sem nunca pôr em risco sua dignidade. Seu compromisso com o Brigadeiro Eduardo foi cumprido até o fim. Somente quatro aviões deixavam de decolar, por falta de material. Ele morreria no posto, combatendo o Grupo Tático, mas não entregaria a Base antes de cumprir sua missão. Pode ser considerado um exemplo de soldado da Força Aérea Brasileira!

Sobrou para mim a calúnia de dizerem que eu entrei na Base comandando um tanque de guerra do Exército. Como a calúnia deixa sempre uma pena de fora do travesseiro citado na parábola indiana, houve gente que acreditou nessa infâmia lançada contra mim.

Em 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek recebeu a faixa de Presidente sob os aplausos dos seus eleitores e da grande maioria do povo brasileiro. Praticamente começou a governar a 1º de fevereiro, mês de carnaval. Pois foi justamente no sábado de carnaval que o Major Haroldo Velloso fugiu com um bimotor da FAB – C45 – para o Brasil Central. Fuga planejada e do conhecimento dos radicais golpistas da Aeronáutica.

Não tenho o direito de afirmar nem posso fazê-lo, mas o Velloso não agiu sozinho. A estratégia da rebeldia de Jacareacanga tinha como objetivo desestabilizar o Governo do Presidente Juscelino. Como? Velloso desencadearia o movimento, o governo ordenaria a repressão, os militares se recusariam a cumprir ordens e estaríamos com a indisciplina instalada no País. Pela Constituição em vigor, o Presidente da República é o Comandante Supremo da Forças Armadas. Desobedecido, a hierarquia já não valeria nada e a solução seria a substituição do Presidente.

Velloso ao sair da Escola de Aeronáutica, como Aspirante da Turma de 1942, foi servir na Base Aérea de Belém. Apaixonou-se pela Amazônia, tornando-se, em pouco tempo, um grande conhecedor da selva. Com o tempo, conheceu os irmãos Villas Boas, tornando-se também íntimo dos cerrados do Brasil Central. No posto de Major, chefiou o Projeto de implantação da rota Rio–Manaus.

Era um excelente piloto de transporte e um homem corajoso; ele, dentro do mato, era um gigante, apesar de sua pouca estatura; quando entrava no mato, ele crescia, ele impressionava. Tinha uma orientação fantástica dentro da mata, era um mateiro nato...

Que coisa impressionante!

Com essa experiência, não foi difícil para ele liderar a rebeldia de Jacareacanga. Sua primeira ação foi dominar e interditar os campos de pouso de Aragarças, Xavantina, Kuluene, Capitão Vasconcelos, Xingu, Cachimbo, Cururu, Jacareacanga, Itaituba, Belterra e Santarém. Usou para interditá-los, espalhar nas pistas tambores

vazios de gasolina e óleo ou então troncos de árvores. Em seguida, estabeleceu código com os guarda-campos para a abertura e fechamento dos campos, se necessário.

Enquanto a ação revolucionária de Velloso agitava o noticiário da imprensa escrita e falada, providências do governo foram tomadas na segunda-feira – em pleno carnaval – para abortar a rebelião. Do Rio de Janeiro e Belém, forças federais foram enviadas para o local. De Belém, decolou como piloto do C-47 2059 e também como comandante da operação, o Major Paulo Victor, tendo como subordinados, o Capitão Lameirão e o Tenente Petit (aviadores) e mais um tenente de Infantaria, comandando um grupo de 25 graduados e praças, armados com fuzis, submetralhadoras Ina e farta munição.

Do Rio de Janeiro, fui investido da missão de retomar os aeroportos do Brasil Central e os amazônicos de Cururu, Jacareacanga, Itaituba, Belterra e Santarém. Dispunha como meios, de um C-47, sob meu comando – co-piloto 1º-Tenente Farias – e dois sargentos mecânicos, Laurindo e Machado, um manual de codificação de mensagens, o Sargento de Infantaria Martins, ao qual entreguei uma metralhadora .50 e mais um sargento de Infantaria comandando um cabo e nove soldados. O Lodestar era comandado pelo Capitão Francisco (Chicão) de Assis Lopes, o co-piloto Tenente Thomaz Peçanha e dois sargentos, um, mecânico, e outro, rádio, o Ferraz Correa. O armamento dos oficiais e sargentos era a pistola Colt .45 e dos praças, fuzis. A munição que levei era limitada. Minha cadeia de comando era ligada ao Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, Brigadeiro Nelson Lavanère Wanderley.

Em poucos dias, conseguimos – eu e meus homens – dominar e abrir, para pouso e decolagem, os campos de Aragarças, Xavantina, os intermediários Kuluene e Capitão Vasconcelos, o de Xingu, Cachimbo e Cururu.

Velloso estabeleceu sua sede em Jacareacanga. Era mais próximo de Santarém, o principal aeroporto da área que, mais tarde, Velloso ocupou por mais de uma semana.

Minha Base de Operações foi instalada no Cachimbo, onde consegui me organizar. Várias operações foram realizadas, a mais perigosa, a tomada do posto Cururu – Funai – que havia sido ocupado por 19 homens do Velloso, contando com o comandante – um ex-Sargento Alencar, do Exército, que diziam ser desertor.

Para essa missão, decolei ao escurecer, do Cachimbo para a Missão de São Francisco do Cururu – um povoado de cerca de duzentos índios – controlado por frades alemães. Ali, pousei, usando os faróis de vôo noturno do C-47, auxiliado por um precário balizamento improvisado de 15 lamparinas e pequenas fogueiras. O risco de quebrar o avião ou danificá-lo chegava próximo do 100%. Minha presença naquele momento, naquele lugar, era imperativa. Tive sorte, nem quebrei nem danifi-

quei o C-47. Lembro-me de que passei do final da pista uns 25 metros. Juntamos os índios e, na mão, empurramos o avião para a pista.

Requisitei o barco principal dos frades, juntei meus homens e desci o Rio Cururu abaixo. Antes de partir, um frei – parecia o mais idoso – pediu-me para acompanhar-me. Seu argumento: "Major, meu Rio nunca foi manchado por sangue. Conheço o Sargento Alencar e poderei parlamentar uma solução honrosa, sem mortes." Minha força era composta de 21 homens, contando com o destemido Major Aviador Francisco de Assis Lopes – meu co-piloto – os mecânicos da tripulação e uns 15 soldados e graduados de Infantaria. Levei, ainda, um corneteiro e quatro apitos tipo juiz de futebol.

Experiência de combate na selva igual a zero. Assim mesmo, chegamos ao posto de Cururu, em um barco dos frades ajudados pela surpresa, prendemos os 19 homens do Velloso: inclusive o sargento Alencar. Entre eles haviam os índios Henrique e Joaquim, um caboclo ribeirinho, Manoel, e o capataz Getúlio. Os outros eram trabalhadores da Rota Rio–Manaus que tinham como vantagem sobre nós a prática do conhecimento da região. Trouxe comigo o sargento Alencar, dispensando os demais com essa mensagem: "Meus caros, voltem para Jacareacanga e abandonem essa luta. O que os majores Velloso e Paulo Victor estão fazendo não vale o sacrifício de vocês. A qualquer momento as casas de vocês poderão ser bombardeadas e destruídas."

Pedi ao Major Keller – meu camarada do Grupo de Caça na Itália – que interrompesse sua missão de suprimento de gasolina para Cachimbo e levasse o prisioneiro ao Brigadeiro Lavanère Wanderley, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Mais alguns dias – 24 ao todo – durou a rebelião. Velloso foi preso e seus companheiros se exilaram na Bolívia. Após encerrar a Operação Cachimbo, mandei todo o meu pessoal para suas Unidades de origem, decolei para Belém, onde visitei o Velloso, que era prisioneiro incomunicável no Parque de Aeronáutica de Belém.

Meu amigo estava sentado, com uma barba de alguns dias por fazer, mas altivo e com voz e movimentos firmes. "E, aí, Velloso, que é que te deu?" "Nada Arataca – era meu apelido na Escola Militar – para te dizer a verdade, nem sei por que estou preso incomunicável, porque metade da Força Aérea Brasileira não vem aqui com medo de se comprometer e a outra, porque não cumpriu o que havia combinado." Realmente, eu estava certo. Velloso não faria aquilo sozinho.

Conversamos, depois de um cafezinho, abracei-o e voltei para o Rio. Passei 22 dias no Brasil Central, missão de guerra, mas bem diferente da que enfrentei na Itália. Resumindo, assim, vi e vivi a tal rebelião de Jacareacanga que não foi idealizada somente pelo Velloso.

Nós nos respeitávamos muito, éramos amigos desde nosso ingresso em Realengo, em 31 de março de 1939. Mais tarde, o filho dele, que é Brigadeiro-do-Ar

e engenheiro do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), tornou-se meu amigo. Velloso, depois, entrou na política e acabou Deputado Federal. Como patriota e nacionalista, foi designado para chefiar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de venda de terras da Amazônia a multinacionais. Em sua conclusão, denunciou o perigo dessa venda como traição ao Brasil. Pouco tempo depois, foi morto em Parintins, durante uma cerimônia em que estavam presentes o prefeito, o juiz, o delegado e o povo da cidade quando houve um tiroteio e somente ele foi atingido... É que ele sabia demais. Não morreu na hora, mas morreu em conseqüência disso. Assim, calaram a boca do Velloso.

Naquele livro publicado por jornalistas americanos – "Seja Feita a Vossa Vontade" – com mil e poucas páginas, você vai encontrar a razão do atentado sofrido por ele. O Departamento de Estado dos Estados Unidos da América só admite a sua razão. Se alguém os contesta ou os incomoda, eles mandam calar a boca ou para sempre, matando, ou corrompendo, comprando o cidadão.

Em 31 de março de 1964, novamente não me afastei da legalidade. Fui contra, na realidade nunca deixei de defender a democracia, por ela, lutei voluntariamente na Segunda Guerra Mundial. A carta de meu pai de 31 de março de 1939 continua marcando minha conduta de repulsa a qualquer tipo de ditadura. Prosseguindo, o Juscelino governou debaixo de pau. Durante os quatro anos de governo, enfrentou o Movimento de Jacareacanga do Velloso, e o de Aragarças, do Velloso outra vez, aliado a Burnier e a vários outros, inclusive o querido e indômito Tarcísio, na época, jovem Capitão do Exército, que esteve na linha de frente desse movimento.

Tarcísio Nunes Ferreira, do grupo de assessoramento do General Moniz de Aragão em 1964.

Exatamente, essa turma toda foi parar em Aragarças. Após a derrota, a maioria se exilou na Bolívia, foi aberto o Inquérito Policial Militar (IPM), tendo à frente o General Taurino Resende. Houve dificuldade para escalar a tripulação que o levaria ao Brasil Central. Foram me buscar em casa, outra vez.

Andando para frente, chegamos a Jânio Quadros, ano de 1961. Jânio Quadros ganhou a eleição usando a "figura doméstica de sua famosa vassoura". Eu comandava o Grupo de Transporte Especial (GTE). Em 31 de janeiro de 1959, faltavam quatro dias para eu completar trinta dias de prisão disciplinar por uma briga entre dois oficiais. Ponderei com o Brigadeiro Grüm Moss, Ministro da Aeronáutica de Jânio: "Brigadeiro fui preso por trinta dias e ainda faltam quatro para eu ser libertado, apelo ao meu ex-comandante em Santa Cruz que determine que eu cumpra esses quatro dias à frente do GTE. Meu substituto é o Pavan, que é duas turmas mais moderno que eu. Não gostaria de passar por esse vexame" e Moss me atendeu. A

Revolução nos separou, mas o respeito mútuo entre nós permaneceu até sua morte. Quatro dias depois, passei o comando para o Pavan, amigo e companheiro da aviação de caça, nomeado em meu livro "Senta a Pua" como um dos voluntários que o final da Segunda Guerra Mundial, em 8 de maio de 1945, o impediu de entrar em combate. Ainda estava nos Estados Unidos da América em fase de treinamento.

Aí, veio o Jânio com as cachaçadas dele, as loucuras dele, os bilhetes dele, as brigas de galo dele. Era um cara alucinado esse tal de Jânio Quadros. Em 25 de agosto de 1961, renunciou à Presidência com vistas a voltar nos braços do povo. O povo não queria mais saber dele. Os três ministros militares assumiram o Governo, fizeram uma junta e aí vai entrar outra vez o Coronel Ari Presser Bello, agora Brigadeiro. Eu estava fazendo o Curso Superior de Comando na Escola de Estado-Maior e o Brigadeiro Ari era o Comandante da Escola. A renúncia de Jânio teve como conseqüência a prisão de muitos colegas na Força Aérea Brasileira. Todos os dias mandavam mais presos para o navio-transporte *Barroso Pereira*. De repente recebi ordem de prisão do Brigadeiro Ari Bello. Iria também para o *Barroso Pereira*. Como eu nunca tinha sido preso antes, por motivo político, justamente por não ser político partidário, disse ao Brigadeiro que sem saber por que estava sendo preso, não aceitava a prisão. Como ele também não sabia por que, fiquei de prontidão na Escola, junto com o Brigadeiro e os Instrutores que lá estavam. Voltando aos acontecimentos, eu ainda em casa, completando um trabalho para ser entregue na Escola, soube pela manhã, através da vizinha, que nos avisou: "Dona Julinha não deixe o seu marido sair de casa, porque o apartamento está cercado. Bateram no meu filho nessa madrugada e o Sérgio, filho do Coronel Pamplona, também, foi agredido." Eles apagaram a luz da entrada do edifício para facilitar a truculência de sua ação.

A Polícia cercou meu apartamento, mas não entrou em minha casa. Tomei a decisão de reagir à prisão. Pus meu braço direito em uma tipóia simulada, camuflei a pistola e desci. Chegando à portaria não encontrei ninguém. Tomei o ônibus da Escola e fui para o Galeão. Apresentei-me ao Comandante Ari Bello com essas palavras: "Brigadeiro, o senhor sabe que essa noite a polícia cercou minha casa?" Ele respondeu: "É verdade." "Mas o senhor sabia que eu não iria ser preso em minha casa, nem pela Aeronáutica e muito menos pela polícia. Considero essa violência um atentado contra minha vida, portanto, adquiri o direito, também, de tirar a sua. Como o senhor está armado e eu estou armado, vamos conviver aqui, mas nesse clima de desconfiança absoluta." "Mas estou cumprindo ordens superiores." Perguntei: "Ordem de quem?" "Do Brigadeiro Márcio Melo e Souza." Retruquei: "Mas esse Brigadeiro quando vestia a camisa integralista – era capitão –, sua célula era comandada por um taifeiro, que diabo é isso? Que moral tem ele para me prender?" "É que ele é o Comandante da

Força Aérea nos três Estados: Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais." "Pois é, mas não cometi crime nenhum e não vou aceitar essa ordem."

"Agora vou lhe fazer uma proposta, para que possamos conviver nessa prontidão, enquanto durar essa patacoada inconstitucional dos três ministros militares: vamos ficar presos aqui com o portão da Escola fechado a cadeado e se aparecer algum golpista tentando entrar, ele que se cuide."

Ficamos mais três dias e a paz voltou ao País. Nesse recolhimento compulsório, tive a chance de conversar, francamente, com o Brigadeiro Presser Bello. Abrimos o jogo um com o outro, voltando ao passado, esclarecendo episódios que precisavam ser esclarecidos. Relembramos seus tempos de Tenente do Exército de passagem por São Luís/MA e eu, com 15 anos, aluno do Colégio São Luiz, depois na Escola Militar do Realengo, em 1939, quando ele, como Comandante de Esquadrilha, não quis que eu representasse a Escola no filme *Águia Cega*; outras dúvidas tivemos também na Escola da Aeronáutica; o 11 de Novembro, em Santa Cruz etc. Falamos de tudo e assim ficou esclarecido. Daí em diante, tornamo-nos amigos respeitosos.

O Brigadeiro voltou ao assunto do episódio Jânio: "Quando recebi ordem para lhe prender, ninguém da Escola quis aceitar a missão. Tentei junto à oficialidade do Comando de Transporte Aéreo (COMTA) e também ninguém quis lhe prender." De repente, apareceu o Comandante do Parque de Viaturas, o Coronel Firmino Ayres de Araújo.

O Firmino é o homem lá do Nordeste, do Senta a Pua.

É esse aí que eu cito no meu livro "Senta a Pua!" O Firmino chamava todo mundo de Zé. Fui seu aluno na Escola de Aeronáutica, seu co-piloto em patrulhas na Base de Salvador e amigo dileto, enquanto viveu. Continuou Presser Bello: "Firmino você cumpre qualquer ordem?" "Cumpro qualquer ordem." "Então vai prender o Rui." "Ah, Zé Rui não vou não." Foi essa a expressão que ele usou. "Zé Rui é meu amigo."

"E não foi ninguém." A verdade é que passei mais essa crise em branco. Não fui preso também dessa vez. Essa sucessão de fatos deveria estar sendo anotada no caderninho dos golpistas.

Quando chegou a Revolução de 1964 eu era Comandante da Base de Santa Cruz. Lá, um dia, recebi fora do plano de transferência o Capitão Juarez, que foi para Santa Cruz com o intuito de me prender, acredito que dentro do esquema da Revolução, o que ficou claro, porque, uma semana antes de 31 de março, ele foi à Vila dos Sargentos junto com o Major Mascarenhas, que havia estado em Aragarças – foram, em um sábado de madrugada, falar com os graduados na Vila dos Sargentos da Base, propondo minha prisão e a sublevação da Base.

Veja que maluquice, ele falou com o sargento Mascarenhas, que era irmão desse Major Mascarenhas. O sargento protestou e denunciou o que estava aconte-

cendo, telefonando-me em seguida. Tomei as providências devidas, apresentando o Capitão Juarez, na segunda-feira, preso ao Comandante da 3ª Zona Aérea, solicitando que fosse aberta uma sindicância a respeito.

No final do expediente, fui ao Brigadeiro Teixeira, Comandante da 3ª Zona Aérea, e perguntei sobre o destino do Capitão Juarez, e ele disse: "Eu o mandei embora, é um garoto." Muito aborrecido com o Teixeira disse: "Então, esse Capitão vai para a Vila dos Sargentos tentar tomar a Base, eu o mando preso para cá e o senhor simplesmente o liberta? Francamente, o caso é real e o senhor não está levando a sério. Estou comandando uma Base onde existem três mil e tantas pessoas, entre civis, sargentos e oficiais. Tenho três Unidades aqui sediadas – o 1º Grupo de Caça, o 1º Grupo de Aviação Embarcada e o Grupo de Controle e Alarme. Venho dormindo na Base quatro dias por semana, como se eu estivesse de mal com a minha mulher e o senhor faz uma coisa dessas?" "Calma, rapaz, isso não vai dar em nada."

Mas o 31 de Março foi a resposta que tivemos. As previsões do Brigadeiro Teixeira não se confirmaram. O General Mourão pôs a tropa na estrada e marchou contra o Rio de Janeiro. Por duas vezes, o Conselho de Segurança, através de um colega que já morreu, me telefonou: "Rui dá uma corrida nessa coluna do Mourão, basta uma passagem que você faz o serviço nele. Eles vão embora."

Eu lhe disse: "Olha, tenho uma cadeia de comando e a cadeia de comando é o Brigadeiro Teixeira, é ele quem manda na Zona Aérea, e na minha Base." Se der a ordem e eu puder cumpri-la vou fazê-lo; hoje, no entanto, com esse mau tempo, parece que não há jeito. Atacar uma coluna de blindados é fácil. Sou doutor em coluna, porque só fiz isso na guerra. Se eu quiser parar a coluna, sem morrer ninguém, basta atirar no carro da testa e no último. Com esse procedimento o pessoal foge. Depois é só botar fogo nos outros. Mas não vou fazer; sem ordem, não faço isso.

Impaciente por esperar, lá pelas 16h decolei no jatinho *Paris*, tendo como co-piloto o Tenente-Coronel Berthier, Comandante do 1º Grupo de Caça. Passei para o topo das nuvens – 5.500m – chamei o radar Galeão, pedindo ao operador que me levasse à vertical da cidade de Paraíba do Sul. Fiz a primeira tentativa e encontrei a coluna próxima a Areal. Assinalei no mapa da revista *Quatro Rodas*. Quando passei pelas viaturas, foi uma correria só. Pânico total, por falta de espaço para manobrar, em plena Serra do Mar e com o tempo reinante, voltei a 5.500m e fiz nova tentativa.

Chamei, de novo, o Galeão para me levar outra vez para cima de Paraíba do Sul. As palavras do Berthier – que era meu amigo, mas estava formal, com um constrangimento terrível – foram essas: "Coronel Rui, nessa segunda tentativa, vamos morrer." Eu lhe respondi com essa frase: "A gente só morre uma vez."

Nova passagem sobre a coluna, novo pânico. Voltei ao topo das nuvens novamente e chamei o Galeão que me transmitiu a seguinte mensagem: "O Brigadeiro Teixeira está pedindo a sua presença na 3ª Zona Aérea." Respondi: "Você avisa ao Brigadeiro Teixeira que estou com o Comandante do 1º Grupo de Caça a bordo, vou deixá-lo em Santa Cruz e volto para falar com ele."

Deixei o Berthier em Santa Cruz e fui para o Santos Dumont falar com o Brigadeiro Teixeira. Encontrei-o no corredor, acompanhado de umas quinze pessoas, indo para a pista. Ao ver-me, falou informalmente: "A Vila Militar entregou a rapadura." "E agora?" "Estamos indo para a casa do Ministro Botelho ouvir suas instruções, suas ordens."

Eles usaram um C-47 da Base do Galeão e eu segui no jatinho *Paris*. Na casa do Ministro Botelho, fomos recebidos – ele emocionado, com lágrimas – nos disse: "Meus amigos, o Presidente estava aqui no Rio e sem comunicar nada a ninguém foi para Brasília. Em Brasília, também, sem comunicar nada a ninguém, foi para o Rio Grande do Sul. Então, a minha ordem – que foi dada no dia 1º de abril – é a seguinte: Voltem para suas Unidades e aguardem instruções. Nós perdemos a Vila, que não reagiu, e o General Mourão está chegando aí. Regressem, pois, às suas Unidades e aguardem novas instruções."

Para não deixar dúvida sobre meu vôo sobre a coluna do General Mourão, nem uma vez, repito, nem uma vez, eu disse que ia bombardear essa coluna. O avião a jato *Paris* era uma aeronave de turismo, usada pelo *GTE* para conduzir passageiros importantes. Estou lhe dizendo agora que esse foi o fato. Realmente, queria saber a posição da coluna, porque, se parasse a chuva e me mandassem atirar na coluna, eu sei como parar uma coluna. Cumpriria a ordem, sem matar ninguém. Sempre agi em obediência à carta de meu pai: "Nos momentos de loucura coletiva, deves ser prudente não atentando contra a vida dos teus concidadãos." A carta do meu pai esteve sempre presente... até hoje. As minhas palavras quando saí de Santa Cruz foram inspiradas nessa carta." Uma mensagem para o 1º Grupo de Caça: "Vocês estão sentados numa arma perigosíssima, com quatro canhões 20mm, com foguetes, com bomba incendiária e bomba de demolição. Não as usem contra o povo brasileiro; não façam o papel que o Péron fez lá na Casa Rosada."

Ainda na BAGL, quando estávamos jantando, chegaram dois pilotos – Major Baliu e Capitão Hugo Hartz – e um oficial de manutenção, Coronel Nicoll, que era sobrinho ou primo do Brigadeiro Nicoll.

Dirigiram-se a mim: "Coronel Rui, quem falou foi o Baliu, estamos com dois C-54, temos vinte sargentos e temos muito armamento que tiramos do Depósito de Material Bélico. Vamos voar agora para Porto Alegre, onde nos uniremos às forças que estão defendendo o Presidente. O senhor concorda em vir conosco?" Respondi: "Meus

caros, essa pergunta é impertinente, deveria, por questão de hierarquia, ser dirigida ao Brigadeiro Teixeira, que é o mais antigo e é o Comandante da 3ª Zona Aérea. Mas não os deixarei sem resposta, até porque não gostaria de ser influenciado pela resposta do Brigadeiro Teixeira. Em suma, sua pergunta, no mínimo, não foi delicada. Aqui está minha resposta: Há dois fortes motivos para não aceitar o convite. Todos nós aqui presentes estivemos juntos na residência do Ministro Botelho que, em resumo, nos disse: "O Presidente, sem consultar e sem avisar – pelo menos a mim, seu Ministro – voou para Brasília e, também, sem dizer nada, decolou para Porto Alegre. No momento, desconheço onde realmente ele estará. Essa atitude é um indicador de que ele quer evitar o confronto entre irmãos – a guerra civil. Seguir com vocês me soa uma aventura. Acho até que vocês, provavelmente, não o encontrarão mais em território brasileiro. É um motivo para não aceitar o convite. O segundo motivo, mais forte ainda, é que deixei Santa Cruz, dizendo aos meus comandados que voltaria." O convite foi imediatamente dirigido ao Brigadeiro Teixeira, que lhes deu a seguinte resposta. "O Rui tem razões suficientes para não ir, eu faria o mesmo se não fosse o ódio que esse pessoal tem contra mim. Se eu ficar aqui, serei crucificado. Vou com vocês."

Despedi-me e fui para o jatinho *Paris* que estacionei ali perto. O local em que eu o deixara estava completamente alagado. Se fizesse qualquer tentativa de decolar, as turbinas apagariam, possivelmente até durante o táxi. Pedi emprestado ao Neiva um C-47 e um co-piloto e fui para Santa Cruz. Fiz três tentativas para descer em Santa Cruz, tal era o tempo. Meu co-piloto foi o Capitão-Aviador Dallalana, meu amigo e ex-comandado. Para pousar em Santa Cruz, a chuva era tão forte e a visibilidade tão precária, que consegui pousar só na terceira tentativa. Nas duas primeiras, o controlador da torre, dizia: "O senhor está sobre a pista, está livre para aterrissar." Ele via o avião e a pista, eu não.

Logo após o pouso, reuni a Base no cinema e narrei aos meus comandados, o que tinha acontecido na casa do Ministro. Terminei meu discurso assim: "Está encerrada a prontidão, o golpe militar venceu." Vamos aguardar os nossos substitutos e acrescentei: "Não quero ninguém armado na Base, a não ser o pessoal de serviço e eu. Podem até usar a arma discretamente, mas quem estiver com a arma no coldre, ostensivamente, está me desafiando e eu não vou tolerar esse procedimento." "Está encerrada a reunião. Boa-noite."

Fui dormir. Com a prontidão encerrada, o pessoal de serviço ficou exercendo a segurança normal rotineira. Isso era mais ou menos nove e meia para as dez horas da noite.

De repente, sou surpreendido com a chegada de Dona Julinha, minha esposa. Pelo inesperado, foi um verdadeiro choque. Ao entrar no quarto, lhe pergun-

tei: "Mas o que é que você veio fazer aqui?" "É que, quero ficar com você!" "Mas isso aqui, Julinha, pode se transformar num tumulto, numa coisa muito desagradável, para mim e para você." "Mas fico com você, está bem?" Eu me deitei, estava muito cansado.

Mais ou menos às duas horas da manhã, um major, que estava de serviço na Base, bateu em minha janela e disse: "Coronel, está aí o Coronel Pires, Esron Saldanha Pires, que quer conversar com o senhor. Imediatamente imaginei que o Pires fosse me substituir. Eu tinha uma mensagem do Gabinete do Ministro na mão dizendo: "Passe o comando da Base imediatamente ao substituto legal que está sendo providenciado." Não tinha assinatura, mas a sigla MINIAER (Ministério da Aeronáutica).

"Diga ao Coronel Pires para ele fazer o favor de se desarmar e colocar a pistola em cima da minha mesa." Cheguei lá a pistola estava em cima da mesa. Guardei-a em minha gaveta e disse: "Pires, qual é o problema, o que é que você quer?" Ele disse: "Não há problema, estou com esse telegrama aqui e vim assumir o comando da Base." Mais uma pergunta: "Pires, não me lembro de, alguma vez, ter visto você em Santa Cruz e olha que servi nessa Base quase 11 anos. Não lembro de tê-lo visto aqui, visitando, ou em alguma solenidade, ou mesmo por curiosidade para ver o hangar do Zeppellin." "Não Rui, realmente, nunca vim à Base de Santa Cruz." E era Coronel antigo e não conhecia a Base mais bem equipada da FAB!

Com toda a franqueza, mas com respeito e amizade – ele era uma turma mais antiga do que eu – lhe disse: "Então, você não é o homem indicado para comandar essa Base. Nosso efetivo – militar e civil – é da ordem de três mil e poucas pessoas, com 178 oficiais, cerca de 750 sargentos e, mais ou menos, setecentos cabos e soldados e, aproximadamente, trezentos civis." Ele respondeu: "Puxa, mas estou com essa ordem." Fiz algumas considerações e sugeri que ele falasse com quem assinou a ordem, o Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, com o que ele não concordou. Ainda comentei com o Pires, essa ponderação visa preservar sua integridade física, o pessoal está revoltado, saio daqui às duas horas da manhã e você aparece como Comandante, surgirá a pergunta: "Onde está o Coronel Rui?"

Comentário dele: "Então vamos falar, mas você fala." "Não tem problema, eu falo." Ligamos para a cidade e atendeu, no gabinete, o Brigadeiro Dario Azambuja, que estava como Chefe de Gabinete do Melo. Até fui grosso com ele. "Quem está falando?" "É o Rui Moreira Lima!" "Quem está falando?" "É o Dario, Rui, é o Dario." Eu lhe disse: "Já pegou um galho Brigadeiro", fiz essa ironia desrespeitosa. "Pegou um galho não. O Melo é quem me botou aqui." "Desculpe, trata-se do seguinte: está aqui o Coronel Pires, que acho que não é o homem certo para comandar a Base nesse momento. Acho que quem deveria vir para cá seria, como sugestão, o Coronel Burnier

ou o Coronel Becker, ambos de minha turma. O Becker, porque foi meu comandado quando comandava o 1º Grupo de Aviação Embarcada. Sua presença seria bem recebida e não haveria solução de continuidade. Quando me ausentava da Base para voar no CAN, era ele o substituto. Quanto ao Burnier, tem experiência suficiente como comandante, tem presença, tem voz de comando e exerce liderança." "Ah, mas isso aí Rui é melhor você falar com o Melo."

Liguei para o Ministério. Atendeu-me agressivamente: "Moreira Lima você não recebeu o meu telegrama, o meu rádio?" "Recebi sim senhor." "Pois passe o comando dessa 'merda' agora." Respondi: "Não, não, não é assim, não, o senhor considera 'merda' porque o senhor sempre considerou a FAB uma 'merda', porque quando o uniforme era sapato preto, o senhor usava sapato amarelo, quando era amarelo o senhor usava preto. Quando um cadete ia desligado por indisciplina de vôo, o senhor desatacava seu colega – Brigadeiro Fontenella, Comandante da Escola – e voando o Boeing P-12, fazendo acrobacia à baixa altura sobre a pista dos Afonsos, impedindo o tráfego normal dos cadetes. Isso é indisciplina Brigadeiro. É mau exemplo. O senhor pode até me considerar "uma merda", mas respeite minha Base. Dessa maneira, nós não podemos conversar."

Retrucou: "Mas você tem que passar o comando agora." E eu lhe disse: "Não, não vou passar não. O senhor me conhece, fui seu Oficial de Gabinete, duas vezes, quando o senhor era Ministro, fui Comandante do Grupo de Transporte Especial (GTE), então o senhor me conhece bem, e sabe minha maneira de agir, a minha franqueza, a minha lealdade, inclusive agora, com o senhor. E o senhor vem agora com esse telegrama me escorraçando de madrugada de minha Base."

E acrescentei: "Olha, Brigadeiro, vou lhe dizer uma coisa que o senhor não vai gostar de ouvir. Vou passar o comando da Base às nove horas da manhã com a tropa em forma, como manda o Regulamento de Continência da Aeronáutica, cumprindo todos os itens: Leitura do seu telegrama, leitura da Ordem do Dia e do Boletim, tudo direitinho. E o senhor – ele era o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica no Governo João Goulart – pode vir, é meu convidado." Na ocasião, o senhor poderá repetir aquelas palavras que disse em julho de 1962, quando recebi o comando do Coronel Coutinho Marques, que eu era um oficial padrão." Com isso, ele perdeu a paciência, e me disse um palavrão e eu respondi: "Vá você."

Após o incidente telefônico, reuni os comandantes das Unidades subordinadas, apresentando-os ao Pires. Todos esses oficiais estão de acordo com o golpe presente. São todos a favor. Naquela noite de 31 para 1º de abril, ainda julgava que o Brasil estava vivendo uma crise política, tipo golpe de estado, e continuei: "Converse com eles livremente. Pela manhã, às 9h, faremos a passagem de comando."

"Todos são leais a mim, pelo regulamento e, mais tarde, a você, pela nova ordem que iremos enfrentar." Para ratificar o que afirmei, perguntei ao Tenente-Coronel Berthier e aos outros oficiais superiores: "Quem é que comandará a Base até passagem de comando, às 9h?" "O senhor, meu comandante." "Ouviu Pires? Todos são leais." Fui dormir. Ainda noite, alguns oficiais tentaram tomar o Material Bélico. As ordens que deixara com o chefe eram claras e por escrito. Ninguém se arrisca a entrar diante de uma guarda armada com Ina.

A formatura e a cerimônia foram realizadas dentro do hangar do Zeppelin. O mau tempo atravessou o 30, 31 e 1º de abril. Não houve trégua na chuva. Na minha Ordem do Dia, recitei a maioria do texto da carta do meu pai – tenho-a de memória – e disse que, naquele momento em que eu estava passando o comando, existiam dois governos, um, o de fato, o que me obrigou a passar o comando para o Coronel Pires, ao qual estou obedecendo agora. O outro, o legítimo, estava aqui no Rio, foi para Brasília, foi para o Rio Grande do Sul, não sei onde é que ele está nesse momento. Esse não existe mais, considero o governo antigo. O Coronel-Aviador Esrom Saldanha Pires, meu colega, meu companheiro, contemporâneo de Escola Militar e meu amigo, será o comandante da Base. Nós dois aqui, nesse grande palco, somos apenas dois atores e vocês os espectadores. Tudo que recebi de vocês nessa Base, em lealdade, disciplina, respeito à hierarquia, em profissionalismo e trabalho, passem tudo para ele, porque nós – eu e ele – não temos culpa de estarmos vivendo esse momento histórico.

Dirigi-me aos pilotos do 1º Grupo de Caça: "Quero fazer uma recomendação antes de terminar a minha Ordem do Dia, que é verbal, não escrevi. Vocês têm uma responsabilidade muito grande com os aviões sob suas guardas. O *Gloster* é um avião que tem quatro canhões de 20mm, leva foguete nas asas, leva duas bombas, bomba gelatinosa, essa bomba que queima até o chão ou, então, bombas de demolição e incendiárias. O *Gloster Meteor* F-8 se mal empregado, é perigoso.

Existe um precedente na América do Sul ao tempo do Perón. Lá, as Forças Armadas usaram o Gloster – Mark 4 – que é semelhante ao Mark 8, contra o povo argentino, mataram civis na Praça de Mayo.

Tenho na memória a carta que recebi de meu pai, no dia 31 de março de 1939, quando ingressava na Escola Militar do Realengo: "O povo desarmado merece o respeito das Forças Armadas; é esse povo que deve inspirá-la nos momentos graves e decisivos", – como é esse agora – vou repetir, tornei a repetir. "Nos momentos de loucura coletiva é preciso ser prudente, não atentando contra a vida dos seus concidadãos; o soldado não conspira contra as instituições pelas quais jurou fidelidade." Isso é importante para vocês, para o Comandante do Grupo e para os pilotos e pessoal de

apoio. “O povo desarmado merece o respeito das Forças Armadas.” “É esse que deve inspirá-las nos momentos graves e decisivos.”

Em seguida, dirigi-me ao 1º Grupo de Aviação Embarcada: “Vocês também comandam o P16, um excelente avião anti-submarino, que possui um grande poder de fogo, conduzindo também um verdadeiro laboratório de eletrônica como auxílio no emprego dessa aeronave. Cumprir ordens é o nosso dever, quando se trata do inimigo externo. Contra os irmãos de arma ou contra o povo, vale a pena pensar. O momento que estamos vivendo, hoje, é grave.” Assim, aconteceu a passagem de comando, mais ou menos às 11h deixei Santa Cruz e fui diretamente para a 3ª Zona Aérea, apresentando-me ao Brigadeiro Francisco Teixeira e ao Chefe de Estado-Maior, o Coronel Carlos Alberto Martins Alvarez. “Estávamos o aguardando para irmos nos apresentar ao Brigadeiro Correia de Melo, no Ministério da Aeronáutica.”

É até engraçado que, quando o carro saiu pela rua, o povo estava muito de acordo com a Revolução. No deslocamento para o Ministério, os passantes nos aplaudiam, batendo palmas, o que era natural, porque ainda estávamos usando um carro oficial.

No Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica – o Brigadeiro Melo – agora o representante da Revolução na Aeronáutica, fizemos nossa apresentação. Havia muitos oficiais, uns trinta ou quarenta, não me lembro quantos circulando. O Brigadeiro Francisco Teixeira se apresentou e indagou por suas ordens e ele disse: “O senhor vai para casa e aguarda as ordens.” Quando chegou a minha vez eu disse: “Brigadeiro Melo, essa madrugada terminamos uma conversa num desaguizado que poderia ter sido evitado, mas aconteceu.” Assim, eu queria fazer mais uma ponderação: “Qual é a ponderação?”, em atitude de desafio, que era próprio do Brigadeiro Melo.

A ponderação é a seguinte: “Moro na Rua Raul Pompéia, 240, praticamente há quarenta anos. O porteiro do prédio foi mestre-de-obras na construção, os meus vizinhos são, a maioria, meus amigos, todo mundo ali me conhece; em frente, mora um colega de turma do Liceu do Maranhão, e tem ainda o irmão do Getúlio, que se dá comigo. Ali, todo mundo me conhece, menos o Tom Zé, que é o bicheiro que domina o morro do Cantagalo e o Pavãozinho.”

E continuei: “Não gostaria de ser preso por uma patrulha da Força Aérea Brasileira, chegando num *jeep,* com equipamento de combate, capacete, metralhadora Ina etc., me dando voz de prisão como se eu fosse um Zé da Ilha qualquer. Melo falou em voz alta para os presentes: “O Moreira Lima disse que não vai ser preso.” “O senhor está torcendo as minhas palavras, eu não disse isso, eu disse que não vou ser preso com essa exibição. “Por favor, Brigadeiro, eu já estou preso?” “Não, você pode se retirar e ir para sua casa.”

“Desculpe minha insistência Ministro, daqui a uns trinta minutos estarei em casa, se o senhor ou qualquer um chegar ostensivamente e em uniforme de campanha

em minha casa, vou perguntar ao Comandante da Patrulha: O senhor veio me prender ou o senhor veio me visitar? 'Estou cumprindo ordem Coronel Rui, o senhor está preso.' Vagarosamente desabotoarei os dois últimos botões do dólman, tirarei a pistola e direi: 'Dou um tiro em quem puser o pé neste batente.' Pode ser que eu seja baleado, antes que eu use minha arma. Essa é minha decisão Ministro Melo."

Não se tratava de um quixotismo nem de valentia barata, apenas não queria ser humilhado. Poderia ter morrido, considerando que estava contrariando um fato novo – a Revolução de 31 de Março – certo ou errado, não sairia preso andando, seria baleado ou morto. Até aquele dia – 1º de abril de 1964 – nunca fui preso por motivo político. Como até hoje, nunca pertenci a nenhum partido. Para não dizer que não tinha partido, tinha sim, fazia parte do Partido de Tiradentes, aquele que foi torturado, enforcado, esquartejado, depois de morto, em defesa da liberdade do povo do Brasil. Odeio os partidários de Silvério dos Reis. Encerrando o desagradável diálogo com o Brigadeiro Melo, ele me perguntou: "Mas você será preso?" "Sei disso, prenda-me por telefone." Graças a Deus o Brigadeiro Melo era um sujeito destrambelhado, mas um homem corajoso e, como todos nós, feito de carne e osso. Conversamos olho no olho e, em nenhum momento, houve qualquer manifestação de desrespeito entre nós. Ele compreendeu que eu estava ferido e mandou-me embora.

Dois dias depois, o Brigadeiro Baiena – Nelson Baiena de Miranda – oficial do seu Estado-Maior, telefonou-me: "Moreira Lima, você podia dar um pulinho aqui no Estado-Maior?" "Tem que levar escova de dente, toalha, chinelo?" "É, é melhor você trazer." Então, fui para lá, onde houve, também, um incidente. Essas coisas são assim e eu até nem gosto de falar nisso, mas cheguei lá e disse: "Quero ver o meu mandato de prisão." Tomei conhecimento indignado de que o meu inquiridor no IPM da Força Aérea Brasileira seria o Tenente-Brigadeiro Antonio Guedes Muniz.

Guedes Muniz era uma figura conhecida nas Forças Armadas como um quatro estrelas, formado em engenharia aeronáutica, era piloto, projetou e construiu os aviões de instrução Muniz-7 e Muniz-9, enfim, tinha todos os méritos na FAB. Mas ele foi muito mal falado administrativamente quando dirigiu a Fábrica Nacional de Motores (FNM). "Brigadeiro Baiena, com a má fama que o Muniz tem, não o reconheço com moral para me inquirir nesse IPM. Se acontecer, declararei isso em público e não responderei suas perguntas." O Brigadeiro Muniz foi substituído no IPM, na véspera em que eu deveria ser interrogado. Talvez minha recusa inicial tenha influído na substituição do Brigadeiro Muniz pelo Marechal-do-Ar Ajalmar Vieira Mascarenhas.

Em seguida, disse ao Brigadeiro Baiena que ele estava fora do uniforme. Estava usando sua pistola .45 no bolso da calça. Comentei e tirei-a com certa força, rasgando um pouco sua calça. O senhor deve usar sua arma regulamentar no coldre.

Pedi o coldre de um Major presente, pus o coldre no Brigadeiro e a coloquei na cintura. Sei que foi uma violência e hoje não faria isso. Mas fiz, era o início de uma revolução e o pessoal não estava ligando muito para o que poderia acontecer. Antes de deixar a sala de Baiena, perguntei-lhe: "Responda-me, Brigadeiro, o senhor que sempre foi escalado para fazer inquéritos sobre improbidades administrativas, diga-me se não estou certo de que o Brigadeiro Muniz deixou a FNM por improbidade administrativa?" "Não sei nada sobre isso Moreira Lima." Voltei-me, então, para o Coronel que deveria me escoltar até o 1º Distrito Naval. "O Brigadeiro Baiena está com medo de falar, o que você me diz sobre isso? O Brigadeiro Muniz é ou não é culpado? "Estou fora, gaúcho velho; eu não sei nada disso." "Não sou gaúcho nem velho. Você está, como o Brigadeiro Baiena, com medo de falar a verdade." Comentei em voz alta para os poucos presentes, inclusive para o major que cedera o coldre para eu colocar a pistola do Brigadeiro Baiena. "Essa é a diferença que existe entre o Brigadeiro, o Coronel e eu. Daqui a pouco vou ser metido no porão de um navio da Marinha e não tenho medo de afirmar que o meu futuro inquiridor não tem moral para me inquirir e eles, covardemente, se encolhem."

"Brigadeiro Baiena, vou lá para baixo esperar por quem vai me levar para a Marinha." Tomei o elevador e desci."

Quem me acompanhou até o Estado-Maior da Aeronáutica foi o Coronel Helio de Amorim Gonçalves, meu cunhado, amigo e herói de Montese.

O Coronel Amorim tem história, foi ferido em combate, é herói da FEB. Deu uma ótima entrevista registrada no Tomo 4, da História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Não esqueci.

Exatamente, ferido em combate. Ele é uma pessoa extraordinária; é revolucionário de 1964, pensamento completamente diferente do meu, vamos dizer assim, o pensamento nosso era contrário, tínhamos idéias opostas.

Ele é seu cunhado.

Irmão de minha mulher, irmão de Julinha. O Hélio me acompanhou a pedido de Julinha e, de repente, testemunhou as cenas descritas. Pouco depois de ir lá para baixo, chega o Zamir – Coronel Aviador Zamir de Barros Pinto. Percebi que ele seria minha escolta: "Rui estou numa situação difícil, vou te acompanhar." "Ah, rapaz, nem sabia que você estava aqui por isso. Então, vamos embora."

Fomos para o 1º Distrito Naval e mal chegamos na porta do quartel, fomos recebidos por dois fuzileiros e um capitão-tenente. Continências e tal e ele entregou o ofício ao capitão." "Está entregue o prisioneiro." "Assim não, Zamir, você observe que nós dois estamos com a nossa farda, somos coronéis, isso é o azul baratéia do nosso uniforme, é a nossa glória, é a nossa honra, é a nossa dignidade.

Não aceito que um capitão me receba aqui com ofício, como se eu fosse um prisioneiro qualquer. Desta forma, eu não aceito. Deve haver lá em cima uma autoridade responsável por isso."

Era um almirante, não me lembro o nome, era um homem magro e muito educado, foi de uma delicadeza enorme comigo. "Almirante, estou exausto, muito cansado. Por favor, mande-me logo para a prisão." Ele chamou um oficial meu conhecido e que, agora, não estou lembrando o nome, mas foi corredor de 800 e 1.500 metros na Taça Laje. Mais tarde, corremos pelo Fluminense. Foi ele que me acompanhou e me levou para o navio *Barroso Pereira*.

Na hora de sair, eu disse: "Almirante eu queria fazer um apelo ao senhor." "Qual é?" "Que o senhor me revistasse, não quero ser revistado por um oficial de patente inferior à minha." Sempre levei muito a sério a hierarquia militar.

"O senhor tem alguma coisa." "Não senhor." "Então, vale a sua palavra." "Não senhor", já fui abrindo a mala e derramei-a – era uma malinha que eu usava no jatinho para as pequenas viagens. Derramei tudo no chão, uma grosseria enorme. Ele disse: "Coronel, não é preciso." Nesse instante, encontrei um punhalzinho no meu *nécessaire,* era um punhalzinho tipo suvenir, que a gente comprava lá na Paraíba, coisa de paraibano, de arataca. "Está aqui, nem tinha visto, peço que você entregue isso a Julinha" e o entreguei ao Zamir.

Fui, então, para bordo do *Barroso Pereira* e nesse navio fiquei convivendo num ambiente de barata, de rato, num lugar sórdido à beça. O meu sanitário era daquele que você equilibra no pé em um buraco, muito chato aquilo. Não tinha chuveiro, tinha pia. Então, resolvi fazer uma greve de fome. Passei três dias lá, sinceramente confesso a vocês, quando a gente quer o sujeito agüenta. Agüentei esses três dias pelo menos com uma fome danada, doido para comer qualquer coisa, mas tinha um compromisso, eu disse que não ia comer e cumpri. Iria, sei lá, até às últimas conseqüências. E quando eles vinham com a comida e colocavam o prato no chão, um prato de esmalte – e este escorregava para chegar ao fundo. Estávamos no último deque. Eu pegava o prato e o jogava lá; arremessava na porta que acabara de fechar. Aquilo tudo ficou impregnado de sujeira.

Três dias depois, veio um capitão e disse: "O senhor vai mudar de prisão." Disse-lhe, então: "Está ótimo."

Nesse ínterim, Julinha foi ao Brigadeiro Nero Moura e disse: "Brigadeiro, eu não peço nada para o Rui. Quero apenas que ele não seja discriminado: ele está num navio diferente, sozinho." O Brigadeiro Nero falou com o Castello Branco. O Castello Branco havia me elogiado em boletim por ocasião da guerra, foi meu professor duas vezes na manobra de 11 de novembro, quando era Comandante da ECEME e eu estava

justamente naquela manobra de fim de ano. E ele prontamente atendeu ao Brigadeiro Nero e me mandou para o *Princesa Leopoldina*.

O Comandante do navio mandou me chamar. Fiz a barba, me ajeitei, entrei numa lancha, que eles chamam de aviso, marinheiro complica tudo, chama lancha de aviso, e fui transferido para o *Princesa Leopoldina*. Eram pouco mais de 19h.

Durante o trajeto, decidi mudar de atitude: "Puxa, estou sendo burro, vou mudar o meu comportamento. Vou ser mais educado, vou procurar me controlar, em vez de estar com essa mania de reclamar de tudo. Isso é um fato, estou preso e não tem jeito." Quando cheguei lá, o Comandante Santos Lima, creio que era capitão-de-fragata, me recebeu com grande afabilidade.

Observei de cara que o navio ostentava o galhardete de almirante. O navio-prisão guardava três brigadeiros, dois almirantes e dois generais. Ainda hoje não sei, mas acho que o galhardete de almirante deveria obedecer a esse detalhe.

Quando cheguei a bordo, o Santos Lima me tratou muito bem e eu o tratei como deveria, também muito bem. Ouvindo seu nome, lembrei-me do grande cirurgião do Hospital dos Servidores – Doutor Santos Lima – e perguntei: "Santos Lima, você tem um irmão médico no Hospital dos Servidores?" Ele disse: "Tenho." "Você sabe que ele me operou?" "Sei que lhe operou, que até recebeu uma caixa de uísque de presente e que ele gostou muito do senhor." "E você é parecido com ele."

Daí em diante, o gelo foi quebrado antes de ser recolhido ao camarote. Disse-lhe: "Santos Lima, acho que agora que nos conhecemos melhor, você já pode me mandar para o porão desse belo navio", disse rindo. "Não senhor, o senhor vai para um camarote com ar-condicionado. Aqui não há nenhum prisioneiro oficial ou sargento preso em porão, todos estão em camarotes com ar-condicionado." "Que bom, isso é ótimo, porque no *Barroso Pereira*, amarguei um porão." "O senhor toma um cafezinho?" "Não, obrigado. Já não tomei o da FAB antes de vir para cá, recusei o do Almirante no Distrito Naval e também não quero o seu. Por favor, mande-me logo embora porque estou muito cansado." Estava cansado mesmo. Tudo ia bem até aquele ponto. Complicou quando tentou me revistar: "Coronel, antes do senhor sair, tenho um pequeno problema?" Eu disse: "Qual é?" "Tenho que fazer uma revista no senhor." Protestei, delicadamente, dizendo-lhe que o Almirante já havia me revistado", e acrescentei: "Sugiro que lhe pergunte por telefone ou telex." Imagine que, por minha iniciativa, pedi ao Almirante, antes de ir para o *Barroso Pereira*, que me revistasse, argumentando que não gostaria de ser revistado por alguém de patente inferior. Ele falou: "Para mim, tratando-se do Coronel Rui Moreira Lima, sua palavra é bastante para não ser revistado." Contei-lhe a grosseria que fiz ao Almirante, ao abrir minha mala e lançar tudo no chão. Depois desse

gesto, pedi que o Almirante me desse um documento, alforriando-me da revista. Ele foi direto: “O senhor tem minha palavra, que não será mais revistado na Marinha.”

Santos Lima ouviu e, impassível, repetiu: “Lamento, Coronel Rui, mas é a rotina de segurança do navio. Veja só, tenho aqui punhal, peixeira, navalha, revólver etc., tudo confiscado dos oficiais prisioneiros.” Contudo, insisti na liberação de minha revista, não sendo atendido. “Está bem, você quer e vai me revistar. Vou facilitar sua tarefa.” Chamei um fuzileiro parrudo que ia passando e mais três que estavam próximos. Agora venham me revistar. “São seis contra um. Terão que me agarrar, bater, jogar-me no chão, rasgar minha roupa e tudo mais. De graça, não vai revistar. Isso é uma violência, abuso de autoridade, covardia e uma indignidade.” Santos Lima hesitou e disse: “Está bem, Coronel, o senhor está dispensado da revista.” Dias depois soube que a revista dos prisioneiros era feita próximo ao portaló, o local mais freqüentado de qualquer navio. O prisioneiro ficava nu, sob as vistas dos passantes.

O ambiente criado pelo critério adotado do preso incomunicável foi melhorado por um pequeno detalhe que passo a relatar, recordando o Coronel Jarbas Ferreira de Souza, que, desde o primeiro dia em que entrou no *Leopoldina*, permaneceu fardado com dólman, gravata e tudo mais exigido pelo regulamento. Era muito reservado e pouco falava com os companheiros. De repente, soube que, naquele dia, ele completava 52 anos. Quando todos sentaram para o jantar, levanteime e, em altos brados, pedi a atenção de todos para cantarmos *Parabéns pra você, Jarbas*. Acendi um fósforo, cantamos a canção e o Jarbas apagou a vela improvisada. Fizemos fila para os cumprimentos, só não houve o famoso bolo de aniversário.

O fato foi imediatamente comunicado a Santos Lima, que estava em casa e veio, de imediato, para o navio. Chegou ao *Leopoldina* às 2h da manhã. Em seguida, bateram em minha porta. “O Comandante deseja falar-lhe agora.” Aprontei-me e escoltaram-me até ele. Recebeu-me sorridente e logo cumprimentou-me: “Coronel, o senhor fez uma coisa fantástica, o senhor quebrou o gelo da incomunicabilidade, devolvendo, em nosso navio, a alegria aos seus atuais passageiros. Seu gesto homenageando o Coronel Jarbas aliviou a tensão dos primeiros dias.” E outros elogios recebi como “pessoa muito esclarecida e muito humana.” “Hoje, às 17h, também quero homenagear o Coronel Jarbas – o relógio marcava 2h da madrugada – com um coquetel em meu camarote. O senhor tem carta-branca para convidar mais quatro companheiros.” O coquetel aconteceu inicialmente com um pouco de constrangimento, transformando-se logo em uma reunião de bons companheiros. Santos Lima brilhou como anfitrião, ressaltando seus predicados de homem de boa vontade, afastando de si a figura antipática dos carcereiros. Ponto para ele.

Meus primeiros oito dias de *Princesa Leopoldina*, passei-os solitário, incomunicável, somente encontrando gente durante as refeições. Ninguém podia conversar. Ainda não estava liberado o banho de sol. No meu oitavo dia, fui chamado ao camarote do Comandante, que me pediu para acolher em meu camarote sete prisioneiros que estavam revoltados e indisciplinados. Disse-lhe que estava muito bem sozinho e que não era minha atribuição tomar conta de meus pares. Na verdade, vivia sonhando em ter alguém com quem conversar. Depois de alguns argumentos, concordei. "Pode mandar os homens." Poucos minutos depois, recebi os irmãos Suzano – um corveta e outro capitão do Exército; o Corveta Enéias – oficial de máquinas –, os capitães aviadores Dautt e Gomes de Oliveira, e um tenente mecânico de avião, Tenente Nerval. Realmente era uma turma braba." O Dautt, ao entrar no camarote, foi dizendo aos gritos: "Coronel Rui, o senhor fique sabendo que ninguém aqui vai me impedir de fugir, o senhor fez muito mal em se responsabilizar por mim." "Ô Dautt, fala baixo que parede tem ouvido e eu também quero fugir." Dautt acalmou-se, passou a falar baixo e eu lhe fiz uma pergunta: "Você sabe nadar?" "Mais ou menos." "Então, meu caro, estamos quase na barra do Rio de Janeiro, a correnteza é forte e quem cair n'água aqui, se nadar somente "mais ou menos", morre afogado. Outro dado importante é o diâmetro da vigia e a altura – mais ou menos 2m e 50cm – dela em relação ao mar. Se você conseguir se esgueirar e pular n´água, o barulho causado pelo impacto vai alertar o sentinela que, armado, poderá lhe atingir. Assim, vamos fazer uma planta baixa do navio, aí sim, poderemos escolher o melhor ponto de abandono durante a fuga. Ele concordou. Tornamo-nos confidentes e candidatos à fuga. Também no dia da chegada dos "feras", o João Carlos Gomes de Oliveira ao abrir sua mala, notou a falta de seu rádio de pilha. Esbravejou, xingou e tal e eu lhe propus levá-lo ao camarote do Santos Lima para ele trazer seu rádio de volta. Expus meu plano. Eu o apresento como o filho do Senador Gomes de Oliveira – seu pai – e digo-lhe que você quer pedir desculpas por suas grosserias anteriores.

A essa altura, você já localizou o rádio e o Santos Lima, que deseja a paz, já o desculpou. Aí, eu entro em cena, pedindo licença para quebrar o protocolo, dando um abraço no Santos Lima. A cena provocará a atenção dos presentes para mim e você pega seu rádio. Deu certo. Trouxemos o rádio que era alimentado por um tipo de pilha seca quadrada de fabricação japonesa. O rádio vinha equipado com um carregador desse tipo de pilha, que, para recarregá-la, bastava ligar na tomada. Passamos os cinqüenta dias de *Princesa Leopoldina* ouvindo, à noite, o *Repórter Esso*, da Globo, e o grande jornal das 8h, da Rádio Tupi. Com alguns guardanapos de papel, passamos a escrever e difundir as notícias entre os prisioneiros.

Dessa forma, fomos levando. No final da prisão, todos sabiam que o rádio estava comigo, inclusive a segurança do navio, minha cama era revistada diariamente, durante o banho de sol. O rádio permanecia amarrado entre minhas pernas, incomodando-me um pouco, mas o macacão era folgado o suficiente, dando para tapiar a segurança.

Por essas e outras, tornei-me uma figura popular e muito respeitada a bordo. Um dia, durante o banho de sol, pedi a palavra e falei aos companheiros: "Tenho a impressão de que dessa vez não estamos lidando com um golpe desses, que depois de vinte e quatro horas, tudo se acomoda." Acho que, agora, a coisa é diferente, estamos presos, incomunicáveis, sem direito a defesa, presos na Marinha, essa gente não está brincando, esse troço vai durar.

Quando sairmos daqui, vamos procurar a Escola da Fundação Getúlio Vargas, para fazermos um curso de administração ou outra especialidade, de acordo com a tendência de cada um, para ingressar no mercado de trabalho. Nesse momento, não passava pela minha cabeça que eu seria privado de trabalhar na minha área – o vôo, mas nos cassaram a profissão de aviador.

Com uns 18 ou 20 dias de prisão, fomos premiados com o banho de sol que, gradativamente nos aumentava o tempo de exposição. No final, tínhamos mais liberdade, quando tivemos acesso a livros, campeonatos de jogos, como gamão, baralho, assistimos na televisão a partidas de futebol, fazíamos pescarias etc. Fomos, finalmente, privilegiados de nos conhecermos – oficiais das três Forças – na própria prisão.

Após 47 dias de prisão na Marinha, o pessoal da Força Aérea Brasileira voltou a seus pagos. Fomos transferidos para o quartel da 3ª Zona Aérea, sob o comando do correto Brigadeiro João Adil de Oliveira. É o ex-Coronel Adil que chefiou o inquérito da República do Galeão. Bem que a "República da Diretoria de Rotas" esperava que o Adil fosse torturar o Gregório e seus asseclas, sob sua custódia. Tratou-os como suspeitos, sem cometer nem permitir violências. As pessoas importantes que foram ouvidas, como o veterano do 1º Grupo de Aviação de Caça – o ex-Tenente Médico Luthero Vargas – filho do Presidente Vargas e muitos outros foram tratados com respeito e dignidade. Quando a imprensa noticiou falsamente que Dona Darcy Vargas iria ser interrogada, o Coronel Adil desmentiu categoricamente, protestando contra a infâmia divulgada. Enfim, os presos do *Princesa Leopoldina* passaram a ser os presos da 3ª Zona Aérea, com direito a usar o telefone, usar a área do Quartel-General por menage e receber visitas. João Adil não se contaminou com a linha dura que assumiu o Poder.

Um episódio que vale registrar e detalhar é o caso da nomeação do Coronel João Adil de Oliveira para esse inquérito do Galeão.

Antes da nomeação do Coronel Adil para presidir o IPM sobre o assassinato do Rubem Vaz, a Diretoria de Rotas, sob a direção do Brigadeiro Eduardo, abrigava um grande número de majores, todos radicais inimigos do governo eleito em 1950, cujo Presidente era Getúlio Vargas – não acuso o Brigadeiro Eduardo, mas acuso a maioria dos majores da DR, de exigirem que o IPM de Rubem Vaz fosse presidido pelo Brigadeiro Loyola Daher, tendo como auxiliar o Coronel Adhemar Scaffa. Nero Moura não aceitou a indicação da DR e nomeou o Coronel Adil de Oliveira, mantendo o Scaffa como seu auxiliar.

Depois de nomeado o Coronel Adil, um major da Diretoria de Rotas entrou intempestivamente no Gabinete do Ministro Nero Moura, dirigiu-se ao seu Chefe do Gabinete – Coronel Amarante – e disse: "Coronel Amarante, vim aqui protestar em nome dos majores da Diretoria de Rotas contra a nomeação do Coronel Adil como presidente do IPM Rubem Vaz."

Mal o Major Aviador Gilberto Toledo terminou de falar, Amarante disse: "O senhor vai protestar preso por ordem do Ministro, no Quartel-General da 3ª Zona Aérea. Coronel Ortegal escolte o Major Toledo e o entregue preso ao Brigadeiro Comandante a 3ª Zona Aérea."

Eu estava presente e o Coronel Francisco Teixeira também, éramos visitantes. O Gabinete de Nero Moura estava completo. Após a retirada do Toledo, o Coronel Teixeira opinou: "Acho Amarante, que essa prisão provocará uma crise de adesão dos majores da DR que talvez complique mais a situação." Como houve um certo silêncio, falei eu: "Penso de modo diferente. O Toledo estava acompanhado do Major Wilson França e o França não apoiou o Toledo, ou porque não quis ser preso com ele ou por divergir de sua idéia. Ninguém me perguntou, mas acho que a decisão do Coronel Amarante prendendo o Toledo em nome do Ministro é a certa." Somente um oficial do Gabinete apoiou o Coronel Amarante, o Major Corrêa de Melo – meu colega de guerra na Itália.

Imediatamente à chegada do Toledo no Quartel-General, o Coronel Aviador Geraldo Guia de Aquino telefonou para o Amarante, pedindo que a prisão do Toledo fosse relaxada. Amarante levou a proposta do Aquino ao Ministro Nero Moura que decidiu que o Major Toledo voltasse ao Gabinete e, perante todos, pedisse desculpas por sua indisciplina emocional e leviana.

Toledo fez exatamente o que determinara o Ministro e foi mandado embora com alguns conselhos do experiente líder Nero Moura.

O Nero foi bom na guerra e na paz.

Realmente, o Nero foi bom na guerra e na paz. Bom em tudo, era um homem correto, ético e sobretudo leal. Quando foi convidado pelo Getúlio Vargas – em 1950,

no segundo governo – para ser seu Ministro da Aeronáutica, eu estava deixando a caça de Santa Cruz para servir na aviação de bombardeio, em Recife, a meu pedido. Desde o fim da guerra, que eu voava o velho *Thunderbolt* – inclusive o veterano D-4 da Itália. Estava cansado.

Todo fim de tarde de sexta-feira, eu saía de Santa Cruz e ia visitar o Jambock Nero Moura, na Aerovia Brasil, onde ele era Diretor Técnico e Operações do Grupo de Vôo dessa empresa aérea. Nesse fim de tarde, o encontro foi diferente. "Rui, acabo de ser convidado para ser o futuro Ministro da Aeronáutica, do futuro governo democrático do Presidente Vargas. Antes que eu o cumprimentasse, acrescentou: "Quero você no meu gabinete."

Orgulhoso e honrado com o convite, disse-lhe: "Coronel Nero, o senhor conhece minha posição quanto ao Presidente Vargas, inclusive, nessa eleição, cometi dois pecados, o de não votar nele e o de repetir meu voto no Brigadeiro Eduardo." "Mas não estou cobrando seu voto, você vai servir ao Brasil e a mim diretamente. Desejo modernizar a Aeronáutica e quero contar com você." Aceitei e imediatamente desfiz minha transferência para Recife.

Continuei em Santa Cruz, aguardando a posse do novo governo. Sobre o fato de ele ser o novo ministro e eu servi-lo como oficial de gabinete, guardei silêncio. De repente, mandou-me chamar na Aerovia Brasil. Um tanto contrafeito, disse-me: "Acabo de me desquitar da Marieta e, como desquitado, não terei condição de conviver socialmente com a família oficial da Força Aérea Brasileira." E continuou: "O futuro Ministro será o Brigadeiro Secco – Vasco Alves Secco – e você ficará no gabinete dele." "Obrigado, Coronel Nero; com o senhor, eu estaria servindo ao amigo, com a liberdade e a franqueza do irmão mais moço com o mais velho. Com o Brigadeiro Secco, não é a mesma coisa." "Ajude-me novamente e me transfira para Recife." Dias depois, fui chamado novamente por ele. "Olha Rui, quando comuniquei ao Presidente que havia me desquitado, deixando-o à vontade para nomear outro Ministro, ele sorriu e disse simplesmente: "Não estou interessado em sua vida particular, o senhor continua fazendo parte do meu futuro ministério como o meu Ministro da Aeronáutica, desquitado ou não."

Quando voltei à Diretoria de Pessoal para anular novamente minha transferência, foi uma gozação só. O Coronel Aviador Nero Moura assumiu o Ministério da Aeronáutica no dia 31 de janeiro de 1951, dia da posse de Getúlio Vargas como Presidente da República. Na mesma data, apresentei-me no Gabinete e fui designado para comandar a Seção de Aviões de Comando.

Os primeiros dias do Ministério Nero Moura foram difíceis e penosos. Alguns brigadeiros fizeram "beicinho" e não aceitaram os cargos que lhes foram desig-

nados. Resumindo, não queriam despachar com um coronel. Nero não discutiu, nomeou coronéis para exercer funções de brigadeiros. Disse "beicinho" de propósito. Quando sentiram que iam ficar sem função, iam perder as benesses que o poder proporciona, "furaram a greve" e assumiram os cargos para os quais foram designados.

Como no Brasil há jeito para tudo, descobriram que a lei, que proporcionava uma promoção a quem tivesse combatido o levante comunista, ainda estava em vigor. Nero Moura cumpriu missão de bombardeio picado e ataque rasante ao quartel do 3º RI na Praia Vermelha, Unidade rebelada durante o levante. Comprovada sua ação, foi promovido a Brigadeiro-do-Ar. Tudo de acordo.

O papel do Nero Moura foi sempre de soldado legalista e cumpridor de ordem. Defendia as instituições cumprindo o juramento que fizera quando galgou o oficialato. Em resumo, defender a legalidade foi sempre a missão maior desse grande soldado. Era anticomunista, mas nunca deixou de conviver com seus contemporâneos que foram comunistas. A editora da Fundação Getúlio Vargas publicou um livro baseado no depoimento que ele prestou à CPDOC/FGV, cujo nome é *Um vôo na história*. Nesse livro, faz um belo e verdadeiro relato sobre sua ação como piloto durante a Intentona Comunista de 1935.

Como Ministro da Aeronáutica, Nero Moura, inaugurou a era jato, adquirindo na Inglaterra, setenta *Gloster Meteor Mark-8*. A Força Aérea Brasileira, sob sua batuta, conquistou um espaço entre seus pares sul-americanos, reequipando-a com a aquisição desses setenta aviões. A compra desse tipo de aeronave foi altamente benéfica para o Brasil. Trocamos uma safra de algodão estocada no Brasil por setenta modernos caças bi-reatores tipo *Gloster Meteor*. Ganhou a Inglaterra que não tinha matéria-prima – algodão – para alimentar sua indústria têxtil e ganhou o Brasil que em boa hora ingressou na era jato, modernizando a Força Aérea Brasileira, com aeronaves saídas da fábrica para as Bases de Caça de Santa Cruz e Canoas. O velho guerreiro – o caça P-47 *Thunderbolt* – cedeu ao tempo, sendo substituído pelos *Mark*-8 ingleses.

Participei da equipe que foi à Inglaterra receber os setenta jatos. Foi justamente nessa ocasião que deixei o Brigadeiro Nero e voltei para meus pagos – minha Aviação de Caça.

Quando na equipe do Ministro Nero Moura, à frente da Seção de Aviões de Comando, fiz a primeira inspeção lá no hangar, onde havia aquelas casinholas contendo óleo hidráulico, uma caixa de ferramentas e os suprimentos, com o número do avião do brigadeiro, o nome do brigadeiro e da Diretoria dele. Portanto, cada Diretoria tinha um avião. Ao fazer esse primeiro trabalho, fiz a seguinte observa-

ção: "Isso contraria toda a norma de manutenção; daqui a pouco, os aviões, que hoje estão novos, começarão a ser canibalizados, porque a manutenção está errada e vamos perder aí brigadeiro, piloto."

Creio que devemos reunir toda a Seção de Comando, todos os aviões dos brigadeiros e dar aos brigadeiros a mesma liberdade de solicitar o avião. Quero um avião para ir a tal lugar, não se nega. Ele pega o avião que estiver disponível, não é mais aquele avião com o número dele.

"Mas você não vai conseguir isso", diziam. Mas aí, com a minha diplomacia, que vocês já viram, consegui convencer a todos eles, que, muito solícitos, aceitaram a sugestão". Nunca lhes faltou avião. A tripulação era deles quando numa viagem – Ajudante-de-Ordens, eles davam o nome do piloto, a gente fazia a ordem de operações, quer dizer, não houve solução de continuidade, porque a manutenção era feita corretamente, uma manutenção única, igual para todos.

Depois, saí do Gabinete para Santa Cruz para voar o jato. Já comentei o problema do Coronel Ari Presser Belo que foi Comandante da Base naquele incidente, o incidente Jânio Quadros. Esse homem, o Brigadeiro Ari Presser Belo, está vivo, está com noventa e tantos anos, está indo para os cem. Mas sempre foi um homem, também, muito correto, muito digno, muito leal.

E aquela atitude dele, lá no Vilagran Cabrita, que achei errada, foi de um sujeito determinado, de um chefe leal ao Brigadeiro Eduardo Gomes, que levou o pessoal todo para São Paulo para resistir e não houve assim um consenso, não foi uma revolução, foi um golpe mesmo. O General Lott deu o golpe em 11 de novembro, batizando esse golpe com o nome "Retorno aos Quadros Institucionais Vigentes". Na realidade, Lott, fiel aos regulamentos e à Constituição, fez manter a eleição e a posse dos eleitos.

No navio Princesa Leopoldina, *o senhor destacou a importância do pessoal fazer curso. Quais as principais passagens de seu período na vida civil como empresário?*

Houve, realmente, um consenso sobre a necessidade de fazermos um curso. Saíram todos porque eram cinqüenta dias de inquérito. Eu saí com 49 dias porque o General Taurino de Resende quando foi fazer o inquérito de Aragarças, do Burnier, não tinha nenhum piloto que quisesse voar. Escalado, fui com ele, fui a Aragarças. O General Taurino, que era o Chefe da Comissão Geral de Investigações (CGI), por isso, ficou me conhecendo.

Na CGI, o Marechal Ajalmar Vieira Mascarenhas – que substituiu o Brigadeiro Muniz no dia em que fui ser interrogado – passou a ter a responsabilidade do inquérito na FAB. Bom, então, fui ouvido por ele e volto para a sua pergunta.

Quando saímos, a Fundação Getúlio Vargas estava oferecendo um curso, a um preço bem razoável. Animados, fomos à Fundação Getúlio Vargas, fizemos a inscrição e, na hora que eu ia começar o curso, fui intimado para o meu segundo inquérito.

Então, fui parar nas mãos do Brigadeiro Manoel José Vinhaes e de seu assistente, Coronel João Paulo Moreira Burnier. Era ele que passava as perguntas ao Vinhaes. Esse IPM ficou conhecido como o Inquérito de Santa Cruz, o Inquérito ligado à Base Aérea. Esse Inquérito foi terrível, sendo dirigido praticamente pelo Burnier. Ambos – Vinhaes e Burnier – não procuravam apurar a verdade, mas comprometer-me como subversivo. Muitas vezes, eu dizia para o Vinhaes: "Brigadeiro, o senhor é do Maranhão, o senhor é um homem inteligente, essa pergunta é burra e isso o machucava." "Eu não aceito isso", ele dizia. E, assim, foi um inquérito muito ruim.

Passei nesse inquérito 39 dias respondendo as perguntas. Não tinha hora para as perguntas, que podiam ser à noite, podiam ser de madrugada, podiam ser ao meio-dia podiam ser a hora que eles quisessem. Só não colocaram holofotes em meu rosto. Mas era um troço... Muito desconfortável. Não desejo tratar das perguntas, elas estão presentes no IPM. É só consultar. Um dia, o Brigadeiro disse: "Vamos lhe acarear com o sargento tal." Eu disse: "Brigadeiro, eu não me incomodo de ser acareado com quem o senhor quiser, mas esse tipo de acareação inverte a posição do acusado, no caso o subversivo é o senhor, porque um oficial como eu, Comandante da Base de Santa Cruz, com a fé de ofício que tenho, com as minhas atitudes, muito amplas, muito abertas, o senhor vai me pôr na frente de um sargento para ver quem está falando a verdade? Pare com isso, Brigadeiro, essa coisa é uma humilhação..."

E ele disse: "Não, mas você vai ver, agora você vai se encrencar", ele era primário, o velho Vinhaes. Bom, fui lá para ser acareado com o Sargento Fragoso, com o sargento Tavares e com o Suboficial Michelloni. Todos os três, quando na minha frente, começaram a chorar. Quem os instruiu para a acareação foi o Padre Bergnini. Foi melhor assim, não mentiram. Um dos sargentos a ser acareado era o irmão do Bispo Dom Fragoso, um homem brilhante, formou-se em advocacia, mas muito fraco de personalidade. Ele foi induzido para dizer que eu fazia reuniões com sargentos. Dos três, foi o único que tentou confirmar a calúnia. No final, por covardia ou vergonha, chorou também.

Um certo dia, o Brigadeiro Vinhaes, me disse: "Hoje, você vai ser acareado com um major." Eu lhe respondi: "Então, fui promovido, pensei que fosse baixar para cabo, sendo major, é sinal de que fui promovido."

O major compareceu acompanhado por cinco coronéis: o Velloso, o Paulo Victor da Silva, o Souza e Silva, o Vespaziano Ramos e o Coqueiro. Cinco oficiais revolucionários, com exceção do Velloso, todos adversários meus."Como foi que o

senhor, no dia tal, encontrou o Coronel Rui?" "Eu estava na porta do comando, conversando com o Coronel Rui, logo depois da parada, quando se apresentaram a ele o Suboficial Michelloni e o sargento Fragoso, tomando a palavra o Michelloni: 'Coronel, o Fragoso quer falar com o senhor.' 'Então, fale, o que você quer?' O Coronel abraçou o sargento e foi para a privada com ele."

Quando ele disse isso, caí do cavalo. "Espera aí – não vou dizer a linguagem que usei – mas o que o major esta dizendo é puro homossexualismo. Agora, estou preocupado com o seu inquérito, Brigadeiro. O senhor quer perguntar ao major se ele realmente me viu abraçar o sargento?"

Perguntado se viu abraçar o sargento: "Não, ele botou a mão no ombro do sargento." "Ah, a mão no ombro do sargento já melhorou muito, diferente de ter abraçado. Agora, o senhor pergunte a ele o seguinte: se eu, com a mão no ombro do sargento, entrei na privada com ele?" "Não, ele foi na direção da privada, foi na direção da privada." "O que eu quero saber é se ele me viu entrar na privada?" "Não, senhor, não vi entrar na privada." "Então, com a mão no ombro do sargento, fui na direção da privada. O senhor quer perguntar a ele quantos metros tem da porta do comando à porta da privada?" "Cinco metros." "Tenho o passo aferido: um, dois, três, quatro, cinco, seis, é aqui. Essa tem mais ou menos cinco metros de distância. Então, pergunte a ele se me viu, com a mão no ombro do sargento, entrar na privada, parar no meio do caminho, ou, então, distraído, acertar os córneos na parede?" Ele não viu nada, Brigadeiro, esse sujeito não viu nada, é um mentiroso e é um covarde também. Certa vez ele fez uma brincadeira de mau gosto com meu irmão – Tenente Carlos Augusto, Piloto no GTE – altamente ofensiva a meu pai, sem o conhecer. Na época era Desembargador no Maranhão. Meu pai é o autor da carta de abertura do Senta a Pua. Carlos me contou isso, seis meses depois, nos Estados Unidos da América. "O que é que você fez?" "Eu não fiz nada, eu era tenente, ele era capitão." "Mas você deveria dar-lhe um murro na boca, ninguém tem direito de falar assim! Não foi uma brincadeira, ele nos ofendeu, quando eu chegar no Brasil, a primeira coisa que vou fazer é dar um murro nos córneos desse sujeito."

Quando cheguei aqui, assumi o comando do GTE. Ele me procurou e pediu-me para voar no GTE. Olha aqui meu caro, vamos ao banheiro – era no velho banheiro da Escola Militar do Realengo que os cadetes resolviam suas brigas – o banheiro do GTE naquele momento serviu de palco, dei-lhe uns empurrões e o xinguei de covarde. "Coronel, aquilo foi uma brincadeira com o Carlinhos." "Pois fique sabendo que não admito esse tipo de brincadeira."

"Veja só Brigadeiro, ele agora está se vingando. Ele é covarde e só veio aqui porque pediu proteção ao Paulo Vitor, o Souza e Silva, o Vespaziano, o Coqueiro e o

Velloso. E acrescentei: "Velloso não me admiro da presença dos outros, mas você não pode estar aqui, não me faça perder o respeito que tenho por você, vá embora." E ele foi.

"Finalizando, Brigadeiro Vinhaes: "Não sou advogado, o meu advogado é o Evaristo de Moraes. Isso vai ser um prato cheio para ele, porque, eu não sendo advogado, constatei e provei que esse sujeito é um mentiroso." Diante da verdade, Vinhaes disse: "Nós vamos anular essa acareação com o major." "Negativo, Brigadeiro, tudo que foi dito aqui, constará nesse inquérito e não abrirei mão, porque é muito importante para minha defesa futura. Ele falou: "Não, mas o Sartori – Capitão Sartori era o escrivão – anula isso." Falei: "Então, vou ficar mudo se essa acareação for anulada, comprova que o inquérito está sendo fraudado." Aí, ele disse: "E você vai ficar preso a vida inteira." "E o senhor, vai morrer antes de mim, porque sou mais novo, o senhor vai ficar também preso à vida inteira para terminar o inquérito. Vai ser uma coisa sem nexo, uma discussão do crioulo doido." Ele, então, disse: "Está bem, você assina e a acareação será mantida."

Fiquei 106 dias nesse inquérito. Somente fui posto em liberdade porque o Evaristo entrou com *habeas corpus*. Não havia ainda o AI-5. O relator foi o Doutor Murguel de Resende, era o juiz togado. O Brigadeiro Correia de Melo, na ocasião, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar (STM). O Mourão Filho, que veio com as tropas de Minas Gerais e que se autodenominou "vaca fardada", na verdade ele não tinha nada de vaca fardada, era um sujeito muito inteligente. Na realidade, foi um dos bons ministros do STM. Falava muito, mas era justo. Depois de mais de cem dias preso, o Evaristo entrou em ação: "Puxa, estou roubado, esse *habeas corpus*, pelo menos, dois votos eu vou ter contra, o do General Mourão e o do Brigadeiro Correia de Melo. Quando começou a votação, o Brigadeiro Secco disse: "Quem devia estar preso não era esse coronel, quem devia estar preso era o Coronel Burnier, que foi quem fez Aragarças. Voto como relator."

O General Floriano Lima Brayner, que nunca tive a honra ou o prazer de cumprimentar, de me dirigir a ele, falou vinte minutos, vinte minutos sobre a minha conduta, conduta na guerra e fora da guerra. E votou a meu favor.

Foi Chefe do Estado-Maior do Marechal Mascarenhas de Moraes na Segunda Guerra Mundial.

É verdade. Ele escreveu um livro sobre a FEB que é uma crítica só. Se eu fosse ele, não o publicaria. É muito polêmico. Tenho esse livro na minha estante.

Mourão Filho quando foi dar o voto, disse assim: "Diante da folha de serviços desse oficial e do que o relator abordou, quem deveria estar preso era eu, Mourão Filho. Disse, assim mesmo."

O Melo completou: "Estou com o voto do relator. Então, até o Melo. Foi unanimidade, todos os juízes votaram a meu favor."

Eu fui solto. Tinha que fazer o alvará de soltura, pois bem, o General Taurino de Resende que não tinha mais nada com isso, influiu no Tribunal e, nessa noite mesmo, me soltaram. Saí, e fui para a vida civil, vamos dizer assim, competir na vida civil. Na vida civil, a primeira coisa que fiz foi procurar uma companhia de aviação. Eu já tinha requerido à DAC (Diretoria de Aeronáutica Civil, hoje Departamento) a carteira de piloto civil, carteira de piloto de linha aérea; eu, o Caldeira, o Malta e o Anízio, todos nós quatro tínhamos feito o requerimento.

Fiquei pensando que aquilo seria um passeio, vão me dar logo, pois eu já era profissional do vôo, voava bastante e razoavelmente bem, era veterano em viagens para o estrangeiro, sabia o suficiente para operar em Paris, em Atenas, enfim em qualquer lugar do mundo. Já tinha descido em Washington, quando servi lá; voei, tirei licença de vôo de piloto. Em certa viagem da CAB (Comissão Aeronáutica Brasileira), alugava o avião em vez de pagar a passagem, era mais barato e contava com a vantagem, como piloto de linha aérea, de ter o hotel mais barato e ainda fazia essa economia para a própria CAB. Então, eu sabia voar, era um troço que eu sabia fazer era voar.

Pedi a minha licença de vôo e foi negada por uma portaria – isso eu lamento – que o Ministro Wanderley, um companheiro de guerra, tenha feito por pressão de maus companheiros. E lamento ainda mais que um homem que eu admiro e continuo admirando, admiração sincera, não estou fazendo demagogia, acho que ele foi um homem necessário ao Brasil, foi um líder, e é justo que ele seja o Patrono da Aeronáutica, o Brigadeiro Eduardo Gomes tenha ratificado essa portaria, estendendo essa violência a todos os pilotos – civis e militares – era como se desejasse que aeronautas e aeroviários morressem de fome. Todos tiveram que mudar a profissão. Foi uma agressão aos direitos humanos. Na Bíblia, em qualquer lugar, ninguém negou o direito de o homem trabalhar para o sustento dele. Isso me foi negado, negaram-me o profissionalismo, então me fizeram isso. E eu passei por cima, eu e a maioria dos colegas. Uns foram para a Suíça, outros foram embora para Portugal, mas alguns ficaram...

Teve gente que viveu 15 ou 16 anos lá na África, voando na Argélia Airline! Eu não, eu não saí do Brasil e não me arrependo.

A Paraense me contratou para ser o Diretor de Manutenção, sem voar, portanto, aceitei. Quando me preparava para mudar para Belém, o Brigadeiro Clovis Travassos disse a um dos diretores da Paraense – Brigadeiro Átila Gomes Ribeiro – se vocês contratarem o Rui, a Companhia vai sofrer sanções. Ele era o Diretor do DAC.

"Olha, o Rui não pode se empregar na aviação; se vocês o empregarem, vamos cortar os subsídios, cortar as vantagens que vocês têm. Eles eram empresários, tinham que sobreviver, o Rui era apenas um nome – corta-se o Rui."

Fui, então, trabalhar na Companhia Grassi, em São Paulo, companhia que produz carrocerias de ônibus. Fiz um concurso no Departamento de Pessoal. Menos de uma semana, eu estava almoçando com o Doutor Bruno Grassi, que era o dono, era o patriarca lá da empresa e diretor, e ele me disse: "Ah, eu não sabia que o senhor era Coronel, o senhor é Coronel?" "Sou, sim senhor." "Mas o senhor quando fez a sua apresentação aqui não disse que era Coronel."

Eu lhe respondi: "Não me perguntaram, queriam saber se eu sabia dirigir o pessoal, se conhecia as leis, se sabia lidar com o INPS, esses impostos, essas coisas todas, eu estudei isso e fiz." E ele me disse: "Está bem, mas o senhor tão novo na reserva, como Coronel." Eu lhe disse: "É verdade. Só que eu não pedi para ir para a reserva. Puseram-me na reserva."

"Esse dedo-duro que disse ao senhor que eu sou Coronel, deve ter influído. Agora, peço-lhe que abra o jogo e diga logo o que tenho que fazer, porque já estou pronto, tenho até passagem de volta." "Não, eu ia pagar a passagem do senhor." "Então, não pague não, Doutor Bruno, eu trouxe passagem de volta."

Brigadeiro, o que ele lhe disse, frente a frente, para justificar a sua saída da empresa Grassi?

Ele não disse para mim que a causa era o SNI, mas ele me disse: "O senhor sabe nós trabalhamos aqui com os créditos dados pelo Banespa. Banespa é o Adhemar, e ele é revolucionário, daqui a pouco, eles cortam os créditos da gente, por isso o senhor não pode ficar." Então, foi boa pergunta porque me permitiu esclarecer esse ponto.

Aí, voltei para o Rio de Janeiro. Puxa, então vai ser difícil eu me empregar, porque na Aviação, que é aonde eu queria ir, não posso. Há duas portarias reservadas impedindo, como é que vai ser?

Indo a um coquetel, ali no Copacabana Palace, encontrei um francês, que tinha uma firma de representação de alimentos aqui no Brasil. Fui convidado para esse coquetel pelo Coronel Souza Leão, meu colega de turma na Escola de Aeronáutica, servimos juntos no Gabinete do Ministro Nero Moura, formou-se, posteriormente, em engenharia no ITA, tendo feito mestrado em Boston, um sujeito formidável. Então, ele ficou me paparicando para ver se arranjava um emprego para mim.

Apresentou-me a esse francês que falava português. Ele me perguntou: "O que é que o senhor faz?" Eu disse: "Estou disponível para trabalhar." "O senhor quer ser o meu gerente de vendas, da representação que tenho aqui?" "Se o senhor confiar, vou tentar, asseguro-lhe, porém, de que nunca vendi nada comercialmente. Fui nove vezes à América e nunca trouxe um automóvel para vender, porque achava que não podia fazer comércio como oficial da Força Aérea Brasileira. No meu enten-

der, qualquer coisa que comprasse na América e vendesse no Brasil era comércio." Todos fizeram, todo mundo fez, não tirou pedaço de ninguém, ninguém deixou de ser honesto por isso, mas eu tinha certos princípios, era minha ética. Mas o que o senhor tem, qual é o produto?

Ele tinha vários produtos. Era calcaia produzida lá no Paraná; era fubá mimoso, milho de pipoca, grão-de-bico, arroz, feijão, óleo de girassol, alfazema, alpiste, tinha de tudo. Era uma sacolinha de 250g e 1/2kg. Aquilo eu botava na mala e ia vender. Só que ele tinha a representante dele, que era uma moça, essa moça tinha a Cooperativa do Banco do Brasil como prato cheio, quer dizer o cliente grosso dele e mais alguns clientes eram 23 ou 24 clientes. Eu, em três meses, tinha 502 ou 503. Entrava nos botecos e o português já estava me comprando o material.

Nessa coisa de vender, pensei na Dona Sandra Cavalcante com o Plano da Cooperativa Habitacional (COOPHAB). Assim, de produtos alimentícios, passei a vender apartamentos. Trabalhei no Consórcio Nacional de Imóveis (CNI), que era vendedor exclusivo da COOPHAB. Para tanto, tirei um curso de corretor de imóveis e, junto com mais ou menos uns quarenta cassados, passamos a vender mais apartamentos do que todos os outros corretores, porque os apartamentos não foram vendidos, foram comprados, tal a procura. Na época, não havia inflação, não havendo inflação, todo mundo queria comprar. Então, o sujeito chegava e a gente perguntava: "Sabe ler e escrever?" "Sei." Então escreve o seu nome aí, pela assinatura do sujeito a gente já sabia o grau de instrução dele e já designava um grupo para cuidar dele. Então, a velocidade de venda era muito grande, porque a gente preparava para o sujeito aquela documentação toda, ele só tinha que assinar.

Dona Sandra nos pagou a comissão combinada. Um quinto correspondia à comissão. Essa comissão foi o primeiro dinheiro que ganhei aí fora, assim grosso, que me permitiu fazer uma reforma no meu apartamento.

Aí, fui vender laje pré-moldada, fui vender caminhão Mercedes-Benz, tratores e máquinas pesadas usadas e transformei-me num homem de vendas.

Engraçado que dei certo nessas vendas. E terminei indo trabalhar numa firma de engenharia de um colega nosso, o Leôncio Andrade. "Ah, Rui você tem jeito para isso, você vai ser o meu diretor comercial." Mas o Leôncio era muito sabido, sabido demais e, com um ano, vi que não ia dar certo e não quis continuar.

Nesse ínterim, passou-se a ouvir falar de Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Sudam, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), reflorestamento e entrei de cabeça nisso. Com isso, vi que ainda poderia ajudar o Nordeste, ajudar a Amazônia, ajudar a reflorestar o País, ajudar a pesca.

Mário Henrique Simonsen, quando era Ministro, disse que os escritórios não podiam fazer aquele tipo de negócio – captação de incentivos fiscais de pessoa jurídica – tratando-se de um mercado de títulos, somente empresas registradas no Banco Central poderiam exercer essa atividade. Comprei uma carta patente que estava à venda e fui registrá-la no Banco Central. Quando fui fazer o registro, a perseguição do SNI, inspirada pela Aeronáutica, quase me impede de fazê-lo. Durou três meses minha *via crucis* nos gabinetes do Banco Central. O responsável pelo registro era sobrinho de um companheiro do atletismo do Fluminense – Alberto Murguel – da equipe de 4X100 metros. Seu nome de guerra também era Murguel. Um dia, perdi a paciência e perguntei: "Ô Murguel, o que é que está havendo que vocês não registram minha Distribuidora de Valores?" "O SNI não está deixando registrar sua Distribuidora baseado em informações da Aeronáutica." Decidi ir ao SNI, ali no Ministério da Fazenda, num salão daqueles, sei que era grande, com muitas divisórias, eu me apresentei com a minha carteira...

O SNI era no 13º andar. Quando cheguei, me identifiquei com um cidadão – devia ser o segurança, dublê de recepcionista, e disse: "Sou coronel e quero falar com alguém do meu posto aqui. Pode ser coronel de qualquer Força". Veio me receber o Coronel Murad, de Cavalaria, irmão do Coronel-Aviador Murad, ambos meus amigos, desde Realengo. Quando vi o Murad se aproximar, disse em voz alta: "Poxa, Murad, vocês querem me matar de fome? Estou aqui trabalhando, fazendo o meu serviço, comprei uma carta patente para poder ficar de acordo com o Mercado de Capitais e vocês se negam a registrá-la?" "Basta dessa perseguição mesquinha. Já me proibiram de voar e agora essa?" "Espera aí Rui, calma." "Não vou ter calma coisa nenhuma, não posso admitir mais essa torpeza comigo." Parecia que eu era o dono do SNI, tal a atitude tomada.

"Vem cá", me levou para uma sala, "fique aí, por favor, não fale mais nada". Fiquei quieto. Saiu e foi falar com o General Médici, que era o Diretor do SNI. Ao voltar, me disse: "O General Médici e eu consultamos o seu prontuário, não há nada contra você. Você está trabalhando e o General Médici disse que quando você chegar no seu escritório sua carta patente já estará registrada no Banco Central." Em menos de uma semana, consegui o registro. Aquilo que o Médici disse foi feito em um prazo relativamente pequeno, apesar da série de requisitos burocráticos exigidos.

A carta patente pertencia à Rumo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, e foi registrada como Jacel Jambock Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Aí, entrei no mercado...

Com a Distribuidora Jambock, fui eleito Vice-Presidente da Associação das Distribuidoras de Valores (ADAVAL), por 16 anos. Não sei se conheceram o Coronel

Wolfango de Mendonça. Foi Comandante de Companhia do Major Sizeno Sarmento no Batalhão dele, na guerra. Na época era titular de uma Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM), registrado no Banco Central.

Ele era o presidente da ADAVAL. O Wolfango, meu companheiro de guerra, me acolheu bem e nossa chapa foi vitoriosa. Nas eleições seguintes, por 16 anos, mudava o presidente, mas o vice-presidente era eu. Por que vice-presidente? Porque o SNI não deixava que eu fosse presidente, não permitia, mas eu também não me incomodava, continuando a fazer a minha vida. E minha distribuidora se tornou forte no mercado de capitais, de incentivos fiscais.

A nossa firma era tão eficiente, tão eficaz, tão competente, a Jambock Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário Ltda que, quando havia um consórcio, um lançamento de uma multinacional, vinham os Bancos, puxando o carro chefe e com eles, lá estava a Jacel Jambock. O meu capital registrado era mínimo, mas eu entendia daquilo. Terminei pegando a exclusividade do Cimento Aratu – Multinacional do Grupo Lone Star (Estados Unidos da América) – numa competição com o Roberto Campos que era presidente de um conceituado Banco de Financiamento do Brasil, aliás, ele era o dono do Banco.

Na abertura da licitação, o presidente do Cimento Mauá – Mister Kibble – declarou: "Doutor Campos, seu preço é igual ao do Coronel Lima, mas vou ficar com ele: o senhor tem um Banco, tem muita coisa para se preocupar; ele só se preocupa com o incentivo fiscal, vou ficar com ele." Isso me deu um empurrão muito grande para o sucesso na capitação de incentivos fiscais.

O depoimento é meu, mas acho que estou abusando de falar eu, eu e eu. A verdade é que sou eu o depoente. Um detalhe, o diretor da regional Sudene/Rio quando recebia uma legislação nova de Recife, em confiança, dialogava comigo sob a aplicação da mesma junto ao mercado. A maioria era auto-aplicável, mas, às vezes, eu sugeria com toda isenção, que uma palavra, uma vírgula etc., fosse trocada. Geralmente, minha sugestão era acolhida.

A Jambock DTVM Ltda operou no Mercado de Capitais, atuando no setor de incentivos fiscais de pessoas jurídicas, durante 17 anos. Em 1970, cheguei a ter 13 salas – duas próprias – 24 telefones e 31 funcionários. Era fiscalizado pelo Banco Central de dois em dois meses e, às vezes, de três em três, imposição do SNI. Trabalhava duro e corretamente.

De repente, em novembro de 1970, fui preso violentamente pelo Destacamentos de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Antes de me procurarem na Distribuidora, foram à minha casa, prenderam meu filho Pedro Luiz, de 17 anos, para indicar onde eu estava trabalhando. Meu Deus do céu,

que SNI e DOI-CODI são esses que ignoravam meu endereço comercial. O próprio SNI sabia que eu era o titular da Distribuidora Jambock, pois foi o General Médici que ordenou o registro de minha carta patente. O que os autores dessa violência desejavam mesmo é ver meu fim. Fui preso por oito indivíduos, chefiados por um 2º sargento do Exército. Durante a prisão fui encapuzado e levado para o Rec-Mec de Campinho, onde me puseram num espaço que mal cabia um catre, cujas molas estavam fora do lugar e o colchão era uma esteira de fibra de tronco de bananeira, daquele jeito era impossível alguém deitar na cama.

Aquilo me deixou muito triste e o General Sizeno Sarmento passou três dias para me achar, três dias para me localizar. Não quero entrar nos nomes que me fizeram isso porque essa pessoa que me prendeu, eu tenho até pena. Ele se humilha: "Puxa, Rui", mas eu não quero muita conversa com ele.

Porque um sujeito que faz isso com o outro e que dependeu do outro, serviu junto comigo no Conselho de Segurança, foi à Alemanha porque pediu para eu falar com o General Kruel que eu nem conhecia. Disse para ele: "Rapaz, não conheço o General Kruel, mas vou falar com o General para ajudá-lo." E pedi ao General Kruel para que ele fosse fazer o curso de Informações na Alemanha, pelas suas funções, dizendo ao General que se tratava de um sujeito que, trabalhando na área de informações, ligado diretamente à Presidência da República, seria muito justo e proveitoso que ele fizesse um curso específico da área, no exterior.

Já tinham ido três turmas realizar esse curso. Aí ele foi. Mas esse camarada, que conviveu comigo, me faz uma ingratidão desse tamanho. Sei que ele foi forçado pelo Burnier, porque o Burnier, soube depois, quis me prender pela FAB. Não foi nenhum oficial da Aeronáutica preso, em 1970, nenhum oficial. E eu fui da maneira mais grotesca, porque fui por um 2º sargento, que era do DOI/CODI, e, mais, prenderam o meu filho para me achar, como se eu estivesse escondido. Se eu tinha treze salas, estava no mercado de capitais, se eu tinha, de dois em dois meses, um fiscal do Banco Central lá visitando a minha firma, cuidando da minha firma, me pressionando... Não podia ser do Banco Central isso; era um sujeito qualquer que estava fazendo isso, só pode ser. O Burnier tinha essa coisa comigo, uma ficção em me fazer mal, na minha opinião. Deus que o perdoe, ele já se foi.

Terminei os meus negócios da seguinte maneira: dezessete anos depois, veio a anistia e eu criei uma firma paralela, era a Jacel Jambock Turismo. E nós entramos, eu e o meu companheiro sócio, no setor do turismo. Ele praticamente me obrigou. Eu não queria fazer turismo embora soubesse fazer, mas é uma coisa para gente moça e é difícil você ser um bom agente de turismo. Para ser bom agente de turismo tem que ter mocidade também. Hoje, está aqui, amanhã não está; no dia

seguinte, está não sei onde. Porque faz parte do negócio. Entra também dólar; você precisa ter um caixa dois; toda a agência de turismo, nem que não queira, tem que ter uma caixinha dois, para poder satisfazer aquele sujeito que quer o dólar naquela hora e isso é proibido. Então, era uma coisa que não estava dentro do meu caderno. Mas o colega insistiu.

Contratamos um rapaz que hoje tem um clube de nudismo. Esse canalha tem um clube de nudismo lá em Búzios, não sei o que ele está explorando. Esse sujeito nos roubou e eu, de repente, estava com títulos apontados, devendo a todos os hotéis do Rio de Janeiro. Fui, visitei os hotéis, levando os contratos da Jacel Jambock Distribuidora, os contratos que eu tinha com as reflorestadoras, com as outras empresas do Nordeste e disse: "Tenho esses contratos, tenho o compromisso da Esso, tenho o compromisso da Shell, tenho o compromisso da Xerox, tenho muitos compromissos."

Esse pessoal está aplicando em mim; isso vai dar para pagar todas as contas no fim do ano para vocês; até outubro, estou com isso pago. Se vocês vierem tomar, tomem o meu apartamento, um terreno que tenho lá em Brasília, um outro que tenho ali na Rua Soares Cabral, e acabou. Todos toparam me dar o prazo e eu, antes de outubro, paguei a todos. Aí disse: "Quer saber de uma coisa, chega de ser galego, chega de estar vendendo, encerrei as minhas contas e fiquei por aí."

Qual foi a razão pela qual o senhor foi preso novamente em 1970?

Nenhuma razão foi dada. Eles mandaram, tenho uma carta que escrevi para o Octavio Costa, essa carta nunca saiu do cofre. Essa carta dizia assim: "Prezado Octavio Costa, quem está falando aqui não é um estranho para você, é o Rui Moreira Lima, seu companheiro de turma do segundo ano fundamental da Escola Militar do Realengo. Essa carta, realmente, não é para você é para o General Médici, Presidente da República, porque o General Médici inclusive é um homem justo." Aí, contei para ele aquele fato que ele mandou registrar a minha firma, deixou que eu trabalhasse. Eu vou lhe dizer o que é que aconteceu comigo: "Eles me cercaram, eu tinha um apartamento em Teresópolis, um apartamento para passar fim de semana." E, num dia, foi no feriado de 2 de novembro, o dia dos mortos, eles me fecharam, me cercaram, fizeram uma patrulha lá na estrada Rio-Petrópolis para me prender.

Você já imaginou, eu vinha com a minha filha, a minha garotinha, e o meu garoto, minha mulher. Aí, vêm os caras para me prenderem. Se eu estivesse armado, eu estava morto, porque eu ia lutar como um cão, entendeu? Mas, então, era um negócio muito sério esse. E eu vim e ao chegar aqui no dia seguinte, quando voltei do meu passeio lá de Teresópolis, fui trabalhar. Estava lá no meu escritório

quando esses caras foram lá na minha casa na Rua Raul Pompéia, 240, edifício Jambock, era meu, passei quarenta anos lá.

Aí o sujeito chegou e disse para Pedro Luiz, o meu garoto com 17 anos: "Cadê o teu pai?" "Ah, o meu pai está trabalhando." "Você vai dizer onde ele está", como se eu estivesse escondido. Eu estava com treze salas, 24 telefones, com uma série de empregados, com tudo, dentro do mercado.

É isso aí, a ordem era para fazer violência. Os meus inimigos na Aeronáutica, de onde partiu essa ordem, devem ter dito: "Prende esse cara de qualquer jeito..." Outros foram presos, que eram sujeitos com fama de comunistas, e todos ficaram nos quartéis por menage; eles foram avisados da prisão por telefone. Então, o único sujeito preso, com essa violência, fui eu. Quando tinha na Aeronáutica aqueles homens de sempre, só eu fui preso, no episódio de 1964, eu que nunca fiz política. Mas aquilo me deixou nervoso.

Estou magoado com essa crueldade e a Revolução não tem nada a ver com isso. A Revolução para mim é uma página virada e tomei, como minha filosofia, de assumir a Revolução, pois que as pessoas que torturaram, que fizeram violência, esses, em qualquer lugar, fariam a mesma coisa, porque está na índole deles, são pessoas desenhadas para isso. Não é a minha Instituição nem o Exército glorioso de Caxias nem a Marinha de Guerra que fizeram essa maldade com um colega, que humilharam um colega.

Não há dúvida. Até porque a violência foi, de ambos os lados, iniciada pelos terroristas, que torturaram, mataram e depois mostraram naquele filme do Lamarca.

Então eu considero isso um episódio. E desde o momento que fui defender a anistia, que fundamos a Associação Democrática Nacionalista dos Militares (ADNAM), fui para os corredores do Congresso para orientar, para fazer o que chamam dessa palavra horrível, chamam de lobby, eu fiz lobby junto aos deputados para que saísse a nossa anistia e saiu. Mas o importante para mim, não é o que passou, é o que está se fazendo, hoje, com as Forças Armadas.

A nossa Revolução, a nossa Revolução de 31 de Março quanta coisa boa essa Revolução fez! Quanta coisa boa! Foi a Revolução mais nacionalista que eu vi, foi aqui que se criou tudo, todas essas grandes empresas de eletricidade, empresas de telecomunicações que não existiam, uma beleza que foi feita nesse período. As telecomunicações, as hidrelétricas, o crescimento da Petrobras, tudo isso foi dentro dessa Revolução.

Agora não se pode evitar na Revolução o que aconteceu comigo. Fui encapuzado... Para fazer uma necessidade fisiológica, ficava um soldado armado do meu lado. Puxa, vida, isso é uma indecência, é uma excrescência. Eu botei isso na carta...

Que foi para o Médici.

Isso. Aí, o Sizeno ficou atrás, inclusive por causa do Hélio Amorim, que foi a ele. Julinha, minha mulher lhe disse: "General, é o Rui, o Sizeno me conhecia, o Rui é conhecido lá da Itália." Aí, ele foi me procurar, três dias para me achar, três dias. Na hora que achou, chamaram a minha mulher aqui, aqui nesse prédio, era um major, um ajudante-de-ordens, pena que não lembro o nome, mas ele foi muito gentil desde o começo. Disse para ela: "Olha, Dona Julinha, tenho uma grande notícia para a senhora, seu marido foi encontrado, já está solto e o general está oferecendo uma viatura para a senhora ir buscá-lo."

Julinha, malcriada, disse: "Não, não quero, porque por hora, enquanto o meu marido não estiver em casa, a sua farda é minha inimiga. Ele sabe voltar para casa." Voltei para casa num táxi lá porque o comandante, esse que me prendeu, não me deu apoio. Ele alegou que não sabia que eu estava preso. Como não sabia que eu estava preso? Então se prende um Coronel da Aeronáutica, não é um coronel qualquer, eu sou um sujeito que fez uma porção de coisas na Aeronáutica, que foi pioneiro numa porção de coisas e ele não sabia que eu estava preso ali há três dias. É uma conversa que não se pode aceitar. Ele só foi lá me visitar quando o Sizeno mandou me soltar. Quis se desculpar, quis que eu fizesse uma carta para a Dona Julinha, ele conhecia a Julinha, mas eu lhe disse: "O que eu quero é que você me empreste uma cueca, um aparelho de barba, que não tenho, porque fui metido aqui de repente." Ele me emprestou uma cueca, me emprestou o aparelho, fiz a barba e fui me embora.

Então, isso é triste, é triste, mas vocês nunca me encontraram em lugar nenhum falando mal da Aeronáutica, falando mal do Exército, falando mal das nossas Forças Armadas. Meus colegas todos são testemunhas disso. Escrevi um livro e você não encontra no "Senta a Pua", uma queixa minha.

O livro, realmente, é uma maravilha. E a primeira edição é da Biblioteca do Exército.

Exatamente, da nossa Bibliex, com quarenta mil exemplares.

Em todas essas minhas declarações, que tenho feito aí, não escondo os fatos, porque não posso esconder o que aconteceu comigo. Mas, hoje, me lembro, sem rancor, dessas pessoas todas, companheiros meus, que eram meus amigos, e os que se acovardaram a partir da Revolução; houve isso também, o sujeito ficou com medo de falar com a gente.

Então, isso foi uma decepção enorme, mas confesso a vocês que nunca deixei de falar com ninguém. Nunca cuspi no prato que comi. A Aeronáutica é a minha vida! Quando fui para a Itália, estávamos naquele *U.S Colomby* e um colega que morreu na primeira missão de guerra, disse assim: "Rui, acho que essa guerra vai nos marcar. É o antes e o depois." Ele se foi na primeira missão de guerra, não pôde ver o depois.

Mas eu vivo o meu tempo passado, não fiquei apenas sonhando com ele, porque fiz um livro, ajudei a fazer o filme *Senta a Pua*, filme histórico que esta aí.

Uma maravilha, excelente. Aplaudido de pé onde passou.

E agora estou indo ao Estado-Maior da Aeronáutica, vou à EsAO para fazer conferência para os capitães, já fui à nossa AMAN, vou à AFA, vou divulgar a nossa história enquanto puder.

Falar mal, contar uma história dessas não conto. Aqueles que insistem, eu digo: "Não meu filho, isso aí é uma coisa que já passou. Quem passou por isso fui eu, não há por que remover o que desune. Tive vontade de escrever um livro, sempre tive, tenho todo o material, você vê que a cabeça está boa?

Sem dúvida.

Estou com os nomes, mas eu não vou publicar, porque se for publicar, vou abrir feridas e não vejo, não vejo, sinceramente, não vejo como uma coisa que seja boa, não é boa! O que vai despertar é a Rede Globo pegar e botar isso em primeira edição contra o Exército, que não tem nada com isso. Então, eles vão usar isso para continuar essa campanha infame, miserável, que está nos tomando tudo, e o nosso Exército, o glorioso Exército de Caxias, é quem perde ele que esta lá em São Gabriel da Cachoeira, na Cabeça do Cachorro, lá em Tabatinga, e lá na fronteira todinha, distante, vivificando aquela faixa, marcando a presença do Estado brasileiro. Felizmente, temos um Lessa, ex-Comandante da Amazônia, que continua a defendê-la, se Deus quiser futuro Presidente do Clube Militar, e tantos outros amazônidas, dispostos a lutar pela defesa dessa rica e cobiçada área do território nacional.

Agora, eles, americanos, querem, o que é importante, para eles, uma base na Amazônia, através do aluguel do Centro de Lançamento de Alcântara. O acordo assinado atenta contra a soberania nacional em vários dos seus dispositivos.

Esse acordo que foi assinado pelo Embaixador Ronaldo Sardenberg pelo Brasil.

Sardenberg. É o homem irresponsável que contingenciou os recursos do Projeto Calha-Norte, em 1999, embora fosse uma verba miserável, pouco mais de um milhão de dólares, uma brincadeira desse Governo, mas, mesmo assim, a contingenciou até o final do ano, como Ministro Extraordinário de Projetos Especiais (MEPE).

Pois bem, agora, na 3ª Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovada, nesse fim de semana, quinta ou sexta-feira passada, uma posição completamente contrária a esse acordo, repudiando o acordo e, no caso, de se desejar reabrir um novo acordo que se use os 11 substitutivos dados pela Comissão do Waldir Pires.

Isso vai fazer frente ao Fernando Henrique. Ele vai perder força para apresentar isso em plenário. O Congresso Nacional está alertado a respeito. Então, acho que nem tudo está perdido. Nessa próxima eleição, temos que nos livrar desse Governo

que está aí, do internacionalista neoliberal Fernando Henrique e colocar um governo que tenha pessoas que representem os nacionalistas autênticos.

De pleno acordo. Estamos cansados desse governo medíocre que vem infelicitando o nosso País e a nossa gente. É o governo do desemprego e da doação do patrimônio nacional. Estamos precisando de um Brigadeiro Ferola, de verdadeiros nacionalistas.

Ferola, outro sujeito formidável, brilhante, ligado ao setor da ciência e da tecnologia, além de grande piloto. Precisamos é ter gente de dentro da Força para poder ir ao Clube Militar fazer como se fez na questão do petróleo, que a gente chegava lá e defendia as nossas posições. O sócio do Clube tinha direito de falar, o General Juarez Távora, como me lembro do seu discurso, um homem com um passado brilhante, o homem do código de minas, defendendo o subsolo brasileiro.

Estou muito feliz de estar aqui presente e estou às ordens de vocês caso falte alguma coisa.

Brigadeiro, estou certo de que o seu depoimento cobriu tudo. É hora, pois, de sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército e das Forças Irmãs na Revolução de 1964.

Não quero que a minha emoção e o meu entusiasmo tragam a impressão de que pretendo ser o dono da verdade. Quero, sim, que o meu depoimento sirva à história, para sedimentar a união das Forças Armadas, porque o Brasil não pode prescindir de Forças Armadas fortes, preparadas e unidas.

Foi uma pena que, hoje, eles nos tenham empurrado goela abaixo esse Ministério da Defesa que aí está. Quando fiz o meu curso de Estado-Maior está lá o estudo que fiz defendendo o Ministério da Defesa. Mas do jeito que eles agiram agora, fazendo a gente engolir um ministério que não é nosso, isso é um verdadeiro absurdo.

Sem dúvida, Brigadeiro, esse é o Ministério da Defesa para agradar americanos.

Isso não pode, puxa, isso não. Isso aí, sou contra, não aceito.

Esses contingenciamentos dos recursos do Calha-Norte, em 1999, são todos eles, uma vergonha.

Como todo bom brasileiro, como todo verdadeiro patriota, como defensor do Calha-Norte, um projeto verde e amarelo, estava, não faz muito tempo, no Clube de Engenharia, quando lá começou uma conferência em homenagem ao General Horta Barbosa, e não vi ninguém falar em Forças Armadas. Então me levantei e falei: "Vocês estão esquecendo de uma coisa, o verde-oliva que está lá, está lá no Calha-Norte com seus batalhões, os seus pelotões de fronteira, estão lá, podem ser peque-

nininhos mas eles estão lá. E vocês sabem que se mexerem com a nossa fronteira, se vierem pisar na nossa gente, aqueles homens que estão lá vão virar bichos e vão lutar para impedir.

Por isso, o restante dos brasileiros, unidos, civis e militares, não podem nunca esquecer daqueles que lá estão, na primeira linha, dando o primeiro combate. A missão de defesa das nossas fronteiras, de defesa da Amazônia, é de todos nós.

Concluo, agradecendo a consideração com que, mais uma vez, a equipe do Projeto me recebeu neste quartel-general.

General-de-Divisão Luiz Augusto Cavalcante Moniz de Aragão

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de 1959 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Engenharia.
- Realizou todos os cursos regulares do Exército e o de Fortificação e Construção do Instituto Militar de Engenharia.
- Foi Chefe da Comissão Regional de Obras da 2ª Região Militar, SP, e da Comissão Especial de Obras da AMAN, como Coronel.
- Em 1992, foi promovido a General-de-Brigada e nomeado Subdiretor de Obras Militares. A seguir, em 1993, passou a comandar o Instituto Militar de Engenharia (IME). Em 1995, foi promovido a General-de-Divisão e chefiou o Centro Tecnológico do Exército até 1999, quando passou para a reserva.
- Em 1964, era 1º-Tenente, aluno do Instituto Militar de Engenharia.

Entrevista realizada na Coordenadoria do Rio de Janeiro e Minas Gerais, em 10 de fevereiro de 2004.

Sejam as minhas palavras iniciais, neste Projeto de História Oral do nosso Exército, para dizer da grande e natural satisfação de poder falar do desenvolvimento econômico brasileiro no período revolucionário. Estou pronto para atender às suas indagações em torno de um tema empolgante, sobre o qual me dedico há algum tempo, instigado pelas suas correlações com a minha profissão de engenheiro militar, especializado em Fortificação e Construção pelo Instituto Militar de Engenharia, após toda uma vida dedicada à realização de projetos e obras diversificados, pelas diferentes regiões de nosso País, que me obrigaram a acompanhar constantemente índices de preços e valores de insumos da construção civil.

Como pode ser caracterizada a conjuntura econômica nacional às vésperas do Movimento de Março de 1964?

Resumidamente, pode-se dizer que o País se encontrava à beira do caos – hiperinflação e insolvência em seu comércio com o resto do mundo.

A propósito, no segundo semestre de 1963, cogitou-se de uma moratória internacional, em face da gravidade da situação do balanço de pagamentos.

Os investimentos eram irrisórios e o País vivia uma fase de recessão industrial.

As greves ocorriam segundo uma freqüência cada vez mais acelerada e eram estimuladas pelo próprio governo. O CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), ganhava força política e assustava o meio empresarial. As greves de solidariedade de uma categoria para com outra tornaram-se comuns, enquanto que a paralisação constante de atividade produtiva se fazia, principalmente, através de greves nos transportes, sobretudo nas grandes cidades, nas quais os "piquetes" impediam, de forma agressiva, até os táxis de rodarem.

A infra-estrutura do País estava esgotada, obsoleta e abandonada. A energia elétrica era escassa e os apagões comuns. Os cortes programados e os horários especiais eram a normalidade nas áreas metropolitanas.

O sistema rodoviário estava atrofiado. A principal rodovia nacional, a Rio–São Paulo, era em pista única de sete metros para as duas mãos, inclusive na Serra das Araras, gerando acidentes constantes.

Com a permanente ação dos "pelegos" – líderes e ativistas dos sindicatos mais politizados –, os transportes ferroviários e marítimos, bem como a movimentação de cargas nos portos, mostravam-se ineficientes, atingindo preços absurdos.

Como exemplo, certa vez, os portuários exigiram o pagamento de uma gratificação, apelidada de "vexame", para concordarem em transportar volumes contendo louças sanitárias.

Quando corria um boato, mesmo falso, de que um funcionário ferroviário havia sido demitido, imediatamente era declarada greve nesse setor.

A infra-estrutura de telecomunicações era reduzidíssima. Além de ser diminuto o número de telefones no País, muitos ainda funcionavam com magneto – tendo que girar várias vezes uma manivela – e as ligações interurbanas eram feitas com o auxílio de telefonistas. Em termos de pessoa física, raras eram aquelas que possuíam um telefone; uma das classes priorizadas era a dos médicos. Não havia, no entanto, oferta pública por parte das concessionárias.

Esta breve síntese de fatos, característicos do ano de 1963 e do 1º trimestre de 1964 (véspera do movimento revolucionário), permite uma visão da conjuntura econômica nacional durante o Governo Goulart, após o plebiscito que instituíra novamente o regime presidencialista no País.

Como se apresentava a área social em nosso País na década de 1960, sobretudo no que tange aos setores da habitação e do ensino superior, durante o Governo João Goulart?

Os investimentos sociais em saúde, habitação, saneamento básico, infra-estrutura urbana e ensino público, com exceção da iniciativa de alguns Estados, como o da Guanabara, governado por Carlos Lacerda, eram também irrisórios.

O déficit habitacional, no País, estava próximo de dez milhões e a oferta de residências para aluguéis era mínima quando comparada a sua demanda. Milhares de unidades permaneciam fechadas, pois as "leis do inquilinato" só geravam prejuízos para os proprietários. A inexistência de um sistema imobiliário de funcionamento eficiente fazia proliferar as construções por Administração, que acabavam se arrastando por vários anos, como conseqüência do crescimento descontrolado dos preços dos materiais e salários. Por esta sistemática, a construtora cobrava uma taxa de administração sobre a folha de pagamento de pessoal, material e serviços em geral. Não tinha, portanto, compromisso com preço e prazo. Muitas obras paralisavam porque os promitentes-compradores não aceitavam os constantes reajustamentos de preços, pois, na época não existia a correção monetária.

No ensino superior, havia sido estabelecido um paradigma que se repetia todos os anos. Era o do acúmulo dos "excedentes", isto é, vestibulandos que eram aprovados nos concursos para as universidades, mas que não eram matriculados por falta de vagas. Esta frustração dos jovens motivava protestos e passeatas, além de se constituir em alvo fácil para ideologias exógenas. Mas, de fato, não havia perspectiva para eles.

Como era a vida das empresas e dos brasileiros em geral na época do governo deposto?

A inflação e a falta de mecanismos financeiros de defesa gerava a ilusão de lucro nas empresas, devido ao cálculo das depreciações pelos custos históricos e

devido à absorção de ganhos nominais na reposição do capital de giro. Não havia, portanto, em caráter oficial, a distinção entre lucro real e nominal, gerando injustiças e irracionalidades na tributação. Era claro, também, o desinteresse nos investimentos em serviços de utilidade pública, os quais costumam ser remunerados a partir dos custos históricos de instalação.

O sistema tributário, além de injusto, pois tributava ganhos ilusórios, mostrava-se obsoleto. Ainda existia o imposto do selo, que previa a colagem de selos ou estampilhas nas notas fiscais das empresas. Isto gerava sonegação e problemas para as empresas, pois era comum faltarem estampilhas nas "praças", inclusive em cidades como a do Rio de Janeiro. Os profissionais liberais, de um modo quase geral, não eram cadastrados pela Receita Federal e, portanto, não pagavam o imposto de renda. Aliás, os direitos de autor e as remunerações de professores e jornalistas eram isentos de todos os impostos, conforme Art. 203 da Constituição de 1946. A Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964, alterou este artigo, acabando com a isenção do imposto de renda, primeira razão para que a grande maioria daqueles que integravam estas duas categorias se posicionasse contra o movimento revolucionário, desde o seu início praticamente.

Enfim, foi um período muito conturbado e de extremo desalento para os brasileiros que aspiravam a um País desenvolvido e soberano, e, portanto, uma fase extremamente favorável à penetração da ideologia marxista-leninista.

Que números, relativos à situação econômica e financeira do Governo Jango, gostaria de apresentar para que tenhamos uma idéia do quadro vivido, em nosso País, naquela época?

Segundo as revistas *Conjuntura Econômica* da Fundação Getúlio Vargas, de janeiro e fevereiro de 1964, que trago aqui comigo, páginas 71, 74 e 81, a votação de orçamentos desequilibrados e a política de reconhecida liberdade na concessão de créditos ao setor privado e a assistência financeira prestada pela União às autarquias e empresas estatais provocaram grandes déficits de caixa.

Ao final de 1963, chegou-se a um déficit de 54% da receita da União.

Entre 1962 e 1963, o Governo Federal procedeu à chamada "recuperação tarifária", através de vultosos reajustamentos. Nos portos, de até 200%; na navegação, de até 120%; no transporte rodoviário, de até 60%; no ferroviário, de até 90%; no aeroviário, de 115%; e nos táxis, de 60 a 80%.

O governo efetivou, ainda, a extinção de subsídios ao consumo do trigo, petróleo e derivados, através de taxas cambiais superavaliadas. Realizou, também, o reajustamento dos preços do aço, do leite e do açúcar, assim como o reajustamento

do salário mínimo, para um patamar elevado, em 1963, resultando em verdadeiras ondas de acordos salariais em bases bastante altas.

Como conseqüência, ao final do ano de 1963, a inflação atinge 78%, provavelmente a maior taxa até então ocorrida no País.

Em janeiro de 1964, o salário mínimo é majorado em 60%. Era um sinal claro de que o Governo perdia completamente o controle da economia. Em 1964, este aumento era muito expressivo. Após o segundo "choque do petróleo" (1979) este valor passaria a ser aceito mais normalmente.

Mas qual era a atitude dos políticos e, em especial, do Presidente João Goulart diante deste quadro?

A vontade política para a reversão da situação era nenhuma. A competência, menor ainda.

O mais fácil era culpar as grandes potências do mundo ocidental, o imperialismo, as elites conservadoras e afirmar, publicamente, que a única solução para os problemas era a execução das "reformas de base", estereótipo muito repetido pelo então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e adotado por Goulart; reformas que o País não sabia, exatamente, quais eram, o que representavam e como seriam implementadas, uma vez que o Governo dizia que iria adotá-las, se preciso, "na marra", ou seja, iria impô-las.

Como se apresentavam as contas externas?

O Governo Goulart tratava com negligência as exportações do País e, além do mais, alguns itens importados eram beneficiados por subsídios cambiais. O atraso sistemático das taxas de câmbio em relação à inflação também concorria negativamente no comércio exterior.

Assim, o saldo da Balança Comercial em 1962 foi negativo em US$ 346 milhões e em 1963, em US$ 244 milhões. As nossas exportações atingiram apenas US$ 1,4 bilhão em 1963, valor irrisório se for comparado com o de 1984, que ultrapassou US$ 27 bilhões.

Um dos nossos óbices estava no fato de que a pauta tradicional de exportações brasileira era de produtos primários, de demanda externa pouco elástica, tendo que competir com a produção de outros países grandes produtores desses mesmos itens. Como a oferta era grande, acordos internacionais estabeleciam o regime de cotas para alguns produtos, cotas estas que nem sempre eram respeitadas. Como conseqüência, os preços permaneciam normalmente deprimidos.

A pequena dimensão da nossa economia em 1963 pode ser avaliada pelo PIB cujo valor foi de apenas US$ 20,6 bilhões, a preço de dólar daquele ano.

Qual o nível de inflação e de desenvolvimento em março de 1964?

A inflação era de cerca de 100% ao ano, em março, tendência a chegar, no final daquele ano, a 144%, valor na época considerado de hiperinflação.

O crescimento do PIB atingiu apenas a taxa anualizada de 1,2%, enquanto a taxa de natalidade era em torno de 3%, o que indicava uma razoável queda na renda média *per capita* do brasileiro.

O clima generalizado de greves desestimulava novos investimentos e o País chegou a um nível baixíssimo de competitividade, quando comparado a outros países, dificultando, ainda mais, a venda externa de nossos produtos.

Assim, o quadro configurado em março de 1964 era, sem dúvida, terrível: inflação elevada, déficits seguidos nos balanços de pagamentos e nas execuções orçamentárias, greves generalizadas, agitações de sindicatos, estudantes e marinheiros; desinvestimentos em geral, carência nas áreas sociais, falta de perspectivas de melhoras, dúvida quanto ao futuro imediato de nossa soberania e uma nítida omissão da maioria dos líderes políticos.

E o mundo desenvolvido, como se comportava?

Em 1963, a Inglaterra apresentara um *boom* econômico-financeiro e os EUA uma nítida recuperação de sua economia.

Já a Alemanha, França e Itália tiveram um recuo em suas taxas de crescimento.

Convém salientar que, na época, havia uma grande facilidade para o desenvolvimento econômico: o preço muito baixo do petróleo (inferior a três dólares o barril), pois ainda não existia a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Mas isto não foi, sequer, aproveitado pelo nosso País.

Quando se deu a Revolução, nossa renda *per capita*, de, aproximadamente, duzentos dólares, era muito inferior à dos países desenvolvidos – Estados Unidos da América, França, Alemanha Oriental e Ocidental, Suécia, Canadá, Austrália, União Soviética, Tchecoslováquia e Itália – que variavam entre US$ 3.500 nos EUA a US$ 1.100 na Itália.

O México, a Argentina, África do Sul e Romênia tinham a renda *per capita* variando de US$ 450, no México, até US$ 750, na Romênia, valendo, portanto, de duas a quatro vezes a do nosso País.

Como foi possível reverter-se este quadro tão desfavorável nos governos militares, ainda na década de 1960?

Para bem descrever as ações de recuperação do País, recorro ao livro do extraordinário e saudoso economista Mário Henrique Simonsen – *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*. Como vocês podem ver, selecionei, aqui, os trechos que passo a ler:

"Com a instalação do novo governo era natural que o combate à inflação viesse a inscrever-se como a primeira prioridade cronológica da política econômica. Não porque a estabilidade monetária fosse mais importante do que os objetivos de crescimento e de melhoria do bem-estar social, mas porque ninguém de bom senso poderia admitir que um país pudesse se desenvolver à beira de tão alta inflação."

A metodologia adotada foi a do gradualismo, isto é, a do combate à inflação por etapas planejadas e que foi incluída no Programa de Ação Econômica do Governo Castello Branco – PAEG.

Para muitas agências internacionais, o gradualismo era uma solução inadequada. A sugestão delas era o "tratamento de choque", mas o PAEG alinhou um bom elenco de argumentos a favor do gradualismo:

"– o êxito de um tratamento de choque dependeria, basicamente, do congelamento geral dos salários, que, no momento (1964), foi, acertadamente, considerado socialmente indesejável, principalmente pelo fato de algumas classes já terem sido reajustadas, enquanto outras ainda não o haviam sido;

– o êxito de um tratamento de choque dependeria, primordialmente, da imediata redução ou mesmo eliminação dos déficits públicos, virtualmente impossível de alcançar-se sem considerável mutilação dos investimentos federais;

– qualquer tratamento de choque tende a provocar modificações abruptas na composição, por setores, da Procura Global de Bens e Serviços. Como o sistema de preços costuma ser muito pouco flexível no sentido descendente, o resultado imediato dessas mudanças abruptas é a alta de alguns preços e o desemprego em alguns setores. Tendo em vista o crescimento explosivo da população brasileira e a insuficiência da criação de empregos produtivos no biênio 1962-1963, essa fórmula da adaptação, via desemprego, foi corretamente considerada socialmente indesejável;

– a supressão das distorções inflacionárias envolve a eliminação de certos controles de preços, como no caso das tarifas dos serviços de utilidade pública. Isso tenderá, na ausência da flexibilidade descendente dos demais preços, a provocar uma inflação corretiva, de natureza residual;

– o comportamento de alguns setores produtivos achava-se viciado pela persistência do processo inflacionário (hábito de taxas de juros inferiores ao aumento do custo de vida etc.). Ao invés de levá-los à insolvência por um tratamento de choque do processo inflacionário, considera-se preferível permitir o seu saneamento durante um período de adaptação;

– as experiências internacionais descritas como "tratamento de choque" ou não resultaram em contenção efetiva da inflação em tempo inferior ao previsto no

presente Programa de Governo, ou foram conduzidas em contexto totalmente diferente do vigente no Brasil."

O PAEG chegou a se aventurar em algumas quantificações:

– aumento dos meios de pagamentos de 70% em 1964, 30% em 1965 e 15% em 1966;

– essas metas seriam compatíveis com o declínio da taxa de inflação para cerca de 25% em 1965 e para aproximadamente 10% em 1966.

Como se vê, o PAEG formulara uma política de gradualismo rápido. Na prática, porém, a desaceleração do processo inflacionário foi bem mais lenta. Entre 1964 e 1969, as taxas de inflação certamente caíram, mas a taxas bem mais morosas do que as previstas no PAEG, como se vê a seguir (IGPA – Índices Gerais de Preços por Atacado – Oferta Global e Índice do Custo de Vida na Guanabara):

	IGPA (%)	ICV (%)
1964	93,3	86,6
1965	28,3	45,5
1966	27,4	41,2
1967	22,5	24,1
1968	23,0	24,3
1969	21,6	24,2

Portanto, após seis anos de combate à inflação, as taxas de aumento de preços se situaram apenas levemente abaixo daquilo que se previa para 1965 – o segundo ano do programa de estabilização.

Convém salientar que o livro supramencionado foi editado em 1970 e, portanto, só apresenta dados até 1969.

Seria possível falar da lentidão do processo adotado?

Vou me valer de uma análise do nosso Mário Henrique Simonsen que esclareceu muito bem todo esse processo de combate à inflação.

"A lentidão do nosso gradualismo parece apenas ser o resultado de um conflito de objetivos... No campo econômico, a Revolução não se propôs apenas ao combate à inflação, mas a uma série de outras metas que, de alguma forma, teriam que retardar a estabilização monetária.

Em princípios de 1964, a inflação brasileira não era apenas galopante. Era também reprimida. Isso, certamente, se transformaria num dos principais obstácu-

los à rapidez gradualista proposta no PAEG. Uma política de estabilização não deve visar apenas à eliminação das altas de preços. Deve, também e principalmente, objetivar à sustentação de um sistema de preços eficiente, do ponto de vista da alocação de recursos. Em abril de 1964, essa perspectiva exigia o descongelamento de diversos setores – aluguéis, combustíveis, serviços de utilidade pública etc., cujos preços haviam sido comprimidos naquela clássica tentativa de combater a inflação pelos seus sintomas.

Para citar dois exemplos, a alta dos aluguéis na Guanabara foi de 116%, em 1965, e de 85%, em 1966, devido, sobretudo, ao descongelamento dos aluguéis antigos. O aumento dos serviços públicos de 71%, em 1965, e de 47%, em 1966."

Essas e outras altas de preços, destinadas a corrigir distorções acumuladas anteriormente e que, a médio prazo, atenuariam a dependência de alguns desses setores dos subsídios governamentais, chamou-se de "Inflação Corretiva".

Um segundo fator de retardamento da estabilização foi a disseminação, em larga escala, da fórmula da Correção Monetária (criada em 1965). Como é sabido, tal fórmula representou uma tentativa de neutralização dos efeitos inflacionários, isto é, um método de convivência pacífica com a inflação. Uma fórmula que fatalmente deveria se limitar a alguns setores, pois a correção generalizada se tornaria inócua ou logo levaria a inflação ao infinito. As razões para sua implantação foram, primeiramente, a necessidade de honrar a dívida pública, recuperar a rentabilidade dos serviços de utilidade pública, ativar os mercados imobiliários e de capitais, e outros setores que haviam sido gravemente prejudicados pela alta geral dos preços. A segunda referia-se ao fato de que uma geração educada sob a égide da inflação crônica jamais investiria nesses setores sem uma proteção contra a eventualidade de altas futuras de preços. É certo que a correção em causa permitiu o desenvolvimento de inúmeras atividades que dificilmente se teriam expandido à margem da ilusão dos valores monetários. Mas é igualmente óbvio que a correção monetária atuou como um realimentador automático da inflação.

Uma terceira variável foi do comércio exterior. Em princípios de 1964, o Brasil, além de hiperinflacionado, era um País virtualmente insolvente em seu comércio com o resto do mundo. Um dos êxitos incontestes da Revolução, tanto no período Castello Branco quanto na administração Costa e Silva, foi o de ter transformado essa situação em uma posição de sensíveis superávits cambiais. Contudo, essa recuperação exigiu uma atualização de taxas de câmbios que inevitavelmente se refletiria nos custos internos. A acumulação de reservas implicava a contrapartida da expansão monetária dificilmente conciliável com a austeridade dos orçamentos do PAEG. E, a partir de agosto de 1968, o País adotou a fórmula da taxa de câmbio flexível.

Em quarto lugar, o Governo fez questão de desenvolver um mercado de capitais bastante sofisticado, com instituições especializadas em diferentes ramos de operações e com a criação de inúmeros títulos destinados a atrair as poupanças privadas. É certo que um desses títulos – a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional – permitiu que o Governo Federal financiasse boa parte de seus déficits sem expansão dos meios de pagamento. Contudo, o desenvolvimento do mercado de capitais, com os seus múltiplos títulos em concorrência, forçou a alta da taxa real de juros, isto é, a taxa nominal não tendeu a baixar tão elasticamente quanto a taxa de inflação, transformando-se num fator de tensão de custos para as empresas.

Outros fatores poderiam, ainda, ser lembrados. O plano habitacional – respeitadíssimo em seu conteúdo social e na sua função de reativador da economia – entrou com tal impacto após a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que gerou uma apreciável inflação de demanda na construção civil em 1967 e 1968. A reforma tributária, se melhorou consideravelmente a racionalidade do nosso sistema fiscal, introduziu uma participação dos Estados e Municípios nos impostos de renda e sobre produtos industrializados que agravou sensivelmente os déficits do Governo Federal em 1967 e 1968.

Um último fator parece merecer especial destaque: a ojeriza nacional às crises de estabilização.

Os méritos de uma política de desenvolvimento não são aferidos, somente, pelo crescimento do índice do produto real num determinado ano. De fato, um processo de desenvolvimento envolve transformações econômicas e sociais numa escala que só pode ser operada a longo prazo. E a taxa de crescimento a prazo curto depende de uma série de fatores que nada tem a ver com a longevidade do desenvolvimento – da maior ou menor generosidade das safras, das heranças recebidas do passado etc.

Na prática, porém, quase todo mundo se esquece dessa posição doutrinária, e mede o êxito desenvolvimentista de um governo tão-somente pelas taxas de crescimento do produto real no seu período de atuação. Esse hábito, diga-se de passagem, vem sendo adotado por excelentes economistas profissionais. Já o Governo Castello Branco, por exemplo, por mais que tenha plantado para o futuro do Brasil, deixou de ser reconhecido em termos de desenvolvimento, porque, no triênio 1964/1966, a taxa de crescimento do produto real ficou em 3,8% anuais, o que não deixa de ser uma injustiça para uma gestão tão profícua. O Governo Costa e Silva foi recolocado no quadro dos beneméritos do desenvolvimento pelos aumentos do produto real em mais de 9%, ocorridos tanto em 1968 como em 1969. E a mudança de conjuntura afetou a própria estrutura de expectativas dos planejamentos oficiais.

Após os resultados do biênio 1968/1969, taxas da ordem de 9% ao ano passaram a ser consideradas perfeitamente compatíveis com as potencialidades brasileiras.

A que atribuir essa dinâmica imediatista? Não é provável que se trate, como querem alguns, de um açodamento típico de país tropical. As melhores explicações aludem, de um lado, à ansiedade natural pelo desenvolvimento, que afinal tem que constituir o objetivo prioritário da política econômica do País. E, de outro lado, às dificuldades de mensuração estatística dos verdadeiros méritos do esforço de desenvolvimento empreendido por uma administração. É óbvio que um Governo não vale apenas pelo que colhe, mas sobretudo pelo que planta para o futuro. Contudo, o êxito da colheita é facilmente aferível pelas taxas de crescimento do produto real; o da plantação não dispõe do apoio de qualquer indicador estatístico simples.

Seja como for, a dinâmica imediatista constitui sério obstáculo ao declínio rápido da taxa de inflação. A experiência internacional revela e a nossa própria confirma que, dificilmente, a inflação cai sem uma etapa de transição, na qual os índices do produto industrial sofrem certa queda. Os dois principais degraus descendentes do nosso processo inflacionário, o de 1965 e o de 1967, foram acompanhados por duas crises desse gênero. O fenômeno não revela qualquer incompatibilidade entre estabilização monetária e desenvolvimento econômico, desde que este último seja compreendido como um processo de longo prazo. De fato, a crise é de estabilização e não de estabilidade; dura enquanto a taxa de inflação está baixando, mas não persiste depois que os preços se estabilizaram ou depois que a inflação baixou. Trata-se, portanto, de uma simples aplicação do princípio do 'recuar para saltar melhor' – o que se perde de taxa de crescimento no período de transição pode ser facilmente recuperado na fase subseqüente."

Fazendo um breve parênteses, eu perguntaria: nesses últimos dois anos (biênio 2001/2002), também não tivemos uma crise de estabilidade?

Realmente. No biênio 2001/2002, pudemos observar que a estabilidade também teve suas crises, dependendo da formulação econômica adotada, com seus reflexos na taxa de câmbio, e da conjuntura internacional: variação dos preços dos insumos básicos (petróleo, trigo etc.), dos bens de capital e do nível de atividade econômica dos EUA e União Européia, bem como de suas políticas protecionistas.

Prosseguindo com Simonsen: "Tudo isso é muito lógico, mas há um evidente conflito entre a dinâmica imediatista, que afere o desenvolvimento pelo crescimento a prazo curto do produto real, e a aceitação das crises de estabilização. As recessões industriais dos dois trimestres centrais de 1965 e do primeiro semestre de 1967 talvez tenham despertado entre nós uma verdadeira ojeriza às crises desse tipo – uma

ojeriza algo semelhante àquela que os alemães nutrem em relação a qualquer ameaça inflacionária. Diante disso, o Governo Costa e Silva parece ter renunciado à política do gradualismo rápido programada pelo PAEG, acomodando-se a um conceito mais lento, em parte pela preocupação em incentivar a economia. O Programa Estratégico, editado em 1968, evitou qualquer quantificação do objetivo desinflacionário, limitando-se a um enunciado qualitativo – a taxa de inflação deveria baixar significativamente ano a ano. Assim, o combate à inflação desceu da categoria de meta autônoma para a de mínimo condicionado. Como assinalou o Professor Eugênio Gudin, o objetivo não era mais o de alcançar certos índices de declínio inflacionário e, respeitados esses índices, conseguir o melhor possível em matéria de crescimento. Mas o de atingir certas metas básicas de crescimento a curto prazo e, dentro disso, reduzir ao mínimo a inflação. Entendem alguns que essa era uma posição politicamente pragmática diante da dinâmica imediatista. Uma crise de estabilização talvez em nada prejudique (ao contrário, pode até melhorar) o crescimento médio do produto real num horizonte de dez ou quinze anos."

Seria dizer que após seis anos de sacrifício, conseguiu-se apenas restaurar a taxa de inflação do período de 1950/1958?

Não, isto seria injusto. Primeiro, porque a taxa passou de ascendente a descendente, partindo da virtual hiperinflação do primeiro trimestre de 1964. Segundo, porque os sacrifícios não foram assim tão grandes, pelo menos desde meados de 1967. Terceiro, porque – e esse parece constituir o aspecto mais importante – a inflação de 1969 estava muito menos associada a distorções no sistema de preços do que na década de 1950. Entre 1950 e 1958, tivemos de 20 a 25% anuais de alta de preços, mas com câmbios artificiais, aluguéis congelados, juros reais negativos, serviços públicos remunerados e depreciados pelo custo histórico nominal etc.

No final da década de 1960, suportou-se uma taxa de inflação correspondente, mas com a prevalência do instituto da correção monetária, com a taxa flexível de câmbio e com o ativo funcionamento de um mercado de capitais.

Que análise poderia ser feita das ações dos governos revolucionários nos campos econômico e social nas décadas de 1970 e 1980?

Julgo que é mais apropriado dividir o período em dois:

– de 1970 até o primeiro choque do petróleo (1973);

– de 1973 até o final do Governo do General João Baptista de Figueiredo.

Conforme Simonsen em seu *Brasil – 2002:* o Governo Costa e Silva, no seu Programa Estratégico, havia evitado qualquer quantificação quanto à redução pretendida

da taxa inflacionária, limitando-se a um enunciado qualitativo: o ritmo de aumento de preços deveria declinar sensivelmente ano a ano.

Já o Governo Médici, em suas Metas e Bases, preservou o mesmo enunciado com uma ligeira quantificação: a inflação deveria cair ao ritmo anual de 10%.

A ampla introdução da correção monetária em nossa legislação e a política de realismo cambial (aprimorada, a partir de 1968, com o sistema das minidesvalorizações) praticamente eliminaram distorções importantes, já mencionadas. Assim, os reajustes salariais das diferentes classes tornaram-se bem mais homogêneos, os serviços de utilidade pública passaram a ser remunerados em função do custo histórico atualizado, isto é, corrigido monetariamente. As exportações passaram a crescer a taxas sem precedentes e o País conseguiu acumular substancial volume de reservas internacionais com os sucessivos superávits no balanço de pagamentos. A correção monetária restabeleceu o interesse na compra de títulos públicos e privados, a aquisição de imóveis para aluguel e os financiamentos imobiliários se expandiram muito além das previsões mais audazes, graças ao Sistema Financeiro de Habitação. O imposto de renda passou a incidir, praticamente, só sobre os ganhos reais, não atingindo lucros ilusórios. E atrasar impostos deixou de ser bom negócio, pois o pagamento passou a receber multas e correção monetária.

Segundo Simonsen, em *Brasil–2002* – considerando os benefícios trazidos pela correção monetária, uma corrente respeitável de economistas admitia que uma inflação de até 20% ao ano, naquele quadro brasileiro (1968-1973), constituía fenômeno bem menos grave do que uma alta anual de preços de 5 ou 6% num País despreparado para o convívio com a inflação, isto é, desprovido da correção monetária e da taxa cambial flexível.

Alguns economistas criticaram a correção monetária. Eles tinham razão?

Realmente esta convivência citada por Simonsen teve o seu preço: a elevação do coeficiente de realimentação inflacionária.

Simonsen afirma que essa realimentação, por certo, constituiu um sério foco de resistência à baixa da taxa de inflação no Brasil. No entanto, desde 1964, praticou-se, a par das medidas fundamentais de combate à inflação, variadas formas de controle de preços: dos gêneros de primeira necessidade, através da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), dos preços industriais, através da CONEP (Conselho Nacional de Estabilização de Preços), numa terceira etapa, através do acompanhamento de custos pela CIP (Comissão Interministerial de Preços) e, ainda, o controle das taxas de juros pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Mas essa política de controle de preços não é prejudicial?

Claro que ela também traz problemas. Particularmente, acho que a chave do problema está na dosagem adequada das medidas, procurando-se chegar aos "ajustes finos".

Mas Simonsen é quem afirma:

"Os perigos de uma política de controle de preços são bem conhecidos. Eles podem ser a origem de uma inflação reprimida, mais prejudicial do que a própria inflação aberta, diante das tentações de uma política de combate à alta de preços pelos sintomas.

Não obstante esses inconvenientes, há um argumento bastante ponderável a favor do controle de preços num programa de estabilização: ele pode representar uma fórmula simples para reduzir o coeficiente de realimentação inflacionária e, assim, abreviar os sacrifícios de adaptação."

Continuando a análise do período até 1973, pode-se dizer que mantendo critérios coerentes de reajustamentos salariais, atuando no controle monetário, com atenção especial para a liquidez do mercado, combatendo com rigor os déficits da União, ajustando controles de preços industriais e de taxas de juros e financiando, com especial ênfase, o plantio e a comercialização de safras agrícolas, foi possível atingir, em 1973, a taxa de inflação de 15%.

Se observarmos os números da execução financeira do Tesouro no período 1963-1973, vamos verificar que o déficit – diferença entre receita e despesa –, em 1963, foi de 48%, caindo para 34%, em 1964, e evoluindo para um saldo positivo em 1973, primeira vez que as receitas do Tesouro superaram as despesas. Vale registrar que os déficits, a partir de 1969, foram inexpressivos, caracterizando um equilíbrio entre receita e despesa. Este desempenho foi um dos principais responsáveis pela queda gradual da inflação nesse período. Tal comportamento de ajuste de receita e despesa na execução financeira do Tesouro, introduzido e perseguido pela Revolução de 1964, é o que, a partir do ano 2000, passou a chamar-se de Responsabilidade Fiscal.

Outros valores comparativos, que vamos lembrar agora, mostram as diferenças gritantes entre 1963, o último ano completo de um governo irresponsável e inconseqüente, e o de 1973, quando os resultados da economia brasileira elevaram a nossa auto-estima e impressionaram o mundo desenvolvido, caracterizando bem o que foram os governos revolucionários, antes chamados de governos militares, e, agora, intitulados de ditadura pelos revanchistas derrotados em 1964, que escondem todos os fatos positivos da Revolução.

Portanto, segundo a Revista *Conjuntura Econômica* (FGV), de maio de 1974, o PIB mais que triplicou, de 1963 a 1973, passando de 20 para 63,5 bilhões de dólares. Nesse mesmo número da Revista, verifica-se que, em 1963, as exportações brasileiras foram de 1,4 bilhão de dólares e, em 1973, de 6,8 bilhões de dólares, quintuplicando praticamente aquele valor. A produção de veículos automotores cresceu de 171 mil, em 1963, para 730 mil, em 1973, e a de tratores de rodas de 11 mil para 42 mil. Com relação à produção de

cimento (em 1.000t) e de aço em laminados (em 1.000t), o crescimento deu-se de 5.000 para 15.000 e de 2.000 para 6.000, respectivamente, ou seja, triplicaram.

Estes e outros números caracterizaram o extraordinário crescimento do Produto Interno Bruto, evidenciando uma nova dimensão da economia brasileira no período revolucionário, especialmente entre 1968 e 1973, com a taxa anual média de 10%. Este fato, como sabemos, passou a chamar-se Milagre Econômico. Isto nos faz, hoje, lembrar, com saudade e orgulho daquele período de prosperidade inédita.

Pela relevância dessa evolução, é justo que recordemos com os brasileiros, esta época memorável através do quadro que peço seja focalizado:

VARIAÇÃO ANUAL DO PIB (%)		
1963 – 1,5	1967 – 4,8	1971 – 12,0
1964 – 2,9	1968 – 9,3	1972 – 11,1
1965 – 2,9	1969 – 9,0	1973 – 13,6
1966 – 5,1	1970 – 9,8	

Diante destes dados, fica evidente que o País chegou em 1973 com a inflação declinante, o crescimento elevado e saldo positivo na balança comercial.

Atualmente (2002-2004), a mensagem que é passada pelos nossos Ministros da Fazenda expressa que isto é impossível, ou seja, que só a estabilidade da economia viabiliza o crescimento do País e que o combate ao desemprego terá que esperar por isto. Diante das atuais e elevadas taxas de desemprego, 20% na área metropolitana de São Paulo, fica mais evidente o quanto eram injustas, para não dizer terríveis, as críticas dos opositores da Revolução: "O povo não come obras de infra-estrutura."

Realmente uma frase vil.

Voltando a 1973, a dívida externa bruta era de US$ 8 bilhões e as reservas cambiais de US$ 7 bilhões. Portanto, uma relação viável, em termos de possibilidades de pagamento, já que o governo se preocupava em alongar os prazos de seu vencimento no ano seguinte. Em 1973, venciam apenas 20%. O perfil da dívida tinha melhorado sensivelmente.

Assim, a política econômica, então vigente, mostrou-se eficaz apesar de, atualmente, a maioria dos economistas considerar as ações então desenvolvidas como antagônicas: o combate à inflação e os investimentos públicos geradores de crescimento do PIB.

Mágica ou sorte? Nada disso, apenas competência. A solução encontrada foi a de se adotar uma dosagem adequada das intensidades de cada uma das ações. De um lado, um gradualismo no combate à inflação, instrumentado por um grau razoável de

austeridade monetária e, do outro, investimentos públicos seletivos com alto retorno econômico-social: corredores de exportação, energia, telefonia, mineração, habitação, educação etc. Como conseqüência dessas ações, como não poderia deixar de ser, o País aumentou também, e substancialmente, a sua competitividade no âmbito internacional devido ao elevado ganho de produtividade de sua economia.

Como apreciação final do desempenho dos governos revolucionários nos campos econômico e social no período terminado em 1973, primeiro período da análise desse processo, conforme divisão feita no início da resposta a esse tópico, pode-se dizer que eles souberam aproveitar muito bem as condições favoráveis da conjuntura internacional então existentes.

Claro que a condição mais favorável foi o baixo preço do barril de petróleo: inferior a três dólares.

Segundo a sua análise, o primeiro "choque do petróleo" foi um marco fortemente inibitório da expansão de nossa economia. Como ele ocorreu e quais as reais conseqüências para o mundo e para o Brasil?

A partir da conferência de Trípoli, em fevereiro de 1971, os países da OPEP passaram a exigir aumentos do preço do barril de petróleo.

No dia 6 de outubro de 1973, os egípcios e sírios iniciaram a chamada guerra do Kippur – Ramadan. O Iraque, em seguida, decretava a nacionalização de parte dos interesses norte-americanos nas suas jazidas petrolíferas.

Prevendo a impossibilidade de um retorno à situação anterior, quando exerciam um domínio absoluto desde a produção até à comercialização, as companhias internacionais, passaram, também, a incentivar a alta dos preços do petróleo, o que lhes proporcionou os maiores lucros na história da indústria petrolífera.

O preço médio do barril de petróleo bruto que, em janeiro de 1973, era de três dólares, em março de 1974, alcançou o valor de US$ 13,31 e, portanto, um aumento de 343% em pouco mais de um ano.

A importação brasileira de petróleo passou de 712 milhões de dólares em 1973 para 2,8 bilhões em 1974 e 3,2 bilhões em 1976.

A alta dos preços do petróleo, somada às pressões de realimentação da inflação já existentes, quase duplicou em 1974, o ritmo inflacionário dos países desenvolvidos. A média anual saltou de 7,2% para 12,1% chegando em alguns países, como o Japão, a quase 25%. Além disso, desorganizou seriamente os seus balanços de pagamentos e o seu sistema produtivo.

Isto se repetiu no Brasil, só que de forma mais grave, pois tão importante quanto o choque do petróleo, foi o choque das matérias-primas, em 1974. As importações de matérias-primas (trigo e insumos industriais básicos) em 1974 tive-

ram o seu valor mais do que dobrado em relação a 1973 como resultado do aumento dos preços pelos países vencedores.

Mas os nossos problemas não pararam aí. A grande disponibilidade financeira dos países exportadores de petróleo gerou uma grande demanda de produtos normalmente atendidos pelos países industrializados: armamentos e bens de capital (máquinas e equipamentos).

É claro que os países industrializados aproveitaram as circunstâncias e elevaram bastante os seus preços, como uma forma de compensarem a alta do petróleo.

No primeiro caso, armamentos, até que o Brasil se beneficiou um pouco, pois também era exportador desse item. Mas, no segundo caso, bens de capital, absolutamente indispensáveis ao desenvolvimento de um país, perdemos mais uma vez. E muito. Os valores correspondentes de importações cresceram demasiadamente.

O Brasil, ao contrário dos países industrializados, deliberadamente, evitou partir para a estratégia da recessão econômica.

A idéia foi realizar uma desaceleração progressiva, seja porque o País sendo pobre iria pagar um preço altíssimo pela recessão em termos econômicos e sociais, seja porque precisava ganhar tempo, para que a solução objetivada, de sair da crise do petróleo pelo aumento das exportações e pela busca de uma auto-suficiência em insumos básicos, pudesse apresentar resultados.

Nesse sentido, o maior êxito obtido foi o crescimento do PIB de 9,7% em 1974, portanto no ano seguinte à crise do petróleo, quando a maioria dos países industrializados já começava a entrar em recessão e a obtenção de um crescimento anual médio do PIB, entre 1974 e 1980 de 7% (Revolução *Conjuntura Econômica*).

Dentro das novas condições da economia mundial, o Governo partiu para um esforço concentrado de substituição de importações, particularmente nas áreas de petróleo, siderurgia, metalurgia não-ferrosa, indústria química e fertilizantes, papel e celulose e bens de capital. Isto significou, é claro, mais dispêndio de divisas cambiais, uma busca crescente de empréstimos e financiamentos externos e, como conseqüência, um crescimento acelerado da dívida externa brasileira, que, no final do Governo Médici, era de apenas US$ 8 bilhões, como vimos.

O governo intensificou também obras de ampliação e modernização da infra-estrutura nacional, especialmente as voltadas para os setores de energia e de exportação (corredores de exportação) e atividades ligadas à exploração mineral.

Como exemplo destas, merecem destaque os investimentos na província mineral de Carajás, descoberta em 1967 e que já se revelava muito promissora. Seu dimensionamento progressivo avaliou uma reserva de 18 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor (66%), mas também uma grande quantidade de cobre,

manganês, bauxita e ocorrências significativas de ouro, níquel, cromo e estanho. A necessidade de investimentos, no entanto, era grande e a produção em larga escala só poderia começar a acontecer em 1986. Em 1977, os investimentos estimulados para o Projeto Ferro-Carajás eram tão elevados que a empresa americana United States Steel, até então associada à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na iniciativa, desvinculou-se do projeto. Além das dimensões dos custos, a sua análise em relação às perspectivas do mercado internacional era pessimista.

Isto, naturalmente, significou mais ônus para o Brasil. Portanto, um grande projeto, voltado principalmente para a exportação, exigindo também um grande investimento de longo prazo, ajudando a compor a estratégia de melhoria da balança comercial, em um período de crise internacional, tornou-se extremamente crítico para o País. Uma estratégia própria de grandes estadistas, planejadores e empreendedores, competentes e confiantes, mas, certamente, sonhadores e atrevidos. Planejadores que romperam com as teorias conservadoras e jogaram pesado. Souberam arriscar.

É claro que sabiam que o preço seria alto, pois o nosso projeto era, na sua fase de implantação, gerador de importações elevadas.

No quadro geral, apesar dos sucessos alcançados nas exportações, as despesas com importações cresceram mais aceleradamente resultando déficits seguidos nas balanças comerciais e de serviços, sendo o maior já em 1974.

A inflação no País, que após muito esforço chegara a 15% em 1973, voltou a crescer. No entanto, as reservas cambiais cresceram cerca de 50% entre 1973 e 1979.

No final da década de 1970 veio o "segundo choque do petróleo". Qual a nova postura do Governo? Que resultados puderam ser alcançados ao final do último governo da Revolução?

O Segundo Choque do Petróleo (1979) foi extremamente danoso à economia brasileira.

Enquanto o petróleo era bastante no mercado internacional, a exploração desse produto em nosso território era considerada inviável economicamente e, por isto, o esforço não era prioritário. Além do mais, o então insuficiente desenvolvimento tecnológico da Petrobras para as pesquisas em águas profundas e a escassez de recursos para esses investimentos concorriam para um quadro de pouco empenho por aquela empresa. Havia, também, uma expectativa, desde 1973, de que os EUA e aliados europeus importadores de petróleo (Inglaterra, Alemanha e França) viessem a fazer uma intervenção no Oriente Médio para alterar as condições comerciais daquele produto. Isto acabou adiando, aqui em nosso País, decisões de restrições mais fortes em seu consumo.

Mas o fato era que, 25 anos de existência, a Petrobras produzia, em 1979, apenas 17% do petróleo consumido pelo Brasil. Em 1978, por exemplo, a produção foi inferior à de 1977 e a de 1979 menor do que a de 1978.

De 1969 a 1978, a produção cresceu apenas 10%, enquanto o consumo aumentou mais de 110%.

Um aspecto a ser analisado é o de que até 1979 o Brasil perfurou pouco mais de cinco mil poços, enquanto apenas os EUA perfurava vinte mil anualmente. Claro, a preços bem menores.

Em junho de 1979, aconteceu o pior. A OPEP eleva o preço do barril de petróleo para uma faixa de 18 a 23,50 dólares (nos anos seguintes, chegaria a 43 dólares).

Desta vez, ao contrário do que ocorrera durante a crise de 1973, o Brasil decidiu acompanhar a estratégia dos demais países importadores.

Por seus reflexos no balanço de pagamentos, na inflação e na atividade econômica, o Presidente Figueiredo entendeu que a questão energética deveria assumir prioridade máxima no seu Governo. Anunciada, ainda, a criação da Comissão Nacional de Energia (CNE).

Em julho de 1979, após ouvir o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) e a recém-criada CNE, o Presidente decide congelar em 960 mil barris/dia a importação de petróleo, apesar de saber que o consumo previsto para o segundo semestre daquele ano era de 1.025 mil barris diários.

A CNE resolve, ainda, estabelecer como instrumento para atender ao crescimento da demanda o aumento da produção nacional de petróleo e o uso de fontes alternativas. Entre estas, são incluídas a opção de elevar o consumo de álcool, do carvão mineral e vegetal, da biomassa e da energia solar direta. São, também, previstas a redução do desperdício de derivados do petróleo e a ampliação do aproveitamento da energia oriunda das hidroelétricas. Tudo isso exigindo, naturalmente, elevados valores de investimentos numa época de enormes dificuldades econômicas. Nunca é demais repetir: a elevação de investimentos acarreta a elevação das importações com fortes reflexos na balança comercial.

Gostaria de mostrar, a seguir, alguns dados que me parecem muito expressivos:

– as 29 indústrias de cimento das regiões Sul e Sudeste, responsáveis por 80% da produção nacional, consumiram cerca de 400 milhões de dólares em divisas gastas com óleo combustível, representando 25% desse insumo usado internamente no País;

– outros 63% de óleo combustível eram consumidos pelas refinarias, siderurgias, industriais petroquímicas, de produtos alimentares, de cerâmica, de papel e celulose e têxtil;

– já o consumo de óleo diesel tinha a seguinte estrutura: 75% no transporte rodoviário, 13% na indústria e os restantes 12% em outros setores;

– apenas 16% da carga nacional era transportada pelas estradas de ferro. Este era um dado que gerou uma expectativa de caos em que seria transformado o abastecimento brasileiro, caso o racionamento a ser adotado não fosse implementado racionalmente;

– a redução de quase 40% no consumo de gasolina por veículo, de 1973 a 1978, acabou sendo anulada, em parte, pelo crescimento da frota em 75%, nesse período.

Como se pode verificar, tratava-se de uma gigantesca operação de modificação estrutural dos setores produtivos, concomitantemente com a mudança do perfil energético do País.

Na realidade, uma tarefa aparentemente inexeqüível em face dos recursos financeiros necessários.

Como ocorreu esta reestruturação e a aplicação das diretrizes na CNE (Comissão Nacional de Energia)?

Esta pergunta é extremamente importante e para tentar respondê-la vou recorrer a outra ficha que preparei especialmente com números expressivos e absolutamente indispensáveis para que se possa bem avaliar os esforços então desenvolvidos.

A primeira medida a destacar foi, como não poderia ser diferente, a intensificação dos investimentos na pesquisa e exploração de petróleo, principalmente na Bacia de Campos, onde alguns campos já se encontravam em operação. Após investir pesadamente na área, a Petrobras, em 1984, conseguiu superar a meta estabelecida em 1979, de quinhentos mil barris diários. Uma conquista, sem dúvida, extraordinária.

A partir daí, acreditando nessa grande Bacia, a Petrobras prosseguiu na sua exploração, obtendo sucessivos recordes.

Em 1984, a produção marítima já era responsável por 68% da produção nacional de petróleo, sendo 55% oriundo da Bacia de Campos.

Esta produção possibilitou que a importação de aproximadamente um milhão de barris/dia em 1979, caísse para 622 mil em 1984 e 470 mil barris/dia em 1985.

Em 1980, o Brasil gastou US$ 19 bilhões em importações de petróleo. Em 1984, as importações líquidas foram de US$ 4,5 bilhões, isto é, importação de US$ 6,5 bilhões em petróleo bruto e exportação de cerca de US$ 2 bilhões em derivados de petróleo para trinta países, além da receita oriundo do seu transporte. Sem dúvida, um outro grande êxito.

Destaque-se, ainda, o fato de que foram identificadas outras jazidas de petróleo como no litoral sul de Santos, em Marajó etc.

Uma das medidas de mudança estrutural mais importantes na área de energia foi a implantação do Programa Nacional do Álcool.

No período de 1979-1984, a produção de álcool quase que foi triplicada. Até 1979, o álcool era adicionado à gasolina na proporção de 20% e, neste ano, foi produzido o primeiro carro com esse combustível. Em 1984, 1,5 milhão de veículos já circulavam no País, representando 80% da comercialização de todos os automóveis.

Isto gerou uma economia anual de US$ 35 milhões, fora os aspectos sociais altamente positivos decorrentes, especialmente no campo.

Outro item importante da busca da mudança do perfil energético no País foi a intensificação das construções de hidroelétricas. O destaque maior foi o da conclusão, em 1984, das enormes Hidroelétricas de Itaipu e Tucuruí e suas conexões com o sistema elétrico existente através dos chamados "linhões".

A demanda industrial por insumos energéticos também se alterou. O diesel foi sendo, gradualmente, substituído pela eletricidade e o óleo combustível por carvão mineral e vegetal.

Também merece destaque o esforço de aproveitamento energético do gás natural. Em 1979, foram consumidos 35 mil bep/dia (barris equivalentes de petróleo por dia) e, em 1984, 90 mil bep/dia.

Em 1979, o Brasil importava 80% da energia necessária para fazer o País funcionar. Em 1984, isto chegou a 40%.

Este grande esforço foi traduzido por indicadores que revelam os seus efeitos na economia do País.

O PIB ainda nos anos de 1979 e 1980 manteve um crescimento importante apesar da crise: 6,4 e 7,2%. Já nos anos de 1981 a 1983, a sua variação caracterizou uma recessão. Mas, já em 1984, o PIB voltou a crescer: 4,5%.

A balança comercial manteve um saldo negativo em 1979 e 1980 e positivo de 1981 a 1984, mas o balanço de pagamentos passou a apresentar déficits sucessivos, pois, como não poderia deixar de ser, a dívida externa e a inflação cresceram substancialmente.

Sem esse esforço, no entanto, teríamos tido uma terrível crise econômico-social, de conseqüência imprevisível e não disporíamos de uma infra-estrutura que, mais tarde, veio mostrar-se indispensável para o País fazer face aos escassos investimentos da década de 1990 e início do século XXI.

Sabidamente, o programa de geração e distribuição de energia elétrica no Brasil, nos vinte anos da Revolução, foi notável. O que pode ser dito a respeito?

A estratégia de mudar a matriz energética do País, para torná-la menos dependente do petróleo, e de ampliar a oferta de energia elétrica, efetivou-se através da construção de um grande número de hidroelétricas, da sua integração em um

sistema nacional interligado, do Programa Nuclear e do aproveitamento do gás natural para a geração de energia.

Quais as hidroelétricas de maior destaque construídas no período revolucionário?

Itaipu, Tucuruí, Urubupungá, o Complexo de Ilha Solteira, Emborcação, Sobradinho, Paulo Afonso (I, II, III e IV), Itaparica, Itumbiara, Porto Primavera, Pedra do Cavalo, Rosana, Taguaruçu, São Simão, Três Irmãos, Foz do Areia, Salto Osório, Marimbondo, Samuel, Funil, Boa Esperança e tantas outras.

O que pode ser dito sobre a Hidroelétrica de Itaipu?

Trata-se da maior hidroelétrica do mundo.

Foi inaugurada em outubro de 1984 com duas de suas 18 turbinas previstas funcionando. Cada turbina gera 700 MW e o conjunto tem uma capacidade de 12.600 MW. Naquela data, foi também entregue um "linhão" para transmissão da energia, com 1.200km, indo de Foz de Iguaçu a São Roque (SP).

O custo deste empreendimento foi de US$ 15 bilhões, sendo que só o "linhão" custou cerca de 1 bilhão e 200 milhões de dólares.

O esforço para salvar a fauna e a flora da região ganhou destaque na imprensa internacional como uma das maiores e mais sérias iniciativas desse tipo, até então realizadas. Inevitavelmente, a formação do lago submergiu o conjunto do Salto de Sete Quedas, um dos mais belos monumentos naturais do Brasil.

Recentemente assistia na TV ao comentário de que o aço gasto em Itaipu correspondeu a 380 Torres Eiffel.

O que pode ser dito sobre as divergências com a Argentina quanto ao projeto de Itaipu?

O rio Paraná, onde está localizada Itaipu, é um rio internacional, banhando o Brasil, Paraguai e Argentina. Assim, qualquer obra que altere o seu curso ou interfira em obras em trechos de outros países requer um acordo entre os interessados.

Da mesma forma que o Brasil manifestou a intenção de construir Itaipu em associação com o Paraguai, a Argentina revelou o seu interesse em construir também duas usinas com aquele país: *Corpus e Yaciretá*.

O projeto inicial brasileiro previa para a nossa usina uma cota superior de 220m e a inferior de 100m acima do mar (cota de saída d'água). Portanto um desnível de 120m e este desnível é o dado fundamental para o cálculo da potência máxima da usina.

Já o projeto argentino de *Corpus* previa a sua altura máxima em 120m acima do mar. Sendo assim, haveria alagamento do território nacional e redução de 20m da altura aproveitável para Itaipu, acarretando a perda de um sexto de seu potencial elétrico.

Em torno desses dados é que, durante vários anos existiu um impasse diplomático entre Brasil e Argentina quanto à compatibilidade dos projetos de Itaipu e *Corpus*.

Quando o acordo prevendo uma solução intermediária já tinha sido aceito por ambos, eis que a Argentina exigiu mais cinco metros para a cota superior de *Corpus*, o que não foi aceito pela diplomacia brasileira.

O acordo só ocorreu em outubro de 1979. A altura máxima de *Corpus* ficou fixada em 105m e, portanto, o desnível de Itaipu, que inicialmente tinha sido previsto em 120m foi reduzido para 115m. Esta acabou sendo a solução satisfatória para o Brasil, pois o desnível pleiteado pela Argentina para *Corpus* passou de 38m para 23m, embora o Brasil inicialmente tivesse proposto 13m. Para compensar a perda de 5m no projeto de Itaipu, a nossa diplomacia tentou infrutiferamente passar de 18 para 20 turbinas, mesmo com a promessa de manter apenas 18 funcionando (duas ficariam se revezando em manutenção ou como reserva).

Destaque para o nosso Chanceler Saraiva Guerreiro que conseguiu com habilidade uma solução que já estava se tornando quase impossível. O presidente argentino era o General Jorge Rafael Videla e o brasileiro, o General João Figueiredo.

Convém recordar que, nesta época, a Argentina também entrou em atrito com o Chile, pelo Canal de Beagle, claro que de forma mais grave do que tratou o problema das hidroelétricas.

O que gostaria de abordar sobre a Hidroelétrica de Tucuruí?

É a quinta maior do mundo, depois de Itaipu, Assua (Egito), Grand Coulle (EUA) e Krasnoyarsk, na Rússia.

Inaugurada em novembro de 1984, passou a gerar 3.960MW em sua primeira etapa, energia que, em grande parte, passou a ser absorvida pelo Grande Carajás, além de alimentar os complexos industriais Alunorte/Albrás e Alcoa.

A geração total prevista é de 8 mil MW.

O custo total da primeira fase de Tucuruí foi de 4,6 bilhões de dólares.

Quais as conseqüências desse programa para os setores industrial e de serviços?

As empresas brasileiras de construção pesada atingiram um elevado grau de competência na construção de grandes hidrelétricas e, como conseqüência, o País passou de importador a exportador de serviços de construção dessa natureza, principalmente para a América do Sul e África.

As indústrias de equipamentos de grande porte, tanto no setor elétrico, como hidrogeradores e transformadores, como no de construção civil, como gruas, centrais de concreto e britagem, equipamentos de terraplenagem e transporte

etc., tiveram um grande desenvolvimento tecnológico e uma expressiva expansão de seus negócios.

E quanto ao Programa Nuclear, o que gostaria de dizer a respeito?

Para que a geração de energia em um país com as dimensões continentais como as nossas funcione como um sistema equilibrado é necessária a construção de hidroelétricas e de termoelétricas. Os insumos tradicionais utilizados por estas últimas são escassos no País e altamente poluidores. Assim, apesar da forte oposição dos barrageiros (defensores da hidroeletricidade), o País resolveu ter suas usinas termelétricas à base de energia nuclear.

Além do emprego na geração de eletricidade, pensou-se no caminho estratégico da aquisição da tecnologia nuclear para uso pacífico ou para se garantir a paz (dissuasão). O programa nuclear brasileiro foi justificado, também, a partir de uma previsão de esgotamento do potencial hidrelétrico na região centro-sul. Não havia também a certeza da viabilidade técnico-econômica da transmissão elétrica a distâncias superiores a 2.000km. Por outro lado, havia a plena consciência de que o quilowatt oriundo de uma usina termonuclear era bem superior ao da hidroeletricidade e, desde a década de 1950, com a experiência do Almirante Álvaro Alberto, sabia-se que os países detentores da tecnologia nuclear dificilmente concordariam em transferi-la, mas apenas estariam dispostos a vender "caixas-pretas".

Em 1967 e 1968, dois grupos técnicos recomendaram a instalação de uma usina nuclear com capacidade da ordem de 500MW.

Em 1971, após concorrência internacional foi assinado contrato com o consórcio Westinghouse e Empresa Brasileira de Engenharia, para o fornecimento e montagem de uma Central Nuclear de 625MW, utilizando Reator a Água Leve Pressurizada (PWR), utilizando-se como combustível o urânio enriquecido e no esquema "caixa-preta".

A seguir, começaram as articulações para a instalação de mais seis ou oito centrais nucleares. Foi quando surgiu a alternativa do acordo com República Federal da Alemanha (1975) dentro da premissa de que o Brasil não devia nem podia limitar-se a adquirir no exterior, em operações isoladas, centrais nucleares, sem cogitar de um programa de cooperação tecnológica e industrial, tanto no que se refere a centrais quanto ao ciclo do combustível, que proporcionasse uma autonomia progressiva.

A base da cooperação foi uma programação da instalação de oito centrais nucleares até 1990, de 1.300MW de potência cada uma, com a participação pro-

gressiva da indústria nacional no fornecimento dos componentes. O valor global do programa – centrais mais ciclo do combustível – foi estimado, na época, em cerca de US$ 20 bilhões.

O protocolo previa a constituição de 11 empresas mistas entre a Nuclebras e cerca de vinte grandes empresas e bancos alemães ou suas subsidiárias. Apenas cinco dessas empresas foram constituídas, dentre elas estão: Nuclep, fábrica de componentes pesados de reatores; Nuclen, empresa de engenharia nuclear; Nuclam, empresa de mineração e prospecção de urânio; Nuclei, serviços de enriquecimento, e Nusteg, pesquisas para aperfeiçoamento do sistema *jet-nozzle* de enriquecimento.

Como se sabe, os preços dos fornecedores alemães começaram a subir, em especial após o segundo choque do petróleo, e a economia brasileira também viu-se bastante fragilizada. Foi necessário, portanto, uma expressiva redução do programa como um todo, embora não tenha sido paralisado.

Assim, da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, cujo nome homenageia um dos maiores incentivadores do programa nuclear brasileiro, foram construídas apenas a Angra-1, já citada, e a Angra-2 com potência de 1.300W, embora a maior parte dos equipamentos de Angra-3 já estejam comprados.

O que coube às Forças Armadas no Programa Nuclear Brasileiro?

As três Forças Armadas receberam encargos diferenciados.

A partir de 1982, o Exército Brasileiro participou do esforço pelo domínio da energia nuclear com o Projeto Atlântico, que contemplou o estudo da viabilidade técnica da construção de um reator de potência moderado a grafite, refrigerado a ar, e da produção, no Brasil, de grafite nuclearmente pura. Neste contexto, foi criado o Instituto de Projetos Especiais, em Guaratiba, no Rio de Janeiro, que objetivava a construção de um reator crítico de potência entre 10 e 20MW e a instalação de uma usina para a produção de grafite naquelas condições. Com a Nova República, o projeto foi esvaziado, sobretudo, a partir do desastroso Governo Collor de Melo, o mesmo acontecendo nos oito anos de FHC até ser finalmente extinto, juntamente com o IPE, em 2003, no atual Governo, que não disse ainda a que veio.

A Marinha do Brasil vem realizando, desde o 2º semestre de 1979, um grande esforço de pesquisa e desenvolvimento que tem como objetivo final a obtenção de um submarino nacional de propulsão nuclear. A missão coube ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), que criou no município de Iperó, São Paulo, o seu centro experimental Aramar. Tendo conseguido, continuamente, recursos bem expressivos, o projeto da Marinha vem obtendo seguidos êxitos apesar de todas as restrições encontradas em fornecedores internacionais, o que vem lhe obrigando a

executar um profundo e eficiente trabalho de pesquisa e desenvolvimento, cujo destaque maior foi o desenvolvimento das ultracentrífugas que já operam em cascatas, em escala-piloto, em Aramar.

O extraordinário desenvolvimento do setor de telecomunicações, sabidamente, foi um dos destaques dos governos militares. O que gostaria de destacar a respeito?

Realmente, foi um êxito excepcional pelos resultados alcançados, mas também porque gerou um apreciável ganho de produtividade e diminuição de custos para as empresas do País.

Em 1964, o número de residências com telefones era mínimo. Haviam menos de dois aparelhos por cem habitantes.

Uma ligação interurbana, inclusive entre Rio e São Paulo, era um desafio à paciência de qualquer usuário. Era completada com o auxílio de telefonistas. Fora das grandes capitais brasileiras os aparelhos ainda eram a magneto.

O serviço público de telefonia era executado por centenas de concessionárias, atuando sem uma coordenação central que lhes imprimisse indispensável compatibilidade técnica e operacional. As ligações internacionais se completavam, precariamente, por ondas curtas e pelo cabo submarino inaugurado por D. Pedro II.

A radiodifusão limitava-se à cobertura local ou, quando muito, regional.

O telégrafo nacional, obsoleto e de má qualidade, era a imagem da ineficiência. Os Correios eram das mais decadentes repartições públicas brasileiras, com rotinas de trabalho ultrapassados, técnicas inadequadas, apatia geral de um funcionalismo desestimulado e sofria um déficit crônico.

O Brasil era quase um País mudo, as comunicações caminhavam rapidamente para o colapso.

Em vista desse quadro terrível de atraso, os governos militares programaram expressivos investimentos na área. Assim, foram criadas a Embratel (1965), a Telebras (1972) e as empresas estaduais de telefonia, surgindo, então, um invejável sistema: o sistema Telebras.

Paralelamente à montagem da estrutura administrativa e operacional, desenvolveu-se uma indústria genuinamente nacional e com a criação, em 1976, do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebras, em Campinas, o Brasil passou a desenvolver tecnologias próprias gerando importante economia em divisas, coerentemente com a sua estratégia de diminuir os déficits de seu balanço de pagamentos.

O CPqD da Telebras tornou-se um centro de excelência, permitindo que o Brasil se incluísse entre os sete países do mundo a dominar a tecnologia de centrais

digitais CPA'S (Central Trópico, muito difundida no País), de fabricação da fibra óptica, de Estação Receptora de Satélite etc.

Recuando a 1966, o governo militar nacionaliza a Companhia Telefônica Brasileira (CTB), com a compra de suas ações pela Embratel. É elaborado o plano de um milhão de telefones que confere excepcional apoio às indústrias de equipamentos de telecomunicações instaladas no País.

A prioridade para a recuperação da CTB surgiu do fato que 60% dos serviços telefônicos concentravam-se na sua área de atuação, a Região Sudeste.

Rapidamente, esse esforço produz resultados bastante positivos, como a expansão da planta e a melhoria dos padrões de qualidade dos serviços. Assim, a imagem da CTB começa a melhorar sensivelmente, e seus assinantes se beneficiam com os avanços proporcionados, em especial pela Embratel, na área de longa distância, com a implantação da discagem direta à distancia (DDD). Em 1975, o Brasil inaugura a discagem...

A Embratel, representando a modernidade nas telecomunicações brasileiras, nasce praticamente ao mesmo tempo que o consórcio mundial Intelsat, do qual também participa o Brasil. Por isso, não lhe é difícil dominar as telecomunicações via satélite. Em fevereiro de 1969, inaugura a primeira estação terrestre de comunicações via satélite, a estação de Tanguá.

Pouco tempo depois, as emissoras de televisão passam a anunciar com orgulho que seus programas estão sendo transmitidos Via Embratel.

O impacto do progresso das telecomunicações brasileiras vai gerando uma euforia geral, seja pela melhoria dos serviços telefônicos, seja pela cobertura de eventos, até então inexistente. Entre esses eventos, estão a conquista da Lua (1969), a Copa do Mundo (1970), as Olimpíadas de Munique (1972) e Montreal (1976), transmitidas ao vivo, sendo que, em 1972, foi inaugurada a transmissão por televisão a cores. O grande avanço, no entanto, se deu com o início da operação do Brasilsat, cérebro do Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite. O primeiro Brasilsat foi lançado ao espaço, por um foguete Ariane-4, da base de Kourou, na Guiana Francesa, nos últimos dias do Governo do Presidente João Figueiredo, em fevereiro de 1985.

A modernização da infra-estrutura incluiu também a instalação de cabos submarinhos para ligações com a Europa e Estados Unidos.

Outro grande destaque deve ser dado à transformação de um serviço inoperante e desacreditado como eram os Correios e Telégrafos em uma empresa pública de grande e reconhecida eficiência, a ECT (Empresa de Correios e Telégrafos).

Uma outra área que sofreu uma grande expansão foi a radiodifusão, voltada, sobretudo à integração nacional, e para a ocupação de grandes espaços vazios, como a

Amazônia, tomados por emissoras de outros países. A população dessas áreas passaram a captar as potentes emissoras da Radiobras, com uma programação dirigida para ela.

Quais as principais realizações no setor rodoviário?

A evolução da Rede Rodoviária Nacional foi extraordinária ao longo dos governos militares. Vejamos alguns dados que eu trouxe anotado para me facilitar. Em 1964, havia, no País, entre todos os tipos de estradas, 545 mil quilômetros dos quais apenas 34 mil quilômetros asfaltados; por elas passavam cerca de 450 mil de caminhões por ano; todas as estradas eram em pista simples.

Em 1984, havia no País 1,4 milhão quilômetros de estradas, portanto, foram construídos 45 mil quilômetros de rodovias por ano; desse total, 100 mil quilômetros eram pavimentadas; e por elas passavam cerca de 2 milhões de caminhões por ano, apesar da segunda crise do petróleo, ocorrida em 1979. Como decorrência, o aumento da circulação de passageiros e mercadorias foi gigantesco, levando riqueza para todo o território nacional.

A estes números podem ser acrescidos cerca de 1.000 quilômetros por ano em trechos de conservação de estradas, inclusive com repasse de recursos para os governos estaduais.

Que obras rodoviárias merecem destaque ao longo dos governos revolucionários?

– duplicação da Rio–São Paulo, isto é, passou a ter duas pistas independentes (auto-estrada), inclusive com a nova pista de subida da Serra das Araras;

– concretização das ligações, ainda incompletas ou inexistentes:

Rio–Salvador, Curitiba–Porto Alegre, Campo Grande–Cuiabá e Cuiabá–Goiânia;

– novo traçado da BR-040, no trecho Petrópolis–Juiz de Fora, com duas pistas. A BR-040 liga o Rio de Janeiro a Belo Horizonte e Brasília;

– construção da Ponte Rio–Niterói com 14km, inaugurada em 1974;

– construção das rodovias:

- Rio–Santos
- Santos–São Paulo (Imigrantes)
- São Paulo–Campinas (Bandeirantes)

– prosseguimento, com pavimentação, da Rodovia Anhangüera até à BR-040, melhorando a ligação São Paulo–Brasília;

– melhoramento do traçado e reconstrução com asfaltamento (antes era em terra) da Belém–Brasília;

– construção da Cuiabá–Santarém (BR-163), com 1.750km, pelos 8º e 9º Batalhões de Engenharia de Construção. Esta obra permitiu o desenvolvimento do Projeto SINOP a 500km ao norte de Cuiabá, além de levar o progresso para a área por ela servida;

– construção da Transamazônica, aproveitando, em grande parte, mão-de-obra desempregada do Nordeste como conseqüência de uma terrível seca naquela região;

– construção e asfaltamento da BR-319, Manaus–Porto Velho com mais de 800km de extensão;

– construção e asfaltamento da Rodovia Cuiabá–Porto Velho (Rodovia Marechal Rondon): 1.442km, eliminando o estrangulamento do Noroeste em relação ao Centro do País. Antes, o tempo de viagem era de trinta dias; com a sua entrega, passou a ser de 24 horas;

– construção e pavimentação da Rodovia Brasília–Barreiras–Salvador, inclusive execução da ponte sobre o Rio São Francisco. A rodovia foi construída pelo 4º Batalhão de Engenharia de Construção (Barreiras);

– construção e pavimentação da ligação do sul do Piauí a São Luís e Belém, executada parcialmente pelos 2º e 3º Batalhões de Engenharia de Construção (Teresina e Picos);

– construção e pavimentação de estradas da rede do Nordeste, possibilitando encurtamento superior a 600km nas viagens entre Brasília e São Luís, Brasília e Fortaleza, e Brasília e Recife;

– o acréscimo total à rede do Nordeste, entre estradas pavimentadas e não pavimentadas, ligações e acessos foi de 5 mil quilômetros;

– asfaltamento da maioria das estradas do Rio Grande do Sul.

O que poderia ser dito a respeito da Ponte Presidente Costa e Silva?

A ligação do Rio a Niterói através de uma ponte foi motivo de polêmicas históricas. Quase todas concluindo pela incapacidade técnico-financeira do País em realizá-la.

A sua efetivação gerou, sem dúvida alguma, um grande salto tecnológico em construção de pontes.

Para a sua concretização, criou-se uma empresa estatal, a ECEx, que durante algum tempo, após a conclusão dessa obra, manteve-se em atividade utilizando os equipamentos adquiridos durante a construção dessa monumental obra.

Esta ponte induziu um forte desenvolvimento à Região dos Lagos, no Estado do Rio de Janeiro e no seu interior e ajudou a consolidar a fusão político-administrativa e econômica do Estado da Guanabara e do antigo Estado do Rio de Janeiro. Antes, a ligação se dava por um demorado transporte em barcas ou lanchas pelo longo contorno rodoviário da Baía de Guanabara.

O seu custo elevado já foi totalmente amortizado, várias vezes, pela cobrança de pedágio. Atualmente (em 2004), chega a ser risível a hipótese de ser construída uma obra de proporções semelhantes no Brasil.

E o transporte ferroviário foi esquecido?

Também não foi esquecido o setor ferroviário. Para não esquecer os feitos mais importantes trouxe também, uma relação das ferrovias construídas ao longo dos governos da Revolução:

– da Soja, no Paraná e Santa Catarina;

– de Carajás (Pará–Maranhão) – com 890km, ligando a província mineral da Serra do Carajás ao porto da Madeira, próximo a São Luís;

– do Aço (Minas Gerais–Rio de Janeiro–São Paulo) o seu projeto revelou-se muito caro, pelo número elevado de viadutos e túneis, além de suas características técnicas muito rigorosas. Sua construção, ora foi interrompida, ora ganhou metas desaceleradas, mas não foi concluída. É usada apenas parcialmente;

– do Trigo (Roca Sales–Passo Fundo), iniciada e interrompida na década de 1950, a retomada de sua construção tornou-se viável após a primeira crise do petróleo (1973) e pelo fato de ter sido confiada ao 1º Batalhão Ferroviário (Lajes). Concluída em 1980;

– Minas–Distrito Federal, partindo de Pires do Rio (Minas Gerais), foi concluída pelo 2º Batalhão Ferroviário; o seu destaque é a ponte sobre o Rio Araguari, construída por administração direta por aquela organização militar.

Foram modernizados muitos trechos ferroviários, especialmente com substituição de toda a superestrutura, isto é, trilhos, dormentes e lastros (brita). Como por exemplo, o pátio de Canoas, e trechos diversos da malha do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, foram desativados vários ramais ferroviários considerados antieconômicos.

Uma atenção especial foi dada ao transporte coletivo das grandes cidades com a construção dos trechos iniciais do metrô do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife.

– as linhas de trens urbanos e suburbanos também foram melhoradas e receberam muitas composições novas, como por exemplo, as da antiga Central do Brasil, além de obras de infra-estrutura, com sensível melhoria da eficiência em geral.

Que tratamento os governos militares deram aos sistemas portuário e aeroviário?

Nos vinte anos de governos da Revolução, foi dada uma atenção importante ao sistema portuário no País.

Foram construídos inúmeros portos e os maiores, já existentes, foram ampliados e modernizados, inclusive com largo investimento em aquisição de equipamentos de grande porte.

Vejamos os novos portos construídos:

– Porto de Sepetiba – Os estudos para a localização do porto na Baía de Sepetiba tiveram início em 1973, pelo Governo do então Estado da Guanabara. A partir de 1974, foram assumidos pelo antigo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, sucedido pela Portobras. A primeira etapa da obra, o terminal de carvão, na Ilha da Madeira, entrou em operação em 1982. Foram ainda previstos o terminal para minérios de ferro e o de carga geral.

– Porto de Praia Mole – O complexo portuário de Praia Mole, em Vitória, foi inaugurado oficialmente em novembro de 1984. Possibilitou a movimentação de 3 milhões de t/ano de produtos siderúrgicos e 8 milhões de t/ano de carvão. É um porto artificial em mar aberto e sua localização na Ponta do Tubarão é favorecida pelo acesso ao terminal da Companhia Vale do Rio Doce.

– Porto da Ponta da Madeira – Situado a 9km de São Luís, é parte do Projeto Carajás. Possui instalações de descarregamento de vagões, estocagem de minérios, sistema de embarque por uma linha de transportadores, repeneiramento e rebritagem.

– Porto de Estrela – Situado no Rio Taquari (Rio Grande do Sul), foi inaugurado em 1977, tornando-se o primeiro entroncamento intermodal, conectando hidrovia, ferrovia e rodovia.

– Porto de Trombetas – Situado à margem direita do Rio Trombetas, afluente do Amazonas, escoou em 1984 cerca de quatro milhões de toneladas de bauxita.

– Iniciado em 1967, quando foram descobertas as primeiras jazidas de bauxita, a 80km da Cidade de Oriximiná (Pará). O primeiro embarque para o mercado internacional deu-se em agosto de 1979. A bauxita é levada da mina por ferrovia, num percurso de 30km.

A Companhia Vale do Rio Doce era a maior acionista (46%) do projeto.

A preocupação com a ecologia também está presente em todo o Projeto Trombetas. Dentro dessa filosofia, foi criada a Comissão Interna de Meio Ambiente (CIMA), que busca possibilitar um melhor controle e preservação das condições ambientais da área.

Pode-se citar, ainda, entre outras obras, a construção do terminal açucareiro de Recife e o salineiro de Areia Branca.

Com referência à infra-estrutura aeroportuária, o que pode ser dito?

Foram construídos os seguintes aeroportos:

– Internacional do Rio de Janeiro.

– Internacional de Guarulhos (São Paulo).

– Internacional de Confins, a 47km do Centro de Belo Horizonte. Atualmente, denominado Tancredo Neves.

Outros aeroportos foram ampliados e modernizados. O gerenciamento das obras e do financiamento destas instalações foi muito bem conduzido pela Infraero.

Para coroar as realizações na infra-estrutura aeronáutica, foi implantado o Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (SINDACTA) com a utilização de radares tridimensionais, que executam o acompanhamento do tráfego aéreo, integrados ao processamento de dados em computadores para informação dos vôos.

Como síntese do que foi aqui abordado, quais os principais feitos dos governos da Revolução nas áreas econômica e social do País?

Devem ser destacados, especialmente:

– o chamado milagre econômico, no período de 1968-1974, caracterizado pela taxa média de crescimento do PIB de 10%;

– a profunda mudança no perfil energético do País, acelerada a partir de 1979, para fazer frente ao segundo choque do petróleo (1979);

– as grandes obras de infra-estrutura em estradas, portos e aeroportos;

– os grandes sistemas da Eletrobras (distribuição de energia) e Telebras;

– na área social, a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Sistema Financeiro e de Poupança e o Sistema de Habitação, centrado no Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Funrural, beneficiando milhões de brasileiros que trabalham no campo.

Como conseqüência do desenvolvimento econômico, o crescimento do número de empregos e da renda nacional, com seus efeitos inseparáveis na renda individual.

– na área educacional, o destaque maior parece-me que foi a eliminação da figura vergonhosa e desalentadora dos milhares de "excedentes" anuais. Aqueles estudantes aprovados em concursos para as universidades, porém não matriculados por falta de vagas, e o Projeto Rondon, que o Governo FHC manteve com outro nome;

– programa de construção de hidroelétricas, com destaque para Itaipu, Tucuruí e Sobradinho;

– programa de aceleração da busca de auto-suficiência de petróleo, a partir de 1979, com destaque para a exploração da Bacia de Campos;

– programa de desenvolvimento da energia nuclear, que permitiu ao País incorporar essa tecnologia estratégica;

– programa de substituição de importações de insumos básicos e bens de capital, com destaque para a criação e expansão de siderúrgicas e fábricas de cimento e a implantação de pólos petroquímicos;

– Programa Nacional do Álcool, com destaque para a criação de empregos no campo, acompanhada de melhoria salarial nessa área, e para a ampla fabricação de carros a álcool;

– o amplo programa de mineração, com destaque para o Projeto Carajás;

– o amplo programa de construção rodoviária, com destaque para a efetivação das interligações de todas as capitais do Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte-Ocidental, além das ligações com Brasília;

– a Ponte Rio–Niterói;

– a implantação de corredores de exportação;

– o grande programa de construção de aeroportos internacionais e do Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (SINDACTA);

– os desenvolvimentos regionais com os Programa Indicativo Nacional (PIN), Programa de Redistribuição de Terras (Proterra), Progres;

– o extraordinário êxito da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) em pleno Nordeste brasileiro na produção agrícola;

– a expansão da agricultura e pecuária, apoiada pelas empresas de pesquisas agropecuárias, que integraram grandes áreas, antes consideradas inservíveis para o plantio. Essa expansão passou a gerar receitas crescentes de exportação;

– investimentos e apoio à área de pesquisa e desenvolvimento, com a criação ou reaparelhamento de inúmeros centros de pesquisa e apoio a projeto;

– investimentos elevados em educação e saúde;

– a criação da Fundação MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização –, com o objetivo de cuidar da alfabetização e da educação contínua de adolescentes e adultos;

– programas e ações políticas do Governo que garantiram a participação do nosso País em pesquisas na Antártica.

Quais seriam as suas palavras finais para este nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?

Desde meados de década de 1960 até 1973 (primeiro choque do petróleo), o mundo ocidental experimentou uma fase de prosperidade sem precedentes. Em 1973, o produto real dos países desenvolvidos cresceu à elevada taxa de 6,4%. Em grande parte esta expansão foi beneficiada pelos preços baixos das matérias-primas produzidas pelos países subdesenvolvidos, entre estas avultando pela sua importância, o petróleo.

Mas o Brasil até março de 1964 não vinha aproveitando esta vantagem. Sofria crises políticas sucessivas e descurava da parte sócio-econômico. Era um alvo importante para o Movimento Comunista Internacional e representava a “pinça” idealizada para atingir o primeiro mundo.

Hoje sabemos que restavam, portanto, nove anos, isto é de 1964 a 1973, para o País aproveitar aquelas condições favoráveis.

Caso não tivesse ocorrido a Revolução de 1964, na melhor das hipóteses, teríamos nos transformado, na década de 1980, em um País de padrão médio africano, pela total falta de condições de enfrentar as duas crises do petróleo e pelo excesso de tolerância com o MCI. Na pior das hipóteses, teríamos nos tornado em um teatro de operações, com algumas características do TO da Guerra do Vietnam. Ocupado por guerrilhas urbanas e rurais e invadido por tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou da Organização das Nações Unidas (ONU). Hoje, o que seríamos?

Estas considerações podem parecer exageradas para os jovens de hoje que não viveram aquela época. Mas, no mínimo, devem requerer, por parte deles, reflexões e pesquisas em fontes isentas e idôneas, para poderem entender o nosso verdadeiro processo histórico recente.

Sem dúvida, os militares brasileiros, em geral, são favoráveis ao regime democrático, porém, em 1964, atendendo ao clamor do povo brasileiro nas ruas, entenderam que o sistema político vigente não tinha interesse real ou mesmo agilidade e competência para conduzir o País a um grande destino. Além da corrupção crescente no País, os políticos comunistas se aproveitavam da indiferença dos demais para implantarem o caos, o que naturalmente facilitaria a estratégia do comunismo internacional.

Os militares, portanto, entenderam que só num regime forte, mas bem intencionado e competente, poderia mudar o destino do País.

Pelos feitos descritos nesta entrevista, podemos concluir que eles estavam certos, e pelo que temos visto nos últimos 19 anos (1985-2004) a nossa nova democracia está apenas assistindo à passagem do tempo e os seus políticos pensando principalmente em tirar vantagens pessoais de seus cargos. Aliás, parece que isto não mudará tão cedo. Mas e o País?

Ah, este vem sobrevivendo à custa da enorme obra econômico-social deixada pelos governos revolucionários ao longo dos seus vinte anos.

Aliás, no dia 1º de outubro de 2003, a manchete do caderno de Economia de *O Globo* foi a seguinte: "O Brasil passa de 8ª à 15ª economia no mundo." Que façanha!...

Muito grato pela oportunidade que me concederam.

General-de-Divisão Théo Espindola Basto

- Natural da Cidade de Campo Grande, MS.
- Principais cargos e funções: Comandante de Pelotão no Batalhão Suez (Faixa de Gaza, Egito); Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); oficial de gabinete do Ministro do Exército; Comandante do 32º BIMtz – Batalhão D. Pedro II (32º Batalhão de Infantaria Motorizado), Petrópolis–RJ; da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Cuiabá–MT; da 10ª Região Militar, em Fortaleza–CE; da Escola Superior de Guerra e da 2ª Divisão de Exército, em São Paulo–SP;.
- Foi Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sudeste, em São Paulo–SP e 5º Subchefe do Estado-Maior do Exército – Assuntos Especiais e Internacionais.
- No exterior: Cursou a Escola Superior de Guerra do Exército argentino.
- Possui todos os cursos regulares do Exército; o curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) e a Escola Superior de Guerra (ESG).
- Em 1964, era 2º-Tenente de Infantaria e servia no Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu, PR.

Entrevista realizada em 8 de novembro de 2001.

Quero iniciar dizendo da satisfação, do prazer e da honra de participar deste Projeto de História Oral sobre a Revolução de 31 de Março de 1964. Sem dúvida, preservar a História é um dever de todos nós brasileiros. Por isso, enquanto agradeço esta oportunidade, também louvo a iniciativa de criar em nosso Exército um projeto dessa envergadura. A memória de um país se escreve através do testemunho de pessoas que viveram o período em que o fato histórico aconteceu. E será tanto mais fidedigna quanto maior a credibilidade que se possa atribuir à fonte, diferentemente de informações colhidas com o objetivo de apresentar uma versão própria, uma verdade particular.

Este projeto vem, assim, preencher uma lacuna importante na nossa História e será de grande utilidade às gerações futuras, desejosas de pesquisar, de estudar a Revolução de 1964, hoje, infelizmente, escrita de forma às vezes distorcida e até mal-intencionada. Estou aqui, pois, para trazer o testemunho de quem viveu o período da Revolução desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, quando era ainda Cadete, até o final do Governo Figueiredo, em 1985, já como Tenente-Coronel.

Para compreender a Revolução é importante conhecer as suas causas, pois nada acontece por acaso. Didaticamente, as causas mais remotas encontram-se entre a década de 1920 e a década de 1950; as causas mais próximas remontam à década de 1960 e, finalmente, no ano de 1964, temos as causas imediatas. É preciso entender que o Brasil estava, como está, inserido no cenário mundial, e sofria, como sofre, as influências das ações dos atores internacionais.

Em 1917, a Revolução Bolchevista, na Rússia, visava criar condições de melhoria para o proletariado. Naquela fase – após a revolução industrial, em que a mão-de-obra era escravizada, sob condições de trabalho as mais desumanas – a teoria marxista apresentava-se como sendo o condão capaz de resolver os problemas sociais, buscando um mundo em que não houvesse desigualdade, em que as oportunidades fossem igualmente oferecidas. O caráter expansionista da Revolução Bolchevista irradiou-se para outros países, e começamos a sofrer influências e ingerências no nosso modelo de vida ocidental.

Logo após a Segunda Grande Guerra, tivemos o período da chamada guerra fria, enredando as duas superpotências – os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – na disputa pela hegemonia mundial. Líder do bloco capitalista, os Estados Unidos procuravam conter o avanço do socialismo marxista em direção ao Ocidente, o que, sem dúvida, gerou temor e ressentimento no interior do bloco socialista. Para agravar o problema aconteceu a ascensão de Mao Tsé-tung, conquistando o Poder, na China, em 1949, e ali implantando o sistema comunista.

Dentro desse quadro, a Guerra da Coréia (1950-1953) representou um grave risco à paz mundial. Dividida, a Coréia do Norte, socialista, contava com o apoio dos

soviéticos e dos chineses, enquanto a Coréia do Sul era defendida por tropas da Organização das Nações Unidas (ONU), das quais cerca de 90% eram compostos por soldados americanos.

Com o fim desta Guerra, esperava-se a paz. Entretanto surgiu um novo conflito político-ideológico. Em 1955, o Vietnã do Norte era controlado pelos vietcongues, guerrilheiros socialistas, enquanto o Vietnã do Sul recebia o apoio americano, que crescia intensamente ao longo dos anos. Em 1965, por exemplo, havia 3.500 soldados americanos no Vietnã. Em 1968, este número crescera mais de 150 vezes: eram mais de 540.000 soldados.

A complicar ainda mais a conjuntura internacional surgiram, no norte da África, manifestações em favor da independência da Argélia, colônia francesa. Com o agravamento da crise a partir de 1958, quatro anos mais tarde viria a sua autonomia política, depois de lutas sangrentas, inclusive alguns atentados contra a vida do Presidente De Gaulle e duas tentativas de golpe de Estado.

Todos esses foram episódios com repercussão em todo o mundo, uma vez que a soberania dos povos é algo sensível às relações internacionais. Por isso, alcançariam também os países em desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Em Cuba, a Revolução foi vitoriosa, mas no nosso País, na Argentina, no Chile e no Uruguai a Contra-revolução impediu a ascensão dos comunistas, que pregavam a tomada do poder para implantar a sua doutrina. Esta luta assumia várias formas, desde a via pacífica, que era o modelo soviético, até a luta armada, modelo chinês.

O cenário internacional seria talvez, no Brasil, a moldura do quadro que estamos querendo criar. Aqui, na década de 1920, os movimentos tinham características voltadas para os problemas internos: eram os maus costumes políticos, as velhas oligarquias políticas, o mau uso do dinheiro público, a corrupção. Então, tivemos os movimentos idealistas. Há que lembrar do Movimento Tenentista: dos Dezoito do Forte, das Revoluções de 1922, de 1924 e de 1926, situações que demonstram inquietação com problemas nossos; é importante frisar esse aspecto. A própria Coluna Prestes também foi nessa época. Na década de 1930, início da era getulista, tivemos as Revoluções de 1930 e de 1932, a Intentona Comunista de 1935 e o Movimento Integralista. Percebe-se, assim, que o acerto do tecido político-social de um país se faz com dificuldade.

Na década de 1940, no Governo do Presidente Dutra, o Partido Comunista, que tivera uma ação importante na Intentona, é colocado na ilegalidade, o que, creio, lhe trouxe mais força, vez que passou a atuar fora das normas políticas seguidas pelos outros partidos.

Chegamos, então, à década de 1960 e às causas próximas do Movimento de 1964. Naquela ocasião o Movimento Comunista Internacional conseguira lançar uma

cunha no território americano: Cuba, no Caribe, com a subida de Fidel Castro, em 1959, e a implantação do regime comunista, trampolim para a Revolução Bolchevista nos países em desenvolvimento. Nessa época, surgiu a guerra revolucionária. E em 1961, foi feito o primeiro exercício de guerrilha rural. Eu era Cadete de Infantaria. Colocaram-nos em grupos e nos mandaram para o campo em trajes civis. Era uma coisa assim meio diferente, pois, até então, estávamos acostumados com a instrução padrão, o Batalhão no ataque e a Companhia na defesa, e de repente nos colocam à paisana e de barba crescida, para fazer um exercício.

Ainda em 1961, no Dia do Soldado, ocorreu a renúncia de Jânio. Com a pressão da rede da legalidade, o Vice-Presidente João Goulart foi alçado à Presidência da República. E aí começou a divisão no Exército. Na Academia tínhamos os gaúchos, legalistas. O III Exército ficou no lado da legalidade, do Jango, e o restante ficou contra, mas não houve derramamento de sangue. Jango assumiu e continuou o processo de inquietação popular.

Nesse período, servindo no 3º Regimento de Infantaria (3º RI), em Niterói, RJ, jovem tenente ainda, lembro-me bem que a divisão entre militares de direita e de esquerda nos trazia muita inquietação e até uma certa aflição, por não sabermos quem era quem. Um ambiente que realmente contrastava com a nossa formação militar, assentada na hierarquia e na disciplina. No 3º RI o oficial-de-dia não dormia: passava a noite de metralhadora na mão, acordado, indo aos postos, preocupado com a segurança.

Para que se tenha idéia da desordem que ocorria no interior da caserna, cito um graduado, 3º-sargento Quintanilha, que era o presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos de Niterói, e que se ligava diretamente com o Presidente da República. Certa vez, passando bem próximo às dependências do Estado-Maior do Regimento, ele chamou-me e disse: "Aspirante, vou falar com Jango!" Realmente, fez a ligação e era Jango quem estava na linha. Essas coisas contrastam com a cadeia de comando. Era a fase das greves, da indisciplina, dos chamados "generais do povo", nós que somos generais do Exército Brasileiro. Povo somos todos nós, mas "generais do povo", isso já é populismo demais.

Cito alguns nomes, permitam-me, pois este é um testemunho fidedigno. Era Comandante do I Exército o General Osvino Ferreira Alves que, durante visita ao 3º RI, depois de passar em revista a tropa, tirou a túnica e, pendurando-a no ombro, dirigiu-se ao refeitório dos oficiais, para a apresentação individual. Após suas palavras, recebeu alguns apupos; os tenentes estavam insatisfeitos... divisão realmente! Lembro-me, também, do Almirante Cândido Aragão sendo carregado nos ombros pelos marinheiros e fuzileiros.

Outra vez, ainda 2º-Tenente, indo ao Rio de Janeiro, fui ao Quartel-General e fiz uma visita a um companheiro de turma do meu pai – turma de 1937, da Arma de Cavalaria, da Escola Militar do Realengo –, atendendo seu pedido. Ao entrar em seu gabinete, o Coronel, posto que ostentava, estava acionando a greve na Central do Brasil! E comentou: “Nós temos que resolver os problemas populares.” Portanto, era um oficial do Comando do I Exército, usando telefone interno, interferindo na Central do Brasil, com evidente respaldo de seu Comandante. Então, isso tudo foi “criando o caldo” que acabou redundando no início da Revolução. Seriam as causas próximas.

Devo fazer um registro sobre a atuação do movimento comunista, antes de 1964: ele se voltou muito para o meio universitário. Em 1968, era aluno de uma faculdade de Direito, como Capitão e, mais tarde, tornei-me professor universitário. Assim, tendo sido aluno e professor, pude conhecer bem aquele meio. Havia muita gente idealista e muita gente manipulada. Algumas vezes, lembro-me, logo no início da aula tiravam o professor da plataforma para fazer proselitismo, mesmo com a turma toda contra, porque quem estuda à noite precisa e deseja aprender, sem falar que a maioria necessita do diploma a fim de exercer a profissão.

As causas imediatas estão no mês de março de 1964 e são aquelas que levaram ao desencadeamento da Revolução. Primeiro, o comício da Central do Brasil, no dia 13, com a presença do Presidente da República e dos chefes militares sob a proteção da Polícia do Exército, não obstante a exibição de faixas ofensivas às Forças Armadas. No dia 16 de março, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) deu um ultimato ao Congresso Nacional, exigindo que fosse votado o regime sindicalista, com vigência a partir do dia 1º de maio. Esse fato veio a ser confirmado pelo embaixador soviético acreditado no Brasil e por documentos dos arquivos de Moscou, liberados aos pesquisadores. No dia 19 de março, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, reuniu mais de um milhão de pessoas, episódio que envolveu a classe média, importante por sua densidade eleitoral. No dia 25 de março houve a Revolta dos Marinheiros, com cenas lamentáveis: o pessoal sem o dólmã, sem a túnica, quepe virado para trás, cenas terríveis. Depois, anistiados pelo Ministro da Marinha. Dias antes, em 20 de março, Castello Branco, que era o Chefe do Estado-Maior do Exército, emitiu uma nota reservada sem alusão à deposição de ninguém, mas alertando para o processo de sublevação que se estava iniciando. No dia 30 de março aconteceu a famosa reunião do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, uma cena deplorável. O Presidente da República cercado por sargentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, o que esperamos não mais volte a se repetir no nosso País. Estas, a meu ver, foram as principais causas da Revolução. Os mili-

tares foram tirados dos quartéis pelo clamor público, pela população, inquietação que levou à eclosão do Movimento.

Ressalte-se, então, o quadro internacional de expansão da ideologia comunista, de encontro à nossa formação ocidental e cristã, à índole do povo brasileiro, que não se coaduna com os valores ligados ao regime autoritário, à época, da União Soviética. O ser humano tem as suas ambições: viver em paz, com emprego, alimentação, casa e lazer. Por que buscar modelos importados, diferentes? Aqueles modelos, independentes de darem certo ou não na União Soviética e na China, não nos atenderiam, porque somos um povo diferente. Queríamos paz para progredir, para evoluir, para atender aos nossos interesses, aos nossos anseios. Tínhamos inteligência para encontrar soluções locais.

O Movimento Comunista Internacional buscava, como disse, espalhar-se pelo mundo. No Brasil, a primeira tentativa ocorreu em 1935, através da Intentona Comunista. Na madrugada do dia 27 de novembro daquele ano, o nosso 3º Regimento de Infantaria, ainda na Praia Vermelha, junto ao Pão de Açúcar, viu morrer diversos companheiros, assassinados covardemente. Luís Carlos Prestes desencadeou a Intentona obedecendo ordens vindas de Moscou, fato mais do que sabido. Sem dúvida, um episódio que marcou e alertou as Forças Armadas da ameaça de comunização do País.

Os "grupos dos onze", criação de Leonel Brizola, constituíram uma tentativa de coordenar a ação subversiva, visando a tomada do Poder. Já as "Ligas Camponesas", orientadas por Francisco Julião, pregavam, inicialmente, a reforma agrária, ou seja, buscavam terras para os camponeses. Essas organizações preocupavam por serem instrumentos de subversão da própria ordem.

O comício da Central do Brasil foi um espetáculo dantesco, transmitido pela televisão. Não entendi por que a Polícia do Exército fazendo a segurança das autoridades no palanque montado em frente à Central do Brasil. Havia, no local, cartazes ofensivos às Forças Armadas. Vi aquilo tudo com muita tristeza. As mulheres tiveram papel importante na eclosão do Movimento de 31 de Março, através da Campanha da Mulher Democrática (CAMDE). Nesse dia do comício da Central, por exemplo, conseguiu (a CAMDE) que as pessoas se manifestassem de forma silenciosa, em oposição ao que estava ocorrendo, acendendo velas e colocando-as nas janelas de suas casas e nas sacadas dos edifícios.

No dia 31 de março de 1964, estando no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, em casa dos meus sogros, ao ouvir o barulho de tanques e de carros de combate na rua, apressamo-nos – eu e o meu sogro, que era dentista do Exército – em nos apresentar no quartel-general. Fardamo-nos e saímos à rua, quando fomos várias

vezes puxados por pessoas do povo que pediam: "Tenente, salve este País!" Eram pessoas preocupadas com o descalabro, a desordem e o caos implantados no Brasil. O Exército, em todos os movimentos de que participou, desde a República, sempre o fez por imposição da vontade popular. Formadas por diferentes níveis e camadas sociais, as Forças Armadas sentem o que sente o povo. Somos, pois, o povo armado.

É alentador saber que contribuímos para robustecer a união e a coesão na caserna. Sim, porque vivíamos uma época de divisão, motivada pela intromissão da política no meio militar. Com o processo revolucionário os oficiais passaram a preocupar-se com a sua destinação, com a instrução, com a participação no desenvolvimento nacional. Não tenho dúvida que se interrompeu a cizânia nas Forças Armadas.

O Movimento de 31 de Março, trouxe dois aspectos positivos que gostaria de ressaltar. A decência na administração pública, na política, na economia, na aplicação da lei e o nacionalismo saudável, ou seja, a preocupação com os nossos problemas, a busca do nosso modelo, das nossas soluções. Este, o ideário, no meu entender, bem sintético, da Revolução.

As manifestações de transparência e seriedade aconteciam na nossa própria Força. A seleção para o Batalhão Suez é um bom exemplo, do qual sou testemunha. Era uma opção muito boa, uma experiência num país distante, integrando a primeira força de paz da ONU. Ainda 2º-Tenente, antes da Revolução, e candidato em potencial, fui ao Quartel-General, à Diretoria de Pessoal da Ativa. Lá, uma mesinha, um cabo sentado, folha de papel almaço, inscrições para Suez. Após preencher os dados pessoais, ele me perguntou: "Tenente, quem o está indicando?" Respondi, meio surpreso com o teor da pergunta, que era voluntário. O cabo, então, comentou: "O senhor não vai." E realmente não fui. Com a Revolução e as normas publicadas – tenho inclusive o *Noticiário do Exército* – o único critério para a seleção do Batalhão Suez era o mérito. Primeiro, uma prova de Inglês, que era a língua falada na Faixa de Gaza; depois, o perfil de cada candidato era expresso em pontos, de acordo com uma lista com itens, por exemplo, serviço em Unidades de Fronteira, colocação na turma etc. Transparência e mérito não podem deixar de ser levados em consideração.

O Movimento de 31 de Março, a meu ver, foi uma contra-revolução, na medida que foi de encontro a uma revolução comunista internacional, querendo impor o seu modelo. Mas se considerarmos que o mesmo transformou a fisionomia do nosso País, podemos considerar o termo revolução correto.

O Movimento Revolucionário de 1964 tinha um programa com objetivos e ações distribuídos em todos os campos do Poder, com destaque para o sócio-econô-

mico. O País chegou a crescer à taxa média de 11% ao ano, durante o Governo Médici, entre 1969-1974, época conhecida, por isso, como a fase do "milagre brasileiro". Sob tais circunstâncias teria sido oportuno devolvermos o País ao poder civil, valendo-nos daquele momento de euforia nacional, clima que nos era favorável.

Poucos se lembram de que por essa época recrudescera a violência praticada pelas esquerdas, únicas responsáveis pela dilatação da permanência dos militares no Governo. Apesar de Luís Carlos Prestes defender a via pacífica para a tomada do Poder, linha adotada por Moscou, Carlos Marighela escolhera o caminho da luta armada como meio de dominação política. Em vista disso estivera em Cuba. Marighela é o autor do *Minimanual do Guerrilheiro Urbano*, inspiração das Brigadas Vermelhas, da Itália, e de um grupo terrorista alemão.

A propósito, em entrevista recentemente concedida à *Rede Cultura de Televisão*, indagado por que a Revolução tanto se demorou no Poder, Jarbas Passarinho – que esteve muito próximo dos governos militares, já que foi, em duas ocasiões diferentes, Ministro do Trabalho e da Educação – respondeu: "Debito à esquerda a duração do período revolucionário", querendo referir-se, sem dúvida, à exacerbação da violência e à prática de atos terroristas por parte da esquerda de Carlos Marighela. Estas, sim, foram as verdadeiras causas do prolongamento dos governos revolucionários.

O Exército assumiu e respaldou o processo revolucionário pós 1964 e sofreu o desgaste inevitável, mas era uma missão a cumprir. Procedeu desse modo em nome da segurança nacional, sem qualquer pretensão político-partidária, tanto que os presidentes militares, sem exceção, cumpriram um único período de governo, sem nenhum pedido de reeleição. E, no Poder, nenhum deles enriqueceu.

Como em todo processo revolucionário, com início, meio e fim, a Lei da Anistia veio coroar o Movimento de 31 de Março de 1964. Primeiro, houve necessidade de leis duras, a fim de combater o terrorismo e a corrupção. Numa segunda fase, passamos a trabalhar juntos para o desenvolvimento do País. E, por fim, durante o governo do Presidente Figueiredo, o perdão para todos os brasileiros. Diante da proposta de iniciativa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), para excluir Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes do processo de anistia, sob a alegação de que a volta desses líderes políticos poderia prejudicar a "abertura", o Presidente João Figueiredo, num ato de grandeza, simplesmente declarou: "Lugar de brasileiro é no Brasil. A anistia há de ser ampla, geral e irrestrita. Queremos iniciar um novo período da História do Brasil. Sem revanchismo e sem rancor." Decisão tão nobre foi testemunhada pelo Ministro Jarbas Passarinho, conforme declarou à *TV Cultura* em recente entrevista, a que já me reportei.

Outra realização de destaque dos governos presididos por militares, no campo econômico, foi a revolução das telecomunicações. Em 1961, quando cadete, qualquer ligação interurbana exigia que se fosse à Companhia Telefônica, na cidade e, na fila, aguardasse a vez para solicitar a ligação. Dez anos depois, de qualquer "orelhão" falava-se com qualquer país do mundo. A Hidrelétrica de Itaipu, tão criticada – obra faraônica, à época –, supre todo o Sul e Sudeste, em termos de energia elétrica. E hoje, o que temos? Restou-nos o "apagão", porque a ditadura econômica, via neoliberalismo, está preocupada tão-somente em "fazer caixa" para pagar juros da dívida externa, sem se preocupar com o genocídio praticado contra a grande maioria da população, resultado da privatização aleatória e imprudente.

Também não se pode esquecer a Rodovia Transamazônica, obra de suma importância como fator de integração nacional, o que, por si só, esvazia as críticas que lhe são assacadas. Completamente abandonada, prejudica a afirmação da soberania nacional, na Amazônia.

Gostaria de lembrar, ainda, a implantação da Reforma Agrária, através do moderno Estatuto da Terra; a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), obra de largo alcance social; o Programa de Integração Social (PIS), que permitiu ao trabalhador participar do lucro da empresa; a pequena taxa de desemprego; e a universalização do ensino público. O Projeto Rondon levou os universitários a conhecer a realidade nacional. Procurou-se analisar os problemas do País, na busca de soluções. Enfim, a Revolução não só assegurou os direitos dos trabalhadores, como os ampliou.

Com realizações tão significativas, lamenta-se a falta de apoio dos meios de comunicação social. A propósito, tendo sido integrante do Centro de Comunicação Social do Exército – chefiei o Centro de Planejamento da área de comunicação – sei que o grande problema é a falta de recursos financeiros. A mídia é cara; a promoção do trabalho realizado exige muito dinheiro, este é um dos problemas sérios. O orçamento é muito reduzido, mal permite atender às necessidades do Exército.

Além da escassez de recursos, devemos reconhecer que, em termos de propaganda, o militar é tímido e modesto. Não deseja se expor e ainda fica preocupado em evitar o desperdício. Por isso mesmo arriscaria dizer que esta nossa falha tem permitido esse festival de aleivosias contra a Revolução, com o objetivo de desviar a atenção do povo da situação calamitosa em que nos encontramos.

Lamenta-se, outrossim, o ódio instilado contra a Revolução e que vem sendo inoculado na juventude brasileira através de certos livros didáticos. Alguns autores apresentam os fatos históricos a seu talante. Enquanto falseiam a verdade, denigrem a imagem do Exército e maculam a memória dos nossos heróis nacionais. No

que diz respeito à afirmação grosseira do seguinte texto do livro de História do Brasil, de autoria de Luiz Koshiba e Denise Pereira, à página 336: "'Repressão' e 'milagre econômico' foram dois traços marcantes do Governo Médici, e equivalem a dois níveis da estratégia do regime militar: a 'doutrina de segurança nacional' – aliás, importada dos Estados Unidos – e o 'desenvolvimento a qualquer preço'", é importante que se caracterize, e se distinga, entre influência e ingerência.

A nossa doutrina militar sofreu a influência francesa, no início e, após a Segunda Guerra Mundial, a norte-americana, sobressaindo então os princípios daquele conflito. Sobre a ingerência americana, acredito que se deva à existência de um convênio de cooperação técnico-militar firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, rescindido por iniciativa do Governo Geisel.

Por isso, associar repressão à doutrina de segurança nacional é, a um só tempo, maldade e ignorância. Na verdade, a doutrina de segurança nacional surgiu da acuidade do meio militar em face da guerra fria, envolvendo diretamente os dois grandes blocos antagônicos daquela época, mormente depois da vitória da Revolução Cubana, exemplo de dominação comunista que se desejava estender aos países subdesenvolvidos da América do Sul. Preocupadas com esta estratégia, as nossas Forças Armadas fundaram, em 1949, a Escola Superior de Guerra, centro permanente de estudos e pesquisas das questões nacionais, dos problemas que afligem o País. A escola recebe, anualmente, alunos militares e civis: cientistas, humanistas, estudiosos e intelectuais em sua melhor qualificação profissional.

O resultado desse esforço produziu o projeto nacional caracterizado pelo binômio Segurança e Desenvolvimento. Este, sim, um modelo elaborado por quem desejava fazer do Brasil uma grande Nação. E conseguimos; basta lembrar que o País saiu da quadragésima oitava posição, em 1964, e foi elevado à oitava economia do mundo, em 1973. Isto significa que estávamos no caminho certo, infelizmente interrompido em virtude da inversão de prioridades, posto que, agora, o interesse nacional está subordinado a interesses particulares. Para sairmos do atraso em que estamos mergulhados seria necessário um pacto, uma nova aliança – num esforço conjunto e harmônico – entre todos os brasileiros, para lutar contra a corrupção e os maus costumes políticos; contra os desníveis sociais e a impunidade. Acredito que a Escola Superior de Guerra (ESG) poderá, novamente, oferecer valiosos subsídios com vistas à elaboração de um outro projeto, um modelo genuinamente brasileiro, na luta para a superação das atuais dificuldades.

Evidentemente, o processo revolucionário é passível de críticas, pois é obra de seres humanos. Considero que uma das falhas da Revolução foi o engajamento reduzi-

do de civis, o que explica a carência de lideranças políticas. Mesmo porque estamos diante de uma questão política. O poder militar representa apenas o braço armado.

Um outro aspecto que contribuiu para a incompreensão do papel que desempenharam os militares, foi a falta de informação, quando se poderia fazer um contato mais próximo com a comunidade universitária, por exemplo.

Gostaria de encerrar minha participação neste Projeto dirigindo uma mensagem à geração que nos vai suceder. Inicialmente, levando-a a refletir sobre a idéia de que um país só pode se desenvolver se houver paz para o trabalho. O caos, a anarquia e a desordem só prejudicam. A democracia é o melhor regime, e todos nós o queremos; mas é um dos mais vulneráveis e necessita da educação de cada um. Saber viver num regime democrático é muito importante e difícil, porque o direito de cada um termina onde começa o direito do vizinho, ou seja, temos de conviver com os direitos individuais, respeitar as diferenças, as minorias.

Os problemas que vivemos atualmente são muito sérios. Somos chamados a enfrentar a miséria, a fome, o desemprego, a falta de moradia. Isto exige honestidade e competência. Não devemos dividir a sociedade brasileira em civis e militares, mas pelo modo de ser e agir de seus integrantes; pela honestidade e competência.

O civismo é a coluna-mestra de qualquer país. Reparem bem nos países do primeiro mundo. O culto aos símbolos nacionais não é obra militarista. Hoje as pessoas não sabem cantar o Hino Nacional, nem se interessam pelos símbolos. E o civismo não é prática exclusiva dos militares. Quem dita o futuro de um país é o povo, exigindo os seus direitos e cumprindo com os seus deveres. Confio nos nossos futuros cidadãos e dirigentes.

General-de-Brigada Gentil Nogueira Paes

- Natural da Cidade de Jaguaribe, CE.
- Comandou a Companhia Escola de Transmissões (CEsT), na Vila Militar, Rio de Janeiro e o 2º Batalhão de Engenharia de Construção (2º BEC), em Teresina-PI; chefiou o Estado-Maior do 1º Grupamento de Engenharia de Construção, em João Pessoa-PB. No posto de General, foi Diretor do Contencioso de Pessoal (DCP) e Comandante do 2º Grupamento de Engenharia de Construção, em Manaus-AM (1974/1978).
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, era oficial superior, Chefe da Segunda Seção (Informações) do Estado-Maior da 10ª Região Militar, em Fortaleza, CE.

Entrevista realizada em 28 de junho de 2001.

No início, relutei em participar deste Projeto de História Oral. Depois, pensando melhor, aceitei o convite. Concluí que tinha condições, possivelmente, de colaborar, mercê da experiência recolhida em minha longa carreira no Exército.

Em primeiro lugar, desejo agradecer à Força Terrestre por ter me encaminhado na vida, oferecendo-me uma nobre carreira. Em segundo, anseio em contribuir com este Projeto com o relato de episódio envolvendo a mídia e as dificuldades que se enfrenta ao tentar modificar um fato publicado. O desenrolar dos acontecimentos ensina que prevalecem interesses na mídia, escamoteando a informação correta, no seu papel de formadora da opinião pública.

Sou um dos filhos de um fazendeiro pobre de Jaguaribe, interior do Ceará. Naquela época, em todo o Estado só havia ginásio em Fortaleza, em Sobral e no Crato. Da minha cidade, para chegar à capital era preciso andar três dias a cavalo, até Quixadá, e daí, de trem até Fortaleza. Essa era uma dificuldade que tive de enfrentar. Meus pais colocaram os três filhos mais velhos – José, eu e o Virgílio – em colégios: o José foi para o Colégio Militar de Fortaleza; eu e o Virgílio, para um colégio de frades franciscanos em Canindé.

Logo no primeiro ano, meus pais verificaram que não teriam condições financeiras para assegurar a educação de todos, ao mesmo tempo. Tiveram o bom-senso de deixar o mais velho no Colégio Militar e retirar os outros dois de Canindé. Assim, toda a família – pai, mãe e filhos – ficou trabalhando para custear as despesas do mais velho, no Colégio Militar.

Felizmente, José terminou o seu curso, foi para a Escola Militar de Realengo e, quando se formou, estabeleceu, para a família, uma mesada de 500 mil réis, para nos ajudar. Mudamo-nos para Fortaleza, e eu e o Virgílio conseguimos ingressar na Escola Militar de Realengo, mediante concurso. E assim iniciamos a carreira militar, graças – e aqui rendo minha homenagem ao Exército Brasileiro – ao sistema eminentemente democrático que adota para recrutar os seus quadros de oficiais. Encontrei lá gente de todas as origens, raças e religiões; além de muitas praças oriundas do Exército e da Aeronáutica.

Declarado Aspirante-a-Oficial, em 1939, fui classificado em Curitiba, onde iniciei minha carreira. Integrei as fileiras da Arma de Engenharia, na especialidade transmissões – hoje, comunicações – vindo por isso, comandar, como Capitão, a Companhia Escola de Transmissões (CEsT), na Vila Militar, no Rio de Janeiro.

Em virtude da guerra, em 1945, o Exército Brasileiro resolveu matricular oficiais jovens no curso de Comando e Estado-Maior, abrindo concurso exclusivo para primeiros-tenentes. Estando nesse posto, resolvi enfrentar aquele desafio. Ao final dos exames, fui aprovado junto com outros 35 tenentes, que se incorporaram

a capitães, majores e tenentes-coronéis. Nessa turma, encontrei oficiais superiores que mais tarde se destacariam na carreira militar, como os ministros do Exército, generais Sylvio Frota e Walter Pires e o General Carlos Luís Guedes, que foi um dos líderes da Revolução, em Minas Gerais.

Discorrendo sobre as causas da Revolução de 1964, li alguns historiadores que remontaram à Guerra do Paraguai – Guararapes, até –, para buscá-las. Entretanto, vejo mais proximamente os acontecimentos que influenciaram as Forças Armadas, principalmente o Exército; fatos que contribuíram para a formação do espírito revolucionário. Lembro, inicialmente, o movimento dos tenentes, nos anos 1922 e 1926. Naquele tempo, o sistema de escolha dos presidentes da República era um verdadeiro conluio entre os políticos de São Paulo e Minas, conhecido como a "política do café-com-leite". Faziam-se eleições completamente fraudulentas. Se o candidato escolhido fosse de São Paulo – eram forjadas as atas, dava-se o cidadão como eleito, e pronto – na eleição seguinte, selecionavam um político de Minas Gerais.

Essa situação perdurou até 1930, quando foi eleito o candidato de São Paulo, Júlio Prestes sendo, Getúlio Vargas, derrotado. Os getulistas não aceitaram o resultado e levantaram o Rio Grande do Sul. O Exército, vivendo o espírito do "tenentismo", pôs em prática seus ideais, apoiando a Revolução, fazendo-a vitoriosa. Getúlio assumiu o Governo e quando se pensava que ele iria implantar decididamente um sistema democrático de eleição, acabou se tornando um ditador. Getúlio propunha-se a combater as oligarquias, mas seu governo acabou se transformando numa outra oligarquia que durou 15 anos!

Em 1945, Getúlio Vargas foi pressionado e deixou o Poder, retornando, mais tarde, quando foi eleito para o cargo de Presidente da República. Sucederam-se desmandos no País e, mais um vez, as Forças Armadas, em particular o Exército, acabaram se rebelando. A Aeronáutica instaurou inquérito para apurar o assassinato de um oficial dos seus quadros que estava junto com Carlos Lacerda, um grande opositor de Getúlio Vargas. Acusava-se o governo por aquela barbaridade e por um "mar de lama" que infectava o Catete. Afinal o drama culminou com o suicídio de Vargas, em 1954.

Os fatos citados acima estão entre os antecedentes mais remotos da Revolução de 1964. Entretanto, o episódio que considero como o mais importante, por ter alertado as Forças Armadas sobre a peçonha e a traição marxista, foi a Intentona Comunista, quando o comunismo envolveu alguns dos nossos indigitados militares. Foi em novembro de 1935. Em Natal, no Recife e, principalmente, no Rio de Janeiro, com a revolta do 3º Regimento de Infantaria (3º RI), militares submetidos à ideolo-

gia comunista assassinaram até companheiros que estavam dormindo. Essa violência e felonia ficaram definitivamente impregnadas, na mentalidade militar, gerando o anticomunismo e a revolta contra aqueles atos bárbaros.

Além desses cruéis atentados contra companheiros, repercutiram negativamente as palavras de Luís Carlos Prestes, líder máximo do comunismo no Brasil, ao declarar no Senado que "se o Brasil entrasse numa guerra contra a Rússia e ao lado dos Estados Unidos, ele combateria ao lado da Rússia, contra o Brasil".

Em 1961, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, tentou-se impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart, por causa das ligações espúrias dos movimentos trabalhistas com os comunistas. Mas como isso não foi possível, chegou-se a um acordo: ele assumiria o Governo, mas sob o regime parlamentarista. E assim foi feito. Só que João Goulart já assumiu o Governo com o pensamento no plebiscito que viria a derrubar o parlamentarismo.

Houve uma campanha muito grande. O Governo montou um esquema, inclusive promovendo vários generais, que eram chamados de "generais do povo", homens de confiança do Presidente. Na campanha, o Governo trabalhou de maneira descarada pelo fim do parlamentarismo.

Com a queda do parlamentarismo, João Goulart sentiu-se livre para fazer o que queria: implantar no Brasil uma república sindicalista, nos moldes peronistas. Os acontecimentos foram se precipitando; todos viam e sentiam que caminhávamos para um regime de esquerda implantado pelo próprio Governo. Como E/2 (Oficial de Informações) da 10ª Região Militar, em Fortaleza, trabalhei no preparo do que seria uma contra-revolução, ou seja, planejando as ações que deveríamos desencadear após a possível implantação da revolução comunista no País.

Naquele momento, ainda sem nenhuma orientação do escalão superior, sem nenhuma orientação de um líder – porque ainda não tínhamos líder –, estávamos trabalhando, preparando essas ações. A idéia central era esta: se implantado um regime comunista, deixaríamos os quartéis, levando a maior quantidade possível de armamento e equipamento para o interior. Iríamos para zonas previamente escolhidas, solidários aos líderes rurais, onde montaríamos núcleos de resistência para derrubar o regime anárquico que seria instalado.

Chegamos a março de 1964. Sucederam-se aqueles acontecimentos em cascata: comício na Central do Brasil, revolta dos marinheiros, reunião do Automóvel Clube e outros. No dia 31 daquele mês, Minas Gerais escorvou o detonador da Revolução com as marchas dos generais Mourão Filho e Carlos Guedes, com seus subordinados, contagiando o Brasil inteiro. Na realidade, o que foi decisivo mesmo, para a vitória da Revolução, foi o apoio do povo, com toda certeza.

Acho que o termo "Revolução", para designar o Movimento de 31 de Março de 1964, não está correto. Certo seria "Contra-Revolução". De fato, reafirmo ter participado do preparo de uma contra-revolução, pois contávamos como certa uma revolução que estava sendo articulada com o apoio do próprio Governo, a fim de implantar o regime comunista no Brasil. Então – embora não houvesse diretriz do escalão superior – nos preparávamos para resistir a um governo comunista em vias de instalar-se à revelia das Forças Armadas.

Após a vitória da Revolução de Março de 1964, os governos militares realizaram muitos empreendimentos, em diversos campos de atividade. No campo da educação, por exemplo, ao assumirem o Poder, o nosso ensino universitário contava com 150 mil matrículas. Ao término do ciclo dos governos revolucionários, tínhamos 1,5 milhão de matrículas no ensino superior. Fizemos a reforma bancária, com a criação do Banco Central; a reforma habitacional, com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH); a reforma fiscal; a reforma eleitoral; a aposentadoria rural. Aliás, pouca gente sabe do alcance dessa aposentadoria. Como fazendeiro – tenho uma fazendinha de herança – conheço bem a situação do trabalhador rural. Antes, quando ele chegava à idade em que não podia mais trabalhar, se não tivesse um bom patrão que o amparasse, ia para a sede do município viver de esmola. Hoje, todo trabalhador rural tem a sua aposentadoria. Isso é um tipo prático de distribuição de renda.

No campo da energia, podemos citar as grandes usinas hidrelétricas implantadas pelos governos militares, além do aumento considerável na produção de petróleo. Houve a abertura de uma ampla rede de rodovias que, infelizmente, estão ficando abandonadas. Tendo servido na Amazônia, lembro-me da abertura da BR-174, ligando Manaus à Venezuela e da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, com 1.555 quilômetros de extensão. Na Transamazônica eu não trabalhei, a não ser num trecho entre Humaitá e Lábrea, mais de 200km. Essa é uma estrada que até hoje não foi completamente implantada. Atualmente não há recursos para conservá-la, mas, apesar disso, a Transamazônica está viva, há populações ao longo de seu traçado e será uma estrada que crescerá de importância no futuro.

Quando os comunistas falam em "ditadura militar" ou "anos de chumbo", referindo-se ao período dos governos militares, tenho vontade de rir. Ora, que ditadura é essa, se os "ditadores" eram eleitos por um dos sistemas normais, democráticos, de eleição de presidente!? Eleição realizada por Colégio Eleitoral é um sistema adotado, ainda hoje, em vários países do mundo, além de os presidentes militares cumprirem um prazo fixo de governo. O que sei das ditaduras comunistas é que eles – aí sim, ditadores – só saem do governo mortos ou depostos. Aqui

mesmo na América Central, à frente do "paraíso" cubano, temos Fidel Castro, há várias dezenas de anos no Governo. Isso é que é ditadura.

Um dos erros foi a duração da Revolução, que poderia ter sido menor. Outra coisa foi a censura que deveria ter sido muito limitada. Em troca, deveria ter havido um sistema confiável de informações à população. Cito sempre o caso da guerrilha do Araguaia, da qual não tínhamos nada a esconder. Pelo contrário, estávamos combatendo ali inimigos da Pátria, estávamos defendendo o País. Eram guerrilheiros que estavam implantando uma zona liberada, para começar uma guerra contra o Brasil.

Combatemos e não sei por que se impôs uma censura que não permitia que nada fosse divulgado. Na minha opinião faltaram os correspondentes de guerra, como se faz hoje no mundo inteiro, correspondentes confiáveis, presentes na área e que publicariam tudo que acontecia: quem morreu, quem matou. Assim, saberíamos quais foram os que combateram no Araguaia, quais foram os que morreram pela Pátria e quais foram os que morreram combatendo a Pátria.

Hoje, fomos transformados de heróis – porque fomos heróis defendendo a Pátria – em vilões. E quando se faz uma Lei de Anistia, só os agressores da Pátria recebem compensação. Os militares que morreram no combate nada deixaram para suas famílias, que ficaram sem nenhuma compensação, sem nada. No Araguaia ganhamos a guerra, mas perdemos a História. Porque a História é o que se escreve.

Tenho um fato que foi muito marcante na minha vida e que gostaria de registrar aqui, por referir-se à batalha suja que vem sendo ganha pela mídia. Sabemos da dificuldade de modificar uma idéia implantada pela mídia, não é? Então, para isso, tenho um exemplo ocorrido comigo nos anos 1970, que caracteriza muito bem esse pensamento. Comandei o 2º Grupamento de Engenharia de Construção, na Amazônia, durante quatro anos. Uma das missões dos Batalhões do Grupamento era a construção da Rodovia Manaus–Boa Vista–fronteira com a Venezuela. Era a BR-174.

Quando assumi aquele Comando, em junho de 1974, essa estrada possuía duas frentes de serviço. Por se desenvolver no sentido norte-sul e cortar a Linha do Equador, o regime das chuvas era diferente em cada extremidade da rodovia. Em vista disso, conforme a estação chuvosa, trocávamos os elementos do sul para o norte e vice-versa. Encontrei o Batalhão com sua frente de serviço no Rio Abonari, que era a divisa de uma reserva indígena de duas tribos muito agressivas.

Na base localizada junto ao rio, no lado sul, fora da reserva, havia o acampamento da companhia de engenharia que implantava aquele trecho da estrada. Ao norte do rio, dentro da reserva indígena, localizava-se o acampamento da Fundação Nacional do Índio (Funai) que fazia as ligações com os índios – porque o Exército,

quando fez o convênio com o Ministério dos Transportes, para a construção dessa rodovia, exigiu que todo o contato com os índios fosse feito pela Funai.

Antes desse convênio, houve uma missão da Funai, organizada com a finalidade de fazer contatos preliminares com os índios, para explicar-lhes que iria ser construída aquela estrada. A essa missão foi incorporado um padre, que se chamava João Calleri. Pois bem, os índios pegaram essa expedição composta de 11 pessoas e mataram 10, inclusive o Padre Caleri, tendo escapado um mineiro funcionário da Fundação. Foi o primeiro ataque. Quando fizemos a ponte sobre o Rio Abonari, denominei-a Ponte Padre Caleri.

Havia duas tribos naquela reserva: a tribo dos atroari e a dos waimiri. O delegado da Funai, na Amazônia, considerava que os atroari eram agressivos e os waimiri, não. Estes eram seus amigos, freqüentavam sua casa em Manaus, onde o cacique Maruaga se hospedava, quando ia tratar-se na Cidade. O delegado ficava na maloca dos índios, também. Como afirmei, assumi o Comando do Grupamento em junho de 1974.

No mês de outubro, os índios chegaram ao acampamento da Funai e combinaram que no dia seguinte um grupo sairia para caçar e outro iria para a roça – a Funai tinha uma roça para ensinar os índios a plantar. Quando amanheceu o dia, o grupo que ficou para plantar atacou e matou todos os que estavam no acampamento, menos um que escapou, e os que foram caçar atacaram os funcionários da Fundação que o acompanhavam e mataram todos. Foi o segundo ataque.

No mês seguinte, reuni o pessoal e fiz várias determinações, entre as quais que ninguém poderia trabalhar em grupo com menos de 15 homens. Mas tinha um empreiteiro – era até um cearense – que trabalhava abrindo picadas na mata e bem à frente do serviço. Disse-me que os índios eram seus amigos, que tratava deles fornecendo-lhes remédios e comida, que tinha toda confiança neles. Ainda lembrei ao André – era esse o nome do empreiteiro – que havia proibido grupos com menos de 15 homens. Ele saiu dali e mandou uma turma de quatro homens a 20km adiante do nosso acampamento. O grupo foi atacado pelos índios. Três morreram e um escapou com uma flecha atravessada no peito. Foi o terceiro ataque.

No quarto ataque, os índios mataram todos os homens da Funai, no acampamento, inclusive o delegado da Fundação na Amazônia, o Gilberto Pinto – muito amigo nosso – do qual tenho ainda uma fotografia com uma flecha atravessada no tronco. Mataram todos, escapou somente um. Por coincidência, em todos os quatro ataques sempre escapou um. O povo dizia que era para contar a história, mas acho que não, pois esse camarada só escapou porque se atirou no rio e saiu mergulhando.

Em todos esses episódios, foram atacados, exclusivamente, o pessoal da Funai e esse empreiteiro. Nunca houve atrito de militares, ou mesmo civis do Grupamento,

com os índios. Nos ataques, nenhum índio foi morto ou ferido; todos os mortos foram abatidos pelos índios. Essa é a história real.

Pois bem, passei o Comando do Grupamento em 1978 e, cinco ou mais anos depois, já tendo me retirado da Ativa do Exército, recebi uma carta de um amigo que estava servindo em Manaus, mandando-me um recorte de jornal daquela cidade, uma espécie de "Pasquim", imprensa marrom que só faz chantagem. O dono do jornal, o Sr. Lucena, por conta disso, foi eleito vereador, deputado e senador, e como senador, em Brasília, acabou dando um tiro na cabeça, justiça com as próprias mãos.

A reportagem do jornal me acusava – e ao Exército – de "exterminadores de índios", e dava conta da morte de milhares de índios. Ora, não havia morrido nenhum índio! Redigi uma carta detalhada a esse colega e o autorizei a falar com o Comandante do Comando Militar da Amazônia (CMA), dizendo que estava à disposição para ser interrogado e prestar todos os esclarecimentos necessários, se ele quisesse fazer qualquer investigação. Eles acharam melhor arquivar aquilo, não houve providências. Fiquei tranqüilo.

Posteriormente me aparece aqui em Fortaleza, no meu apartamento, uma equipe de reportagem da Rede Globo, do *Fantástico*. O repórter Francisco José subiu ao apartamento, com sua equipe. Conversamos mais de meia hora. Expliquei tudo, contei toda a história, que não se matou nenhum índio. O repórter, afirmando que só queria a minha palavra, armou toda aquela parafernália na sala do meu apartamento, leu aquele trecho da reportagem, onde constavam as acusações contra mim e contra o Exército e pediu que eu dissesse se aquilo era verdade ou não. Disse que era mentira, que jamais um índio fora ferido. E relatei tudo de novo. Pois bem, quando a matéria saiu no *Fantástico*, a única fala minha era essa: "É mentira!" Mais nada. O repórter só queria mostrar que eu tinha sido ouvido. Não deu direito ao público de conhecer toda a história que lhe foi revelada, porque ele gravou mas não publicou. Ficou nisso.

Uns anos depois recebo em casa um número da revista *Terra*, que eu assinava, trazendo uma reportagem sobre a ligação Manaus–Caribe, aquela estrada em que trabalhei e onde aconteceu toda a história. A reportagem era muito bonita, muito bem feita, mas copiava tudo o que a mídia já havia dito e ainda acrescentava que tinham morrido 200 soldados. Escrevi uma carta para a revista contestando aquilo tudo, contando a história verdadeira. Ora, dizer que tinham morrido duzentos soldados! Isso era todo o efetivo da Companhia que trabalhava lá! Então a revista publicou uns pequenos trechos da minha carta, sem comentário, sem nenhum destaque. A verdade continuou sendo negada ao público.

Narrando esses fatos, desejo mostrar o quanto é difícil modificar algo na mídia, principalmente quando interessa aos repórteres atacar as Forças Armadas.

Nesses três episódios, como se vê, nada foi modificado, e lá continuamos nós, eu e o Exército, como "exterminadores de índios".

Em toda a minha vida me preocupei muito com a situação da Amazônia. Atualmente, temos uma ameaça muito séria: a droga. Sabemos que os grandes produtores de coca eram peruanos e bolivianos, mas com a perseguição que sofreram, mudaram-se para a Colômbia. Agora, quando este País está combatendo o narcotráfico, com auxílio dos EUA, os narcotraficantes estão invadindo a Amazônia brasileira e venezuelana. Desde a época em que sobrevoava a Amazônia, naqueles aviõezinhos – os teco-tecos – e via aquela infinidade de pistas ocultas na mata, já imaginava que aquilo seria um grande chamariz para o pessoal da droga. E sempre falo – quando tenho oportunidade – do cuidado que devemos ter com isso.

Felizmente, algumas providências já estão sendo tomadas, como o exemplo do Projeto Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Mas, por que esse projeto foi tão combatido? Por que há uma orquestração tão grande sobre a Amazônia: "pulmão do mundo", "terra de nações indígenas" etc? Porque interessa a muita gente manter a situação daquela imensa região, onde os narcotraficantes se acoitam. Vi na Amazônia índios cultivando plantas potencialmente produtoras de coca. Portanto, sou de opinião de que devemos continuar com a política de ocupação da Amazônia, com a construção de uma rede de vias de comunicação, apropriadas ao ambiente.

Este Projeto de História Oral do Exército chegou em boa hora. Vejo-o como um grande passo, para evitar o que estamos observando hoje, isto é, a nossa história estar sendo contada pelos nossos inimigos. Mas o povo enxerga, o povo não é burro. O Exército tem procedido com correção, inspirando confiança nas pessoas. Acho que o Exército e as demais Forças Armadas estão sendo bem conduzidos.

Agora mesmo, com o problema da seca, as pessoas têm confiança porque a distribuição de água e de cestas básicas vai ser feita pelo Exército. É a confiança na Instituição. E isso é muito gratificante para nós. Pelo que acabei de dizer, este Projeto deve continuar, a fim de evitar que aconteça o que sucedeu na Revolução de 1964, quando as Forças Armadas entraram, trabalharam, impulsionaram o País, fizeram tudo e saíram como agressoras, como vilãs. Por quê? Porque faltava, como já disse, um projeto como este. Portanto, que os atos e as ações sejam publicados corretamente, sem nenhuma censura. Acho mesmo que a censura não constrói.

Como palavra final, dirigida à mocidade de hoje e às futuras gerações, peço-lhes que confiem nas Forças Armadas, confiem no Exército, que nunca decepcionou a Nação, e sempre trabalhou com patriotismo, com dedicação e com desprendimento.

General-de-Brigada Adalberto Bueno da Cruz

- Natural da Cidade de Canoas, RS.
- Principais cargos e funções: Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); Oficial do Gabinete Militar da Presidência da República; Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); Oficial do Gabinete do Ministro do Exército; Comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS); Chefe da Seção de Doutrina da ECEME; Comandante da 23ª Brigada de Infantaria de Selva (23ª Bda Inf Sl), em Marabá, Pará, e Comandante da 12ª Região Militar (12ª RM), em Manaus.
- No exterior: Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil no Peru.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, Guerra na Selva e o de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx).
- Em 1964, era Aspirante-a-Oficial e servia no quartel do 4º Regimento de Infantaria (4º RI), em Quitaúna, SP.

Entrevista realizada em 19 de junho de 2001.

Agradeço a oportunidade a mim concedida para poder transmitir as experiências vividas e os fatos que tive oportunidade de participar. Quando eclodiu a Revolução de Março de 1964 era Aspirante e servia no 4º Regimento de Infantaria (4º RI), em Quitaúna, a maior Unidade do Exército do Estado de São Paulo. Por sua importância, o 4º RI era constantemente solicitado a cumprir missões de segurança.

Vou contar um fato ocorrido com a Unidade, em 1963, para mostrar o ambiente existente, antes da Revolução. Dele não participei, visto que ainda cursava o último ano da AMAN. Nesse ano, em São Paulo, ocorreram mais de duzentos dias de greve. Numa dessas situações o Batalhão – fração operacional do Regimento – foi chamado a intervir no Porto de Santos. Lá chegando verificou-se que o motivo pelo qual estava sendo requerido não era para manter a ordem, mas para descarregar navios.

O Batalhão rebelou-se, não descarregou os navios e, sem ordem nenhuma, retornou para São Paulo. Criou-se um problema sério, houve investigação. Até os próprios militares, acostumados com a disciplina e submetidos a regulamentos, rebelavam-se contra ordens contrárias à formação militar.

Devo esclarecer que os oficiais do 4º RI eram seguidamente convidados para participar de reuniões organizadas e dirigidas por autoridades civis, quando estes cidadãos deixavam patente o descontentamento com a situação que o País estava vivendo. Tais fatos servem para demonstrar que o 31 de Março não foi obra exclusiva dos militares. O meio civil estava inquieto e desejava que alguém tomasse a iniciativa, no sentido de evitar a comunização do País, rumo assumido ostensivamente pelo Governo João Goulart, infiltrado que estava por elementos de esquerda.

Esse descontentamento gerou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, em torno de cem mil pessoas, um efetivo muito elevado para a cidade, em 1964. Nas manifestações populares atuais, fazem questão de dizer que compareceram duzentas mil pessoas, até um milhão, na tentativa de minimizar a importância daquela iniciativa, que antecedeu a Revolução de 31 de Março.

Diante dessa situação de desgoverno que imperava no País, o Exército tomou as medidas de prevenção, preparando-se paulatinamente, pois, caso a sociedade convocasse as Forças Armadas para uma intervenção política, deveria estar em condições de fazê-lo. Houve a preparação profissional e intelectual dos quadros e da tropa, através de palestras e exercícios de contraguerrilha.

Alguns militares estavam favoráveis ao Governo Goulart. Uns cinco ou seis dias antes da Revolução de 31 de Março, o próprio Comandante da Infantaria Divisionária – do qual não lembro agora o nome – foi ao 4º RI fazer uma palestra, tentando exigir que seus oficiais mantivessem uma disciplina rígida, não se deixassem influenciar pela pressão da sociedade e não tomassem a iniciativa de empregar

a força, para destituir do Poder o então Presidente João Goulart. Cinco dias depois ele estava preso. Eclodira o Movimento.

Em São Paulo, contudo, o desenvolvimento dos fatos não transcorreu facilmente, no meio militar. O General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, ficou em meio à dúvida: por ser gaúcho, ter sido promovido por Getúlio Vargas e ser amigo de João Goulart, não se decidiu. O Comandante do 4º RI, o então Coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro, foi ao QG do II Exército – na época era II Exército –, expôs os fatos ao General Kruel, disse-lhe que o 4º RI apoiava o Movimento e saiu dali com a adesão do General. O papel do Coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro foi muito importante. A tropa permaneceu aquartelada, de prontidão, e atenta às manifestações contrárias, praticamente nulas.

Houve uma indecisão no Sul do País, terra de João Goulart e de Brizola. A tendência seria o III Exército, com sede em Porto Alegre, manter-se a favor de João Goulart. Em conseqüência, em São Paulo, constituiu-se um grupamento tático, organizado com base no 4º RI e reforçado com peças de artilharia do Grupo de Itu. A coluna de marcha, de mais ou menos 5km, partiu em direção a Porto Alegre.

Nessa hora, foi possível constatar a situação em que se encontrava o nosso Exército. Como não tínhamos viaturas para o transporte de todo o pessoal, foram requisitados ônibus da Companhia Municipal de Transportes Coletivos, de São Paulo. As peças de artilharia foram praticamente “amarradas” em caminhões retirados do parque industrial, apenas com o chassi e a cabine do motorista. Nos postos de gasolina fazia-se, mediante requisição, o reabastecimento das viaturas.

Quando chegamos a Curitiba, a situação em Porto Alegre já havia sido resolvida. Com a destituição do seu Comandante, que se evadira da cidade, o III Exército aderiu ao Movimento. Sendo assim, de Curitiba retornamos para São Paulo. Na chegada à capital paulista, fomos surpreendidos por uma manifestação popular em apoio ao 4º RI e, por conseguinte, à Revolução. Desfilamos no Vale do Anhangabaú, na Avenida 9 de Julho, sob aclamação entusiasmada de grande parte da população, que se deslocou em atendimento ao anúncio do desfile da tropa. Indubitavelmente, acontecimento da maior importância da Revolução, pouco comentado.

Terminada essa fase nos aquartelamos e foram, praticamente, dois meses de prontidão. Começaram, então, a se esboçar algumas reações, principalmente no meio militar. Certa vez, quando me dirigia para a sala de recepção do Regimento, observei uma sala de aula repleta de militares, todos sargentos, sentados, em absoluto silêncio. Olhei para o púlpito: não vi nenhum instrutor, e não havia, mesmo, previsão de palestra ou instrução. Aspirante, curioso, entrei na sala e vi o Tenente Campos sentado, ao fundo. Ninguém olhava para ninguém.

Fui falar com o Tenente e pude ver que ele estava com a pistola em cima da coxa. Pois bem, todos aqueles sargentos, mais de trinta, estavam presos por terem cometido atos contrários ao Movimento de 31 de Março, de insubordinação militar. Muitos desses sargentos foram posteriormente condenados, expulsos do Exército. Alguns estiveram no navio-presídio. No 4º RI, também o envolvimento de dois oficiais levou-os à cassação. Citei estes exemplos para mostrar que a subversão e a infiltração de esquerda haviam minado a disciplina e a hierarquia, elementos vitais para haver força militar em condições de emprego.

Na seqüência das ações revolucionárias, atribuíram-me a missão de ocupar a Prefeitura de Osasco, em face de sérias denúncias de corrupção e de desvio de recursos. Posteriormente, recebi a ordem de me dirigir à moradia de um sargento e trazê-lo preso ao quartel, devendo revistar a casa à procura de documentos que comprovassem sua participação na subversão. Missão delicada e difícil pelo constrangimento que causaria àquela família. A vizinhança saiu à rua, quando cheguei na casa do militar, pois naquela época um movimento qualquer chamava a atenção das pessoas. Bati à porta, a senhora veio atender; perguntei por seu marido, que estava de pijama. Dada a ordem de prisão, o constrangimento: a mulher e a criança começaram a chorar. No exame da residência, encontramos alguns livros russos e recortes de jornais. Para evitar um maior embaraço, para ele e para a família, mandei que parte do destacamento o levasse para o quartel, enquanto fazia a revista.

Fiz questão de narrar este episódio, a fim de salientar a desarmonia e os malefícios que a infiltração comunista produziu no seio das Forças Armadas, entre os próprios companheiros.

Comprovou-se que a subversão, em São Paulo, atingira elevado grau, principalmente nos sindicatos e no meio estudantil, liderado pela União Nacional de Estudantes. A apreensão do documento "planejamento das esquerdas", em São Paulo, revelou que, vencedor o comunismo, todos os oficiais seriam justiçados e submetidos ao *paredón*. Isso ninguém conta, ninguém comenta, ninguém escreve.

Hoje, a juventude e a maioria das pessoas desconhecem o que é o *paredón*, um muro, uma parede que existia em Cuba, onde os adeptos do "democrata" Fidel Castro fuzilavam todos os seus oponentes, não lhes dando direito algum de defesa ou de julgamento justo. Fidel Castro, com a autoridade de Presidente de Cuba, extirpou da ilha seus opositores e todos os seus companheiros revolucionários que eram contra a manutenção da ditadura comunista. Pretendia-se, em São Paulo, fazer o mesmo com aqueles que se opunham à implantação do regime comunista no Brasil.

Esta foi a minha participação em São Paulo. Posteriormente, transferido para Porto Murtinho, Mato Grosso, na fronteira do Brasil com o Paraguai, tive oportuni-

dade de comandar uma patrulha em duas ocasiões diferentes, a primeira delas com o objetivo de interceptar a passagem de Che Guevara. Informes davam conta de que ele estaria se dirigindo para a Bolívia, subindo o Rio Paraguai. Depois vieram notícias de que vários caminhões estariam transportando armas para a Bolívia, através do Pantanal Mato-grossense. Por meio de patrulhas motorizadas percorremos cerca de mil quilômetros, varrendo o trecho do território brasileiro, na fronteira com a Bolívia e o Paraguai. Entretanto, nada conseguimos encontrar que pudesse comprovar os informes ou caracterizasse o transporte de armamento.

Concluído o meu tempo de fronteira – um ano e sete meses – fui transferido para Manaus, onde cursei e, depois, fui instrutor do Curso de Guerra na Selva. Na Região Norte, praticamente um país à parte, não houve subversão. O único fato característico que marcou a Revolução foi a prisão do então Governador Gilberto Mestrinho, por corrupção e problemas ideológicos, sendo depois cassado e destituído do Governo do Estado do Amazonas.

Gostaria de citar um fato importante que se liga às origens da Revolução de 1964. Todos sabem que o marco inicial da luta para implantar a ideologia marxista-leninista no nosso País foi em 1935, através da Intentona Comunista. O processo então empregado pela rebelião vai se repetir em 1964, mas como houve um movimento preventivo das Forças Armadas, não se completou. A virulência da ação de 1935 demonstrou a sanha e a traição dos comunistas, capazes de qualquer atitude para atingir seu objetivo de alcançar o Poder. Felizmente, foram derrotados.

Retrocedendo no tempo, logo percebemos que o Império se apoiara no tripé Poder Militar, Igreja e Poder Econômico. E houve três questões que D. Pedro II teve de enfrentar: a questão militar, a questão religiosa e a libertação dos escravos, que tirou do poder econômico a mão-de-obra barata, propriedade do senhor de engenho. Com isso, o Império caiu e implantou-se a República. Comparativamente, o que aconteceu em 31 de março? O País se apoiava no poder econômico diversificado, e não apenas numa monocultura; nas Forças Armadas, espelho da Nação e braço armado do Estado; e na Igreja, unida pela crença, um poder muito importante.

Dessa forma, as esquerdas tinham consciência de que, sem o apoio desses três esteios não havia possibilidade de implantar o comunismo no Brasil. Para comprovar, basta lembrarmos a reação da Igreja Católica, completamente avessa ao comunismo, com uma ação marcante no combate à subversão, haja vista a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Após o 31 de Março os comunistas continuavam a saber que não tinham condições de assumir o Poder, sem antes de dominar essas três forças, sustentáculos da sociedade brasileira. Imediatamente, buscaram elementos doutrinadores com o

objetivo de, infiltrados, promoverem a subversão no interior da Igreja e das Forças Armadas. Com a infiltração de comunistas em seminários, alguns padres passaram a participar da subversão.

Inúmeras formas foram utilizadas para introduzir a subversão no Exército. Na própria Academia Militar descobriu-se uma célula de cadetes subversivos. A célula foi abortada e os cadetes foram expulsos da AMAN. Foi uma evidente tentativa de colocar, dentro do próprio Exército, na elite, na oficialidade, elementos comunistas que pudessem, no futuro, participar de um possível movimento, tendo em vista que no de 31 de Março de 1964 eles fracassaram.

Segundo a doutrina do Movimento Comunista Internacional, estavam delineadas algumas linhas de atuação para as forças destinadas a mudar o regime democrático de governo. Uma, obediente a Moscou, que seria praticamente a guerrilha urbana. Outra, orientada pela China, seria a guerrilha rural. Havia, ainda, a experiência do foco revolucionário, de Fidel Castro.

No Brasil, surgiram as "Ligas Camponesas", lideradas por Francisco Julião, em Pernambuco, seguidores da linha chinesa. Inicialmente, deveriam levar a revolução popular ao campo para, no estágio seguinte, alcançar a zona urbana e, em conseqüência, tomar o Poder. Os "grupos dos onze", liderados por Leonel Brizola, seguiam a linha de Moscou, apesar de receberem financiamento de Cuba. A idéia de Brizola para os "grupos dos onze" seria a instauração de movimentos revolucionários nos centros urbanos. Ambos os movimentos não eram coordenados entre si. Ao contrário, cada um dos seus líderes queria avocar-se o direito de fazer a Revolução e assumir o Poder, caso o movimento fosse vitorioso.

A Revolução desencadeou-se pela manifesta vontade da Nação, não tenho dúvida quanto a isso. Em São Paulo, por exemplo, onde vivi o problema, era comum a indagação de conhecidos e amigos sobre "o que o Exército ia fazer, como o Exército podia admitir que todas aquelas coisas estivessem ocorrendo". Insubordinação militar, como aconteceu com os marinheiros e os fuzileiros navais, no Rio de Janeiro, subversão, greves, o Brasil praticamente ingovernável, verdades sobre as quais a maioria da população nos questionava.

A sociedade brasileira reclamava uma providência para pôr fim à desordem. O País estava vivendo um clima de pré-ebulição revolucionário-comunista, quadro que contava com o apoio e o estímulo do Governo de João Goulart, infiltrado que estava de elementos de esquerda. Felizmente o Movimento de 1964 abortou essa situação.

Os comunistas, na tentativa de desmoralizar o Movimento de 1964, insinuam que uma esquadra norte-americana aprestava o deslocamento para o Brasil, fazendo crer que os EUA patrocinavam a Revolução. Acredito que esta tenha sido a versão

utilizada pelos comunistas para explorar o sentimento nacionalista, pois nenhum brasileiro iria admitir uma intervenção americana em nosso País.

É claro que os Estados Unidos acompanhavam com interesse a situação no continente americano, numa época em que o poder mundial estava polarizado entre esse país e a Rússia comunista. Estavam preocupados em evitar a comunização dos países latino-americanos, o que já ocorrera com Cuba. Convém lembrar que, antes de alcançar o Poder, Fidel Castro recebera o apoio dos Estados Unidos, onde estivera – e onde fez uma palestra – com o objetivo de obter recursos para financiar o seu movimento. Engenhosamente, depois que assumiu o Poder, declarou-se comunista.

Na realidade, a Revolução de 1964 não contou com o apoio estrangeiro. Foi uma reação espontânea da Nação ao desejo de transformação da ordem política e da estrutura sócio-econômica, por parte das esquerdas. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, demonstram essa verdade histórica.

O ideário revolucionário de 1964 fundava-se na democracia. Tanto é que os governos presididos por militares realizaram uma transição pacífica e devolveram o País à normalidade democrática, consolidado politicamente e assentado sobre uma consistente base econômica. Muito diferente do que ocorreu em Cuba e na China, últimos países comunistas que ainda existem no mundo.

A situação revolucionária exige dispositivos legais para o combate das forças opostas. Vivíamos uma verdadeira guerra contra a subversão e elementos de esquerda. A violência comunista, caracterizada pelas ações terroristas – assaltos a bancos, atentados contra a vida, atos de sabotagem e seqüestros de autoridades, inclusive estrangeiras, seguidos de morte – nos levou ao agravamento da Lei de Segurança Nacional (LSN), à edição do Ato Institucional Nº 5 (AI-5) e à criação de órgãos de informações e de operações. Afinal, não são os governos comunistas que assumem o Poder de forma ditatorial, como Fidel Castro, em Cuba, matando sem julgamento os seus próprios companheiros?

Entre o passado recente e os dias atuais é possível fazer um paralelo. Para o combate ao banditismo e à violência que assola e amedronta as principais cidades brasileiras – assiste-se, quase passivamente, à guerra civil não declarada – não existe um eficiente sistema de inteligência que permita a antecipação dos organismos policiais à atuação de criminosos e bandidos. Este foi justamente o papel dos órgãos de informações e operações durante o período dos governos militares. Antecipando-se às ações subversivas, tornaram possível combater o inimigo antes que pudesse realizar os seus desígnios. E por acaso a Rússia não tinha a KGB (polícia política)? Por acaso Cuba não dispõe de um serviço de inteligência? Por acaso os Estados Unidos não

possuem a CIA (Agência Central de Inteligência)? Por que a interdição somente para nós, os brasileiros? O problema é que o nosso serviço de inteligência liquidou as esquerdas, e as esquerdas são revanchistas, não perdoam os seus vencedores.

Foram muitas as realizações dos governos militares, nos diversos campos de atividade. Hoje, as pessoas já estão acostumadas com outro padrão de desenvolvimento, de comportamento, de cultura e não comparam o Brasil de antes do Movimento de 1964 com o País dos governos militares. Em todos os aspectos o Brasil modificou-se, basta confrontar os dados estatísticos anteriores e posteriores à Revolução. Deparamo-nos com outro País.

Em 1971, por exemplo, estava para casar, em Manaus – minha esposa é amazonense – e marcáramos o casamento para a primeira quinzena de janeiro. Mas, por alguns problemas de ordem particular, tivemos que transferi-lo para 4 de fevereiro, por sinal, dia do meu aniversário. Tentei comunicar-me com os meus pais, em Porto Alegre – viriam para a cerimônia – por todos os meios disponíveis na época. Levei uma semana; via radional, via *western*, até radioamador eu tentei, em vão. Hoje, de um aparelho celular, fala-se com o mundo inteiro, graças ao desenvolvimento das telecomunicações que os governos revolucionários proporcionaram ao País.

Outro exemplo, propositalmente olvidado, refere-se à energia elétrica, sustentada, até hoje, pelas “obras faraônicas” dos governos militares. Naquela época, a construção de Itaipu e Tucuruí, e da maior linha de transmissão do mundo, foram consideradas “obras faraônicas”. E as diversas hidrelétricas que foram construídas ao longo do Rio São Francisco? É evidente que a descontinuidade do plano energético, nos governos civis após a Revolução, deixou-nos essa triste realidade: racionamento de energia e ameaça de “apagão”.

Em relação aos problemas rurais, o Estatuto da Terra, elaborado e posto em execução no Governo Castello Branco, tem o mérito de haver mantido a paz no campo, até pouco tempo atrás. Naquela época, a frente de colonização encontrava-se ainda no oeste paranaense, no sul do Mato Grosso e até quase no oeste catarinense; agora está bordejando a Amazônia.

Hoje, existe o ingrediente ideológico marxista-leninista, com líderes civis formados no estrangeiro, muitos com origem nos seminários, como é o caso da maioria das lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esses líderes se utilizam do movimento pela posse da terra, colocando aí um ingrediente ideológico; usam os agricultores e aventureiros como massa de manobra, como ferramenta para conquistar o Poder.

Quando eu comandava a 23ª Brigada de Infantaria de Selva, em Marabá, no Pará, ocorreu o episódio conhecido por Massacre de Eldorado de Carajás. Como

partícipe das ações posteriores a esse incidente, foi-me possível obter uma cópia do documento de fundação do MST. Quando aborda a finalidade do movimento, o documento é tachativo: tomada do Poder. A reforma agrária para eles é um meio, simplesmente, do qual estão se servindo para sensibilizar a sociedade e convencê-la de que a luta pela terra através da força é uma necessidade.

Eles – vou usar um termo até grosseiro – são tão descarados que condenam o uso da força contra suas ações ilegais, entretanto, são os que mais a utilizam. Ou a ocupação de uma propriedade privada não é um ato de força? Mas tudo isso está dentro do ideário marxista-leninista de criar uma atmosfera de tensão violenta e obter o apoio das massas – o que nos remete a estratégia anteriormente utilizada pelas "Ligas Camponesas" – com o objetivo de tomar o Poder.

Outra estratégia utilizada pela esquerda e pelos descontentes com os governos militares tem sido o patrulhamento a que as Forças Armadas vêm sendo submetidas. A utilização de qualificativos – "ditadura militar" e "anos de chumbo" – são, de fato, "medidas preventivas" adotadas pela esquerda, tendo em vista a atual degradação do poder político. É possível que a sociedade brasileira volte a exigir um movimento moralizador, daí a repetição dessa tecla.

Existem críticas à Revolução de 1964. É claro que em todo movimento, ainda mais num movimento de força, ocorrem acertos e erros. Felizmente, houve mais acertos. Entre os erros eu salientaria que o Movimento não permitiu ou dificultou o surgimento de novas e autênticas lideranças políticas, no seio das forças democráticas. Quando os militares deixaram o Poder, as lideranças políticas eram as mesmas causadoras da Revolução. Outro ponto que se deve reconhecer é que o desenvolvimento do País foi baseado num sistema inflacionário. Apesar de ter permitido grandes investimentos, propiciou o crescimento da dívida externa, que nos suga recursos financeiros. Na minha opinião, esses seriam os dois grandes erros do Movimento de 1964.

Observa-se, ao longo dos anos depois da Revolução, uma nítida preocupação da mídia e daqueles que hoje detêm o Poder de omitir os acertos da Revolução. Certamente, para mascarar a incapacidade de gerenciar o progresso do Brasil, porque estariam mostrando, às claras, que são incapazes de continuar na trilha que os governos militares escolheram para o País. Hoje, ninguém fala dos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) que os governos revolucionários elaboraram e executaram. Simplesmente, porque não existe planejamento nos governos pós-revolucionários, que agem de acordo com os interesses eleitoreiros, esquecendo as necessidades e os objetivos nacionais.

No que diz respeito à "abertura" política, iniciada no Governo Geisel, não há dúvida de que crescia, na sociedade, o desejo de escolher os seus governantes. Na

medida em que se procrastinava o retorno do País à plenitude democrática, o governo militar enfrentava manifestações de desagrado em face da manutenção do *status quo*, circunstância evidentemente embaraçosa e constrangedora. É fácil falar do passado, mas, a meu ver, o momento ideal para a "abertura" teria sido o final do Governo Médici. Com a sua antecipação, ganharíamos a iniciativa e não seria feita sob pressão.

Direcionando o assunto para a questão da cobiça internacional da Amazônia, passo a referir-me à notável obra dos governos revolucionários, para a integração da região ao País. A implantação da Zona Franca de Manaus, por exemplo, foi uma decisão do Presidente Castello Branco, primeiro governo revolucionário. Além disso, foi durante os governos militares que foram construídas rodovias naquela vasta região, como a Transamazônica, "por onde ninguém trafega", nas palavras mentirosas de alguns. Ora, como já disse, comandei uma Grande Unidade (GU) do Exército, em Marabá, cidade situada a mil quilômetros de Itaituba. Essas duas cidades estão interligadas por um tráfego permanente, tanto é que, muitos passageiros usuários da Estrada de Ferro Carajás desembarcam em Marabá e tomam as suas caminhonetes Chevrolet D-20 e vão até Itaituba. É claro que no inverno o percurso Marabá-Itaituba é feito com dificuldade, devido às chuvas. O trecho entre Humaitá e Itaituba realmente está abandonado. A bem da verdade, as únicas rodovias que existem na Amazônia foram construídas pelo Exército, através dos Batalhões de Engenharia de Construção.

Voltando a comentar aspectos ligados à comunicação social, devo dizer que os governos revolucionários perderam o apoio da mídia, basicamente, por dois motivos. O primeiro, já comentado, foi a duração do período revolucionário, ou seja, a perda do momento oportuno da "abertura". O segundo, foi o fato de a imprensa ter sido tratada quase como uma inimiga. Não se admitia que as falhas cometidas fossem por ela divulgadas, aplicando-se a censura. Por isso, os repórteres colocaram-se contra o Movimento; sempre que tiveram oportunidade, criticaram o Governo.

Ora, a imprensa existe, tem erros, é inegável. Mas, quem hoje é responsável pela moralização do País, mostrando os erros cometidos, os roubos, os desvios de recursos financeiros nos estados e municípios, se não a imprensa? Hoje, o Brasil toma conhecimento de muita coisa errada, graças à imprensa. O trabalho que ela está fazendo, nem a Justiça faz.

Há alguns anos, numa dessas pesquisas de opinião, as Forças Armadas estavam em primeiro lugar. Por quê? Não temos nenhum problema racial, ideológico ou político. O Exército recebe os brasileiros como brasileiros e não por suas caracterís-

ticas físicas, ideológicas, políticas ou financeiras. Outro motivo é que se sabe que não auferimos vantagem alguma do Movimento de 1964, a não ser o ônus de poucos erros. Até aqueles que politicamente consideravam-se inimigos ou adversários valem-se, hoje, da competência das Forças Armadas, cientes da sua isenção ideológica, política e religiosa. Por isso, a admiração e o respeito. O povo sabe, o que estamos fazendo é de seu interesse, e não de facções ou de interesses pessoais.

Encerrando-se o ciclo revolucionário, teve o Governo a nobreza de promulgar a Lei da Anistia, consubstanciando a reconciliação e o perdão mútuo. O problema é que a esquerda é revanchista, e para sobreviver necessita manter o ódio. Só eles, os comunistas, podem ser anistiados. Não admitem que alguém que os combateu seja anistiado ou detenha uma função pública.

Ao encerrar minha participação neste Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964 – tão oportuno ante as distorções a que ora todos assistimos – entendo que poderíamos ter tomado o exemplo do Imperador Pedro II. Ao exercitar o Poder Moderador, promovia a alternância do governo, ora conservador, ora liberal, conforme os anseios da população. Analogamente, o governo revolucionário poderia ter estimulado o revezamento entre as forças políticas de então, a ARENA e o MDB, que seriam solidariamente responsáveis pelo Movimento de 1964. Certamente, ter-se-ia excluído a idéia maniqueísta que, à época, permeava o pensamento político dos governantes: a ARENA, do lado do bem e o MDB, do lado do mal.

Devo reiterar que a Revolução, em si, foi uma exigência da sociedade. O equívoco dos governos militares consistiu na utilização de velhas raposas políticas, que, por sua vez, aproveitaram-se do Movimento de 1964 para preservar e manter seu *status quo*, em detrimento da própria Revolução. Às Forças Armadas caberia tão-somente o ônus da iniqüidade. Enquanto isso, os oportunistas de ontem são alguns dos nossos acusadores de hoje. Se houvesse o Poder Moderador, quem sabe, a história fosse outra.

Coronel Petrônio Maia Vieira do Nascimento e Sá

- Natural da Cidade de Manaus, AM.
- Principais atividades militares: Instrutor da Escola Preparatória de Fortaleza (EPF), em 1946 e 1947; Oficial de Estado-Maior na 8ª Região Militar (8ª RM), em Belém, Pará, de 1951 a 1953, e na 5ª RM, em Ponta Grossa, Paraná, em 1954 e 1955; Chefe da Seção Técnica e Divisão de Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), de 1955 a 1962; Comandante do Colégio Militar de Fortaleza, de 1966 a 1969; e Chefe da 25ª Circunscrição do Serviço Militar (25ª CSM), de 1969 a 1970.
- Principais atividades civis: Presidente do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), de 1962 a 1964 e da Associação Brasileira de Colonização, em Brasília, em 1964.
- Possui todos os cursos regulares do Exército. Formou-se Aspirante-a-Oficial pela Escola Militar do Realengo. Estágio nos EUA (promovido pela USAID/Brasil).
- Principais cursos civis: curso de extensão para Administradores de Empresa, da Escola de Administração da Universidade Federal do Ceará (UFC); curso livre de jornalista, em 1965, na UFC; e curso de zoneamento florestal do Centro Panamericano de Treinamento e Pesquisa em Recursos Naturais (CEPERN), em 1971, convênio Organização das Nações Unidas (ONU) – Organização dos Estados Americanos (OEA) – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).
- Na eclosão da Revolução, era Tenente-Coronel e estava à disposição do Estado de Goiás, por ato do Ministro da Guerra, para dirigir o IDAGO, autarquia criada em 1962.

Entrevista realizada em 21 de setembro de 2000.

Instado a dar minha modesta contribuição ao Projeto de História Oral do Exército sobre a Revolução de 1964, é com satisfação que venho transmitir o que me foi possível observar e colher.

A partir de 1955, transferi-me para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), depois de cinco anos de serviço de Estado-Maior, na Amazônia e na 5ª Região Militar. Achei por bem refugiar-me no ensino, na instrução, haurir novas experiências. Lá, comecei um trabalho que durou mais tempo do que esperava.

Em 1962, não estava servindo em organização do Exército, convidado que fora para assumir o IDAGO, conforme consta da minha apresentação na página inicial deste depoimento. Estava à disposição do Governo do Estado de Goiás, cujo governador foi meu colega de turma na Escola de Estado-Maior (ECEME). Vi os fatos assim, do alto e à distância.

É bom haver uma relembrança do clima político existente no Brasil, desde 1961. Este ano foi marcante pela renúncia do Presidente Jânio Quadros. Foi um período com muitas atividades políticas, e os partidos, seja de direita ou de esquerda, como de hábito, rondavam as Forças Armadas. A União Democrática Nacional (UDN) era a agremiação política que tinha os melhores líderes e empolgou, com o seu proselitismo, as lideranças das Forças Armadas. Este mesmo partido, depois de tentativas frustradas de chegar ao Poder, enfim conseguiu empolgá-lo. A grave situação se aproximava de seu desfecho: a Revolução de 1964.

Esse episódio, para nós, trouxe dificuldades, mas sabemos que o processo evolutivo de uma nação não se processa sem sérios agravos. A travessia foi transposta com sacrifício e esforço, graças à ação dos chefes militares que conseguiram superar uma difícil etapa da nossa evolução. O País livrou-se das tentativas da guerrilha, como as que hoje atormentam a Colômbia e o Peru. Todavia, pagamos um preço e esperamos dias melhores para nossa Pátria.

A Revolução irrompeu de maneira diferente em muitos estados. Na perspectiva do tempo, afigura-se qual uma colcha de retalhos, numa série de acontecimentos regionais, depois consolidados com muita propriedade.

Goiás, Estado que envolve Brasília por todos os lados, teve, também, os seus problemas, aumentados pela acentuada radicalização política. Havia antagonismos que demandavam a época da revolução de 1930. O Poder estadual alternava-se entre o Partido Social Democrático (PSD) e a UDN.

Esse registro de todos os fatos acontecidos e vividos naquela região são, para mim, favoráveis ao Exército, apesar de, no meu julgamento, observar erros primários de precipitação, inadequação e até algum facciosismo de políticos e responsáveis pela ordem local. Aquele Estado, pois, conheceu excessos – abuso de autoridade,

intimidações e uso de força com invasão de pacatas residências – tudo para obter confissões de interesse político.

Esses excessos, cometidos naquela ocasião, são responsáveis, ainda hoje, por muita má-vontade que se constata na mídia nacional contra os militares, proveniente de ressentimentos de famílias, de vítimas, de descendentes e até de amigos dos que sofreram tais impactos.

De tudo o que vimos e fizemos, demos conhecimento, através de um relatório, solicitado em 1970, pelo Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE), o então Coronel Milton Tavares de Sousa, mais tarde Comandante da 10ª Região e depois, Comandante do II Exército, hoje Comando Militar do Sudeste. Ele fora nosso colega de Curso de Estado-Maior, entre 1948/1950, quando éramos capitães. Nesse relatório há muitos dados que traduzem exatamente os fatos acontecidos, tudo perfeitamente documentado. Tem 34 folhas e sete anexos, sobre o que ocorreu em Goiás. Contém os principais eventos que podem ser apoiados por meu eventual testemunho, se necessário.

Todavia, essas ocorrências de Goiás não afastam, de nenhum modo, os precedentes ideológicos que impulsionaram a Revolução de 1964. E, aqui, refiro-me à ideologia marxista, comunista. Para mim, a aversão contra o comunismo nas Forças Armadas se acentuou a partir da traição praticada na noite de 27 de novembro de 1935, na chamada Intentona Comunista. Os crimes e as atrocidades, cometidos durante a Intentona, foram tão brutais que afrontaram a Nação brasileira e vacinaram os militares, sobretudo os do Exército, contra a ideologia comuno-marxista.

Por outro lado, nos meios religiosos brasileiros, em especial entre os católicos, o comunismo também não encontrava guarida, em virtude de sua filosofia materialista. Por esse motivo, entendo que a Igreja Católica foi, inicialmente, uma grande aliada das Forças Armadas.

Vou relatar um caso vivido em Goiás, que se relaciona com essa questão. O desenvolvimento agrário goiano tinha por base a educação. Organizamos um programa intitulado Bandeiras Agrárias, voltado para a juventude, que foi a matriz, o cerne do Projeto Rondon. Na Capital do Estado de Goiás havia muitos estudantes do interior. O programa Bandeiras Agrárias consistia em preparar esses estudantes, para ministrarem, em suas áreas de origem e durante os períodos de férias – quando retornavam às suas localidades –, conhecimentos agrários à população local.

Para alcançar tal objetivo, organizamos diversos currículos para estudantes de Direito, de Medicina, de Agronomia e de outras profissões, os quais aprendiam as matérias de sua especialidade. Este projeto teve uma acolhida muito grande na Universidade Católica de Goiás, onde tivemos, como colaborador, um padre, profes-

sor da UCG, que nos assessorou na elaboração dos currículos e participava do zelo didático que dedicávamos à boa apresentação desses programas aos estudantes.

Através deste contato direto e das observações gerais que empreendi, não me restou dúvida de que a posição da Igreja, de um modo geral, embora com ligeira discrepância, era de defesa de seus princípios doutrinários, portanto, solidária com o Movimento de 1964, contra o comunismo.

Já no meio militar, os antecedentes já citados acarretavam soluções mais pragmáticas, com embasamento doutrinário anticomunista, em decorrência da Intentona de 1935. Como já disse, no fim de 1962, fui para o Governo de Goiás. Mas, posso opinar, pois, apesar de estar num cargo civil, não podia me desligar da vida castrense, embora a minha função fosse demasiadamente absorvente – quem lida com colonização é como quem exerce um comando militar, não tem descanso.

Nos quartéis, os militares se sentiam desconfortáveis, em face do ambiente político-social que agitava o País. A inquietação agravou-se com a ameaça à hierarquia e à disciplina, colunas-mestras das Forças Armadas, e com o desrespeito à lei e à ordem, naquele princípio de 1964.

O comício da Central do Brasil, no dia 13; o levante dos marinheiros, no dia 26, liderado pelo cabo Anselmo, com o apoio do Almirante Aragão, Comandante dos fuzileiros navais; o almoço do dia 30 de março, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, oferecido por praças ao Presidente da República e a seus ministros em clima de clara baderna; todos esses desatinos eram provocados e promovidos por comunistas aboletados nos postos-chave do Governo, como aliados do Sr. Jango. Tudo isso violentava e ameaçava a missão constitucional das Forças Armadas e, por isso mesmo, as inquietava, particularmente o Exército.

Em decorrência disso cresciam as articulações conspiratórias no meio militar e, sobretudo, tiveram início os movimentos do povo brasileiro contra os desmandos do Governo e de seus aliados comuno-marxistas. Os mais notórios desses movimentos foram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, desencadeadas em São Paulo e em outras capitais brasileiras. Esses movimentos respaldavam, com a vontade popular, o que as Forças Armadas viessem a decidir em favor de nossa Nação. Foi o que aconteceu em 31 de março de 1964, com o desencadeamento da Revolução.

Podemos dizer que os comunistas do Governo João Goulart, com o próprio beneplácito deste, através de várias entidades – UNE, CGT, PUA, CNTI – todas por eles dominadas, empurravam o povo brasileiro e as suas Forças Armadas a desencadearem a Revolução.

O que aquelas entidades faziam, a mando de suas lideranças, era uma contínua provocação às Forças Armadas, aproveitando-se de todos os incidentes e aci-

dentes para fazerem chicanas, perturbação da ordem e desestabilização do sistema de governo, tudo isto para que os esquerdistas brasileiros, orientados pelas facções comunistas da URSS, China e Cuba, principalmente, transformassem o Brasil numa república sindicalista.

Temos que convir que não foram poucas as dificuldades enfrentadas pelas Forças Armadas para remover os entulhos de subversão deixados pelos comunistas em todo território nacional. As Forças Armadas na convergência de esforços para superarem aquelas dificuldades, amadureceram seus princípios doutrinários e se desempenharam com nobreza na condução político-militar da Revolução. Tudo isto lhes valeu um inegável robustecimento da coesão e da união de seus componentes, que não se pode desconhecer.

Entende-se que o Movimento de 1964 irrompeu decididamente para neutralizar os desmandos de então. Mas não se limitou somente a isso. Foi muito além. Passou a reestruturar a Nação, a transformá-la, na preparação de um futuro bem mais promissor para o seu povo. Aí gerou a Revolução, com "R" maiúsculo.

Lamentavelmente, os governos subseqüentes à Revolução não deram prosseguimento à obra revolucionária. Só mantiveram o que se tornara irreversível. Um exemplo patente foi o Estatuto da Terra, um trabalho pioneiro de Paulo Assis Ribeiro, um grande técnico nacional, que fora presidente da Fundação Brasil Central. Ele e a mulher eram ótimos engenheiros, muito cultos. A casa deles era uma verdadeira biblioteca pública, tal o número de freqüentadores e estudiosos que os visitavam.

Este brasileiro foi, posteriormente, o presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e, por coincidência, fora o nosso assessor, no Estado de Goiás, e idealizador do IDAGO. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, também por ele fundado, foi mais tarde subdividido em IBRA, que é a parte fundiária propriamente dita, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que ficou com a parte de colonização e desenvolvimento agrário, cuja denominação foi resultado de sugestão minha.

Pois bem, este homem, que tive o privilégio de conhecer e que viveu inusitada experiência agrária no Estado de Goiás, foi o autor do Estatuto da Terra, adotado pelo Presidente Castello Branco.

O Estatuto delineava uma política agrária para o País. Se a sua aplicação tivesse tido continuidade, aí sim, teríamos algo a reformar. Como não se reforma o que não existe, a reforma agrária que apregoam por aí só serve para amealhar dividendos eleitorais e ideológicos, e enganar os menos afortunados que, geralmente, são os que mais precisam da terra. Se o Estatuto da Terra tivesse sido observado dentro da pureza do seu autor e das intenções com que a Revolução pre-

tendia implementá-lo, esses problemas dos sem-terra não existiriam ou estariam sensivelmente reduzidos.

Nessa ocasião, sugeri, também, a criação de uma Justiça Agrária Nacional, que enfrentou os primeiros e mais difíceis problemas na região agrária de Goiás, porque era ali que se agravavam tais problemas, devido à proximidade de Brasília e à grande quantidade de latifúndios existentes.

Mas não era só Goiás que apresentava tais problemas. Estes estavam espalhados por todo o País, por falta de uma política agrária. Insisto em que a aplicação do Estatuto da Terra, com critério e persistência, teria contribuído, eficazmente, para a solução do problema agrário brasileiro e para a eliminação ou redução drástica das mazelas que, ainda hoje, perduram no campo. Compreendo que a questão agrária não era fácil, naquela época, como ainda não o é, hoje.

Mexer com qualquer problema de terra, de uma maneira criteriosa e justa, exige uma série de providências prévias que têm de ser aliviadas de nossa burocracia costumeira e tornadas práticas, para se tornarem realmente efetivas. São necessidades como levantamento topográfico, mapeamento em escala compatível, levantamento agrológico, zoneamento agrícola e medidas sócio-técnico-financeiras para os assentamentos.

O Serviço Geográfico do Exército prestou-nos, em Goiás, excelente colaboração no levantamento topográfico e no mapeamento em escala de 1/50.000 da Região do Planalto Central e outras, com cujas primeiras cartas presenteamos o Comando Militar do Planalto e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. De outros meios poderíamos dispor, como levantamento aerofotogramétrico, por exemplo. Todo esse processo, contudo, tem um custo com o qual o País tem que arcar, mas a sua realização urgente é de vital importância para o Brasil.

O que não se pode admitir, por ser injusto e pernicioso, é o aproveitamento do meio rural, sobretudo do homem simples que vive lá, para explorá-lo política e ideologicamente ou escravizá-lo economicamente. O meio rural tem que ser reorganizado, com urgência e efetivamente, em real benefício do homem do campo. É com este espírito que se conseguirá afastar do campo esses movimentos demagógicos, enganadores e desordeiros, tipo "Ligas Camponesas", Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros que jamais apresentarão soluções aos problemas existentes, mas estão criando outros.

Pois bem, foi exatamente no período revolucionário que se procurou dar o primeiro passo decisivo para a solução da questão agrária no Brasil, dentro de intenções sinceras e de medidas racionais, como o Estatuto da Terra, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e outros.

No entanto, essa mesma Revolução é achincalhada hoje, quando a chamam de "ditadura" ou se referem aos "anos de chumbo". Entendo esse criticismo vesgo como uma falácia revanchista e irresponsável dos vencidos de ontem. Como enxergar ditadura onde funciona o Congresso Nacional com as suas duas casas: Câmara dos Deputados e Senado? Com presidentes eleitos por essas Casas? Com eleições populares para todos os demais cargos eletivos? Só os insensatos podem entender como ditadura.

Porém, mais lastimável ainda é constatar-se que essa falácia irresponsável de certos brasileiros de esquerda ou filocomunistas não parou na conspurcação à Revolução, mas se estendeu às Forças Armadas e a seus integrantes, sobretudo aos que estiveram mais diretamente envolvidos com a dinâmica revolucionária.

Insinuar que as Forças Armadas auferiram vantagens e ganhos no período revolucionário, que os militares, em geral, tiraram proveito desse período, é esconder a verdade, é usar de má-fé. Os exemplos que se podem mostrar, no momento atual, revelam a realidade passada: as Forças Armadas, desmontadas por falta de recursos; o nível salarial dos militares é o mais baixo dos três Poderes da República, com seis anos de estagnação.

Todos os militares que ocuparam cargos na alta administração do País, incluindo os presidentes, saíram de lá mais pobres do que quando assumiram. O Coronel Mário Andreazza, por exemplo, que foi Ministro da Revolução, recebeu o apoio de seus amigos, que custearam o seu próprio tratamento de saúde, por não dispor ele de meios para tanto.

Não digo que a Revolução não tenha tido falhas; teve-as. Cito apenas uma, por considerá-la a mais vinculada à preparação do nosso povo: a Revolução, em que pese o esforço dedicado à educação, podia tê-lo redobrado em prol de uma camada muito maior da população, especialmente, porque nós, militares, somos educadores, por formação: educamos o recruta que forma uma grande e importante parcela da sociedade, sobretudo da classe média, que é a fonte, a origem de quase todos nós.

Essa mesma esquerda, através de uma mídia por ela dominada, a serviço externo e da própria ganância, insiste, com estardalhaço, em três centenas de mortes ocorridas, lamentavelmente, durante o período revolucionário. Esquece que mais de cem dessas mortes foram causadas por ela, esquerda, contra os defensores da ordem ou pessoas inocentes, e o restante, em encontros provocados por ela mesma.

Ignoram as esquerdas marxistas que os arquivos de Moscou, abertos recentemente, ostentam que mais de cem milhões de pessoas foram mortas, no mundo todo,

pela ação do Movimento Comunista Internacional (MCI). Escondem os morticínios que o MCI, por seus adeptos, provocaram na América Latina, sobretudo na Colômbia, no Peru e, particularmente, em Cuba, onde mais de 17 mil pessoas foram assassinadas a mando de Fidel Castro e de Che Guevara. Nesse balanço macabro, a Revolução brasileira mostrou-se muito branda, graças a Deus.

Alguns fatores contribuíram para isso, como o nível de instrução, o preparo, o senso de equilíbrio e a moderação do nosso militar, herdada, esta, do povo brasileiro, avesso a qualquer tipo de violência; podemos acrescer, ainda, a eficiência de um bom serviço de informações e o apoio da população.

Há quem suponha que a "batalha da comunicação social" foi perdida pela Revolução, pelos militares. Não vejo a situação desta maneira, nesse aspecto. Concordo com a idéia segundo a qual a Revolução poderia ter exercido um controle mais eficiente sobre os meios de comunicação social e sobre a formação do pessoal desse setor.

Na verdade, o que existe é uma mídia internacional que controla a mídia nacional. Esta só faz o que aquela manda ou que venha ao encontro de seus interesses. Por trás dessa mídia internacional há, ao que tudo indica, uma espécie de alma danosa que manobra toda a política internacional de comunicação social, de modo a atender aos interesses do *establishment* mundial.

Um exemplo disso foi o recente boicote nacional à divulgação do resultado de um seminário havido na Escola Superior de Guerra sobre a Amazônia. Apenas a Academia de História Militar Terrestre do Brasil, de Resende, divulgou o assunto. Portanto, a mídia nacional, que nos era favorável na época da Revolução, passou a ser manobrada por grupos internacionais na defesa de seus interesses, que impõem a reorganização do poder temporal na face da Terra, sobretudo após o desmoronamento da União Soviética.

Apesar de tudo isto, da prepotência tirânica internacional em termos de comunicação social e da subserviência da mídia interna, o fato é que o prestígio das Forças Armadas, sobretudo do Exército, vem crescendo perante o povo brasileiro, conforme o demonstram as últimas pesquisas: mais de 80% de aceitação. Isto significa que ninguém engana ninguém por muito tempo e as Forças Armadas formam, anualmente, milhares de recrutas que saem dos quartéis com conhecimento direto da seriedade, da utilidade e da importância do militar para a Nação. O povo não julga suas Forças Armadas pelo que ouve dizer: julga-as pelo que sente, pelo que vê.

Contudo, neste mundo atual, o estilo de guerra suja e surda de que se tem tomado conhecimento pode nos derrotar sem termos a oportunidade de disparar um único tiro. Neste caso, as Forças Armadas, sozinhas, estarão impossibilitadas de

cumprir a sua missão de preservar a integridade, a unidade e a soberania nacionais. Tornar-se-á, então, necessária uma vontade política sem subterfúgio, voltada para a educação do povo brasileiro, de maneira prática e objetiva, de modo a fazê-lo evoluir de um sistema social claudicante para uma sociedade efetivamente consciente de si mesma, de seus valores culturais e de suas necessidades fundamentais.

Uma evolução dessa natureza não se faz por salto, mas passo a passo. Não se pode apanhar uma pessoa no sertão e colocá-la diretamente dentro da ONU para solucionar questões de que essa pessoa jamais tomou conhecimento. O movimento impõe que todos os brasileiros sejam educados para viverem como brasileiros, que saiam todos do atraso em que vivem, que se harmonizem na defesa sagrada do que nos pertence, que é o Brasil, o futuro de nossa Nação soberana, a nossa nacionalidade.

Tudo isso, repito, depende muito de uma vontade política inadiável e sem subterfúgio, que crie e desenvolva, em nosso povo, com a urgência que a situação merece, uma consciência cívica capaz de preparar e empregar, criteriosamente, os meios humanos e materiais disponíveis.

O nosso potencial é imensurável. Temos de transformá-lo em poder, antes que seja tarde. Ao território brasileiro pertencem a Amazônia e o Pantanal, áreas que o sacrificado esforço sobre-humano de nossos ancestrais nos legou. Temos que fortalecer a consciência moral e cívica a fim de defender e preservar essas ricas terras em nosso próprio benefício.

Aqueles interesses internacionais, de que já falei, se intensificam e se associam, neste clima de globalização atual, numa trama sórdida para nos tomarem essas duas áreas, em especial a Amazônia, que é quase metade do território brasileiro. Entre todos os problemas que o nosso País enfrenta, no momento, é este o mais grave, no meu entendimento. A sociedade brasileira, se quiser sobreviver, tem que estar sensibilizada para a defesa altiva do território pátrio, especialmente da Amazônia.

Por isso, contando com a falta de uma opinião pública nacional e considerando o isolamento de nossos amazônidas, assumi o compromisso pessoal de, através da Associação dos Ex-Alunos do Colégio Militar de Fortaleza, colaborar na formação dessa mentalidade. Numa Assembléia que se tornou histórica, em 30 de julho de 1999, elegemos a Amazônia e para ela estamos orientando nossos esforços, aproveitando a presença dos ex-alunos em todo o território nacional para divulgar essa sagrada missão; enxergando na atual aluna do Colégio Militar a futura mãe, a primeira educadora de seu filho.

Por outro lado, além da mentalidade, é preciso ação. E ação exige meios à disposição. As Forças Armadas precisam de meios para o cumprimento de suas missões. Portanto, volto a insistir numa vontade política nacional capaz de preparar

uma opinião pública para a defesa do País, e de colocar à disposição das Forças Armadas os meios necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional.

Um exemplo magnífico desse esforço foi a recente Manobra de Querári, no oeste amazônico, onde mais de cinco mil homens de todas as partes do Brasil foram reunidos em 48h. Porém, a defesa da Amazônia exige muito mais do que a exclusiva ação militar. É necessária e urgente a ação permanente dos Ministérios da Educação, da Saúde e dos Transportes, entre outros ministérios civis.

É necessária também aquela vontade política que faltou na implantação do Projeto Calha Norte, que não significa apenas a presença militar na região. Este projeto seria um bom exemplo da união de todos os brasileiros em defesa de uma causa, conforme já sugerido nesta entrevista. Seria a harmonização de todos os esforços numa ação conjunta de defesa do que é nosso, pois a Amazônia é muito e legitimamente nossa.

Por falar em Calha Norte, lembrei-me do Calha Sul, que ficou mais conhecido como Transamazônica, uma iniciativa do Governo Médici, realizada pelo Ministério dos Transportes de Mário David Andreazza. Era a ligação revolucionária das calhas dos rios que integram a bacia meridional do Rio Amazonas, fazendo a humanização daquela faixa de floresta, ao longo da qual se disseminaram várias Unidades militares de selva.

Se analisarmos com consciência e isenção o Movimento de 1964, suas realizações e, nesta análise, compararmos o Brasil de 1964 e o Brasil de 1985, constataremos, com certeza, o conjunto destacado de iniciativas que, postas em prática com seriedade e competência, transformaram o País em todos os campos do desenvolvimento: no planejamento governamental, no saneamento da administração pública, nas comunicações, nos transportes, na produção de energia, na educação, na segurança pública. O Brasil passou de 48ª para a oitava potência econômica do mundo.

Dos presidentes militares, apenas dois conheci pessoalmente: o General Castello Branco, que foi meu instrutor de Tática Geral na Escola Militar do Realengo e Diretor de Ensino na Escola de Comando e de Estado-Maior do Exército e o General Emílio Médici que, quando Coronel, era o Subcomandante da AMAN e Subdiretor de Ensino. Todos os cinco presidentes militares, porém, foram homens de elevada envergadura moral.

Nesta oportunidade, me insurjo contra a mídia atual que, mesquinha e desrespeitosa, agride a imagem do Presidente Médici com injustiças, infâmias e mentiras. Ao longo de cinco anos que convivemos, ele foi um militar justo, calmo, ponderado e intrinsecamente bom. Um homem cujas virtudes, que todos conhecemos, desmentem toda e qualquer aleivosia da mídia.

Muito bem. Até aqui, ative-me à Revolução de 1964, de uma maneira geral, com alguns desvios pela Amazônia e por Goiás. Agora, porém, aproveitando esta

excelente idéia do Projeto de História Oral do Exército Brasileiro, gostaria de referir-me à Revolução de 1964, no Estado de Goiás. Muita gente de alto gabarito tem apreciado a Revolução de 1964, mas deixa um hiato com relação a Goiás. Quero dar um testemunho de que houve Revolução em Goiás e fui um dos agentes da Revolução.

Um tenente-coronel, posto à disposição do Governo do Estado, fez a Revolução em Goiás! Sem conspiração, porque estávamos entranhados na mecânica do Governo. Esta Revolução ocorreu pelos reflexos militares dos seus integrantes: o Governador era um colega de Estado-Maior, Coronel Mauro Borges, um homem positivo, que já havia rompido com o Governo de João Goulart, em junho de 1963.

No dia 31 de março de 1964, encontrava-me, às 11h, em atividade no IDAGO, que dirigia, quando fui surpreendido com a deflagração do Movimento. Transmiti a notícia ao Governador e perguntei-lhe: “O que vamos fazer?”, ao que ele respondeu: “Tome conta da situação militar que eu me encarrego da civil.”

Combinamos algumas medidas de caráter militar, como a organização de um quartel-general dentro do Palácio das Esmeraldas, e a mobilização das forças regulares do Estado: Polícia, Corpo de Bombeiros e Guarda Civil. Estavam aparecendo, já nesse momento, forças compostas por civis do interior, com a colaboração de fazendeiros e a apresentação de lideranças rurais querendo tomar posições.

Então, organizou-se, no Palácio das Esmeraldas, um Estado-Maior Geral (EMG), adaptando as disponibilidades das Casas Civil e Militar. Havia cerca de dez oficiais do Exército à disposição do Governo do Estado de Goiás, disponibilizados pelo Ministro da Guerra. O EMG foi organizado com pessoal que trabalhava em Goiás. Eu era o Chefe do Estado-Maior e das 2ª e 3ª Seções. Havia outros elementos, como o engenheiro do serviço geográfico, filho do General Djalma Polli Coelho, Major Felipe Braga Coelho, que era meu chefe de Departamento de Planejamento do IDAGO. Todos esses oficiais compareceram ao Palácio, se apresentaram para cumprir missões, ocuparam posição e ficaram trabalhando dentro do quartel-general, por três dias, de 31 de março a 2 de abril de 1964.

O fato é que todo esse pessoal, antes mesmo de eclodir a Revolução, já havia adotado uma posição desfavorável ao Governo do Sr. João Goulart, mas também não sabia que desfecho iriam tomar as articulações militares em curso. Então, Goiás ficou isolado nessa iniciativa revolucionária própria. Daí, a organização desse Estado-Maior, a mobilização das forças disponíveis e a perspectiva de enfrentamento de situações adversas.

O Batalhão de Infantaria de Goiânia era comandado pelo Coronel Joaquim José de Sousa Júnior, meu velho instrutor do Realengo, compadre de Jango. O Batalhão estava muito bem armado e ameaçava bombardear o Palácio das Esmeral-

das, o que me levou a argumentar com o Coronel Sousa Júnior: "Não dá para você fazer isso, é uma loucura! Olha como é que está o Brasil todo, se levantando, não dá..." Por outro lado, havia informação de deslocamento de tropas vindas do Sul, de Minas ou São Paulo, convergindo sobre Brasília, com passagem por Goiânia, o que permitia concluir que o Estado de Goiás estava entre dois fogos.

No dia 1º de abril de 1964, recebemos um telefonema do então Coronel Meira Matos, nosso antigo instrutor na Escola Militar do Realengo, perguntando se tinha segurança para chegar a Goiânia, dizendo que estava deslocando o 16º Batalhão de Caçadores (16º BC) de Cuiabá, cuja vanguarda se encontrava a 450km a sudoeste de Goiânia, em Jataí, e que ele estava fazendo o percurso de avião teco-teco. Então, o Governador lhe disse: "Mas é claro, vamos recebê-lo."

Começamos, pois, os preparativos para a recepção ao Coronel Meira Matos, no Aeroporto de Goiânia, e para o desfile do dia seguinte. O Coronel Meira Matos foi hóspede do Estado de Goiás, no Hotel Bandeirantes, proferiu palestras na *Rádio Brasil Central* e, à noite, nos dirigimos ao quartel do 10º BC, para conversar com Sousa Júnior, a quem Meira Matos falou da missão que trazia e das disposições que animavam o Movimento.

No dia seguinte, 2 de abril, deu-se o desfile de encerramento das operações em Goiânia. Por motivo que desconheço, não permitiram o comparecimento da Polícia Militar de Goiás ao Desfile da Vitória em Brasília. Tudo isto, porém, está explicado naquele relatório de 1970, a que já me referi, dirigido ao CIE, a pedido do então Coronel Milton Tavares de Sousa.

Todavia, durante o início do processo revolucionário, há um incidente relacionado a Trombas de Formoso, considerado reduto comunista e que eu prestava a melhor assistência possível. Diante da ameaça de bombardeio por oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB) fui ao QG da 11ª RM e dei ciência ao Coronel Álvaro Alves dos Santos, Chefe do Estado-Maior do General Raphael de Sousa Aguiar, Comandante Militar de Brasília, do que realmente acontecia naquela área.

Eu estivera em Trombas de Formoso há quase um ano, em 23 e 24 de maio de 1963. Entreguei duzentos títulos de terras naquela região. Ali havia uma produção de 150 mil sacas de arroz. Um lugar desses não pode ser comunista. O que houve lá remonta a antecedentes – por 1960 – da Polícia Militar de Goiás e de uma política suja: mataram a mulher de um dirigente, um tal de Zé Porfírio, por questão de terra, briga de posseiros das "Ligas Camponesas".

Posteriormente, o Estado desapropriou aquelas terras, fez a medição, através do IDAGO e eles se tornaram proprietários legais. Assim, acabou o problema. Mas aquele líder, o Zé Porfírio, se tornou comunista por causa das injustiças que fizeram com ele.

No Estado de Goiás se engendravam falsas sucessões, falsos arquivos paroquiais, uma espécie de política ilegal na legalidade, exercida ou acobertada por governos anteriores, quando muitos daqueles líderes foram eliminados pela própria Polícia Militar, criando duradouros ressentimentos de revolta.

O que disse ao Coronel Álvaro dos Santos repeti ao General Sousa Aguiar, que concordou em mandar uma equipe examinar a questão *in loco*. Para Trombas de Formoso foram enviados o Coronel José Joel Marcos, que foi Chefe do Estado-Maior do General Rodrigo Octávio, Comandante da Polícia Militar de Goiás, o Coronel Coelho Neto e mais um oficial do Estado-Maior do Exército (EME), que constataram a procedência dos fatos e deram informações ao General Sousa Aguiar.

Finalmente, os fatos ocorridos em Goiás deixa-nos a impressão de que nós, do Exército, os ignoramos; que lá não houve Revolução. Houve, sim. Houve uma tomada de posição muito mais difícil do que qualquer outra, porque não estávamos entrosados com outras articulações. Ela foi tomada ao sabor típico do militar: diante da situação, o que fazer? Não era possível ficar com o governo nacional, tínhamos de ficar com os nossos irmãos. E assim o fizemos. Há muito ainda que dizer, mas, resumindo uma grande ópera, é o que posso dizer nesta ocasião. Goiás fez a sua Revolução, dentro das suas possibilidades e com o maior empenho, para colaborar com a situação nacional. Assim o fez.

Acredito que a esperança da colheita reside na semente. Toda a realização que não é possível, hoje, num quadro de esperanças, ela sempre é possível para as gerações vindouras. Isto é, tudo aquilo com que você sonhou e não pôde realizar, esse é o símbolo das gerações sucessivas, dentro da família, pai, filho, neto etc. Então, não tenho, senão como fiz na minha vida toda, nos meus labores no Exército, como instrutor de Escola Preparatória, como Comandante de Colégio Militar, senão animar, estimular o devotamento à causa nacional, em prol de nossa evolução.

Hoje, mais do que nunca, eu me entusiasmo com a presença das mulheres no Colégio Militar. É o fato mais auspicioso que existe, para mim, na atual estrutura do Exército: a mulher nos colégios militares; porque, justamente, ela é a matriz, ela é quem vai multiplicar e o seu efeito multiplicativo é muito maior.

De modo que peço a Deus que o nosso País – Pátria do Evangelho, lugar onde se prevê o encontro das grandes civilizações – seja o berço da harmonia. José Vasconcelos, um sociólogo mexicano, afirmava que esse encontro se daria entre o Prata e o Amazonas, onde iria surgir a grande civilização, a semente da nova raça, porque era a síntese das dores da humanidade. Ela vai ser no Brasil, e é a juventude que vai propiciar esse quadro. Será a nossa futura raça: o preto, o branco e o índio mesclados.

Coronel Francisco de Andrade Garcez

- Natural da Cidade de Maruim, SE.
- Atividades militares: Prefeito Militar de Fernando de Noronha; Ajudante-de-Ordens do General Bandeira; Professor em comissão de Física e professor concursado de Geografia, no Colégio Militar de Fortaleza (CMF).
- Atividades civis: Presidente da Associação das Empresas da Construção Pesada do Estado do Ceará.; Presidente e fundador da Associação Cearense de Turismo no Espaço Rural e Natural; e Presidente do Círculo Militar de Fortaleza.
- Cursos militares: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); Cursos civis: Bacharel em Geografia; Engenheiro Civil; e Técnico em Administração.
- Em 1967, encontrava-se no Aeroporto dos Guararapes, no Recife, quando houve o atentado terrorista que vitimou um almirante e um jornalista e feriu várias pessoas.

Entrevista realizada em 27 de junho de 2001.

Sinto-me honrado em participar deste Projeto de História Oral pertinente à Revolução de 1964, iniciativa oportuna e feliz do Exército Brasileiro, ao revelar a verdade para as futuras gerações. Dirijo-me, em especial, aos meus ex-alunos, com os quais, durante 17 anos, tanto dialoguei nas salas de aula; a meus filhos, netos e às futuras gerações que vão nos ver e ouvir. Embora tão importante projeto esteja um pouco atrasado, nunca é tarde para que a verdade seja revelada, principalmente porque, hoje, a mídia procura distorcer os fatos históricos relacionados ao Movimento de 1964.

Assim desejo, inicialmente, comentar muito sucintamente os movimentos armados, a partir da Proclamação da República. Os episódios que passaram à História com os nomes de Revolta do Sargento Silvino e Revolta da Armada, e a atuação decidida do Marechal Floriano Peixoto, todos na fase da consolidação da República, servem para demonstrar a preocupação do Exército em manter a unidade e soberania pátrias. O País precisava manter o novo regime que gerou alguma inquietação, apesar de proclamado pacificamente, tanto no seio da população quanto esperado junto aos monarquistas, desejosos que estavam de retornar ao regime anterior.

Posteriormente, a História brasileira registra vários outros movimentos, destacando-se, por exemplo, as campanhas de Canudos e do Acre, as revoltas da Vacina Obrigatória, dos Marinheiros, do Contestado, dos Jagunços, dos Tenentes e a Coluna Prestes. Esta última revolta colaborou para a queda da antiga República. Em 1930, surgiu a Revolução Liberal e a ascensão de Getúlio Vargas ao Poder. Em 1932, fizemos a Revolução Constitucionalista, em 1935, aconteceu a Intentona Comunista e, em 1937, Getúlio deu um golpe e gerou o Estado Novo. Por causa disso, houve a Insurreição Integralista.

Com o Exército ainda atento, deu-se a deposição de Getúlio Vargas. Seguiu-se o Governo do General Dutra, durante o qual o Partido Comunista do Brasil foi cassado, por questão de segurança. Após novo Governo de Getúlio Vargas e do seu suicídio, tivemos a Novembrada, movimento que assegurou a eleição de Juscelino Kubitschek, ocasião em que o Exército teve decidida participação. Quase promovido a Aspirante, tive que esperar um bom tempo, até que a Novembrada se resolvesse.

Juscelino assumiu, vieram os Movimentos de Aragarças e de Jacareacanga, sem grande importância. A seguir, o Senhor Jânio Quadros assume a Presidência da República. O General Tácito dizia que assistira, pela primeira vez, no Palácio da Alvorada, em Brasília, à transmissão da faixa presidencial de um presidente para outro, de Juscelino para Jânio.

Poder-se-ia pensar que estava consolidada a democracia, mas não. O Governo Jânio Quadros foi efêmero. Recebeu uma quantidade imensa de votos e assumiu a

Presidência com uma popularidade incrível, mas havia uma situação esdrúxula: ele foi eleito por um partido e o Vice-Presidente, por outro, o que acarretaria inúmeros problemas. No início, estava desenvolvendo um bom Governo e a população estava esperançosa de consolidar a democracia, afinal Jânio Quadros representava o Governo preferido pela maioria. Entretanto, no dia 25 de agosto de 1961, Jânio renunciaria, para surpresa do povo, com o propósito, imagina-se, de que as Forças Armadas fossem reconduzi-lo à Presidência da República, com plenos poderes. Mas, enganou-se.

João Goulart, que deveria substituir Jânio Quadros, não gozava da confiança das Forças Armadas, mas a classe política contornou a dificuldade, lançando mão da instituição do parlamentarismo. Pensando como Getúlio, querendo criar, também, um outro tipo de governo, totalitário, Jango conseguiu o retorno ao presidencialismo, através de plebiscito. Passou, então, a tomar várias atitudes ofensivas às Forças Armadas e foi se unindo às esquerdas. Apesar de alertado, achou que tinha força suficiente para manter seus intentos, porém, as Forças Armadas acompanhavam todos os movimentos.

Nós, capitães e tenentes, vivíamos sofrendo, escutando pelo rádio – não havia televisão – as notícias sobre os problemas que afligiam o País, a subversão comunista com agitação na cidade e no campo, a criação das "Ligas Camponesas", sob a orientação de Francisco Julião, em Pernambuco, e a criação dos "grupos dos onze", arquitetados por Leonel Brizola. Alguns militares se reuniram e começaram a planejar uma contra-revolução para fazer face à revolução comuno-sindicalista, em curso e já adiantada. Essas, as causas remotas do Movimento de 1964.

As causas imediatas foram o comício do dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, seguindo-se o motim dos marinheiros, capitaneados por um almirante e a reunião do Automóvel Clube do Brasil, todos ocorridos no Rio de Janeiro. Tudo aquilo causou tristeza, preocupação e inquietação no meio militar e nos meios civil e religioso. Temos que reconhecer a importância do poder civil, representado, naquela época, pelos governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais; Adhemar de Barros, de São Paulo; Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro; e, Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul. Graças a Deus irrompeu, como disse, uma contra-revolução, e evitamos que o comunismo fosse implantado no Brasil. João Goulart foi deposto, fugiu, e então foi decretado o primeiro Ato Institucional, declarando-se a vacância da Presidência.

Eleito primeiro Presidente revolucionário, por um colegiado constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, o Marechal Castello Branco, verdadeiro estadista, com sabedoria soube manter o equilíbrio e tivemos uma Revolução pací-

fica. Idealista, queria que logo retornasse o Poder às mãos dos civis. Não obstante, prorrogou-se o seu mandato por mais um ano; ele não aceitou período maior.

As grandes reformas sociais foram realizadas nesse período. Os passos iniciais para a reforma agrária e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foram muito importantes para a obtenção da harmonia social. Além disso, tivemos a nova lei do Imposto de Renda e a criação do Banco Central, tudo no Governo Castello Branco. Aumentou-se o número de ministros do Supremo Tribunal Federal. Isto posto, o pessoal que vinha do governo anterior ficou diluído entre os novos ministros, enquanto muita gente desejava mesmo a substituição compulsória de todos os ministros daquela corte.

Raciocinando-se friamente, percebe-se que a intenção das Forças Armadas, do Governo, era voltar à democracia, ao exercício pleno da democracia. E isso era importante. Não posso deixar de dizer que, ainda no Governo Castello Branco, tivemos a reforma eleitoral, a reforma política e a criação do salário mínimo nacional, antiga aspiração dos nossos operários.

O Governo Costa e Silva, período de curta duração por causa da doença que acometeu o General, também foi profícuo. Tomou medidas importantes no combate à inflação, foi rigoroso no pagamento da dívida externa, tornou o câmbio flexível, estimulou a exportação e deu início à desburocratização administrativa, orientada pelo Ministro Hélio Beltrão.

Durante o Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici ocorreu o chamado "milagre econômico": a economia cresceu a taxas de 12% ao ano e a inflação caiu. Criou-se o Plano de Integração Social (PIS), e permitiu-se a participação dos funcionários no lucro das empresas, até então bandeira comunista. Foram construídas a Transamazônica e a Perimetral Norte. Promoveram-se a reforma dos Correios e o desenvolvimento das companhias telefônicas estaduais.

O Presidente Ernesto Geisel, quarto militar no Poder, começou a fazer a distensão política, promoveu o reatamento das relações com a China, condenou o sionismo e o regime racista da África do Sul, além da denúncia do Acordo Militar Brasil/EUA. Considero o ponto máximo do Governo Geisel o Acordo Nuclear Brasil/Alemanha, completado durante o governo seguinte.

João Baptista de Oliveira Figueiredo enfrentou um grande déficit na balança de pagamentos, herança do cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) que, ao reduzir a oferta de petróleo, provocou a elevação dos preços, conhecida como o choque do petróleo. Entretanto, o Governo Figueiredo aproveitou-se das dificuldades para suprir as nossas deficiências do campo energético e, através de grandes investimentos, buscou as fontes alternativas.

Esse foi um período muito importante para a nossa economia. Iniciou a exploração das reservas minerais, em Carajás. Construiu-se as Usinas de Itaipu e Tucuruí (já existia a Usina de Boa Esperança). O Governo, através do Ministério de Minas e Energia, construiu a maior linha de transmissão do mundo. A capacidade instalada de energia passou de 7.500 MW para 45.000 MW, o que corresponde a um aumento de 500%. Daquela época para cá não mais se construiu, e hoje o País enfrenta o "apagão". Infelizmente, os atuais governantes dizem que não tinham conhecimento do problema energético.

Na administração do Presidente João Figueiredo ocorreu um outro fato da maior significação. Pela Declaração de Belém, todos os países que compõem a base geográfica sobre a qual se assenta a hiléia amazônica firmaram um acordo para explorar e defender o seu território. Lamentavelmente, dele pouco se ouve falar e, acredito, pouca gente o conhece. A visão do estadista, fruto do amor à liberdade e à soberania nacional, antecipava-se às dificuldades e ameaças que pairavam sobre o nosso País.

Ante estas considerações, vale a pena uma reflexão, um olhar crítico sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, principalmente pelos ataques grosseiros, depreciativos, que nos últimos anos lhe vêm sendo insistentemente lançados. Esquecem-se os seus detratores contumazes, de que a Revolução não poderia permitir que a doutrina comunista – alimentada, difundida e inoculada por alienígenas, de um lado; e absorvida, de outra parte, por maus brasileiros, por incautos, mas sobretudo pela juventude idealista – causasse a subversão da ordem, a democracia e o sistema de governo vigente.

A Intentona Comunista foi o despertar, a motivação principal da eclosão da Revolução de 1964, porque, antes, sabia-se do perigo, mas não da intenção, malévola, do que eram capazes os subservientes a Moscou e ao regime de Pequim. A Intentona Comunista, desde 1935, despertara no Exército, nos companheiros, em toda a Nação, a revolta e o medo de um regime totalitário, como o comunista. Antes da Revolução de Março de 1964, a própria Igreja sabia que estava em curso uma guerra revolucionária. Daí o apoio, por exemplo, do Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, e a realização de Marchas da Família com Deus pela Liberdade, no Rio, em São Paulo e em Belo Horizonte. Ao deflagrar a Revolução, pois, as Forças Armadas, em particular o Exército, apenas estavam interpretando a vontade nacional, absolutamente contrária à implantação do regime comunista no País.

Atualmente, se parte da mídia insinua que pela guerra fria os norte-americanos nos impuseram a execução do golpe militar de 1964, tal ocorre por ignorância ou má-fé, pois, como disse, os militares não poderiam permitir que a peçonha

comunista de 1935 voltasse a surpreendê-los. Portanto, esse segmento da mídia deve estar sendo conduzido por jornalistas que não vivenciaram a Revolução. Por outro lado, alguns antigos elementos derrotados, hoje no Governo, têm interesse em denegrir a imagem das Forças Armadas quando, por exemplo, aplaudem a indenização do Lamarca. É inadmissível obscurecer esses fatos.

Acerca de ações de guerrilha e outras operações como seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis e a bancos e a explosão de bombas em vários lugares do País, eu mesmo presenciei um fato muito triste. Em 1967, servindo no 14º Regimento de Infantaria (14º RI), em Recife, encontrava-me no Aeroporto dos Guararapes ao lado de vários companheiros, aguardando a chegada do Presidente Costa e Silva, procedente de João Pessoa. Em dado momento, ouvimos uma explosão, um forte estampido a poucos metros do local em que nos encontrávamos. Uma bomba colocada em uma banca de revistas, explodira.

Ouviu-se o ruído de vidro se estilhaçando. Algumas vidraças do aeroporto partiram-se. Um almirante do Instituto Naval caiu a meus pés. Ainda tentei socorrê-lo, mas, infelizmente, pela gravidade dos ferimentos que sofrera, faleceu ali mesmo. Um carregador muito nosso amigo, bastante conhecido no Aeroporto dos Guararapes, perdeu as duas pernas. Aquele artefato deveria detonar por ocasião da chegada do Presidente Costa e Silva ao aeroporto, o que não ocorreu em virtude do atraso da sua aeronave, ainda em João Pessoa. Avisado da tragédia, a visita presidencial ao Recife foi cancelada. Presenciei, vi e senti este episódio lamentável, e dele escapei, estando hoje aqui, testemunhando, a bem da verdade. Graças a Deus.

Ainda em Pernambuco, participei de buscas a Chico Julião, responsável por incêndios criminosos nos canaviais do Município de Vitória de Santo Antão. Quantas noites sem dormir! Mas nos sentíamos seguros por estarmos apoiados pela própria população, motivada pelo exemplo dos governos revolucionários. A propósito, vale a pena refletir sobre o que disse o Presidente Castello Branco, quando lembrou como usara o Poder: "Não quis nem usei o Poder como instrumento de prepotência. Não quis nem usei o Poder para a glória pessoal ou a vaidade dos fáceis aplausos. Dele nunca me servi." Sem o saber, o Presidente Castello Branco estava a definir o perfil dos presidentes militares, paradigma para a juventude, pois os exemplos que, após aqueles governos, os homens públicos vêm legando à sociedade, são abomináveis.

Restaria, ainda, as acusações feitas ao Movimento de 1964 relativas à tortura, ao número de mortos e desaparecidos. Mas nem mesmo essa imputação prevalece, em face da passionalidade, do radicalismo e da exacerbação com que se trata problema tão grave. Basta, comparativamente, tomar o genocídio que o Movimento Comunista Internacional impôs à Humanidade. Os Arquivos de Moscou, hoje aber-

tos ao público, comprovam esta assertiva. Foram milhões de vítimas só na China e na Rússia. Aqui na América Latina, só em Cuba, na Colômbia e no Peru, foram dezenas de milhares.

No Brasil aconteceu um milagre, apesar de macabro, posto que o número de mortos foi inferior a três centenas, de ambos os lados. Por quê? Fruto da índole, do caráter pacato do povo brasileiro, resultado da miscigenação entre o branco, o índio e o negro. Depois, a vontade e o apoio do povo que tem aversão ao assassinato covarde e frio. Numa palavra: a moderação.

Realmente houve prisões, punições, mas sem rancor. Quantas vezes convivíamos com os presos políticos, no Quartel do 23º Batalhão de Caçadores (23º BC), porque era gente de princípio? Quantas vezes saíamos para visitar os presos, perguntar o que eles queriam, hein? Quando fiz a universidade, em Brasília, levava para estudar na minha casa alguns alunos, jovens comunistas. E, posteriormente, presos, diziam: "Capitão, me leve para o seu quartel, para a Brigada." Isso quer dizer que, a rigor, sem qualquer vaidade, o militar brasileiro reflete a alma do seu povo.

Infelizmente, o socialismo-marxista derrotado pelos militares ainda sobrevive, explorando a corrupção e a miséria. Mas se o comunismo vive do caldo de cultura da miséria, dos antagonismos e da luta de classes, não adianta perder tempo em combater os efeitos. Temos que combater as causas. Podemos vencê-lo pela educação, que levará à melhoria do nível de vida da população. Porque a instrução, a educação, levam o homem a enxergar. E, vendo e percebendo, pode sonhar. E o sonho é a inspiração daquilo que se tem em mente.

Atualmente, ocorre uma outra guerra. E o inimigo pode nos vencer por meios que não os bélicos. Refiro-me à globalização, não adianta se iludir. Reconhecemos que há o bom capitalista, o homem sério, mas também existe o capitalista desumano e o capital volátil. Diante da competição perversa e violenta com que nos defrontamos, a única saída é investir no homem e em tecnologia. Se não sairmos do atraso, as nossas empresas não terão como competir. É uma luta árdua, desleal, desigual, quase impossível. Estamos diante do neoliberalismo implacável, imposição dos países ricos sobre o Terceiro Mundo. Não é livre mercado, nem economia de mercado. É suicídio mesmo, é genocídio. Ou, para ser menos cruel, estamos regredindo rumo à colonização. O homem deixou de ser importante, não significando, na atualidade, senão mero sobressalente.

Portanto, vejo este Projeto com entusiasmo e vibração, pois, com toda certeza, infenso à deformação dos fatos, à distorção da verdade. Alegra-me, outrossim, saber que poderá alcançar um público numeroso e diversificado, principalmente a juventude e as gerações futuras, porquanto a sua divulgação envolverá todos os meios

possíveis, inclusive a mídia eletrônica, via Internet. Esse último meio – Internet – será eficiente e eficaz na preservação fidedigna da nossa história.

A Lei da Anistia, promulgada em 1985, exemplifica muito bem este meu raciocínio. Importante, principalmente, por revelar a "abertura", a reconciliação e o perdão mútuo, mas desconhecida da grande maioria dos brasileiros. Posteriormente, tantas vezes violentada para atender ao rancor e ao "revanchismo" dos derrotados, numa quadra em que o País tanto necessita da harmonia de todos os brasileiros, para enfrentar múltiplas dificuldades, até mesmo de ordem psicológica. Diferentemente da postura de Caxias, vencedor e pacificador das lutas internas, braço forte da unidade e da soberania nacional.

Por fim, gostaria de salientar que aos governos revolucionários coube desenvolver o Brasil, elevado que foi à condição de oitava economia do mundo; em 1964, ocupava a 48ª posição. Depois, em 1985, encerrando-se o ciclo revolucionário, os militares devolveram o País à normalidade democrática, a salvo do totalitarismo comunista.

E hoje, como ontem, a consciência do povo brasileiro não permitirá que atitudes impatrióticas prevaleçam. Os tempos são outros. Mas a missão constitucional das Forças Armadas permanece imutável.

Coronel Francisco Sobreira de Alencar

- Natural da Cidade de Maranguape, CE.
- 8ª Região Militar Assistente-Secretário do General Manoel Theóphilo Gaspar de Oliveira Neto; comandou o 5º Batalhão de Engenharia de Combate, em Posto União, SC.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e de Informações Militares do Centro de Estudos de Pessoal (CEP).
- Em 1964, na eclosão da Revolução, comandava a Segunda Companhia do 4º Batalhão de Engenharia de Construção (BEConst), em Crateús, CE.

Entrevista realizada em 31 de maio de 2000.

Inicialmente, quero dedicar o conteúdo desta exposição a todos os brasileiros e brasileiras, especialmente àqueles que nasceram após 1964 e àqueles que, em 1964, não tinham idade suficiente para entender a grave crise que se abatia sobre o Brasil, devida, em grande parte, à ação dos comunistas, que intentavam implantar no Brasil a ditadura do proletariado. E alguém poderia me perguntar: "Havia comunistas no Brasil?" Eu lhes responderia que sim. A doutrina comuno-marxista, angariou, aqui no Brasil, vários simpatizantes, depois adeptos e por último, em 1922, fundaram o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ou Partidão, como diziam. Em Moscou, reuniam-se as Internacionais Comunistas onde tinha acento o chefe principal dos comunistas do Brasil, Luís Carlos Prestes. Essas Internacionais instruíam e orientavam as ações dos comunistas, para o domínio do mundo, através da tomada do Poder nos países infiltrados. No Brasil, os comunistas brasileiros empreenderam esforços nesse sentido e culminaram essas ações com a Intentona Comunista de 1935. E o que foi essa Intentona Comunista? Um movimento planejado, orientado e dirigido pelos comunistas, desencadeado nas Cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, onde espalharam o terror, agredindo, saqueando, violentando aquela gente simples dessas cidades, e assassinando 28 militares, na madrugada de 27 de novembro de 1935. A Intentona Comunista traumatizou e afrontou a Nação e se refletiu de maneira indelével na alma dos militares brasileiros, que não a esqueceram em 1964.

A Intentona Comunista não foi a única causa da iniciativa de 1964; poder-se-ia dizer que exerceu influência psicológica profunda, impulsionando os militares brasileiros ao Movimento Cívico-Militar de 1964. Todavia, existiam outros fatores, como, por exemplo, o panorama político nada animador anterior a 1964, com a corrupção grassando na vida pública brasileira. Os conchavos político-partidários eram normais, sobretudo durante as campanhas eleitorais, e os candidatos, na sua maioria, não estavam preparados para o exercício de cargos eletivos.

No final de 1960, houve eleições para Presidente e Vice-Presidente da República. Nessas eleições foram eleitos: para Presidente, o Dr. Jânio da Silva Quadros e para Vice-Presidente, o Dr. João Goulart, da chapa oposta à do Presidente eleito, e com o apoio dos comunistas do Brasil. No começo de 1961, Jânio assume o Poder com idéias de moralizar o Governo e sanear a administração pública. Implantou várias dessas idéias, trazendo esperanças ao povo brasileiro de um futuro promissor para o País. Qual não foi a decepção da Nação brasileira quando, no dia 25 de agosto de 1961, Jânio, desastrada e pretensiosamente, renuncia à Presidência da República. E digo pretensiosamente porque há indícios fortes de que pretendia retornar à Presidência, com todos os poderes, o que não ocorreu porque o Congresso declarou a vacância da Presidência da República.

A conseqüência foi o surgimento de uma crise institucional grave. O Vice-Presidente, Dr. João Goulart, teria que assumir a Presidência da República mas não desfrutava da confiança do povo brasileiro, por sua aliança com os comunistas. E essa desconfiança se acentuou pelo fato de o Dr. Jango estar visitando a China comunista, no dia da renúncia de Jânio, certamente para sondar, para orientar-se sobre como seria uma República Comunista. Essa desconfiança do povo brasileiro foi perfilhada pelas Forças Armadas, cujos ministros sugeriram ao Congresso que conseguisse uma forma de reduzir os poderes do Presidente da República. Adotou-se, então, o parlamentarismo e o Dr. João Goulart assumiu a Presidência da República, com seus poderes reduzidos à figura de Chefe de Estado, pois nesse sistema parlamentarista quem governa é o Primeiro-Ministro, escolhido pelo Congresso. Os aliados de Jango, sobretudo os comunistas, não se conformaram com essa situação e começaram a articular o retorno ao presidencialismo, conseguido por meio de um plebiscito, engendrado e muito manipulado. Jango, então, tornou-se Presidente da República, com todos os poderes constitucionais do sistema presidencialista.

Nessa época, o Governo de Jango já vinha sofrendo várias quedas: a inflação crescia assustadoramente e o País perdia prestígio no Exterior. Os comunistas infiltravam-se, continuamente, no Governo e dominavam os postos de segundo e terceiro escalões. Ao mesmo tempo provocavam, por todo o território nacional, vários tumultos e desordens, através de entidades por eles dirigidos como Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Pacto de Unidade e Ação (PUA), Confederação Nacional do Trabalhadores na Indústria (CNTI), União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras. O principal desses tumultos ficou conhecido como o comício do dia 13 de março (1964) ou comício da Central do Brasil, ao lado do então Ministério da Guerra, uma provocação. A esse comício compareceram o Presidente da República e seus ministros, incluindo os ministros militares. Nele, foram exigidas as reformas de base "na lei ou na marra", como diziam os comunistas, o fechamento do Congresso e que todo o poder fosse dado aos sindicatos. Exigiram, ainda, a formação de uma Constituinte para elaborar nova Constituição, ao agrado dos comunistas.

Enquanto isto, desenvolviam-se ameaças à hierarquia e à disciplina nas Forças Armadas. Leonel Brizola insuflava sargentos e praças contra oficiais, o que ele chamava de "brizolismo" contra "gorilas". "Gorila" era uma expressão usada pelos comunistas para caracterizar os generais que eram contra o Governo de Jango, mas essa expressão se estendeu para todos os oficiais que não concordavam com a situação vigente. Algumas manifestações de sargentos e praças se espalharam pelo território nacional, ficando conhecida a revolta dos sargentos de Brasília, em setembro de 1963. No ano seguinte, ocorreu o levante dos marinheiros, no Sindicado dos

Metalúrgicos do Rio de Janeiro, ao comando do cabo Anselmo e com o apoio do Almirante Aragão, Comandante dos fuzileiros navais. O Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota, tentou punir os amotinados, mas foi demitido pelo Presidente da República. No dia 30 de março de 1964, sargentos e praças ofereceram um almoço, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, ao Presidente da República e a seus ministros. Os discursos proferidos durante esse almoço repetiam as exigências já feitas no comício do dia 13.

O Movimento Cívico-Militar de 1964 foi uma reação a esse estado de coisas, impulsionado por três fatores que vou resumir aqui; três fatores que foram, vamos dizer assim, a gota d'água que extravasou o copo: o comício do dia 13, o levante dos marinheiros e o almoço do Automóvel Clube do Brasil. Isto motivou as Forças Armadas a reagirem contra a ação dos comunistas que queriam implantar no Brasil, como já disse, uma ditadura do proletariado, sob a forma de uma República Popular Sindicalista, nos moldes de Pequim e sob os ditames da União Soviética, o que vale dizer, transformar o Brasil num escravo da Rússia comunista.

E como foi que se desencadeou esse Movimento Cívico-Militar? Enquanto se davam todos esses tumultos, em todo o território nacional, o povo brasileiro experimentava uma preocupação profunda com o que poderia ocorrer no Brasil. E essa preocupação revelou-se, muito bem, nas chamadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Foi um verdadeiro grito angustiante do povo brasileiro e um apelo às Forças Armadas para que dessem um basta àquela situação. Por outro lado, vários oficiais da reserva se articulavam com o pessoal da ativa da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sobretudo do Exército. Os chefes militares começaram a se reunir para planejar um Movimento que sustasse o avanço dos comunistas em nosso País. Os Comandos Militares, na sua maioria, concordavam com o Movimento e as Unidades, praticamente todas, tanto da Marinha, como do Exército e da Aeronáutica, aderiram. Os chefes militares resolveram desencadear o Movimento no começo de abril. Certamente sabiam que o golpe comunista estava previsto para o dia 1º de maio de 1964. Entretanto, fatos novos precipitaram os acontecimentos. Um desses fatos foi o jantar do Automóvel Clube do Brasil.

Na madrugada de 31 de março de 1964, o General Mourão Filho, Comandante das tropas de Minas, apoiado pelo Marechal Odylio Denys, resolve pôr em marcha suas Unidades, na direção do Rio de Janeiro. Mas, por que o Rio de Janeiro e não Brasília? Na realidade, dizia-se, repetidamente, que o comandante do I Exército, General Âncora (Armando de Moraes Âncora), era simpatizante do Governo de Jango. Essa suposição se confirmou quando este Comandante destacou uma força-tarefa com base no Regimento Sampaio, para entestar as forças de Minas Gerais. Tal deci-

são trouxe uma preocupação muito grande aos articuladores do Movimento, porque, caso houvesse um confronto entre essas tropas, seria um desastre para toda a Nação. Graças a Deus e, mais uma vez, à interferência do Marechal Odylio Denys, esse confronto não ocorreu; ao contrário, a força-tarefa aderiu às tropas de Minas, houve um congraçamento e ambas as forças convergiram suas marchas na direção do Rio.

Enquanto isso ocorria, o II Exército, de São Paulo, sob o comando do General Amaury Kruel, iniciava o seu deslocamento para o Rio de Janeiro e, na altura da Cidade de Resende, soma-se aos esforços da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), então comandada pelo General Emílio Garrastazu Médici, que já havia iniciado o seu movimento na direção de Barra Mansa para conter as tropas do GUEs (Grupamento de Unidades Escolas), destacadas pelo Comandante do I Exército. A AMAN passou, então, a ser a excelsa vanguarda do II Exército. Com o avanço dessas tropas para o Rio de Janeiro e a ação destacada de grupos de comandos integrados por oficiais-alunos da EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) e da ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), o I Exército aderiu ao Movimento. Horas depois, o Comando Revolucionário e os demais chefes militares receberam a informação da fuga de Jango para destino ignorado e, também, da vacância da Presidência da República, vacância esta decretada pelo Congresso. Estava vitorioso o Movimento Cívico-Militar de 1964.

O Comando Revolucionário, dirigido pelo General Arthur da Costa e Silva – o mais antigo oficial-general da ativa, naquele momento – assumiu a direção do País, e a primeira iniciativa desse Comando foi a emissão de Ato Institucional, que cassava aqueles políticos mais incriminados com a anarquia do Governo Jango e definia o processo de eleição indireta para o novo presidente, ou seja, o Congresso elegeria, em nome do povo, o Presidente e o Vice-Presidente da República.

Desse modo foi eleito como primeiro presidente do ciclo revolucionário, o General Humberto de Alencar Castello Branco, que enfrentou a fase mais difícil e trabalhosa desse período, mas venceu com sabedoria e maestria. Garantiu paz e tranqüilidade para toda a Nação, empreendendo as reformas necessárias ao ordenamento do Governo e ao saneamento da vida administrativa do País. Convém citar, entre as medidas tomadas para esse saneamento, o Decreto-Lei nº 200, que regia a aplicação e a prestação de contas de todos os recursos distribuídos a todas as unidades administrativas. Ao mesmo tempo, o General Castello Branco inaugurava, no País, a fase do desenvolvimento, com um planejamento rigoroso e exeqüível, além de várias medidas empreendidas no campo social. Vou citar apenas três, ligadas principalmente aos brasileiros mais humildes: o Estatuto da Terra, marco inicial de uma política agrária que beneficiou milhões de brasileiros no campo; o Banco Nacional

da Habitação (BNH), que viabilizou a aquisição da casa própria, também para milhões de brasileiros; e o Fundo Rural (Funrural), que melhorou a vida de milhões de trabalhadores, com mais de sessenta anos de idade e que, trabalhando a vida toda no campo para retirar o próprio sustento, não tinham mais condições de fazê-lo.

O General Castello Branco foi eleito por dois anos. Entretanto, o acúmulo de medidas para o saneamento do País e para o planejamento de uma administração serena, exigiu-lhe mais tempo. Por isso, o Congresso Nacional impôs-lhe mais um ano de governo, mesmo contra a sua expressa vontade. O Presidente Castello Branco alimentava a idéia de institucionalizar a Revolução e o fez com a Constituição de 1967. Assim, ele encerrou o seu mandato, passando a Presidência da República, em 15 de março de 1967, ao seu substituto legal, o General Arthur da Costa e Silva.

Costa e Silva continuou o processo de desenvolvimento planejado e intensificou as medidas de saneamento, particularmente aquelas que incidiam no combate à corrupção. Uma das grandes realizações do seu governo e um marco na vida do País foi a Ponte Rio–Niterói.

Costa e Silva, ao lado de todas essas providências, viu acirradas as ações dos comunistas, agora sob a forma de terrorismo e com o rótulo de luta armada. Começou antes mesmo de sua posse, com o atentado a bomba no Aeroporto dos Guararapes, em Recife, onde faleceram um jornalista e um almirante e foram feridos nove cidadãos, destes, alguns ficaram paralíticos para o resto da vida. Costa e Silva teve, então, de endurecer as medidas de segurança, e esse endurecimento veio com o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Certamente, as pressões decorrentes dessas atividades se refletiram na saúde do General Costa e Silva que sofreu uma trombose, afastando-se, assim, da Presidência da República.

Para substituí-lo, o normal seria o seu Vice-Presidente. Entretanto, o Dr. Pedro Aleixo opunha-se ao endurecimento das medidas de segurança, portanto, ao AI-5 e, por isso, foi impedido de assumir a Presidência da República. Organizou-se, então, o que se chamou de Junta Militar, composta pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Essa Junta Militar dirigiria o País, enquanto durasse a doença do Presidente da República. Todavia, a doença agravou-se e acabou levando o General Costa e Silva à morte. Estava vaga a Presidência da República e surgiu a necessidade de uma nova eleição que, realizada pelo Congresso, escolheu o nome do General Emílio Garrastazu Médici.

O General Médici iniciou o seu governo, em 30 de outubro de 1969, dando forte impulso às medidas de desenvolvimento planejado. Intensificou, também, as ações de combate à corrupção e enfrentou, com energia, coragem e determinação, o ápice da luta armada, vencendo-a. O País caminhava muito bem: a inflação

estava sob controle e a dívida externa brasileira se reduzira a seis milhões de dólares; o Brasil passara da 48ª para a oitava potência econômica mundial. Foi nessas circunstâncias que o General Médici encerrou o seu período de governo, passando a Presidência ao seu substituto legal, o General Ernesto Geisel, no dia 15 de março de 1974.

O General Geisel trazia a idéia da distensão política e iniciou o processo da chamada “abertura”. Para isso, revogou o AI-5 e deu continuidade e até intensificou as medidas de desenvolvimento planejado e de combate à corrupção. Mas o General Geisel viu-se a braços com uma das maiores crises que se abateram sobre o mundo, a chamada crise do petróleo que atrapalhou a economia de todos os países, em particular a do Brasil, que era dependente da importação de petróleo. Isso onerou, consideravelmente, a nossa dívida externa. Por outro lado, o General Geisel trazia, no seu planejamento, a construção de várias obras necessárias ao desenvolvimento do País, sobretudo no campo energético; essas obras dependiam de empréstimos externos. O General Geisel teve a coragem de assumir esses compromissos, o que aumentava, ainda mais, a dívida externa. Mas, como fruto e continuidade desse esforço, surgiram as construções das maiores hidrelétricas do mundo – Itaipu, Tucuruí – além de muitas outras usinas energéticas, que ficaram prontas e concluídas no governo seguinte, do Presidente Figueiredo. A Ferrovia do Aço foi outra grande obra iniciada pelo General Geisel. Convicto da necessidade de suas realizações e do dever cumprido, ele termina o seu período de Governo e passa a Presidência da República ao General João Baptista de Oliveira Figueiredo, a 15 de março de 1979.

O General Figueiredo, logo no início do seu Governo, ao enfrentar a segunda crise do petróleo – através do seu Ministro de Minas e Energia, Coronel César Cals – estabeleceu, com extraordinária determinação, um plano de metas, que assegurasse a auto-suficiência de nosso País em minério e energia, até o final da década 1990/2000. Os governos seguintes se descuidaram da continuidade. A exemplo da atual crise energética, como justificá-la, se no Governo Figueiredo completou-se, neste País, a mais extensa linha de transmissão do mundo?

Em paralelo às medidas de distensão política, isto é, a “abertura” política, o Presidente Figueiredo empreende as medidas de desenvolvimento planejado. Antevendo o término do ciclo revolucionário ele se antecipou e sancionou a chamada Lei da Anistia, de iniciativa de seu Governo. Todos os cidadãos punidos por atos de exceção, desde 9 de abril de 1964, foram anistiadas, como também elementos envolvidos com a defesa interina. Tudo isto, então, cairia no esquecimento, de acordo com a Lei da Anistia. Repetia a conduta exemplar do Duque de Caxias, no tempo do Império, quando conclamava a todos os brasileiros a conviverem numa só

família. O General Figueiredo, nesse momento, então, encerra o seu período de Governo, já no começo de 1985, e também encerra o ciclo dos governos militares.

Os militares que exerciam postos no Governo voltaram para os seus quartéis, todavia, persistiu, ainda, resquícios dos governos revolucionários, remanescentes da Constituição de 1967, em vigor. O desatrelamento completo veio com uma nova Constituição, o que ocorreu em 1988. Neste ano, pois, encerrou-se tudo o que se referia aos governos revolucionários.

Entretanto, este tema não se esgota com o que foi dito até aqui. Há muito mais o que dizer e que outros expositores o farão. Resta-me fazer, agora, alguns comentários complementares.

Comecemos pela posição da Igreja Católica em relação ao Governo João Goulart, às vésperas da Revolução. O comunismo, pela sua própria essência doutrinária, é antireligião, antipessoa humana, antinação e antipátria. O clero nacional, na efervescência, provocada pelos comunistas, naquela época, revelou-se altamente preocupado com o destino do País. Vários bispos e padres não só estimularam, mas também apoiaram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, o que significava apoiar um movimento de reação, isto é, apoiar o Movimento Cívico-Militar de 31 Março de 1964. Conseqüentemente, esta atitude representava uma oposição ao Governo João Goulart.

Quanto às "Ligas Camponesas", sabemos que compunham um movimento criado pelo comunista Francisco Julião, mais conhecido como Chico Julião. Essas "Ligas Camponesas" se disseminaram pelo interior do Nordeste, particularmente por Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, espalhando o terror, sobretudo contra pequenos fazendeiros e proprietários. Praticavam agressões, assaltos e saques contra essa gente simples do interior. Com relação aos "grupos dos onze" foram fruto de uma idéia de Leonel Brizola, que os organizou e espalhou pelo País todo. Esses grupos tinham a missão de difundir o terror, capitais e demais cidades, sobretudo em lugares do interior. Num dado momento, eles seriam reunidos numa Força, muito parecida com a Guarda Vermelha soviética de 1917, que segundo os planos de Brizola, daria sustentação ao governo comunista a ser implantado no Brasil.

Em certa oportunidade, Luís Carlos Prestes, o líder marxista brasileiro, asseverou: "Nós, os comunistas, já temos o Governo (do Brasil), falta-nos apenas o Poder", confirmando a extensa infiltração comunista no Governo de Jango e o objetivo de tomada do Poder. Assim entendo e, além do mais, ela é concordante com o conhecimento que se tinha, na época, de que o golpe comunista estava previsto para 1º de maio de 1964.

Sobre as lideranças do Movimento Cívico-Militar de 31 de Março de 1964, vou citar os nomes de três militares e igual quantidade de civis. Os generais Castello

Branco, Costa e Silva e Mourão Filho foram as vigas mestras do Movimento. Entre os civis vou citar os governadores da Guanabara, Carlos Lacerda, de São Paulo, Adhemar de Barros e de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que apoiaram, em todos os sentidos, o Movimento.

Muito se alega que o Movimento de 1964, sofreu influência externa, especialmente dos EUA. Entendo o contrário, que foi uma idéia exclusivamente nossa, de brasileiros.

A mídia desconhece, propositadamente ou não, o papel da guerra fria na intenção soviética de expansão do comunismo, em todos os países do mundo. Sabe-se perfeitamente que a guerra fria foi uma invenção de Stálin, para a tomada do Poder, para o domínio comunista do mundo, nascida durante a Segunda Grande Guerra, quando, nas Conferências de Teerã, Yalta e Potsdam, Stálin impôs grandes vantagens na Europa. A linha então traçada que dividia a Europa, conhecida como "linha de ferro" ou "cinturão vermelho", significou a entrega ao controle soviético de todos os países da Europa Central e dos Balcãs. Desses países, apenas dois foram excluídos: a Grécia, no Sul; e a Finlândia, no norte.

A Intentona Comunista de 1935 trazia, na sua essência, a intenção da tomada do Poder pelo comunismo, no Brasil, segundo o objetivo de domínio do mundo pelo comunismo estabelecido pelo *Komintern*, em 1919. Em 1935 não havia guerra fria, mas, desde aquela época, os comunistas alimentavam a mesma intenção da tomada do Poder. Assim, a guerra fria escondia a intenção da tomada do Poder pelos soviéticos e essa foi a guerra travada no Brasil, uma guerra contra o comunismo.

Com relação ao esquema militar de Jango, afirmo que se tratava de um blefe, simplesmente não existia, como demonstraram os fatos posteriores. Por outro lado, a união entre as Forças Armadas são fruto de laços históricos, que a vitória do Movimento de 31 Março de 1964 só fizeram fortalecê-la.

Pode-se afirmar que a ideologia do Movimento, está resumida no binômio "desenvolvimento com segurança". Outros princípios que constituíram a base doutrinária da Revolução de 1964 foram: paz com tranqüilidade, democracia com ordem e progresso, liberdade com responsabilidade, pleno respeito à plena soberania nacional dos países amigos.

O Movimento Cívico-Militar de 1964 combateu a revolução comunista. Então, não vejo adequado o termo revolução para o Movimento Cívico-Militar de 1964. A ele, no meu entendimento, se ajusta muito mais a expressão Contra-Revolução, que foi, na realidade, o que fizemos, embora, no desenrolar dos fatos, ela tenha assumido a forma e as características de uma verdadeira Revolução, sem derramamento de sangue.

Vale dizer que, no seu curso, o Movimento se confirma como tal, por ter mudado, em 180º, os rumos do País, carreando-lhe vultosas vantagens. De fato, os benefícios trazidos pela Revolução de Março de 1964 foram incontáveis. Pediria até permissão para ler aqui dados estatísticos para que se tenha uma idéia, em certos campos do desenvolvimento, do que foi feito neste País durante a Revolução. Em 1964, o País não possuía um sistema de comunicação. Nessa época, por exemplo, servia em Crateús, no 4º Batalhão de Engenharia de Construção e, para se fazer uma ligação para Fortaleza, levava-se dois dias de espera, isso quando se era atendido. Em 1974, já era possível fazer uma ligação para qualquer parte do território nacional em menos de um minuto e, em 1984, para o mundo todo, também em menos de um minuto. Poderíamos enumerar outros dados; por exemplo, a produção de grãos entre 1963 e 1983, em milhões de toneladas: em 1963 produzíamos 19,4 milhões de toneladas enquanto, em 1983, foram 55 milhões de toneladas; quer dizer, houve uma multiplicação por 2,8 da produção. A capacidade de armazenagem: em 1963 era de cinco milhões de toneladas e, em 1983, passou a 57 milhões de toneladas, isto é, multiplicou-se por 11,4. Na Educação, que é o ponto básico de uma Nação, as crianças de dez a 14 anos freqüentando a escola: em 1963 tínhamos cinco milhões de crianças e, em 1983, nove milhões de crianças, quase o dobro. Universitários em mil: em 1963 tínhamos 124 mil universitários, era muito pouca gente; em 1983, já tínhamos um milhão e 300 mil universitários; ou seja, multiplicados por dez. Energia, outro ponto fundamental para a vida dinâmica do País. A potência instalada: em 1963 tínhamos 4.480 megawatts; em 1983, 35 mil megawatts; multiplicada por nove. Em rodovias pavimentadas: em 1963 tínhamos 19 mil km; em 1983, tínhamos 75 mil km; multiplicado por quatro, praticamente. Para não me alongar fico com esses dados, suficiente para atestar o imenso desenvolvimento produzido no País pela Revolução de 1964. As fontes dos dados acima são as estatísticas do Anexo I de "A Revolução de 1964", de Adolpho João de Paula Couto (págs. 309-315-317 e 320), citando Glycon de Paiva ("A Grande Conspiração").

Sobre o silêncio proposital da mídia acerca desses dados e a maneira como se refere à Revolução, chamando-a de "ditadura militar", esquecendo a ditadura do proletariado que os comunistas queriam implantar no Brasil, gostaria de dizer algo. O Movimento revolucionário, como empreendimento de humanos, teve seus erros, claro. Não vamos dizer que tudo foi acerto, houve erros, entre os quais, vou citar apenas três, que reputo os principais: um deles foi a falta de divulgação dos atos revolucionários. Era possível divulgar, por exemplo, os motivos das cassações, os atos empreendidos em defesa da ordem interna, as realizações da Revolução, como os dados citados acima que, até hoje, muito poucos os conhece. Uma outra falha foi

o Movimento ter, praticamente, esquecido os nossos meios educacionais e os nossos órgãos de comunicação de massa, abrindo-os à invasão comunista, que os dominam atualmente. Daí, a nossa mídia completamente desviada de toda a veracidade dos fatos. Considero outro erro, também, a falta de mobilização da população em defesa da Revolução. Não precisava de propaganda: bastava expor os fatos, as realizações da Revolução, para mobilizar esse povo, o que não foi feito, e hoje o povo não sabe muito bem o que houve, a partir de 31 de março de 1964. O povo ficou e continuou completamente desinformado.

Nestes meus comentários complementares, desejo deter-me a seguir, na postura ética, vigilante e constitucional de nossas Forças Armadas, antes, durante e após a Revolução de 31 de Março de 1964. Jamais as Forças Armadas se aproveitaram da situação revolucionária para auferir vantagens. É possível que um ou outro elemento civil ou militar, desprovido de qualquer dignidade, haja cometido alguma desonestidade. Mas pessoas dessa natureza eram raras exceções no conjunto dos revolucionários autênticos. Basta constatar-se que nem os vencimentos dos militares tiveram melhorias privilegiadas durante o período revolucionário. Pelo contrário, até hoje, a nossa remuneração talvez seja a mais baixa, comparando-se com outras carreiras dos três poderes da República.

As Forças Armadas brasileiras nunca empreenderam guerra de conquista; jamais foi seu intento, nem o será, com a graça de Deus. Fizeram, no século passado, algumas campanhas, visando a pacificação interna, sob a condução excelsa do Duque de Caxias. Participaram, ainda, de guerras externas. E foram obrigadas a enfrentar, internamente, a guerra suja do terrorismo e da guerrilha da esquerda. E saíram vitoriosas em tudo isso.

Agora, no presente, juntam-se os terroristas de ontem com os neoliberais de hoje para implantarem, no Brasil, uma globalização de interesse puramente externo, com a alienação completa do nosso povo. O que fazer? Todos nós sabemos que a globalização foi uma imposição das grandes potências aos países mais fracos, em desenvolvimento. Os governos atuais desses países aceitaram-na, embora jamais tivessem a simpatia do povo, que nem foi consultado. Pode-se perguntar a qualquer pessoa consciente, por mais simples que seja, se ela é a favor desse sistema. Com certeza, ela responderá que é contra qualquer sistema de globalização. A globalização significa, na verdade, um dreno na economia do País voltado para as grandes potências, acabando por deixar o povo completamente alienado de sua própria nacionalidade. Torna-se, portanto, impositivo e urgente fortalecer a educação e a conscientização do brasileiro voltados para o amor à Pátria e o civismo, para que ele, efetivamente, se oponha a este estado de coisas. É um assunto que foge à competência

exclusiva das Forças Armadas, pois se relaciona a todos os brasileiros autênticos, cada um em sua área de responsabilidade, militar ou civil.

Falamos de guerra suja, na qual alguns companheiros foram mortos. Os outros, ainda hoje, sofrem toda a sorte de injustiça praticada por certos grupos atiçados pelo ódio, pelo rancor. Esses companheiros são heróis nacionais, que lutaram e arriscaram suas vidas em defesa da lei, da ordem e, sobretudo, do povo brasileiro. A esses mártires se dirigiu o então Ministro do Exército, General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, com a seguinte frase: "Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas de armas na mão, para que a Nação não fosse levada à anarquia." Este pensamento é de uma felicidade rara. Julgo até que esta frase deveria sair dos quartéis, ganhar as ruas, praças e campos e aninhar-se nos corações e nas mentes dos brasileiros, sobretudo dos mais jovens. Além disso, sugiro, como uma atitude de justiça, a construção de um monumento com os nomes de todos esses heróis nacionais que, se no momento estão esquecidos, mais cedo ou mais tarde serão relembrados com muito respeito, até com veneração.

Peço permissão para ler a minha mensagem derradeira, que chamei de comentários finais, dada a sua importância, no meu ponto de vista: "O Brasil é o País líder da América Latina. Se tivesse caído nas garras do comunismo, em 1964, deixando-se escravizar pela União Soviética, este cinturão vermelho teria arrastado todos os países latino-americanos, já contaminados por essa ideologia. A expressão territorial do Brasil, sua potencialidade econômica, seu contingente populacional, associados à potencialidade dos países hispano-americanos, teriam fornecido à União Soviética um poderio tal que ela não se teria desmoronado em 1989, mas certamente se teria transformado na maior potência dominante do mundo. A nossa Contra-Revolução Democrática de 31 de Março de 1964 frustroulhe as intenções de escravizar o nosso País. Daí, o ódio que os comunistas e filocomunistas alimentam contra ela e, em particular, contra as nossas Forças Armadas que, com o apoio do povo, lhes infligiram a mais dura derrota por eles sofrida em todos os tempos. Acusam-na de torturas e assassinatos, quando ela apenas adotou um processo de cassações contra os maus políticos e ativistas comunistas, os mesmos que fomentaram e praticaram os desmandos e desordens de 1964, mas tiveram suas vidas respeitadas. Fingem desconhecer que a Revolução Francesa adotou a guilhotina, que ceifou milhares de vidas; que a Revolução Comunista na Rússia adotou os pelotões de fuzilamento que tiraram a vida de milhões de russos; que a Revolução Cubana adotou o *paredón*, onde foram sacrificados milhares de cubanos, a mando de Fidel Castro e Che Guevara. O povo brasilei-

ro jamais aceitou tais violências. Por isso, meus irmãos brasileiros, convicto da mente acolhedora que nos é muito própria, envio-lhes a seguinte mensagem: vamos continuar construindo a paz e a prosperidade para todos nós, com amor a este grande País, que é nosso; com fundamento na Verdade e na Justiça; com o sentimento cristão de respeito aos semelhantes, destacando as crianças e os idosos; vislumbrando sempre um país glorioso, onde seja Deus a vontade suprema a dirigir nossas ações; a família seja a base afetiva de nossa sociedade; a Pátria, a expressão maior de todos os valores nacionais, porque foi tudo isto e muito mais de construtivo que realizou a nossa Contra-Revolução Democrática de 31 de Março de 1964."

Coronel José Firmino Dias Lopes

- Natural da Cidade de Sobral, CE.
- Comandou o 26º Grupo de Artilharia de Campanha, em Guarapuava, PR, e exerceu as funções de oficial de Estado-Maior da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Uruguaiana, RS; Adjunto de Subchefia do Estado-Maior do Exército e Assistente do Comandante do Comando Militar do Oeste, Campo Grande, MS.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval.
- Em 1964, era Tenente e servia no II Grupo/7º Regimento de Obuses 105mm (II/7º RO 105), em Natal, RN.

Entrevista realizada em 25 de junho de 2001.

Inicialmente, quero agradecer pela oportunidade que me foi dada de participar deste projeto que visa à preservação da historiografia brasileira sobre os acontecimentos marcantes da Revolução de Março de 1964. Na oportunidade, quero elogiar esta iniciativa, que por certo prosseguirá, para que a História faça justiça aos militares e civis que participaram daqueles acontecimentos. Espero que a minha modesta experiência possa acrescentar algo de valor ao rico acervo que está sendo criado sobre o assunto.

Pelo menos quero engrossar as vozes daquelas pessoas de bem que, nos últimos anos, corajosamente, saíram de suas atividades para protestar contra as mentiras, as infâmias perpetradas contra a Revolução pelos meios de comunicação social. Sempre me considerei um revolucionário autêntico, de modesta participação nos acontecimentos, mas de elevada convicção nos benefícios que a Revolução traria para o Brasil. Passados mais de 30 anos, há os que criticam a Revolução, não pelo que ela fez, e sim pelo que deixou de fazer.

Apresentei-me em Natal, nos idos de 1963, no II/7º RO 105, como aspirante de artilharia recém-chegado da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Subalterno de Bateria de Artilharia, dedicado inteiramente ao serviço, tinha pouco tempo para perceber ou avaliar os preparativos para a Revolução. Ignorava-os completamente. Sabia, pela leitura dos jornais, que o Brasil estava envolvido por graves crises políticas, problemas econômicos, inflação, desabastecimento e distúrbios civis que perturbavam as populações dos grandes centros.

O clima era de tensão. Os jornais diariamente denunciavam a eclosão de um golpe e militares conhecidos eram acusados de "gorilas golpistas". Como cidadão, não apoiava o Governo João Goulart. Torcia mesmo para que alguns grupos mais afoitos o depusessem do Poder. Mas, como Aspirante-a-Oficial, não me passava pela cabeça envolver-me em sedição. Acompanhava os acontecimentos com os olhos voltados para a figura do meu chefe, o Coronel Caldas, Comandante de Grupo de Artilharia.

Acabava de completar 25 anos, sentia-me com a personalidade formada, tinha valores éticos já consolidados dos meus ancestrais. Criado no sertão, no meio de pequenos proprietários, desde cedo aprendi a valorizar o trabalho, honrar a família, preservar a palavra, a honestidade e, sobretudo, o temor a Deus. Recebi as primeiras letras de severas e competentes professoras do interior que, naquela época, educavam a juventude sob o olhar vigilante do pai. Na adolescência, ingressei no tradicional Colégio Sobralense, estabelecimento católico orientado pelo saudoso Dom José Tupinambá da Frota, que orientava o colégio sob o lema "Deus, Pátria e Família".

Aluno aplicado e perseverante, concluí o ginásio, ingressei na Preparatória, passei pela Academia e, em 1962, fui declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia e

classificado no Nordeste, em Natal. Em resumo, quero dizer que grande parte da minha formação moral foi recebida em casa e na Igreja. Valores como patriotismo, cidadania, culto aos heróis, foram consolidados nos estabelecimentos de ensino civis e militares, onde completei a minha educação. Fiz esse intróito para mostrar que a minha opção revolucionária não partiu de um ato intempestivo, emocional.

Como cadete, já estava decepcionado com o Governo Goulart e não tinha a menor afinidade com o socialismo ateu. Desde cedo, passei a rejeitar o comunismo por influência do meu pai, que era integralista, e por persuasão da santa madre Igreja Católica, ferrenha anticomunista na época. Há muito, como disse, estava decepcionado com os políticos brasileiros, já não tinha a menor esperança de encontrar "o salvador da Pátria". Acompanhei, decepcionado, o suicídio de Vargas, a eleição e a posse de Juscelino, as folclóricas revoltas de Aragarças e Jacareacanga e presenciei a campanha e a emocionante vitória de Jânio Quadros e a frustração de sua inexplicável renúncia.

Discordei de colegas gaúchos que foram contaminados pela propaganda da *Rádio Guaíba*, na "Campanha da Legalidade". Como cadete, dei o meu apoio moral ao manifesto dos ministros militares, que rejeitavam a posse de Jango, regressando da China. Em resumo, o meu estado de espírito era de repúdio ao Governo Jango e de franca oposição a qualquer solução socialista. Desejava que as mudanças varressem os políticos corruptos e pusessem, no comando do País, um chefe competente, honesto e democrata, de mando militar ou civil.

Apresentei-me no RO, como era conhecido pela população o II/7º RO 105, no início de 1963, e encontrei a oficialidade atônita, desencantada com os rumos do País. A crise econômica e a inflação abatiam o ânimo de todos, praças e oficiais, que buscavam soluções alternativas para sobreviver. Apesar dos pesares, o RO não tinha problemas, seu material era novo, recebido do Acordo Militar (com os EUA), seu Quadro de Organização (QO) estava completo, não faltava comida, havia munição, combustível e suprimentos diversos. As viaturas estavam todas disponíveis, 100% das viaturas rodando. O único efeito da crise foi o adiamento da apresentação dos recrutas. No primeiro semestre de 1963, vivíamos em regime administrativo. Com a incorporação, lá para meados de junho, dediquei-me a cuidar do serviço e da instrução e o meu tempo ficou ainda mais restrito para pensar em política, embora acompanhasse com atenção o que se passava em Brasília.

Nos grandes centros, recrudesceram as greves e as agitações políticas. Faltava comida e a população estava intranqüila. A sociedade provinciana de Natal não era muito perturbada pelos distúrbios e greves. As manifestações pró-Jango de operários, ferroviários e estudantes, apenas indicavam que havia uma coordenação

externa. Recordo-me de dois fatos que perturbaram a nossa atividade no RO, na antevéspera da Revolução (ano de 1963): a revolta dos sargentos da Força Aérea Brasileira (FAB), em Brasília, e a reação ao discurso de Brizola, atacando o General Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy) Comandante da Guarnição.

Na rebelião dos praças da Aeronáutica, o RO ficou sobre rodas, em condição de apoiar o 16º Regimento de Infantaria (16º RI), que deveria invadir a Base Aérea de Parnamirim, se acaso solidarizasse com os amotinados da Capiltal. No segundo incidente, o grupo mobilizou todas as viaturas, à noite, e saiu rodando pela cidade, em protesto contra as palavras do Sr. Brizola, criticando o Comandante da Infantaria Divisionária (ID/7) e da Guarnição de Natal.

Mas foi a revolta da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, que se aquartelou, protestando contra os baixos soldos, que possibilitou a grande ação conjunta do RO com o 16º RI. Nessa ocasião, uma Bateria da Unidade entrou em posição e ficou em condições de derrubar o muro do quartel da polícia, para que os elementos do 16º penetrassem no recinto. Felizmente os revoltosos se renderam e nós cantamos a vitória. Outro acontecimento, de alguma importância, foi o acompanhamento do clamor do cabo Anselmo, que apareceu em Natal fazendo conferências, tentando cooptar cabos e fuzileiros da Base Naval para ingressarem no Sindicato dos Marinheiros.

Natal, apesar da tradição revolucionária da Intentona de 1935, em 1964 contava com elementos revolucionários não muito fanáticos. Os mais conhecidos não passavam de velhos militantes que apenas partilhavam das idéias comunistas. Sofremos muito com as freqüentes e extemporâneas prontidões, que nos prendiam no quartel por dias e semanas. Qualquer acontecimento em Recife, boatos de ação das "Ligas Camponesas" na Paraíba, greves no Rio, tudo era motivo de sobreaviso e prontidão.

O ambiente no quartel era excelente; havia uniformidade de pensamento entre oficiais e praças. O veneno da desconfiança, da intriga e da falsidade destilado nos quartéis de outras guarnições, nunca perturbou o clima de amizade e confiança existentes no Grupo. Dormia-se tranqüilo, havia confiança no companheiro do lado, todos estavam unidos em torno do Coronel Caldas. Digo isso porque depois tomei conhecimento, quando fui para o Rio de Janeiro, que, em algumas Unidades, se dormia com um olho fechado e o outro aberto e com a metralhadora ao alcance.

Na madrugada do dia 31, o Coronel Caldas nos deu a notícia do desencadeamento da Revolução. Como disse, fui surpreendido. Dentro do meio militar de Natal sentia que havia algo no ar, mas não sabia quem eram os chefes. O Movimento

contou com o apoio de todas as Unidades do Exército e da Aeronáutica, da Guarnição; a Marinha se omitiu, ficou no seu quartel.

Os primeiros dias da Revolução foram marcados por momentos de surpresa, euforia e indefinição. O tumulto das primeiras horas, as ações improvisadas não arrefeceram o ânimo, a alegria e, sobretudo, a esperança de redenção do País. De pronto, os diversos planos de defesa foram desencadeados. Passamos a ocupar pontos sensíveis: correios, repartições, bancos e estações de tratamento d'água. Duas ações de maior vulto se destacaram: a ocupação da Prefeitura de Natal e a invasão da estação ferroviária, para retomá-la do sindicato.

Imediatamente passamos a recolher as pessoas consideradas subversivas, muitos dos revolucionários de 1935, idealistas já desalentados com a evolução do comunismo. Os novatos, surpreendidos, mostravam-se mais rebeldes e agressivos. A maioria dos prisioneiros era composta de homens simples, certamente manipulados pelos líderes socialistas. Nunca presenciei violência física contra os prisioneiros. Todos eram tratados com humanidade. Ocupavam as instalações da enfermaria, adaptada como prisão.

Na área civil, o Governador Aluízio Alves ainda esboçou um velado apoio ao Governo Central, mas logo seu senso de sobrevivência fez com que se calasse e ficasse aguardando os acontecimentos. O Prefeito, conhecido líder socialista, tentou montar uma resistência simbólica e foi preso e afastado do governo municipal. Com certa surpresa, constatei que apenas parte do clero de Natal apoiou, e com reserva, a Revolução. Basta ver que o culto de ação de graças pela vitória da Revolução, montado por alguns sacerdotes, foi desestimulado pela alta hierarquia da Igreja. As celebrações praticamente ficaram restritas à família militar.

No que diz respeito aos antecedentes, o Movimento de 1964 tem de ser entendido como um processo detonado pela interação das condições internas do País com o contexto internacional da época. O quadro externo era dominado pela guerra fria, que a União Soviética parecia estar ganhando. Havia grande crescimento econômico, dianteira na tecnologia militar, dominavam os mísseis de grande alcance, eram maiores seus progressos na corrida aeroespacial. Então, havia um sentimento de vitória do comunismo internacional, e esse era o estado de espírito dos meus amigos e das pessoas que eu conhecia. Havia uma ampliação generalizada da luta armada antiimperialista em todo o Terceiro Mundo. Nada parecia deter o comunismo. Aqui perto, em Cuba, a vitória de Fidel Castro fazia a alegria dos nossos intelectuais, da nossa esquerda e de toda a América Latina.

O Governo de Jango vinha atravessando crises sucessivas. O descontentamento social era muito grande, com as freqüentes ondas de greves e a inflação alcançan-

do o índice aterrador de 25%. Jango assustava a burguesia com ameaças de expropriação, confisco de residências e promoção de guerrilha no campo. Nos grande centros, a classe média sofria com greves políticas que paralisavam os meios de transporte e o sistema de abastecimento. A infiltração das esquerdas, com suas idéias revolucionárias, era visível e preocupante.

Conspirava-se muito, em 1964, contra e a favor do Governo. Parte do Congresso agia contra o Presidente e também alguns governadores: Adhemar de Barros, em São Paulo; Ildo Menegheti, no Rio Grande do Sul; Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro e Magalhães Pinto, em Minas Gerais. O próprio governo também conspirava. Nos gabinetes federais urdia-se a ampliação dos poderes presidenciais para a mobilização das bases. Desconfiada de reações armadas, a Casa Militar montava um esquema de sustentação e de dissuasão, em que os "generais do povo" e a rebeldia dos praças faziam parte da trama. Assim, incentivava a indisciplina e a quebra da hierarquia. Mas, confirmam os historiadores, era no meio militar que mais se conspirava. Reuniões para preparação e desencadeamento da Revolução, foram realizadas no Sul, no Nordeste e com maior destaque, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.

Na realidade, a Revolução nasceu do antigo confronto político-ideológico iniciado com o suicídio de Getúlio Vargas. Até então, Vargas praticamente conseguia uma homogeneidade: o Brasil não se fracionava. Depois da morte dele, dois grupos se formaram: de um lado, reuniram-se os populistas, os demagogos, os nacionalistas e os comunistas, que eram acolhidos pelo PSD e pelo PTB principalmente; do outro lado, os conservadores, os reacionários e os anticomunistas, representados pela UDN e conduzidos pelo grande líder Carlos Lacerda.

A despeito da existência de grupos conspiradores, a expressiva maioria dos oficiais que testemunharam aqueles acontecimentos afirmam que a Revolução não tinha projeto. A ameaça comunista e o estímulo à subversão da hierarquia e da disciplina, promovidos pelo Governo Jango, estão no centro das razões que levaram à sua deposição pelas Forças Armadas.

Castello Branco tomou posse em abril de 1964, sem um ideário para a Revolução. Havia, nas cabeças das lideranças vitoriosas, um difuso objetivo a ser atingido pelo Movimento: combate à subversão e guerra à corrupção. O Presidente imaginava fazer uma cirurgia rápida no País e promover um retorno breve à democracia. Sonhava reeducar a classe política mantendo intocável o Congresso, bem como o Judiciário. O primeiro mandatário da Revolução era um estadista: conseguia pilotar o barco do poder de modo sereno, apesar do mar revolto de paixões revolucionárias. Transformou o que poderia ser uma quartelada latino-americana num movimento modernizante, que se destacou e foi exemplo na América Latina.

Depois da posse de Castello Branco, Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões esboçaram um plano de combate à inflação e um plano de desenvolvimento e, aos poucos, o ministério de Castello, criado à sua imagem, montou as peças do grande painel, abrangendo os campos social, político e administrativo. No seu mandato, criaram-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Estatuto da Terra. Restaurou-se a moralidade pública em todos os níveis, fez-se o planejamento orçamentário e implantou-se o programa de desburocratização. Castello nunca usou o Poder como instrumento de prepotência, para a glória pessoal ou vaidade de fáceis aplausos: usou-o para salvar a Democracia, defender o princípio da autoridade, extinguir privilégios e corrigir distorções do passado. Plantou a semente da grandeza do Brasil.

Com a ascensão de Costa e Silva, ficou claro que o regime mudava de perfil: aparecia a chamada "linha dura", disposta a radicalizar a Revolução. Data desta época o fracionamento da frente revolucionária. Para uns, teria havido "revolução" demais e, para outros, "revolução" de menos. O grupo de Castello e de Geisel seria o da "linha mole", enquanto o de Costa e Silva e de Médici seria da "linha dura". Costa e Silva assumiu o Poder em clima de euforia e prometendo reforma, mas logo foi envolvido pelo radicalismo da oposição de cunho ideológico, surgindo as ações de terrorismo e seqüestro de pessoas e autoridades. Acometido de doença grave, foi obrigado a se afastar da Presidência da República.

Eleito, em outubro de 1969, o General Emílio Garrastazu Médici foi o Presidente mais popular que o Brasil já teve, desde Juscelino Kubitschek. Deixou o Governo admirado pela maioria da sociedade, que o identificava com o chamado "milagre brasileiro". Fez um governo muito ativo na área do planejamento, economia e segurança. Devido ao acirramento ideológico mundial, foi obrigado a enfrentar a chamada "luta armada", caracterizada por expropriações, seqüestros, guerrilhas urbana e rural, saindo-se vencedor do confronto com todas as facções oposicionistas.

Nas universidades, nos colégios, professores de formação marxista, aliados a adeptos da contracultura, infectaram os corações e as mentes da nossa juventude, que passou a se engajar nas ações armadas. Hoje, por ter tido sucesso no combate à subversão, Médici é o alvo predileto dos ataques dos meios de comunicação social.

Seguiu-lhe, no mandato presidencial, o General Ernesto Geisel, intimamente ligado ao Presidente Castello. Austero, rígido, o "alemão" – como era conhecido na intimidade – enfrentou com êxito a crise do petróleo, incentivou a estatização, implantou o programa nuclear, rompeu com o acordo Brasil/Estados Unidos e, assessorado pelo seu grupo mais chegado, promoveu a "abertura" segura, lenta e gradual, enfrentando, com mão-de-ferro, a oposição de setores militares dissiden-

tes. Jornalistas esquerdistas, anarquistas e existencialistas, se impuseram e a imagem da Revolução passou a ser abertamente combatida nos meios de comunicação.

Figueiredo foi escolhido para dar prosseguimento à "abertura". Aparentemente não foi bem sucedido. Seu governo foi marcado pela exacerbação da opinião pública, pela campanha das "diretas já", pela ação de terroristas de direita, pelo descontrole da dívida externa e pela sua inapetência por governar. Destacou-se, sobretudo, pela incompetência para conduzir o processo sucessório. Figueiredo, direto e franco na aparência, não conseguia passar essa imagem para o seu governo. Abatido pela crise de saúde, mostrava-se oblíquo e dissimulado, não encarava de frente os reais problemas. Dizia-se que ele perdera a vontade de governar.

Sua política econômica era abertamente conhecida pela sua ineficiência e insensibilidade. No final do mandato, Figueiredo parecia torcer para que os últimos dias do seu Governo passassem o mais depressa possível. Sua indefinição, na escolha do seu sucessor, favoreceu a manobra de Paulo Maluf, obstinado e ambicioso político paulista, que conseguiu impor-se como candidato do partido do Governo, concorrendo com Tancredo Neves, por quem foi derrotado. Figueiredo não passou a faixa ao seu sucessor, José Sarney, que substituiu Tancredo Neves, falecido antes de assumir o Poder. Figueiredo saiu pelos fundos do Palácio, pedindo ao povo que o esquecesse.

Ao relembrar a Revolução, cumpre-me ainda citar, das suas origens, os acontecimentos mais importantes entre aqueles que determinaram, a meu ver, sua eclosão: o Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março, a revolta dos marinheiros e a reunião no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. A partir daquele dia 31 de março de 1964, todos, dos soldados aos oficiais, começamos a sentir uma vibração diferente, um novo ânimo, uma esperança no País, vindo da vitoriosa Revolução.

A partir de 1968, começou a verdadeira luta armada, quando houve o recrudescimento do Movimento Comunista Internacional (MCI). Numa primeira fase, na época do Presidente Costa e Silva, tivemos de enfrentar as ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestro de embaixadores e assaltos a quartéis e a bancos). Houve necessidade, na época, da edição do AI-5, um instrumento certíssimo e eficiente. Sem ele, creio, a Revolução não teria sobrevivido. Posteriormente vieram as bombas colocadas em bancas de jornais, o que, no meu entender, indicava a tentativa de alguns para desestabilizar a abertura proposta pelo Presidente Figueiredo.

Naquela época, a Igreja Católica apoiava o Movimento Revolucionário. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) chegou, mesmo, a publicar uma nota em apoio à Revolução, entretanto, verificava-se que alguns pastores desejavam mudar o pensamento sobre como tratar o pobre. Daí surgiu a famosa Teologia da

Libertação, que teve tanto apoio no Brasil. Também não conseguimos aplicar, no País, a política social da Igreja, que foi difundida pelo Papa Leão XIII. Se a tivéssemos aplicado, teríamos o trabalhador ganhando o que merece e uma melhor distribuição da renda. O trabalho estaria baseado na fraternidade e no amor ao próximo. E é por esse caminho que vejo uma maneira de combater o marxismo-leninismo.

A mídia atual insinua que, através da guerra fria, os norte-americanos nos impuseram o "golpe militar" de 1964. Ora, acredito que recebemos dos americanos apenas o apoio moral, só isso, e é lógico, pois eles eram nossos amigos e tinham o mesmo pensamento sobre o momento que vivíamos.

Os acertos da Revolução de 1964 são, de costume, omitidos pela mídia. Tenho lido e colecionado os artigos da mídia que falam mal da Revolução e das Forças Armadas. Identifico três vertentes: uma vertente ideológica, que é a mais aguerrida, representada pelas esquerdas; uma outra vertente que chamo de filosófica, dos que querem mudar tudo (costumes, educação, instituições, valores nacionais); e, finalmente, a vertente que pesa mais, representada pelo pessoal do primeiro mundo, os proprietários dos nossos jornais.

A partir de 1980, verifica-se uma campanha dirigida para destruir as Forças Armadas. A mídia combate o serviço militar obrigatório, diz que não existe mais guerra, afirma que não compensa gastar nada com as Forças Armadas e que o problema do País é conseguir recursos para a pobreza. A mídia é uma demolidora dos valores morais, espirituais, éticos. Enquanto não conseguirmos um modo de barrar essa campanha sórdida que aparece na televisão e nos jornais, não vamos ter condições de fortalecer o povo, para que se contraponha a essa globalização em que só o lucro é que vale. Temos que fazer um trabalho de corações e mentes, à base do sistema cristão e ético, no qual a pessoa humana é que merece o cuidado, e não o lucro.

Finalizando, quero registrar o seguinte: é preciso que uma nova geração surja, arrebatada pela vida heróica, iluminada pelas luzes do espírito, lançando-se à luta, disposta ao sacrifício, à renúncia, à pureza e ao trabalho. É preciso que surja uma nova geração de homens livres e dignos, para reconstituir o que estiver destruído e conhecer os dias luminosos da exaltação e da glória. Cito uma frase do grande poeta Gonçalves Dias, transcrita no livro *O Ritmo da História*, de Plínio Salgado: "Mas um dia virá bem longe, e os teus livres serão."

Tenente-Coronel Artur de Freitas Torres de Melo

- Natural da Cidade de Fortaleza, CE.
- Representação Militar – Representante do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) junto: ao Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel); à Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE) e à Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço (NASA).
- Missão Internacional – Delegado do Brasil na Conferência da União Internacional de Telecomunicações (UIT), em Genebra, Suíça.
- Principais funções públicas e civis: Chefe do Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos (DTUI), de Brasília; Superintendente da Televisão Educativa do Estado do Ceará (TVE).
- Principais cursos: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); e Engenharia Eletrônica no Instituto Militar de Engenharia (IME).
- Em 1964, na eclosão da Revolução, era Major e cursava Engenharia Nuclear, no IME.

Entrevista realizada em 21 de junho de 2001.

No início de 1963, integrando um grupo de oficiais-alunos do Instituto Militar de Engenharia, IME, participei de reuniões que tinham o propósito de examinar a situação salarial e o posicionamento da classe militar face às provocações do Presidente João Goulart que, temerariamente, agitava o País e atingia a sociedade como um todo.

Preparamos um trabalho minucioso e extenso, destinado a todos os oficiais-generais sediados no Rio de Janeiro, inclusive ao então Ministro da Guerra. Sem resposta, começamos, então, a nossa escalada, buscando, na Vila Militar, oficiais da ativa. Em Deodoro, conseguimos reunir mais de cem capitães que freqüentavam a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Entre as Unidades principais, fomos à Brigada Pára-quedista em busca de apoio dos oficiais de baixa patente. Várias assembléias foram realizadas nos clubes militares da Aeronáutica, da Marinha e do Exército.

No dia 3 de julho de 1963, ocorreu o encontro definitivo: a grande assembléia do Clube Militar, com a presença de mais de dois mil oficiais. Na realidade, a primeira contestação militar ao Governo do Presidente João Goulart. O Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, após esta assembléia, por ordem do Presidente da República, prendeu inúmeros oficiais, entre os quais eu me encontrava por haver pronunciado o discurso de maior impacto. Fomos recolhidos às fortalezas de São João, Rio Branco e outras do Rio de Janeiro, inclusive o meu irmão José – o então Capitão Torres de Melo – e o General Maggessi (Augusto da Cunha Maggessi Pereira), presidente do Clube Militar, por seus pronunciamentos durante a assembléia, assim como outros oradores. Também não foram exceção os nossos companheiros do IME porque, em solidariedade à minha prisão e à do José, redigiram e divulgaram uma carta de intimidação ao Governo do Presidente João Goulart.

Sobre esses fatos escrevi um livro intitulado *Marcas do Destino e da Revolução de 1964*, onde apresento vários episódios vividos antes, no início e depois da Revolução consolidada. Em 1964, não houve uma Revolução, mas uma reação ao comportamento de um desastrado Presidente da República. Não creio que existisse um plano ou qualquer projeto político que norteasse as autoridades militares com esse objetivo e, nessa linha de raciocínio, não caracterizo a marcha militar que partiu de Minas Gerais, sob o comando dos generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, como um ato revolucionário.

O ciclo dos presidentes militares, embora impactante no desenvolvimento de alguns setores, não produziu uma reforma política verdadeiramente revolucionária. Apesar de hoje sermos chamados de ditadores, de tiranos, os presidentes militares governaram com os políticos, e o que é pior, com todos os vícios deles, em destaque

a subserviência. Enquanto isso, os líderes de oposição, alguns homens de grande valor, inteligentes, sérios e honestos, foram sacrificados pelos subservientes, que ficaram a serviço do Poder.

A prorrogação do período de cassação dos direitos políticos de vários homens públicos foi uma ação direta da classe política. O Presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marcílio, sugeriu a sua ampliação de dez para vinte anos. Cumprido o afastamento político, permitiu-se que os exilados – em grande parte na África e no Chile – retornassem como se fossem heróis.

Convém lembrar que o Governo do Marechal Costa e Silva, sentindo a necessidade do apoio da Imprensa, houve por bem oferecer todas as facilidades para a criação, com dinheiro americano, da *Rede Globo de Televisão*. Ainda tentei intervir, como membro do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), mas de nada adiantou: o "monstro" foi criado e, mais adiante, voltou-se contra o criador. O Presidente Figueiredo ainda tentou, no seu governo, criando novas redes de televisão, diminuir o poder da emissora que se concedera à família Marinho, hoje o maior colégio eleitoral do País.

Tenho de lastimar o despreparo dos militares para mudar o curso da História. Não obstante os exemplos do passado, em termos políticos, os governos militares retornaram, com as eleições indiretas, à década de 1930. Lastimo que o Movimento de 1964 não tivesse um ideário político, para fazer uma reforma grandiosa, sobretudo no Poder Legislativo e no Poder Judiciário, que fosse capaz de evitar, com a gangorra, com o peso do Poder começando a faltar, a volta da prevalência dos maus políticos e dos maus costumes políticos.

Hoje, assistimos a esse descalabro! Pelo menos, algum político ou jornalista, recentemente, lembrou que estamos muito próximos do ano de 1963, porque esses exilados, criminosos, assassinos, voltaram e outra vez envolveram o Poder da República, assustando a sociedade do nosso País.

Do panorama político de então, a meu ver, dois fatos principais levaram à Revolução. Primeiro, a inapetência do Presidente João Goulart para governar; em segundo lugar, a utilização da baderna para afrontar as lideranças públicas que a ele se opunham. Goulart levou as massas à rua para a agitação, sobretudo nos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, justamente onde estavam as grandes expressões políticas, os mentores políticos do Movimento de 1964, os Governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto.

A impressão dominante da Nação era que naquilo tudo havia um objetivo determinado. Apesar da inexistência de um projeto nacional de reformas com conteúdo e liderança, o Presidente pretendia poderes especiais, a fim de influen-

ciar o Congresso Nacional com vistas à aprovação de medidas que favorecessem a implantação de uma república sindical.

Havia, entretanto, a influência marcante do Senhor Leonel Brizola, cunhado do Presidente e principal mentor das "reformas de base", pelas quais Jango esperava promover a mudança do sistema de Governo. O Presidente João Goulart servia-se, então, do clima reformista, através da agitação e dos comunistas entranhados no seu Governo, na expectativa de concretizar o seu "plano".

Hoje, tenho a nítida impressão de que, naquele momento, o Presidente João Goulart confiava que os oficiais-generais que lhe serviam muito bem, num determinado momento, em vista da agitação crescente, com o País em conflito permanente, tentassem fazer o que fizeram os Generais Mourão Filho e Carlos Luís Guedes. Só que eles não partiram para a ofensiva, e a sublevação acabou não ocorrendo, como talvez estivesse esperando o Presidente.

Sem ser comunista, muito pelo contrário, Goulart era latifundiário, proprietário de extensas glebas de terra no Uruguai e Rio Grande do Sul, o que ele, realmente, volto a insistir, tentava, era consolidar a sua autoridade. Tirando proveito dessas manifestações, quem sabe, obtivesse os poderes especiais a que me referi.

Estou convencido de que fomos nós, os oficiais daquele pequeno grupo que citei anteriormente, que, ostensivamente, criamos uma consciência no meio militar, para que não houvesse apoio a qualquer comandante que tentasse se contrapor à marcha das forças que partiram de Minas Gerais, no início do Movimento de 1964. Enfatizo que a anarquia, a desordem e as provocações – sempre com a participação de líderes comunistas, que eram os mais radicais – violentaram a consciência nacional e foram determinantes para o desencadeamento da Revolução.

A esse tempo, a Igreja tinha uma posição marcante, sobretudo no Nordeste; as "Ligas Camponesas" e o Governador Miguel Arraes estimulavam a agitação do homem do campo. A fé, pela participação da Igreja, começava a ser atingida. Tudo isso, para mim, contribuiu para o início do Movimento de 1964. Felizmente, os generais que partiram de Minas Gerais não encontraram, ao longo da caminhada, nenhuma tropa de reação. Na realidade, puseram-se em marcha sem que o Exército, deliberadamente, tivesse planejado o Movimento.

A partir do momento em que as Forças Armadas, com segurança, tomaram posse do território nacional e da política, inclusive com a escolha do Presidente da República, passamos a interpretar os sentimentos de toda a Nação. Lembro-me de que, no Rio de Janeiro, no dia 1º de abril de 1964, na missão de ocupação do Contel, com um grupo de oficiais do IME, fardados e armados, ao passar pela Avenida Rio Branco em direção à Avenida Presidente Vargas, fomos,

por diversas vezes, aplaudidos pelas pessoas que acenavam do alto dos prédios daquela zona comercial.

Sobre o comportamento dos congressistas, sabe-se que, embora inferiorizados com algumas cassações, os parlamentares de oposição continuaram desafiando diretamente o poder militar. Eu mesmo participei de dois episódios, que estão descritos no meu livro, como a ocupação da Cidade de Goiânia, no final de novembro de 1964, com a deposição do Governador Mauro Borges. Essa foi uma ação direta de que participei como superintendente do DTUI, depois Companhia Telefônica de Brasília.

O segundo episódio, também, resultou de contestação e ocorreu em outubro de 1966. O Presidente da Câmara dos Deputados, jurista Adauto Lúcio Cardoso, entendia que as cassações de dois, três ou quatro deputados, que se processavam de vez em quando, teriam que ser homologadas pelo Congresso. Promoveu, então, uma "vigília cívica", que terminou com a rápida intervenção militar, por volta de cinco ou seis horas da manhã.

O Poder Judiciário permaneceu ileso; ninguém tocou na Justiça, que, a meu juízo, deveria ter passado por uma reforma radical. Por isso, insisto, não fizemos uma Revolução, pois não mudamos os costumes políticos, não mudamos a Justiça, Poder que estava e continuou arcaico, sem servir à Nação.

Com relação aos principais líderes da Revolução, não resta dúvida de que os Governadores do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda; de Minas Gerais, Magalhães Pinto; do Paraná, Ney Braga, e, até sob suspeição, o de São Paulo, Adhemar de Barros, deram suporte político à deposição do Presidente João Goulart. Entre os militares, destaco aquele grupo pequeno de capitães e alguns tenentes. Não me aproximei de chefes maiores, mas tive um convívio muito próximo com o então Tenente-Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, que, depois, viria a ser Presidente da República. Mas nunca ouvi dele qualquer referência aos chefes militares do Movimento de 1964. Sei que o General Castello Branco, num certo momento, como Chefe do Estado-Maior do Exército, lançou um manifesto com algumas observações sobre o Governo do Senhor João Belchior Marques Goulart.

Alguns afirmam que a Revolução teria recebido ajuda externa, dos Estados Unidos. Dentro do nível das nossas patentes era impossível saber algo a respeito. Entretanto, podemos fazer algumas considerações, a fim de tirarmos nossas próprias conclusões. Depois da Revolução Comunista de 1917, na Rússia, a mesma expandiu-se pelo mundo e, aqui no Brasil, o ex-companheiro que nos traiu – Luís Carlos Prestes – organizou e fez realizar a Intentona Comunista de 1935.

Desde então, os militares brasileiros, convictos do perigo marxista, dispensavam qualquer orientação alienígena para a adoção de iniciativas associadas ao

interesse nacional. Por seu turno, os Estados Unidos tinham todo interesse em preservar da sanha comunista não apenas o Brasil, mas toda a América Latina, principalmente os países do Cone Sul. Esse objetivo americano era facilmente perceptível, em face da guerra surda que mantinham contra a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Sob esse enfoque, todos fomos beneficiários, vez que a dominação comunista seria terrível para o mundo, e não somente para este ou aquele país, esta ou aquela região, este ou aquele continente.

Com relação ao apoio da mídia, especificamente, não posso deixar de lembrar que para a convocação da Assembléia do Clube Militar de 3 de julho de 1963, tivemos a participação do tablóide *A Noite*. Em reuniões que muitas vezes avançavam pela madrugada, conseguíamos que o jornal esperasse pela manchete e a matéria da primeira página do dia seguinte.

De modo geral, a imprensa brasileira pouco nos ajudava, excluindo-se, de um lado, a *Tribuna da Imprensa*, jornal de propriedade do Governador Carlos Lacerda e do jornalista Hélio Fernandes, eficaz no combate ao desgoverno do Presidente João Goulart e, de outra parte, os *Diários Associados*, incluindo a *Televisão Tupi*, que, sempre simpáticos, de vez em quando abriam uma janela dentro do noticiário, com alguma coisa a nosso favor. Com relação aos demais órgãos da comunicação, quantas tentativas fizemos, por exemplo, junto ao jornal *O Globo*, sem nada conseguir. Pouco antes da eclosão do Movimento de 1964, recordo muito bem, a edição daquele periódico trouxe, na primeira página do primeiro caderno, a fotografia do Presidente, portando a faixa presidencial e a manchete "O grande estadista".

Um outro questionamento refere-se à aplicação do termo "Revolução" para definir o Movimento de 31 de Março de 1964. Conforme já afirmei, essa expressão não está muito bem colocada. Entendo que tenha ocorrido um Movimento para a deposição de um presidente desastrado. E só lamento que ao nos ocuparmos demasiadamente da administração do País, tenhamos nos esquecido do nosso meio militar. Depois de vinte anos no Poder, não surgiu um líder para dar continuidade ao processo revolucionário, como ocorreu com o Presidente Getúlio Vargas que, da Revolução de 1930, mais adiante tornou-se Presidente da República pelo voto direto.

Acerca de ações de guerrilha e de terrorismo, em que pese a tentativa de não se tratar objetivamente dessas questões, sabe-se da ocorrência de alguns incidentes marcantes e registros até bárbaros, como aquele que tirou a vida de um sargento da Aeronáutica. Desavisado, mantivera um preso político com as algemas à frente do corpo, e não às costas, possibilitando ao preso tirar-lhe a arma e atirar na sua nuca.

Pois aquele homem foi também anistiado e tornou-se juiz classista. E não se tratava de criminoso comum, mas de homicida covarde, que atirou por trás. Lastima-se que pessoas dessa estirpe se tenham tornado grandes heróis. Ainda bem que a máscara caiu e começam a descer a rampa.

Infelizmente, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) me afastou definitivamente do processo revolucionário. Entendo que ele alijou as lideranças inteligentes do País. Eu estava muito envolvido com os Governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, e buscávamos insistentemente uma saída civil, para sucessor do General Costa e Silva, alguém que tivesse uma experiência marcante como dirigente de um Estado. Por isso, a meu juízo, o AI-5 foi a grande quartelada do Poder militar do Movimento de 1964. Além de Carlos Lacerda, esvaziou-se um grupo muito ativo, "o grupo dos coronéis", integrado, entre outros, pelo Coronel Francisco Boaventura Cavalcante, que freqüentemente reunia seus integrantes com o objetivo de oferecer, procurar, propiciar um novo rumo, uma mudança política para o nosso País.

Diferentemente do AI-5, a criação dos órgãos de informações e de operações revelou-se oportuna e necessária. Eu mesmo utilizei os seus serviços. Ao deixar o serviço ativo do Exército, ingressei na iniciativa privada e, como empresário, realizando serviços de redes telefônicas, era comum receber proposta de corrupto, que dizia: "O senhor mede dois quarteirões, mas só faz um; e a gente racha o que for pago a mais, na metade." Essas propostas eu as repassava para o Serviço Nacional de Informações (SNI). Os órgãos de informações impediam o que, hoje, tornou-se rotina no País: a corrupção. Não podemos aceitar, por exemplo, que membros do Congresso Nacional com "fichas" tão sujas e sob acusações as mais deploráveis possam olhar nos nossos olhos e tornar-se dirigentes da Nação.

Também entendo que a Revolução muito se demorou no exercício do Poder. Num espaço menor de tempo, poderia ter empreendido combate mais efetivo e eficaz à corrupção, em todas as áreas, públicas e privadas, elegendo tal combate como um dos objetivos nacionais.

Como partícipe da Revolução não quero criticar o governo dos militares, porque as realizações foram muitas, há coisas muito positivas. Contudo – é necessário que se diga – o retorno dos ativistas e dos militantes criminosos, dos "luminares" e dos "heróis", todos cheios de saudades, não melhorou, em nada, o nosso País. Atualmente, com os pseudodemocratas no Poder, o Brasil está à deriva. Entretanto, como frisei, as realizações dos governos militares superam, em muito, os aspectos negativos. Na área social, por exemplo, a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) permitiu a construção de inúmeros conjuntos habitacionais Brasil afora, dentro de uma engenharia simples e barata. Sem considerar que houve,

concomitantemente, uma ação muito positiva na ocupação de terras devolutas que estavam sem atender qualquer finalidade.

O setor de telecomunicações teve um impulso tremendo durante os governos militares. Antes, não tínhamos condições de fazer qualquer comunicação entre os Estados ou entre o Brasil e um outro país. A Revolução de 1964 mudou tudo isso, com uma realização muito ampla no setor da telefonia fixa e no setor de interurbano.

Outro ponto marcante foi a ampliação da malha rodoviária do País, através dos Grupamentos de Engenharia, sobretudo nas regiões mais carentes, política que, hoje, praticamente inexiste, mesmo sabendo-se que, em países desenvolvidos, determinados campos de atividade, como a engenharia de barragens, por exemplo, está entregue ao Exército; este é o caso dos Estados Unidos.

Não se pode negar a participação valiosa das Forças Armadas, particularmente do Exército, no processo de construção e desenvolvimento do nosso País, sendo o período revolucionário, mais recentemente, responsável pela inserção da economia brasileira entre as oito primeiras do mundo. Nesse contexto, evidenciou-se a busca da independência energética, com a construção de grandes barragens. Itaipu bem o atesta.

Também gostaria de me referir a um tema bastante explorado para atacar as Forças Armadas e os governos militares, tratado, infelizmente, de maneira superficial e até irresponsável: a censura. Não se pode negar a presença do censor, durante os governos militares, nos meios de comunicação e entre algumas atividades ligadas a expressões artístico-culturais. O grande equívoco persiste na exploração sensacionalista, deliberadamente distante da verdade, tudo isto facilitado, por um lado, pela alienação e ignorância da população, e por outro, pela curta memória do brasileiro, condições excepcionais à manipulação a que vimos assistindo.

Quanto à tortura, irmã gêmea da censura, no esforço de muitos para denegrir o prestígio das Forças Armadas, por meio de patrulhamento explícito, eu nunca vi. Fui preso em 1964 pelo Governo João Goulart, passei quinze dias recolhido à Fortaleza de São João, sem direito a sair de uma área limitada ao refeitório e a um apartamento. Segundo o raciocínio da esquerda, também eu estaria sendo torturado, porque durante aquele período não pude receber qualquer tipo de visita familiar. As únicas visitas permitidas eram de militares fardados.

A propósito, devo confessar que sou radicalmente contra a tortura, mas a censura não deveria ter acabado. Em virtude da censura é que muitos artistas, muitos autores, diretores de televisão e de teatro, jornalistas, hoje são aposentados, sob o pretexto de que foram impedidos de se realizar profissionalmente. E,

atualmente, a Nação está submetida à convivência com a pornografia sem limites, predominante na televisão brasileira.

Também muito se tem falado em "ditadura militar" e "anos de chumbo", o que nos dá uma sensação de coisa pesada. Eu não vi nada dentro do meu País que possa caracterizar os "anos de chumbo". Participei do governo, passei três anos em Brasília, quase dirigindo a Companhia Telefônica, sem qualquer tipo de autoritarismo, com toda liberdade e respeito ao funcionário mais humilde.

Um outro aspecto muito importante da Revolução diz respeito à maneira ilibada com que os presidentes militares administraram o País. Com mais de vinte anos no governo, não se aproveitaram da situação para auferir quaisquer vantagens. Não houve qualquer tipo de aproveitamento. Até costumo dizer que, na nossa formação militar, existe um escrúpulo exagerado com a probidade. A gente tem a sensação de que não pode sequer comprar a prazo, se não tiver o dinheiro no banco para cobrir a prestação, com receio de tirar proveito de alguma coisa. Então, como resultado da formação familiar, complementada pela formação nas escolas militares, nós só fizemos perder com a Revolução. Até um certo benefício que a legislação do imposto de renda concedia aos militares foi eliminado. E agora, neste Governo, não temos direito a nada, a não ser perder direitos.

Em face da nossa formação militar, que nos leva ao compromisso de amar a Pátria e de respeitar o seu povo, é triste constatar o descaso e a indiferença a que todos estamos submetidos, situação que nos constrange e nos faz sofrer. Para romper os grilhões da subserviência, do rancor e do "revanchismo", não vislumbro outra saída senão harmonizar os brasileiros bons e autênticos, levando-os a refletir sobre a grave necessidade de sairmos do atraso, elevando nossos níveis educacionais e restaurando o nosso sentimento nativista, bem como a ética, a moral, o amor à verdade e os bons costumes políticos. O País precisa trilhar este caminho.

Ao concluir minha participação neste Projeto, tão importante para restaurar a verdade histórica sobre o Movimento de 1964, gostaria de me dirigir, primeiro, aos meus companheiros do Exército, deixando claro que participei do Movimento com desassombro, nos seus momentos mais difíceis. E corri riscos para que a deposição do Senhor João Goulart se efetivasse. Revolucionário de primeira hora, jamais poderia colocar-me em campo oposto às minhas convicções.

Como afirmei anteriormente, as minhas restrições ao Movimento são doutrinárias, muito mais de ordem filosófica, pois contrárias, de um lado, ao tempo de permanência dos militares no Poder e, de outro, à inexistência de um ideário imanente ao Movimento. Os militares estavam bem preparados, como estão, para assegurar a ordem interna, constitucional, mas não para ocupar a direção do País.

O Presidente Castello Branco, o único com visão de estadista, percebeu as possibilidades e deficiências e, cônscio da missão a cumprir, tentou delimitar o período revolucionário a partir da sua própria sucessão, sem êxito. Por conseqüência, os grandes líderes vieram a ser expurgados e, com eles, os últimos idealistas. Nenhum sucessor, entretanto, teve a sua escolha fora dos restritos padrões militares.

Por isso, aos mais jovens eu diria que se a gangorra voltar, se for preciso um novo período de governo militar, espero que o seja apenas para a correção de rumos ou para rápidos ajustes institucionais. Sempre e unicamente para fortalecer e aprimorar a democracia.

Todavia, tenho a esperança de que a introdução da urna eletrônica no processo de votação e apuração das eleições, no nosso País, seja um sinal e um aliado confiável no combate aos maus costumes políticos e à corrupção. Do mesmo modo, ao observar o comportamento dos meus netos, tenho confiança de que a juventude inteligente e sadia, as próximas gerações, persigam com determinação a transformação do perfil do caráter nacional.

Finalmente, passo às mãos do coordenador do Projeto de História Oral, no Ceará, um exemplar do meu livro *Marcas do Destino e da Revolução de 1964*, para, se possível, constituir-se anexo e complemento às minhas declarações.

Tenente-Coronel Affonso Taboza Pereira

- Natural da Cidade de Itapajé, CE.
- Cursos militares: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Instituto Militar de Engenharia (IME) – Engenharia de Construções; e Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Estagiou no Centro de Pesquisas *Waterways Experiment Station* (WES), em Vicksburg/EUA.
- Principais cargos e funções militares: subalterno do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, Teresina, PI, destacado na 1ª Companhia de Construção (1ª Cia Cnst), em Campo Maior, PI; estagiário, em missão nos Estados Unidos, do *US Army Corps of Engineers Waterways*; Chefe da Comissão Regional de Obras da 10ª RM (CRO/10).
- Principais atividades civis: empresário nas áreas da construção civil e indústria de alimentos; vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará (Sinduscon/CE); diretor da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC).
- Produção Intelectual: entre outros, dois trabalhos sobre pavimentação asfáltica de estradas e aeroportos, quando estagiário no WES/EUA.
- Em 1964, era 1º-Tenente, aluno do IME.

Entrevista realizada em 27 de setembro de 2001.

Vou fazer um esforço de memória no sentido de reconstituir fatos que vivi, vi acontecer ou cujo desenrolar acompanhei pelos noticiários da imprensa, nesses últimos quarenta anos, relacionados com a Revolução de Março de 1964. Evidentemente, haverá lapsos, pois um período de quarenta anos é um tempo muito longo para que se retenha na memória fatos, mesmo vividos, mas que não tivemos a preocupação de deixar registrados num diário ou num arquivo qualquer.

Inicialmente, queria reportar-me aos antecedentes da Revolução de 1964 e dizer que, a meu juízo, a Intentona Comunista de 1935, dentre as causas remotas, foi a mais forte e a mais próxima. Por quê? A Intentona Comunista expôs, para o Brasil e para os brasileiros, a face cruel do comunismo: da traição, da falta de respeito aos princípios morais e de dignidade humana mais comezinhos. As Forças Armadas, que sofreram na pele o ataque dessa felonia, e a população brasileira como um todo ficaram com ojeriza ao comunismo.

O costume, a prática anual de homenagear as vítimas da Intentona fez com que as gerações mais antigas transmitissem às mais novas a crueldade e a frieza daquele episódio praticado por irmãos de armas e fez brotar, no seio da população, particularmente nos militares do Exército, a aversão à ideologia comunista. Os mais velhos, os que fizeram a Revolução de 1964 viram, viveram aqueles dias, e os mais novos, como eu, que era primeiro-tenente, estávamos conscientizados, graças a Deus.

Havia uma crise permanente no País, política e militar, e vários movimentos armados aconteceram entre as décadas de 1930 e 1950, mas nenhum deles, à exceção da Intentona Comunista, na minha avaliação, pode ser apontado como causa da Revolução de 1964. Foram atribulações decorrentes do campo político-militar, bastante confuso, daquela época. À exceção do movimento que colocou Getúlio no Poder, todos os demais foram episódicos, tentativas frustradas de tomada do Poder.

Em 1964, havia um ingrediente especial que não existiu nos outros: a ameaça da implantação por meio político-eleitoral do comunismo no Brasil, processo que a eleição presidencial de 1960 tornou evidente. Disputada por dois candidatos, o General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, que encabeçava a chapa do Partido Social Democrático (PSD) e tinha como companheiro, candidato a Vice-Presidente, João Goulart, que era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o outro candidato, da União Democrática Nacional (UDN), Jânio Quadros, cujo companheiro de chapa era Milton Campos. A chapa Jânio-Milton Campos era tida como de direita ou "entreguista", como se dizia naquela época, e a chapa do General Lott e João Goulart era uma chapa com tendência de esquerda.

É interessante observar que o General Lott, ministro todo-poderoso do Presidente Juscelino, e homem de grande prestígio no Exército, pendeu para a esquerda. Em meio à disputa eleitoral, na sua boa-fé, na sua crença, fora distinguido com uma espada de ouro, episódio que os militares não aceitaram de bom grado. Na verdade, um fato com reflexos negativos para as Forças Armadas e para o General Lott. Apuradas as eleições – à época votava-se no candidato a Presidente e no candidato a Vice-Presidente, separadamente – foram eleitos Jânio Quadros e João Goulart, considerados, o primeiro, de direita, e o outro, de esquerda. Assim, na ausência do Presidente, o Estado seria conduzido pelo Vice-Presidente, com tendência para desfazer tudo aquilo que teria sido construído pelo primeiro, em termos de política interna.

Logo no começo do Governo, o Presidente Jânio Quadros apresentou um sistema de administração e de condução da política do País que não correspondia à esperança que nele se depositara. Em vez de mergulhar no âmago dos problemas que afligiam a Nação, ocupou-se de assuntos insignificantes ante a importância do cargo: a proibição do lança-perfume, do biquíni e das brigas de galo. Decepcionou a todos os que nele votaram ao condecorar o guerrilheiro Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul.

Sete meses depois, em 25 de agosto de 1961, eis que o Presidente Jânio Quadros apresenta a sua renúncia ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade, gerando um problema institucional muito sério. João Goulart, que deveria substituí-lo, por ser o Vice-Presidente da República, encontrava forte reação por parte das Forças Armadas, resultado de suas posições políticas ostensivamente hostis à democracia. E, coincidentemente, estava em visita à República Popular da China. Ademais, não se tratava de um estadista, mas tão-somente de um rico fazendeiro gaúcho que fez política à sombra de Getúlio Vargas.

Felizmente, os nossos políticos, com afinco e inteligência, articularam um artifício, transformando a forma de governo. E assim tivemos um regime parlamentarista, o que permitiu a posse de João Goulart, evitando-se um confronto no seio das Forças Armadas. Lá mesmo em Campo Maior, município do Piauí, onde construíamos a estrada de ferro ligando Teresina a Piripiri, o Comandante da minha Companhia era nitidamente favorável à posse de João Goulart. Ele dizia estar com a legalidade. E não se pode culpá-lo por isso.

Jango, entretanto, não se contentou em ficar no parlamentarismo. Começou a tecer a volta do regime presidencialista e, através de um plebiscito, ganhou com larga maioria, mas o seu Governo foi um pandemônio, um pesadelo. Não sendo líder, o seu Governo ressentiu-se de lideranças capazes no Congresso Nacional. Enfim, o

Governo de Jango não tinha conteúdo e muito menos um projeto para o País. Para mim, ele foi levado de roldão pelas forças de esquerda, até chegar à Presidência da República. A sua competência não ia além da porteira da estância.

Agora, uma observação. Entre 1962 e 1963, estava em Campo Maior, PI. Enquanto o meu Comandante de Companhia defendia a legalidade, como disse há pouco, o Comandante do nosso Batalhão alertava para os riscos que a posse de João Goulart representava para o País. Isto ficou evidente através da visita que nos fez – eu era Segundo-Tenente, chefe da residência de construção da ferrovia Teresina–Piripiri, a sessenta quilômetros de Campo Maior. Recebi ordem para reunir os funcionários civis do batalhão, cerca de duzentos, que trabalhavam na construção. Na sua exposição, falou longamente a respeito da importância das eleições para a vida do País, dos perigos do regime comunista, do perigo de se eleger pessoas que fossem ou estivessem a serviço dos comunistas. Inclusive, apresentou uma relação de candidatos do Piauí que, na sua visão, não deviam ser votados por estarem a favor da ideologia comunista.

Narrei esse episódio para demonstrar a efervescência que a Nação vivia, presente em toda parte, até mesmo no meio militar. De fato, existia o temor no seio da população, que sofria as angústias do dia-a-dia com a paralisação dos transportes coletivos, por exemplo, e a incerteza do rumo político que se queria imprimir ao País. Aqui, reside, com certeza, uma outra razão por que as Forças Armadas deflagraram a Revolução. Sensíveis aos apelos da sociedade, patente na movimentação dos governadores e nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, apenas interpretaram a vontade nacional.

Em 1964, 1º-Tenente, cursando o Instituto Militar de Engenharia (IME), na Praia Vermelha, vi de perto a inquietação que havia no Rio de Janeiro, centro nervoso do País. Morava no edifício Praia Vermelha, que abrigava as famílias dos alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e do IME. Aqueles primeiros dias do ano foram de tumulto total. Pipocavam greves pra todo lado, a toda hora. Greve da água, greve da luz, greve do gás – no Rio de Janeiro, o gás é encanado. À notícia da greve do gás ou da água corria-se para o supermercado na busca de alimentos que não precisassem ser cozidos, e corria-se a encher banheiras, baldes, panelas, copos – o que pudesse – pois ninguém sabia quando a companhia de água, que era estatal, voltaria à normalidade. Era um inferno.

No IME, não sentimos o problema da indisciplina porque, como alunos, não tínhamos subordinados, éramos responsáveis por nós mesmos. Mas sabíamos que nos quartéis havia problemas sérios de indisciplina. Certo dia, perto do Iate Clube, na Avenida Pasteur, encontrando um amigo, Capitão-Tenente que servia numa Uni-

dade da Marinha, no Rio de Janeiro, ele me contou que partira para a luta corporal com um cabo, seu subordinado, que se recusara à ordem de faxina.

Ora, quando uma Força Armada chega a uma situação dessa natureza, é sinal de que estamos diante de uma crise. Pois se a disciplina e a hierarquia – esteios da instituição militar – deixam de existir, algo vai muito mal. Infelizmente, era este o quadro precedente à Revolução. Oficiais da alta hierarquia das Forças Armadas, principalmente do Exército e da Marinha, davam-nos maus exemplos. O Almirante Aragão, Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, era chamado de "almirante do povo".

Para a eclosão do Movimento de 1964, alguns episódios foram decisivos. O primeiro deles foi o comício da Central do Brasil, no dia 13 de março; o segundo foi o motim dos marinheiros e fuzileiros, no sindicato dos metalúrgicos, de 20 a 26 de março; e o terceiro, a reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, no dia 30, com a presença do Presidente da República. Todos esses acontecimentos ocorreram no Rio de Janeiro e foram alvos de ampla divulgação por parte da imprensa.

Lembro-me muito bem das reportagens, ao vivo, do comício da Central do Brasil. Havia centenas de faixas do Partido Comunista e de organizações como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA), da esquerda radical. Viam-se funcionários da Petrobras, de macacão com as logomarcas da empresa, portando cartazes subversivos. A gente sentia que o País não podia ir muito longe naquele estado de coisas. Sobre a reunião dos sargentos, no Automóvel Clube, a televisão também transmitiu ao vivo, o Presidente cercado de sargentos. Gritos, euforia, estado de ânimo do "já ganhamos".

A euforia da esquerda só se comparava à nossa decepção e tristeza. Mas tínhamos um alento: a batalha travada pelo Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que desmontava o Governo por meio de artigos e discursos. E o Governador de Minas, Magalhães Pinto, que também era favorável à Revolução. Outro fato alentador era ligar a *TV Tupi*, à noite, e ouvir o editorial escrito por David Nasser, grande jornalista, lido com muita ênfase pelo locutor Gontijo Teodoro.

Nos últimos quatro ou cinco dias que precederam o 31 de Março houve, na Praia Vermelha, um sopro de esperança. Havia grande movimentação de alunos da ECEME e alguns do IME. Soubemos que estava em curso um movimento e, dizia-se, o General Castello Branco à frente, o que nos enchia de confiança, porque aquele homem era uma espécie de ícone do Exército. "Se é o Castello, a coisa é pra valer", a gente pensava. O Marechal Odylio Denys estava na reserva, mas fazia a ligação entre alguns governadores e os comandos das Grandes Unidades (GU). Entre o IME

e a ECEME, pelos próprios alunos – o Major Eliano Moreira de Sousa, secundado pelo Major Hallo Rinck Ribeiro.

Os dias 31 de março e 1º de abril foram muito tensos. Sacos de areia foram colocados pelos alunos do IME, como defesa. Os oficiais da ECEME e do IME – todos foram para a praça – tinham a missão de defender as instalações militares e suas famílias, alojadas, como disse, no edifício Praia Vermelha. O armamento era individual, revólver e pistola. Falava-se, não se sabia se era verdade ou boato, que os fuzileiros navais estavam deslocando-se para invadir a Praia Vermelha, e também – as emissoras de rádio teriam noticiado – iam invadir o Palácio Guanabara.

O Governador Carlos Lacerda estava lá, guardado por tropas da Polícia Militar e por grande número de voluntários civis, seus admiradores. Entre estes, uma pessoa muito ligada a mim, tio da minha mulher, José Milton Ferreira Gomes, comerciante em Copacabana, falecido há dois anos. Admirador de Carlos Lacerda, decidira emprestar-lhe apoio e solidariedade. Realmente, a maior preocupação de todos nós, se os fuzileiros invadissem a Praia Vermelha, era com as nossas famílias, com a leva de pessoas desordeiras que poderiam vir depois.

Tratei, então, no dia 31 de março, de levar minha esposa, que estava grávida do meu primeiro filho, para o apartamento em Copacabana, e fiquei sozinho na Praia Vermelha. Se acontecesse algo, seria comigo, e não com ela. Falou-se, certa ocasião, que o Coronel Zílio, administrador do edifício Praia Vermelha, subira o morro da Urca com um grupo de oficiais da ECEME e apreendera algumas metralhadoras que os fuzileiros navais estariam instalando por lá. Comentou-se, mas não sei se é verdade. De fato, apareceram umas metralhadoras, mas não sei se eram as tais.

Num determinado momento, irrompe na Praia Vermelha, vindo pela Avenida Pasteur, um carro de combate. Logo pensamos que chegara a hora da invasão dos nossos domínios, preocupação que se dissipou quando avistamos o Capitão, em pé, em cima do tanque, com os braços estendidos e acenando alegremente para nós. Percebemos que era gente amiga e, a partir daí, ficamos felizes.

Havia, pelo menos, um carro de combate para ajudar os nossos revólveres na defesa, da Praia Vermelha, euforia comparada à alegria que tivemos quando as estações de rádio divulgaram a fuga do Jango. Lembro-me como se fosse hoje, eu estava na calçada do edifício Praia Vermelha. De repente, quase correndo, eufórico e abrindo os braços, vejo o tio Milton, tio da minha esposa, que me fora dar um abraço. "De onde vens, Milton?", perguntei. – "Do Palácio Guanabara, onde estava para defender o Lacerda." E disse mais: "E tinha muita gente", referindo-se aos amigos que, solidários, também tinham ido defender Lacerda. E concluiu: "Vou

pra casa, minha mulher não tem a menor idéia de onde estou, nem o que ando fazendo nestas horas todas". Abracei-o demoradamente, e disse: "Obrigado, tio Milton. Agora o meu filho pode nascer, estamos num País livre!."

Dilúvio de papel picado nos prédios da Zona Sul do Rio de Janeiro e "buzinaço" foi o que se viu naquela tarde do primeiro dia de abril. Era a resposta, a saudação do povo do Rio de Janeiro ao Movimento revolucionário, que destronava Jango e eliminava a ameaça comunista ao nosso País.

O ciclo dos presidentes militares, dividi-lo-ia em duas fases. A primeira seria do General Castello Branco até o General Emílio Médici, e a outra, do General Ernesto Geisel e do General João Baptista Figueiredo. A primeira fase caracterizou-se pela recomposição da economia e início da construção da infra-estrutura do País. A segunda fase do ciclo destacou-se pela complementação da infra-estrutura, pela distensão política – que teve início no Governo Geisel e consolidou-se no Governo Figueiredo – e também pelo início de dificuldades econômicas, como a retomada discreta, mas firme, da inflação, e a queda do PIB.

Vamos começar por Castello Branco, um democrata convicto, desprovido de vaidades e de ambições. A excelência de suas qualidades – vou externar uma opinião pessoal – favoreceu algumas falhas, logo no início da Revolução. As forças de esquerda, organizadas e vivas, surpreendidas pela Revolução, não puderam se recompor, e Jango fugiu. Dever-se-ia, então, estabelecer um mandato para o Presidente Castello Branco, em vez de completar o período do Governo João Goulart. Estávamos vivendo uma nova ordem, não havia necessidade de completar o mandato de quem fora deposto. Aquele era um regime velho e apodrecido, estávamos começando vida nova. Então, esse foi o erro patente.

Não obstante vitoriosa, os pruridos democráticos acenderam o temor de a Revolução assemelhar-se a uma ditadura. Daí, a designação Revolução Democrática, o segundo equívoco. Sim, desculpem-me os que discordam, mas o País, a Nação, as Forças Armadas depuseram o Presidente. A Revolução foi feita para restaurar a democracia, mas num segundo passo, porque o País estava caminhando, anteriormente, para uma ditadura comunista.

Não podia ser em apenas dois anos que iríamos consertar tudo. A democracia é o melhor regime, mas exige preparação, e dois anos é um tempo muito curto. Tanto é verdade que, pouco depois, veio o Ato Institucional nº 5 (AI-5), absolutamente necessário diante do recrudescimento da violência que a esquerda desencadeara. Foram atos de terror, caracterizados por seqüestros, assassínios, assaltos a quartéis e a estabelecimentos bancários, enfim uma guerra declarada. A guerrilha do Araguaia é bem a demonstração da monstruosidade.

Evidentemente que o AI-5, a Lei de Segurança Nacional e a criação de órgãos de informações e segurança foram os instrumentos que a Revolução recorreu a fim de poder enfrentar, com eficácia e no menor espaço de tempo possível, a audácia e a impetuosidade dos adversários. Se o General Castello Branco tivesse continuado, sem tempo determinado para sair, certamente entre cinco e sete anos o País estaria organizado e em condições de eleger um presidente civil, e a História do Brasil seria outra. O governo revolucionário não teria permanecido vinte anos no Poder, e ter-se-ia evitado o desgaste.

O Presidente Costa e Silva não era um estadista, não estava preparado e era ambicioso. Sabendo que Castello tinha os dias contados, preparou-se para sucedê-lo. O Presidente Castello Branco discordava da sua pretensão, mas, infelizmente, a conjuntura político-militar levou Costa e Silva à Presidência. Acometido de doença irreversível, a Junta Militar que o substituiu escolheu o Presidente Médici que deu um impulso fantástico ao País. A economia prosperou a ponto de falar-se em milagre brasileiro. O PIB chegou a atingir 11% e a inflação baixou para 12%, índices anuais extraordinários. O Presidente Médici passou a ser apreciado pelo povo como um verdadeiro líder. Homem simples, foi certa vez ovacionado no Estádio do Maracanã, num clássico carioca. E ele nunca fez esforço para ser popular: a popularidade veio das realizações do seu governo. O Presidente Médici tornou-se simpático, também, ao povo, pelo hábito de assistir aos jogos ouvindo o radinho de pilha. Porém, a guerrilha e a perturbação da ordem levaram-no a agir com mão-de-ferro, razão por que o pessoal da esquerda chama o seu período de governo de "anos de chumbo". Para mim, "anos de ouro", anos do milagre brasileiro. E se os terroristas sofreram, foram perseguidos, os cidadãos comuns, todos aqueles que trabalhavam pela grandeza, pelo crescimento do País, experimentaram um período de prosperidade.

O Governo Geisel caracterizou-se pelo início da distensão política e, também diria, pela afirmação da soberania nacional. Ato importante nesse rumo foi a denúncia do Acordo Militar Brasil–Estados Unidos, prejudicial ao País, e o reatamento das relações diplomáticas com a China. No aspecto econômico, apesar dos esforços para dar continuidade ao Governo Médici, a conjuntura mundial não permitiu; houve o segundo choque do petróleo, razão pela qual o PIB caiu e a inflação subiu. Embora fosse uma pessoa de grande autoridade moral, o General Geisel não era autoritário. Responsável pela abertura política – lenta, gradual e segura – em janeiro de 1979 revogou o AI-5, estabelecendo as condições objetivas para que o seu sucessor devolvesse a normalidade democrática ao País.

O Governo Figueiredo deu continuidade ao ritmo de construção da infraestrutura do País, mas herdou do Governo Geisel uma inflação crescente e o PIB

em queda. Nesse período, continuou a distensão política, que culminou com a aprovação da Lei da Anistia. Os anistiados, sem querer reconhecer o mérito do Governo Figueiredo, diziam ser, a anistia, uma conquista deles.

Convém esclarecer que o Exército não se engajou na vida política por vontade própria, mas para atender ao chamamento da Nação. Começou a desengajar ainda no Governo Castello Branco, tese que talvez seja contestada por alguns estudiosos. Apesar de ser, apenas, um observador modesto, não vi o engajamento do Exército na Revolução, a não ser no episódio da Junta Militar que impediu a posse do Vice-Presidente eleito e escolheu o Presidente Médici, sucessor do General Costa e Silva, e na escolha dos presidentes pelo Alto Comando do Exército, submetida ao Congresso praticamente para homologação.

Não há dúvida de que a Revolução foi benéfica ao País, tendo sido fruto do amor à Nação. Por isso, lamenta-se quando insinuações maldosas tentam associá-la a influências externas. É claro que os Estados Unidos devem ter gostado, e sabemos que gostaram, de ver o Brasil, o maior País da América Latina, fora da rota comunista. Todavia, existe uma grande diferença entre suposição e comprovação.

Outro dado significativo é o fato de, em dois dias, a Revolução estar vitoriosa. Com a grande vantagem – fato inusitado – de não haver vidas humanas a lamentar. Além disso, acredito que, no mundo, foi a revolução de mais baixo custo financeiro. Uma outra certeza é que a Revolução foi deflagrada visando a conter o avanço do comunismo e, ao mesmo tempo, organizar o nosso País, que estava numa tremenda anarquia, numa desordem total. Não estava a soldo de qualquer ideologia.

Quanto à conceituação, em si, do Movimento de 1964, devemos denominá-la de Revolução, pois foi uma iniciativa do povo. As Forças Armadas apenas acolheram e interpretaram o desejo da sociedade. O Exército saiu às ruas na última hora – a Nação em polvorosa – e não saiu sozinho. Quem deflagrou a Revolução foi, inicialmente, Carlos Lacerda, que alertou a consciência nacional para a iminência do caos, e depois, Magalhães Pinto, com o seu manifesto – o estopim iniciador da saída de tropas dos quartéis.

Numa breve retrospectiva é fácil concluir que, não fora a Revolução, teríamos um País comunista, uma viagem quase sem retorno. Este, a meu ver, o maior, entre todos os benefícios que a Revolução nos proporcionou. Em segundo lugar, a recomposição e reordenação da economia brasileira, o que permitiu tantas realizações, em todos os campos de atividade. Vieram as hidroelétricas; as mais importantes foram Itaipu, Boa Esperança e Tucuruí; as telecomunicações; os portos e ferrovias; o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), obra do Presi-

dente Médici, em benefício do agricultor pobre, que, antes, não tinha do que se socorrer; a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), que propiciou a aquisição da casa própria a milhares de brasileiros.

Reportando-me à malha rodoviária federal, devo dizer que a engenharia de construção do Exército desempenhou um papel muito importante no seu desenvolvimento. Só aqui no Nordeste, tínhamos quatro Batalhões de Engenharia de Construção. O de Natal, por exemplo, pavimentou a BR-304, que liga Fortaleza àquela capital, até o entroncamento com a BR-116.

A aceitação e boa imagem das Forças Armadas, em particular o Exército, reveladas por pesquisas de opinião divulgadas recentemente, pode parece um milagre, aparentemente. A resposta é simples: o povo associa muito o Exército, as Forças Armadas, à Revolução, e a mesma está viva na mente das pessoas. O povo não repudia a Revolução, apesar do esforço de massacre ao Movimento da mídia de tendência esquerdista. Mas as pessoas, às vezes, mesmo parecendo incultas, sabem julgar.

Assim, a boa imagem do Exército reflete a Revolução, porque o Exército está intimamente associado à Revolução, e as pessoas têm a lembrança de uma época de fartura, uma época em que havia o chamado "milagre brasileiro". Depois da Revolução, as coisas desandaram, houve uma tal de Nova República, comandada por republicanos velhos que não funcionou. Nova no nome, mas das épocas antigas.

Acredito que livrar do comunismo um dos países de maior extensão territorial do mundo, tem para a humanidade um mérito indiscutível. Assim, a nossa dívida para com aqueles que enfrentaram e venceram esse desafio deve ser, no mínimo, a nossa solidariedade. Temos a obrigação de ser solidários com aqueles que estão sendo atacados por terem feito a Revolução, por terem trabalhado, dedicado-se, dado o melhor de si, com prejuízo pessoal e de suas famílias.

Vi na televisão, há alguns anos, um companheiro nosso de grande valor – o General Newton Cruz – defendendo-se, valentemente, da acusação de homicídio, submetido a processos na polícia, na Justiça, tendo como única testemunha um doente mental. E ninguém se levantou para defendê-lo! Eu vi isso com muita pena. Está faltando solidariedade da nossa parte para com esses companheiros. Também existe o caso de um Coronel que serviu na embaixada do Uruguai. Acusado por uma guerrilheira que depois tornou-se deputada, esse Coronel perdeu o cargo que ocupava na embaixada e encerrou precocemente a sua carreira. Depois escreveu um livro, abordando a sua atuação. Deveríamos encontrar uma maneira de ajudar, as empresas poderiam patrocinar a publicação desse livro, que seria divulgado e

se espalharia pelo Brasil inteiro, nos colégios, gratuitamente, a fim de fazer face a essa campanha ignominiosa lançada contra as pessoas que participaram da Revolução. Mais recentemente um general-médico quase teve o seu registro cassado pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, porque servira no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Não se viu ninguém se levantar a favor dele. Não houve a sua defesa institucional.

Valeu a pena? Não teria sido melhor permanecer na arquibancada e ver o circo pegar fogo? No Chile, o General Pinochet livrou o seu país do comunismo, colocou o país em ordem, a economia organizada, sólida, e hoje está sendo injustiçado, submetido a tratamento de bandido. Preso na Inglaterra e depois no seu próprio país, porque o defendeu do comunismo! Se perguntassem: "General Pinochet, valeu a pena?", tenho certeza que ele diria: "Sim, valeu a pena, porque não fiz por mim. Eu fiz por meus filhos, pelos filhos dos meus filhos, fiz pelas novas gerações." É assim que devemos pensar.

Major Geraldo Nogueira Diógenes

- Natural de Jaguaribe, CE.
- Cursos civis: Engenharia Civil e Engenharia de Segurança do Trabalho. Cursos militares: Escola Preparatória de Fortaleza (EPF), 1949; Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), 1952; e Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), 1963.
- Cargos e funções militares: instrutor no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Recife, PE; instrutor no CPOR de Fortaleza, CE; instrutor-chefe do Curso de Artilharia do CPOR de Fortaleza, CE.
- Atividades civis: diretor do Departamento de Obras e Projetos da Universidade Federal do Ceará (UFC), no período de 1970 a 1985; engenheiro da SAMEAC-UFC, no período de 1985 a 2000; e professor universitário da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), de 1974 a 2001.

Entrevista realizada em 20 de junho de 2001.

O Movimento Cívico-Militar de 1964 não foi um movimento revolucionário, mas anti-revolucionário. Neste Movimento, inicialmente ressalto que os militares foram impulsionados pelos civis, que estavam intranqüilos em face da anarquia e do caos reinantes. Entre os civis, destaco a participação dos governadores da Guanabara, Carlos Lacerda; do Rio Grande do Sul, Ildo Menegheti; de Alagoas, General Luís Cavalcante; de São Paulo, Adhemar de Barros; e de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Houve, também a adesão e a solidariedade da mulher brasileira que, indignada com o caos que infelicitava a Nação, foi às ruas pedir que se desse um basta na subversão. Como primeiro impacto, a Revolução interrompeu a desagregação institucional, o desmantelamento econômico e a ruptura social, fatores que ameaçavam lançar o País numa guerra civil.

Gostaria de me reportar a alguns fatos históricos, antecedentes remotos da Revolução e que, superpostos no tempo, contribuíram para a sua eclosão. Algumas pessoas aludem à revolta dos marinheiros contra a punição de "açoite da chibata". Anteriormente, houve a "revolta da vacina", manifestação popular contra a obrigatoriedade da vacinação coletiva a que o governo submetera os habitantes do Rio de Janeiro, na tentativa de combater uma epidemia que grassava na cidade. Há quem fale, também, recuando mais alguns anos, do episódio de Canudos, no interior da Bahia, sob a orientação de Antônio Conselheiro.

As revoluções, entre 1922 a 1926, à época do tenentismo. Ali surgiram os tenentes, recém-saídos de Realengo, entre os quais Juarez Távora, Cordeiro de Farias, João Alberto, Luís Carlos Prestes e outros que, pelo entusiasmo juvenil e patriótico, queriam mudar a face do Brasil, acabar com a corrupção, com as fraudes, com a inércia dos governos. Em 1930, surgiu Getúlio Vargas e, em 1932, a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Em seguida veio o Estado Novo, período em que ocorreu a Intentona Comunista e, logo depois, o motim integralista que levou o Governo a decretar a ilegalidade do Partido Comunista.

No segundo Governo de Getúlio, encontrava-me no Rio de Janeiro, era Segundo-Tenente recém-transferido. Quase não podíamos sair às ruas fardados, já que as pessoas nos perguntavam por que não tirávamos Getúlio Vargas do Poder, pois a Nação não podia continuar como estava. Era muito desagradável ouvir aquilo.

Outro problema sério, conhecido como "mar de lama", ocorreu pela influência de Gregório, o chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, considerado um "superministro", já que muitos ministros, antes de falar com Getúlio, primeiro dirigiam-se a ele. Carlos Lacerda, vibrante deputado federal, era a voz tonitruante no Congresso, denunciando a desorganização que intranqüilizava o País, as fraudes e a corrupção. E Gregório, não sei se a mando de alguém ou por conta própria, resolve-

ra atocaiar – a palavra é essa mesmo, atocaiar – na Rua Tonelero, ele e mais dois capangas, o Deputado Carlos Lacerda, que, naquela ocasião, fazia-se acompanhar do Major Rubens Vaz, da Aeronáutica. O Major Vaz morreu na hora e Carlos Lacerda apenas sofreu um ferimento no pé.

Seguiu-se a Novembrada e a assunção de Juscelino Kubitschek ao governo, com dois movimentos da Aeronáutica: Jacareacanga e Aragarças. Posteriormente, tivemos as candidaturas a presidente e a vice-presidente da República, de Jânio Quadros e Milton Campos, respectivamente, em oposição ao General Henrique Lott e a João Goulart. Com a eleição, foi vitoriosa a chapa Jânio Quadros / João Goulart.

Poucos meses depois de assumir a Presidência da República, Jânio Quadros renunciou no Dia do Soldado, 25 de agosto de 1961. Por que Jânio renunciou? Durante a campanha política aparecia empunhando uma vassoura, simbolizando o combate à corrupção e à fraude. Ao assumir, não se viu nada disso e sim probleminhas tolos, corriqueiros: proibiu a rinha de galos, o uso do biquíni nas praias e lançou a moda do uso de uniforme cáqui para os funcionários públicos. Ele mesmo usava esse traje. Logo no início de seu mandato, brigou com o Congresso e não conseguiu praticamente nada. De repente, renunciou à Presidência da República e comunicou a sua decisão ao Congresso Nacional. A seguir, viajou para São Paulo, na esperança de voltar nos braços do povo, com maiores poderes. Felizmente, isto não aconteceu.

João Goulart deveria assumir a Presidência da República, mas as Forças Armadas faziam certa restrição a sua investidura no cargo e, coincidentemente, no dia da renúncia de Jânio Quadros, ele se encontrava em visita à China. Era um homem simples, não era comunista. Estancieiro, apoiava os trabalhadores na tentativa de implantar uma república sindicalista. O Congresso, então, como solução conciliadora, implantou o parlamentarismo e Jango tomou posse, com poderes reduzidos, a 7 de setembro de 1961.

Com isso, houve uma sucessão de desmandos, as Forças Armadas sentiram-se tolhidas e as esquerdas passaram a vislumbrar a oportunidade de fundar a república sindicalista. Vieram os atos de violência, no campo e nas cidades. As hierarquias institucionais eram desacatadas, agredidas, sem qualquer advertência de parte das autoridades responsáveis. A indisciplina militar era até incentivada. Em toda parte a inquietação popular era crescente.

Podemos afirmar que o Brasil estava sendo conduzido pelas esquerdas para uma revolução institucional, inspirada no modelo tcheco e, ao mesmo tempo, na luta armada, de inspiração sino-soviético. Sem dúvida, um momento terrível para as Forças Armadas, bastante atingidas. No ano de 1962, ocorreu a ascensão de

elementos esquerdistas e surgiram ações subversivas do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Pacto de Unidade e Ação (PUA). Recrudesceu o proselitismo estudantil nas universidades e a penetração marxista no setor cultural.

Em 1963, houve o excitamento das esquerdas, com vistas ao sonho da república sindicalista. Nos quartéis, a preocupação com o desenrolar dos fatos. Mas a nossa formação e tradição não permitiam que o Brasil tomasse outro rumo que não o democrático.

A respeito de João Goulart, volto a dizer que não era comunista. Quando muito, um inocente útil que desejava aproveitar-se dos sindicatos, como ponto de apoio, para promover a reforma agrária, que sempre foi o seu pensamento. Aconteceram, então, fatos realmente importantes, como a revolta dos sargentos em Brasília; uma velada campanha de desmoralização dos chefes militares, não comprometidos com a subversão, e a tentativa de prisão de Carlos Lacerda, Governador da Guanabara.

Nessa época, encontrava-me no Rio de Janeiro, cursando a EsAO. Essa ordem realmente aconteceu, veio da Casa Militar e foi transmitida a um grupo de pára-quedistas, cujo Comandante era um cearense de Barbalha, na região do Cariri. Como militar ele cumpria a Constituição, e essa não era uma ordem constitucional. Negou-se, pois, a cumpri-la.

A imprensa e o meio cultural divulgavam propaganda de uma ditadura no estilo comunista. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que denunciava as ações subversivas, foi fechado; quatrocentos professores universitários manifestaram-se com críticas à atitude do governo, acusando-o de estar levando o País à comunização. Seguem-se mais desordens e subversão: campanha eleitoral, o voto do analfabeto no estilo marxista, aumento das invasões de terra e saques na cidade. O governo do Rio Grande do Sul denunciava movimentos subversivos, prestes a explodir por lá. Os líderes comunistas no CGT e PUA estimulavam as implosões de greves em áreas críticas como energia, telefonia e gás.

Cresce a influência de Prestes na política. A 13 de março de 1964, numa terça-feira, realizou-se o comício da Central do Brasil, com a presença dos ministros militares e de inúmeros sindicalistas, portando bandeiras com a foice e o martelo. Foram assinados dois decretos, prevendo a encampação da refinaria de petróleo e a desapropriação de terras. Tudo isso era transmitido pela televisão. Em meio à desordem, surgia, em cívica reação, a campanha da mulher brasileira pela democracia. Podíamos observar milhares de velas nas janelas das casas e edifícios no Rio de Janeiro. E o silêncio cúmplice. Finalmente, a 30 de março, reunião no Automóvel

Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, com sargentos das três Armas, num clima de "já ganhamos". Chegamos ao 31 de Março de 1964!

Gostaria de tecer breve comentário sobre o primeiro dos presidentes da Revolução. Tive a oportunidade, ainda como Aspirante, de conhecer o General Castello Branco, servindo aqui em Fortaleza, no cargo de Comandante da Região. Pude observar o homem das leis, o homem correto, o homem direito, o homem que exigia, mas, antes, oferecia os meios correspondentes. Posteriormente, quando ele comandava o IV Exército, eu era instrutor do CPOR, em Recife. Pude constatar que ele continuava a mesma pessoa: oito anos mais velho mas, como o vinho, muito melhor.

O Governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco possibilitou um período essencialmente de obediência às leis, observância de princípios morais e políticos e, o mais importante, voltado para o futuro, para o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil. O Governo Castello Branco criou o Banco Nacional da Habitação (BNH), promoveu a reforma fiscal, aprovou a lei do imposto de renda e a reforma eleitoral e implementou avanços no campo social, como a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do salário mínimo.

No Governo Costa e Silva, a radicalização político-ideológica e a agitação estudantil precipitaram a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), com a prisão de importantes políticos e a cassação de mandatos. Por outro lado, o Presidente Costa e Silva executou grandes reformas estruturais: cumpriu os compromissos externos, facilitou as exportações e afastou a ameaça da recessão.

No Governo Emílio Garrastazu Médici, a presença do Presidente na televisão era como um calmante: de fala pausada, sincero, honesto, correto. Quero contar um fato, breve. Na época, como diretor do Departamento de Obras da Universidade Federal do Ceará, eu estava com um projeto de expansão do campus universitário e viajava sempre a Brasília. Numa das viagens, a meu lado, no avião, um jovem de aproximadamente 20 anos foi logo puxando conversa, dizendo que era estudante, líder estudantil, comunista convicto. Mas, ao ver e ouvir o Presidente Médici na televisão, acreditou nele e mudou radicalmente de convicção política.

O Governo Ernesto Geisel teve como destaque principal o projeto político, com a distensão lenta e gradual. Houve ainda: o reatamento das relações diplomáticas com a República Popular da China; a condenação do regime racista da África do Sul; as denúncias do acordo militar Brasil/EUA; o acordo nuclear com a Alemanha, envolvendo dez bilhões de dólares para a construção de oito usinas nucleares. Por fim, o investimento estatal privilegiando o setor petrolífero.

O Governo João Baptista Figueiredo enfrentou graves problemas, com destaque para o montante da dívida externa, a balança de pagamentos, a tendência de

queda do PIB (Produto Interno Bruto) e o retorno da inflação. Mesmo assim, conseguiu acelerar alguns projetos de exportação, como o do ferro, manganês e bauxita em Carajás. Investiu, ainda, em fontes alternativas de energia. Quem não se lembra do Pró-Álcool? A indústria passou à produção de automóveis a álcool. Houve a prospecção de petróleo em plataformas marítimas e o desenvolvimento das telecomunicações, colocando o País na vanguarda em todo o continente sul-americano. Ocorreu, também, o aumento da capacidade elétrica instalada, com a construção das hidroelétricas de Itaipu e Tucuruí e o Brasil obteve recorde na produção de café e de aço. No campo político, foram promulgadas as Leis da Anistia e da Organização dos Partidos. Houve a extinção do bipartidarismo – ARENA e MDB – e a aceitação de novos partidos.

Durante o período revolucionário, a face do Brasil mudou completamente. Várias foram as realizações, em todos os campos de atividade. Poderia enumerar, no âmbito do Ministério do Transporte, a construção da infra-estrutura em rodovias, ferrovias, portos marítimos, fluviais e lacustres. Foram construídas a rodovia Transamazônica e a Perimetral Norte. No Ministério das Minas e Energia e das Comunicações, houve aumento significativo nos setores de mineração, siderurgia, energia e infra-estrutura. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) tornou-se modelo de eficiência. As ligações telefônicas diretas, nacionais e internacionais, (DDD e DDI) tornaram-se realidade, fruto da modernização das companhias telefônicas e da criação da Embratel.

Perdemos a "batalha da comunicação social", porque deixamos de levar ao conhecimento da população os meandros da política, as informações concernentes à consolidação da abertura democrática e, também, por não divulgarmos amplamente as realizações governamentais. Isso ainda hoje é nocivo, principalmente no meio estudantil e cultural – teatro, cinema, televisão. Assim, persiste uma visão distorcida dos fatos, da realidade da Revolução. Nem por isso, contudo, a imagem do Exército tem deixado de alcançar elevados índices de aceitação junto à população.

Passemos a uma temática que nos causa enorme preocupação: a ameaça à nossa soberania. Diante das declarações de alguns dos países mais ricos do mundo de que "a Amazônia é internacional e não dos brasileiros", não resta qualquer dúvida sobre tal ameaça. Quero lembrar que a região amazônica possui 20% da água doce de todo o globo terrestre. A floresta amazônica possui cinco mil espécies de aves, enquanto uma mesma floresta temperada, na América do Norte, possui apenas seiscentas e cinqüenta espécies. Na Amazônia, podem ser encontrados trezentos tipos de árvores por hectare. Na floresta norte-americana, não mais que vinte espécies. Existem minérios estratégicos na Amazônia, cobiçados, principalmente, pela América do Norte.

Gostaria de lembrar, a propósito, a máxima: “Se desejas a paz, prepara-te para a guerra.” Existe na Amazônia o curso de Guerra na Selva e eu observei, no *Fantástico*, programa exibido nas noites de domingo pela Rede Globo de Televisão, alunos de outros países, principalmente da Inglaterra, da França, da Itália, do Canadá e dos Estados Unidos, partícipes daquele curso. De início, a indagação preocupante: “Por que estão ali?” Depois, até fiquei satisfeito, entendi melhor. Eles, realmente, conheceram, observaram e constataram que a Amazônia é impenetrável e que os brasileiros estão vigilantes. E não se ganha uma Amazônia numa guerra regular.

Em face da lembrança de Caxias – o Pacificador – grande responsável pela unidade nacional e pela harmonia entre todos os brasileiros, afigura-se-me oportuno, pela similitude, um breve comentário sobre o que representa a Lei da Anistia, no esforço para o coroamento pacífico do período revolucionário. O seu objetivo, evidentemente, era beneficiar ambos os lados, o que não aconteceu.

Os exilados voltaram ao País, ocupando as mais diversas funções. Alguns foram eleitos deputados estaduais, federais e senadores. Hoje, até são vistos nos cargos de ministro de Estado e de secretário-geral da Presidência da República. Livres, totalmente livres, o que não aconteceu com aqueles que enfrentaram a ameaça comunista. Alguns militares ou civis indicados para um determinado posto foram impedidos porque teriam sido “torturadores”. Lamenta-se o ódio revanchista dos traidores da Pátria, que apenas têm-se utilizado e vêm-se servindo da anistia. Entretanto, houve assaltantes de bancos, assassinos, seqüestradores que, anistiados, pousam de heróis, embora não passem de traidores.

Houve um desertor, capitão do Exército que, roubando armamento, tornou-se assaltante e fundou um pelotão de guerrilha para a tomada do poder. Pois bem, as famílias daqueles que participaram da guerrilha foram indenizadas. Entretanto, as famílias dos soldados, sargentos e oficiais que morreram lutando, não foram indenizadas! Por que a discriminação, se a anistia veio para todos? Isso é “revanchismo” mesquinho, patrulhamento ideológico. Por isso, deve-se corrigir a injustiça.

Ao final da minha participação neste Projeto, dirijo-me à geração daqueles que participaram do Movimento revolucionário de 1964, para conclamá-la à superação de injustiças e ressentimentos. Desejo, também, agradecer ao bravo povo português, que nos legou este País maravilhoso, e ao Duque de Caxias, que, mercê de sua bravura, desprendimento e heroísmo, pôde conservá-lo. Aos jovens que representam o futuro deste grande e maravilhoso País, anseio que sejam magnânimos, que saibam amar a todos como irmãos, preocupados, antes de mais nada, em trabalhar pelo progresso do Brasil, sem mágoa e sem rancor. E que finalmente, pensando num Brasil melhor, possamos todos, orgulhosos, proclamar: somos brasileiros!

Advogado Juvenal Antonio Araújo de Arruda Furtado

- Natural da Cidade de Fortaleza, CE.
- Principais cargos e funções desempenhados: Chefe de Posto de Coleta Censitária do Censo 1970; Oficial de Gabinete do Consultor-Geral do Estado, CE; Advogado da Companhia de Habitação (COHAB), CE; Assessor do delegado do Banco Nacional da Habitação (BNH), CE; Advogado da Caixa Econômica Federal. Atualmente, exerce a chefia do Jurídico Regional Fortaleza da Caixa Econômica Federal e a Presidência do Círculo Monárquico de Fortaleza.
- Cursos: Direito, Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) – Fortaleza, CE, em 1974; Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), CE e outros cursos nas áreas de Direito, Administração Bancária, entre outros.
- Produção intelectual: Peças jurídicas, pareceres jurídicos e artigos sobre assuntos diversos. Outras produções: Conferências e palestras.

Entrevista realizada em 29 de junho de 2001.

É uma satisfação participar do Projeto História Oral do Exército sobre a Revolução de 1964. Trata-se, na verdade, de um projeto oportuno e conveniente, sobretudo por resgatar o nosso passado histórico, legado valioso que se transmite à posteridade. Uma máxima que também se aplica às nações é a de que, sem passado, elas não sabem o que querem, não têm identidade e nem sabem para onde vão. Não sabem quais são os seus objetivos, nem a missão histórica a cumprir no concerto das nações.

A Revolução de 1964, a meu ver, constitui um fato digno de registro. Bom, posso falar em parte, porque quando foi deflagrado o Movimento eu tinha apenas 14 anos de idade. No entanto, sabia o que queria, dentro da minha adolescência, até porque a cativante educação cívico-cristã recebida de meus pais fazia com que eu me interessasse por esses temas. Minha formação cristã fez com que acompanhasse de perto toda aquela convulsão social sofrida pelo Brasil e me posicionasse do ponto de vista ideológico, doutrinário, que até hoje mantenho, graças a Deus. As crises militares, a tentativa de quebra da hierarquia militar, o cabo Anselmo, as greves, os quebra-quebras, a inflação alta, os desabastecimentos, tudo isso vivenciei e ficou marcado na minha memória.

Realmente, era uma situação difícil, delicada, e não havia outra saída para o País, a não ser a intervenção militar no ordenamento jurídico vigente, a fim de retirar o Brasil da situação caótica em que se encontrava. Mas, antes de mais nada, gostaria de destacar o aspecto da quebra da hierarquia, tanto civil como militar, que era, se não fomentada, pelo menos tolerada pela autoridade constituída.

Então, eu vejo – digo novamente – com bons olhos este Projeto, até porque chegou, hoje, às minhas mãos, um exemplar sobre a História do Brasil, concernente à ditadura militar. Publicado sob a égide do Instituto Teotônio Vilela, órgão de estudo e pesquisa do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), através da gráfica do Senado Federal, pude perceber, ao folheá-lo, que o documento restringe-se à abordagem ideológica, de caráter marxista, sem uma referência positiva a qualquer aspecto da Revolução. O historiador sério iria à origem, à raiz dos fatos, buscaria os antecedentes históricos correspondentes. Com esta ressalva quero apenas registrar a oportunidade que tem este Projeto de resgatar a história da Revolução, de forma imparcial, em toda a sua inteireza.

Não se pode negar que, à época da Revolução, o panorama político apresentava-se marcado pela desordem, situação que levou o povo a exigir a intervenção das Forças Armadas, pois o caos estava se instalando no nosso País.

Naquela ocasião, aluno dos padres jesuítas e freqüentando, como coroinha, a igreja do Cristo-Rei, tive a oportunidade de presenciar o povo de Deus em oração

pela paz. Durante as celebrações eucarísticas, nas homilias, os sacerdotes conclamavam os fiéis a orar para que a Providência Divina afastasse a ameaça comunista que pairava sobre o Brasil. Havia uma prevalência sensível do sentimento religioso. Sim, porque o comunismo, antes de tudo, é antinatural e a formação religiosa do povo brasileiro não permitia aquela situação, principalmente pelo clima de insegurança, resultado da ruptura da ordem constituída, da insubordinação à lei.

Ora, no Governo do Sr. João Goulart – isso eu lembro bem – era a própria autoridade que, se não estimulava, pelo menos tolerava a quebra da hierarquia. Levantam-se bandeiras a favor da reforma agrária e de uma república sindical, promovendo ainda mais o caos: era a subversão, patrocinada pelo governo constituído e eleito. O Presidente da República tinha que velar pela ordem, pela segurança e bem-estar, e isso não estava ocorrendo. Então, realmente houve subversão promovida, em larga medida, pelo próprio governo, pelas próprias autoridades.

Santo Agostinho diz que a paz é a tranqüilidade da ordem. Ora, observava-se a desordem da hierarquia militar e da burocracia civil, abaladas pelas greves e secundadas pelo desabastecimento e pela inflação desenfreada. Então, o povo brasileiro, ordeiro e trabalhador, mas hostilizado, sugeriu a intervenção das Forças Armadas. Por quê? Estava e ainda está na alma do povo brasileiro a certeza de que o comunismo, por ser antinatural, é, de certa forma, o impulsionador de qualquer revolução, não no sentido do Movimento de 1964, mas da revolução que iria levar o Brasil à desordem. Isso feriu a índole do nosso povo.

A História registra, por exemplo, o comício da Central do Brasil, o motim dos marinheiros e a reunião no Automóvel Clube do Brasil, episódios que aconteceram no Rio de Janeiro e comprometeram seriamente a hierarquia e a disciplina no seio das Forças Armadas. A luta pela reforma agrária nos canaviais de Pernambuco complementa muito bem a agitação que o País experimentava.

A grosso modo, esses são os fatos que aconteceram, realmente graves, e que apressaram a eclosão da Revolução. Aliás, tenho absoluta certeza de que, ao deflagrá-la, as Forças Armadas, principalmente o Exército, apenas interpretaram a vontade nacional. Todos os historiadores sérios confirmam esta assertiva. Veja bem, foi o povo que saiu às ruas pedindo a intervenção das Forças Armadas. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade, realizadas em Minas Gerais e em São Paulo, bem o atestam.

Comparo essa manifestação a dois movimentos da História do Brasil, o Fico e a Maioridade: o povo foi às ruas e pediu uma intervenção política para resolver o impasse que o País vivia. Recordo que participei de um acontecimento que restou

gravado até hoje em minha memória: a marcha em agradecimento pela vitória da Revolução e pela derrota do comunismo no Brasil.

O comunismo, por ser antinatural – como diz Pio XI, uma seita filosófica – tende à divisão e ao ódio, em oposição ao Movimento de 1964, episódio do qual as Forças Armadas participaram como fator de unidade e coesão nacional. Desempenharam, naquela oportunidade, o mesmo papel exercido pelo Poder Moderador à época do Segundo Reinado. Essa coesão, essa magnífica unidade nacional, herança dos lusitanos, encontra-se ameaçada, hoje, pela guerrilha, pelo narcotráfico e pelo sucateamento das Forças Armadas. A própria Amazônia está ameaçada, e eu vejo isso com preocupação, seja como brasileiro, seja como cristão.

Poder-se-ia indagar se o Movimento de 1964 foi inspirado em alguma ideologia. Os estudos e pesquisas conduzidos pela Escola Superior de Guerra permitiram a formulação de uma política autóctone, adequada às necessidades da Nação e do Estado, bastante abrangente, vez que permeia todos os campos do Poder Nacional e corporificada no binômio Segurança e Desenvolvimento. Ora, sendo o comunismo um sistema político-econômico assentado sobre fundamentos ideológicos da teoria marxista, é evidente que o ideário técnico-doutrinário da Escola Superior de Guerra, encampado pela Revolução, encerrava a antítese comunista.

Por ser habitual os adversários da Revolução chamarem-na de "ditadura" – o próprio opúsculo do Senado Federal a que me reportei anteriormente tacha-a de "ditadura militar" –, precisamos matizar esse termo. A ditadura se caracteriza pela presença de um chefe que detém todos os poderes, irrestritamente, e pode praticar o bem ou o mal. Por essa forma de raciocínio existiria a boa ou má ditadura. Na segunda hipótese, estaríamos diante do tirano. Felizmente, não foi este o caso do nosso País.

A Revolução não interveio para destruir o ordenamento jurídico, que existia apenas sob o aspecto formal, mas para restaurá-lo e preservá-lo das ameaças internas e externas, contando com o apoio da população, que exigia a "tranqüilidade da ordem". Com isso, legitimou-se a Revolução.

Passado o período revolucionário, a mídia tem sido pródiga na divulgação de atos de improbidade e corrupção no âmbito dos três poderes da República, contrastando com os mais de vinte anos em que os militares e as Forças Armadas permaneceram no governo. Tal constatação serve para demonstrar que eles, os militares, não se aproveitaram do governo para auferir vantagens ou prebendas.

No entanto, para desacreditar o Movimento de 1964, tornou-se comum a utilização de estereótipos, sendo típico, por exemplo, o emprego das expressões "ditadura militar" e "anos de chumbo". Em vista disso, gostaria de me referir ao que

disse o Cardeal Joseph Ratzinger sobre o comunismo: "É a vergonha do século XX, responsável pela maior carnificina da história dos povos." Basta ler "O Livro Negro do Comunismo", recentemente publicado, escrito pelos próprios comunistas. Nele registra-se que o comunismo, em oitenta anos, matou mais de cem milhões de pessoas. Em Cuba, foram cerca de quarenta mil. No Camboja, em torno de dois milhões de mortos. As informações que nos chegam dão conta de que a guerrilha da Colômbia já matou mais de vinte mil pessoas. A perseguição aos cristãos durante os quatro primeiros séculos da nossa era causou trezentos mil mortes. Diante de números tão cruéis, falar em "anos de chumbo", no Brasil, durante a Revolução de 1964, soa falso, principalmente ante o número insignificante de baixas.

Infelizmente, omitem-se as realizações da Revolução, que lançou o seu olhar em todas as direções. Lastima-se que, na atualidade, se haja promovido a inversão de todas as prioridades. A zona rural, por exemplo, encontra-se abandonada à própria sorte, motivo que facilmente explica a existência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), não obstante o Estatuto da Terra, editado pela Revolução e ainda atualíssimo, mas considerado, à época, muito adiantado para a realidade rural brasileira.

A propósito, o MST é um movimento artificial criado pelas esquerdas e, é com tristeza que digo, patrocinado pela Comissão Pastoral da Terra, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com fortes fundamentos na Teologia da Libertação. O MST já está usando até métodos de guerrilha; dizem alguns, em ligação com a guerrilha colombiana.

Quero registrar que o direito de propriedade, ramo do Direito Natural, é anterior ao Estado. E, a meu ver, o Brasil não precisa de reforma agrária, pois mais de 50% das terras devolutas pertencem à União, aos Estados e aos municípios. Enquanto a estrutura fundiária dos Estados Unidos da América do Norte tem em torno de 12 milhões de propriedades privadas, o Brasil possui apenas quatro milhões. O que existe é uma exploração da mídia em torno desse tema, com o objetivo de destruir a propriedade privada, um dos requisitos para manter a unidade nacional, a família na sua integridade e as tradições do povo.

Gostaria de ratificar, assim, a preocupação do Movimento de 1964 com a Nação. Naquele período, o Estado voltou-se para o bem-comum da população, com o mérito de haver afastado o perigo comunista que rondava não só o Brasil. Sim, porque se o nosso País tivesse sucumbido, certamente teríamos testemunhado o "efeito dominó" em toda a América Latina. E a Rússia e o Muro de Berlim, em vez de ruírem, teriam proporcionado uma sobrevida ao comunismo internacional. Portanto, bastaria este aspecto, de ordem ideológica, para justificar a intervenção das Forças Armadas.

Erros foram cometidos, e a grandeza, a credibilidade deste Projeto sobre a História da Revolução reside na busca de identificá-los. Para mim, o primeiro equívoco repousa sobre a estatização exagerada; mesmo assim, com méritos, vez que alavancou o processo de substituição das importações. Ao reduzir a nossa dependência dos países exportadores, fortaleceu a indústria brasileira. A equívoco muito maior assiste-se hoje, resultado do modelo neoliberal, iníquo e devastador.

Outro equívoco, a meu juízo, decorreu do excesso de zelo com o campo econômico, em prejuízo da formação de quadros. Sabe-se, por exemplo, que, pelo Tratado de Versalhes, os aliados impuseram ao Exército alemão um efetivo de cem mil homens, e os alemães formaram cem mil oficiais. A formação do oficial exige um período de quatro a cinco anos, enquanto o soldado forma-se em seis meses. A grande crítica, pois, é a Revolução, em sua fase inicial, haver minimizado a preocupação de ordem doutrinária, prejudicando a continuidade na segunda fase. Nem por isso, entretanto, os militares deixaram de receber o apoio da população. Ontem, como hoje, as Forças Armadas lideram as pesquisas realizadas para apurar a credibilidade das instituições nacionais.

É bom lembrar que o comunismo não morreu. Seita filosófica, apenas metamorfoseou-se sob o manto da "revolução cultural" e do estímulo disfarçado ao hedonismo. Os projetos sobre a legalização do aborto, a união homossexual, a reforma agrária e tudo o que vai de encontro à ordem natural, sob a égide dos partidos de esquerda, não deixam margem à dúvida. Por isso, a perseguição às Forças Armadas e aos militares, que têm suportado o fardo e a fama de terem sido algozes e torturadores.

Como vencer, então, tantos desafios? Conhecedores que somos das verdadeiras razões que, teimosamente, nos prendem ao atraso – a corrupção, os maus costumes políticos, os desníveis sociais, enfim, os antagonismos que provocam e alimentam a luta de classes – há que se promover a conscientização da sociedade em prol da ética e do civismo para, irmanados, enfrentar e vencer ambigüidades e vicissitudes.

Entre os inúmeros problemas que temos de enfrentar nos dias de hoje, e que muito me preocupam, tomemos o exemplo da Amazônia. Já existem crianças dizendo que não se pode mexer na floresta, exclusividade dos animais irracionais. Paradoxalmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) declara o território ianomâmi protetorado, "patrimônio da humanidade". E a nossa soberania? Ora, lembremo-nos de que, durante o Segundo Reinado, o Exército Imperial brasileiro chegou a trocar tiros com ingleses na Amazônia. E não só ingleses, mas também alemães, franceses, espanhóis.

Precisamos, sim, fortalecer as Forças Armadas naquela região, dar todas as condições para que ocupem os espaços vazios e retomem o Projeto Calha Norte. E,

ao mesmo tempo, precisamos trazer os índios à civilização, como Anchieta, Nóbrega e tantos outros fizeram no passado. Não manter os nossos índios no tempo da pedra lascada, vivendo na barbárie. Promover o desenvolvimento sustentado da Amazônia e a sua integração com todo o Brasil. Matizar bem o problema da ecologia, proibindo nivelar o homem aos animais. Isso, sim, precisa ser encarado e enfrentado.

Um outro problema preocupante, para todos nós, diz respeito à mídia, ao que ela divulga. Sabemos que a Revolução e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se opõem aos princípios marxistas e revolucionários perderam a "batalha da comunicação social", fato que se pode atribuir ao patrulhamento ideológico. Ademais, como pode a Nação sair do atraso, se prevalece na mídia uma disputa de audiência e de lucros em detrimento dos fundamentos da nacionalidade?

Creio que o povo, a grande massa, não gosta de determinados programas de televisão, sobretudo programas vulgares e imorais. Tanto assim que, recentemente, uma pesquisa em favelas do Rio de Janeiro revelou que os programas da Rede Cultura, e aqueles mais clássicos, foram os programas de maior audiência. Ainda bem.

Portanto, vejo com esperança este Projeto de História Oral do Exército. Espero que a partir deste Projeto as Forças Armadas implementem palestras, conferências, publicações, utilizando a Biblioteca do Exército (BIBLIEX), convênios com colégios, universidades, institutos históricos etc. Aí sim, poderemos tentar, e com certeza vamos reverter essa situação. Mesmo porque o Exército sempre foi popular. Basta verificar o dia 7 de setembro. O povo sente vibrar em sua alma o patriotismo. Mesmo que ninguém convoque a população para assistir ao desfile cívico-militar, todos vão espontaneamente. E vibram, entusiasmam-se, aplaudem. Qual é a criança que não quer um dia, pelo menos numa fase da sua vida, ser um policial, um soldado, ou um bombeiro?

Nunca houve divórcio entre as Forças Armadas e o povo. Harmonizar é a palavra-chave. Caxias foi o Pacificador. O Exército brasileiro tem seguido nesta linha, que nada mais é do que colocar em prática a máxima cristã, o perdoar. O "revanchismo" deixa transparecer o caráter ideológico, o ódio metafísico da esquerda, uma luta entre o bem e o mal, que se opõe à doutrina cristã.

Lembro-me bem de que, após 1985, a mídia esquerdista, mobilizada, encetou uma campanha para levar ao banco dos réus o General Newton Cruz, como a representar as Forças Armadas e o regime a que servira. Isso é "revanchismo". Mais recentemente indenizaram as "vítimas" da ditadura; mas as vítimas que defendiam a ordem nunca foram indenizadas. Isso é "revanchismo". O poder público tem que rever tudo isso, porque, se vítimas houve, as primeiras foram aquelas que defende-

ram a ordem, que defenderam a Pátria, que defenderam a nossa nacionalidade. Quer dizer, sem harmonia não pode haver paz, não pode haver tranqüilidade, não pode haver desenvolvimento social, econômico e político.

As verdadeiras vítimas – volto a dizer – foram as que defenderam a legalidade. Morreram e hoje ninguém diz nada. Os vivos estão no ostracismo. Precisamos resgatar a memória dos mortos, dos autênticos heróis da Pátria e proteger os que ainda estão vivos, sob pena de no futuro sermos submetidos à censura dos nossos filhos e netos.

Ao final, gostaria de dizer que não se constrói uma Nação sem bases, sem princípios. Precisamos animar e educar, sobretudo, essa geração que está nascendo e a geração adolescente que está nesse vazio ideológico. E precisamos oferecer-lhes princípios sólidos.

Finalmente, queria encerrar a minha entrevista lendo um trecho do livro "A Igreja, a Reforma e a Civilização", do ilustre Padre Leonel Franca, já falecido. No prefácio, ele diz:

"Grande é a responsabilidade de quem escreve. Agitar idéias é mais grave do que mobilizar exércitos. O soldado poderá semear os horrores da força bruta desencadeada e infrene; mas, enfim, o braço cansa e a espada torna à cinta ou enferruja e se consome no tempo. A idéia, uma vez desembainhada é arma sempre ativa, que já não volta ao estojo nem se embota com os anos. A lâmina do guerreiro só alcança os corpos, pode mutilá-los, pode trucidá-los, mas não há poder de braço humano que dobre as almas. Pela matéria não se vence o espírito. A idéia do escritor é mais penetrante, mais poderosa, mais eficazmente conquistadora. Se a encontra despercebida (e quantas inteligências desaparelhadas para as lutas do pensamento!) toma-a de assalto, instala-se no seu trono e daí dirige e governa, a seu arbítrio, toda a atividade humana. Pelo espírito subjuga-se a matéria."

O comunismo vai ser derrotado. O triunfo será nosso, porque o comunismo é materialista, é ateu, é antinatural. E o espírito, como disse o Padre Leonel Franca, sempre dobra a matéria.

Desembargadora Águeda Passos Rodrigues Martins

- Natural da Cidade de Viçosa do Ceará, CE.
- Principais cursos: Graduação: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e Licenciatura em Letras. Pós-graduação: Mestre pela Universidade Federal do Ceará. No exterior: Curso no *King's College London – University of London;* curso de Direito Comparado na *Universidad Complutense*, de Madri, Espanha.
- Principais cargos e funções desempenhados: Juíza de Direito da Comarca de Várzea Alegre (1961); em 1986, pelo critério de antiguidade, foi nomeada para o cargo de desembargadora; em 1990, foi eleita presidenta do Tribunal Regional Eleitoral e, em 1999, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Professora concursada das Cadeiras de Direito Comercial e de Direito Internacional Privado da Universidade Federal do Ceará (UFC).
- Recebeu o Diploma de Membro Acadêmico Titular da Cadeira nº 33, do Instituto dos Magistrados do Ceará.

Entrevista realizada em 22 de dezembro de 2000.

É um prazer estar aqui para falar sobre a Revolução de 1964. Entendo que a partir da Intentona Comunista de 1935, o Brasil ficou apavorado com o regime comunista, principalmente pela violência. A renúncia do Presidente Jânio Quadros, no Dia do Soldado do ano de 1961, e a posse do Vice-Presidente, João Goulart, desencadearam uma crise de natureza política bastante séria. Vieram desmandos à sombra do Poder, com as esquerdas sentindo-se no Governo. Outros episódios com repercussão nas entranhas das Forças Armadas foram a insubordinação dos cabos e sargentos – não mais se obedecia à hierarquia – e algumas nomeações de generais fora das prescrições normais da carreira; começou-se a falar nos "generais do povo".

O ambiente nacional exigia providências emergenciais. No campo, havia uma violência muito grande. Os brasileiros não mais se sentiam seguros. E ainda se apresentava a anarquia institucional: os deputados a fazerem leis apenas compatíveis com a ideologia que cada um adotava. Em 1963, falava-se abertamente de uma república sindicalista.

No primeiro trimestre de 1964, quatrocentos ou mais professores universitários, tendo à frente a figura grandiosa de Sobral Pinto, divulgaram um manifesto criticando a complacência do Governo e pedindo soluções. O cardeal do Rio de Janeiro fez um alerta sobre a eclosão possível de uma revolução popular. À época, eu era juíza de Barbalha e, ouvindo a Rádio Mayrink Veiga, mesmo como juíza, era difícil entender se o Governo estava dentro da legalidade ou se o povo estava com a ilegalidade. Com o manifesto dos professores universitários pude, então, compreender que o Governo se posicionava do lado das esquerdas.

Em 13 de março veio o estopim, o comício na Central do Brasil, com a presença dos ministros militares, raiz do Movimento do dia 31. Nessa manifestação popular havia faixas e bandeiras com a foice e o martelo, símbolo do regime comunista, e ouviram-se muitos oradores inflamados a conclamarem o povo, parecendo querer instaurar uma guerra civil, para que o comunismo pudesse realmente ser vitorioso no Brasil. Chamou-me muito a atenção a campanha das mulheres no Rio de Janeiro, com as velas acesas nas janelas de suas casas e nos edifícios onde moravam – as mulheres são sempre fundamentais em qualquer tomada de posição –, num protesto silencioso.

O almoço do Automóvel Clube do Brasil oferecido por sargentos das três Forças Armadas ao Presidente – ao som do "Já ganhamos! Já ganhamos!" – não foi somente marcante, mas o símbolo da indisciplina e desrespeito à hierarquia. O pior foi quando o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), impôs ao Congresso o prazo de trinta dias para a reforma da Constituição. Um absurdo. Uma reforma constitucional, mesmo reunindo os maiores juristas de todo o País, não pode ser feita em apenas trinta dias. Há que se formar uma Comissão dos Constituintes e, pelo menos,

esboçar-se um Projeto de Emenda. Não se tinha mais a noção de diferença entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. O Executivo absorvera o Legislativo.

Felizmente, o Poder Judiciário permaneceu à margem desse processo e pôde recolocar algumas coisas nos lugares através, por exemplo, dos mandados de segurança impetrados por pessoas lesadas pelas invasões de suas terras. Mas a desmoralização era de tal monta que já não se cumpriam as decisões judiciais. O próprio Poder Judiciário estava-se sentindo postergado. Acredito que, no conjunto, esses foram os acontecimentos fundamentais para que o Exército acudisse ao apelo do povo.

O meu conterrâneo, General Castello Branco, fez tudo para conduzir o governo o mais próximo possível da legalidade. Ele, todos sabem, realmente foi um militar de renome, sério e correto; um militar que queria o bem-estar do País. Do mesmo modo que Caxias, ele desejava pacificar. E não desejava a oligarquia do poder militar. O General Castello Branco pensava mesmo em restabelecer a democracia e devolver o País aos civis, à normalidade. Agora, uma crítica. A permanência dos militares no Poder por mais de vinte anos, ao contrário do que desejava o General Castello Branco, constituiu um desgaste para as Forças Armadas.

O Exército fez muito bem em acudir ao clamor público, mas deu muita ênfase ao combate à subversão, como se ela fosse o único mal do País. E não era. Hoje, sabemos que a corrupção – a semente que não foi extinta – germinou, floresceu e está aí, exuberante, responsável pelo narcotráfico, pela violência contra a criança, pela violência contra a mulher, pela violência contra qualquer cidadão; quer dizer, a corrupção, base de todo esse mal, foi postergada. Mas, felizmente, a Revolução de 31 de Março impediu a comunização, que era o mais grave e cruciante; havia uma verdadeira desagregação institucional e predominava a anarquia. O Brasil estava com medo de uma ruptura social. O Exército, entretanto, não se omitiu. Até porque, na hora da tristeza e da agonia, da violência e da desagregação, nós só contamos com ele. A História bem o demonstra.

A propósito, gostaria de enaltecer a importância deste Projeto, indubitavelmente uma iniciativa das mais louváveis: permite a preservação fidedigna de um período recente da nossa História e oferece a oportunidade para que se conheça um pouco mais sobre o comportamento do Congresso Nacional e do Poder Judiciário. A princípio, a Justiça ficou numa posição de expectativa. A gente sentia os juízes um pouco amedrontados em decidir, porque pensavam que as Forças Armadas fossem intervir no Poder Judiciário. Mas isso não aconteceu, posso testemunhar, até porque, se houve uma pessoa que estava sofrendo em virtude de denúncias, de representações firmadas contra si, essa pessoa era eu. Por quê?

Como juíza da 9ª Vara Cível, convertera várias concordatas em falências, causas patrocinadas pelo advogado José Josino da Costa que se intitulava medalhão da advocacia, com emprego na Assembléia Legislativa do Ceará e na Prefeitura Municipal de Fortaleza. Além do causídico José Josino da Costa, os advogados Airton Batista e Edvar Teixeira Férrer; os juízes Jáder Santana, José Maria Melo e Evandro Nogueira Lima e um coronel da Polícia Militar, Antônio Onofre Filho, tentaram, em comissão, aproveitar-se da Revolução para expurgar-me da magistratura.

Reunidos na Associação dos Magistrados, redigiram um memorial pedindo a minha expulsão, documento que encaminharam para a 10ª Região Militar (10ª RM). Mas tive a graça e a satisfação de saber que o General Oscar Jansen Barroso, Comandante da Região, e o hoje General Francisco Batista Torres de Melo, que era o chefe da 2ª Seção – que eu não os conhecia – tiveram a sensatez de mandar apurar a verdade. Concluídas as averiguações e solicitada a comparecer à 10ª Região, lá estive, acompanhada da Promotora de Justiça, Geórgia Gomes de Aguiar, que trabalhava comigo. Na 2ª Seção, o General Torres de Melo perguntou:

– Quem é a juíza da 9ª Vara, Dra. Águeda Passos Rodrigues Martins?

– Sou eu – respondi.

– Quero ter a honra de apertar a mão mais limpa da magistratura! A senhora foi acusada de tudo, mas a senhora apenas tem cumprido com o seu dever – disse, ao mesmo tempo que estendia a mão direita.

Daquele momento em diante comecei a ver que a Revolução viera para sanear, corrigir o que estava realmente errado, e passei a divulgar, entre os meus colegas, a confiança que deviam ter na Revolução, exortando-os a não temer qualquer apuração por parte dos militares. Pelo contrário, que receassem os corruptos que estavam, do lado de fora, levando denúncias para os militares. Então, sou aquela pessoa realmente justiçada pela Revolução de 1964.

Como a maioria dos países, o Brasil criou o seu sistema de informações, pois nenhum governo pode isolar-se, ignorando o mundo que o rodeia. Tal sistema foi necessário para defender-se das adversidades internas, naturais em qualquer revolução, e, ao mesmo tempo, como órgão de assessoria nas decisões sobre questões intimamente associadas à soberania. Haverá de dispor, inclusive, de organismos responsáveis pela coleta de dados pertinentes aos diversos campos do poder, permitindo decisões objetivas e racionais. Evidentemente, a chave do sucesso repousa sobre a inteireza das pessoas que integram esses órgãos.

Lamentavelmente, aqui no Ceará, fomos vítimas, eu e a desembargadora Auri Moura Costa, da parcialidade de um dos agentes do sistema de informações. Curiosamente, os seus informantes eram todos ligados àquelas pessoas às quais já me

referi. As perseguições foram tantas, as denúncias foram tantas e tão graves – felizmente, malévolas e maledicentes – que, para nos defender, tivemos, forçosamente, de constituir advogados, tomando a iniciativa de levar o teor das denúncias que nos eram assacadas ao conhecimento do Ministro da Justiça, Senhor Alfredo Buzaid, que mandou apurá-las. De Brasília veio um oficial do Exército que pôde constatar a indignidade que se estava praticando. E o agente foi transferido.

Por felicidade, prevaleceu o bem. E, por dever de justiça, cumpre-me ressaltar que a vitória do bem somente tornou-se possível porque, realmente, na 10ª Região encontravam-se homens da estirpe do General Jansen Barroso, do atual General Francisco Batista Torres de Melo, do Coronel Celso Viana, de Cedro, bem como do então Major Francisco Sobreira de Alencar que, desde então, nunca mais tive a oportunidade de encontrar. Devo confessar que este oficial foi a pessoa mais importante em toda a apuração dos fatos.

Infelizmente, voltamos a viver outra fase de denúncias; desta feita, acredito, em função de certas providências que temos adotado no âmbito do Poder Judiciário.

Atualmente, muito se fala sobre a "ditadura militar", ponto de vista, para mim, completamente distorcido. Existia a liberdade, o direito de ir e vir. A gente podia falar, aspecto sobre o qual também posso testemunhar. Em todas as oportunidades em que conversei com o General Jansen, com o General Torres de Melo ou com o Coronel Sobreira, sempre dizia tudo o que sentia, exprimia a minha opinião sobre o que achava errado por parte da Revolução.

Uma outra avaliação pessoal sobre a Revolução refere-se aos muitos benefícios que ela propiciou à Nação. Basta lançar um olhar isento sobre o crescimento da economia, alçada à oitava posição mundial. Os governos militares só contribuíram para aumentar o acervo do País. Não promoveram o seu desentesouramento. Diferentemente da transferência vergonhosa, a que hoje se assiste, do patrimônio nacional, construído com o suor de cada brasileiro. Sem falar na preocupação que paira sobre a possível perda da Amazônia, considerada o pulmão do mundo. Não podemos permitir que se pratique mais esse transplante contra o Brasil. A bem da verdade, todos lá em casa estamos preocupados com o desmantelamento do nosso País. Até, outro dia, adverti o meu marido: "Olha, você vai ficar doente de tanta preocupação com os bens do País." Na realidade, o Brasil empobreceu. O povo está mais pobre.

Em termos absolutos, hoje temos mais pobres do que há alguns anos. A nossa moeda é um engodo. Enganaram os pobres com a história do "real". Basta atentar para a concentração da riqueza, sob a guarda de uma pequena minoria. E eu não sou comunista. Muito pelo contrário. Foram os comunistas que traíram a Nação, que

usurparam a bandeira daqueles que, como eu, amam, verdadeira e desinteressadamente, o nosso País, o nosso querido Brasil. Cidadania, por acaso, é registro civil à custa do cartório? Dignidade é ter uma casa para morar, é ter comida na mesa, é poder educar os filhos, é poder oferecer uma vida decente ao cidadão.

Não posso deixar de expressar a minha revolta diante de crianças que vejo passando fome. Assim como, mais que um apelo, não posso deixar de alertar os brasileiros para que, irmanados, evitem a desnacionalização e a falência sócio-econômica da Nação e do País; alerta duplamente extensivo aos militares, pois, além de brasileiros, são os responsáveis, constitucionalmente, pela integridade física do território, subconjunto da segurança e, por conseguinte, da soberania nacional.

O meu alerta estende-se ainda aos "projetos" de combate à pobreza, tão a gosto dos políticos e do Governo mas que, em última instância, não passam de um jogo de cena, de demagogia, um atentado humilhante à miséria alheia. Sobre comportamento tão deplorável repousa o cerne de todos os nossos problemas. Num extremo, aqueles que produzem a corrupção e a miséria; na outra extremidade, os beneficiários, aqueles que delas se aproveitam, e em meio à sanha oportunista, nós, os que lutamos contra procedimento tão abominável. Agora, torna-se fácil compreender por que todos os brasileiros – civis e militares – que amam sinceramente o Brasil e o seu povo, encontram-se na mesma posição, numa única posição.

Acredito que este Projeto de História Oral, se bem utilizado, por sua divulgação, inclusive através da mídia eletrônica, contribuirá, até mesmo didaticamente, para dirimir algumas dúvidas, mesmo conceituais, sobre a Revolução. Outro aspecto muito importante é a preservação fidedigna da nossa História. Vejo isso com muita satisfação, vez que as futuras gerações terão a oportunidade de conhecer a noção exata do que foi a Revolução de 1964, principalmente pela existência do *marketing* atual, voltado para desfigurar e minimizar as realizações dos governos militares e, o mais grave, para conspurcar, tripudiando, a imagem militar.

Não obstante todo o esforço por parte de certa mídia, observo que não houve sucesso. Tanto é verdade que no Tribunal de Justiça, por exemplo, conto com a assessoria de quatro coronéis; e todo mundo diz que a minha assessoria foi a melhor que já houve no Poder Judiciário. A Comissão de Licitação e a Auditoria Externa estão entregues a militares, que realmente cumprem com os seus deveres. São pessoas fiéis, pessoas sérias, pessoas corretas, pessoas que realmente não são corruptas. O Brasil sabe que os militares, na sua grande maioria, são íntegros, probos. Veja os presidentes militares: ao deixar o Poder, estavam tão pobres quanto antes. A prova maior de que não se aproveitaram, não se beneficiaram, é a constatação pública de que, depois de mais de vinte anos no Poder, esqueceram-se de melhorar

os seus próprios vencimentos, os salários dos seus militares, da tropa; quer dizer, a mentira tem pernas curtas e a verdade tem que ser ampliada.

E o que vemos hoje? A desordem, a insegurança, a falta de ética e de compromisso com a verdade, razão por que entendo que há necessidade de um Projeto de caráter nacional com vistas a harmonizar todos os brasileiros, abandonados à própria sorte. Terá de ser capaz de mobilizar a todos e a cada um, na luta contra a corrupção, contra os maus costumes políticos e contra a impunidade, variáveis que envergonham e entristecem.

Um Projeto dessa envergadura há que ser entregue a uma equipe de mesmo porte. E ninguém melhor que um núcleo militar, por entender de segurança, de ordem, de ética e de hierarquia. Todavia, supondo que pudesse ser confiado ao Poder Judiciário, que é a minha área, a diretriz prioritária seria levar o Poder Legislativo a assumir o seu verdadeiro lugar, numa posição sobranceira, capaz de elaborar e votar leis de interesse da população, em vez de produzir leis casuísticas ou que sequer vão ser executadas. Exemplo típico temos na nossa Constituição Federal, desde a de 1934, passando pelas Constituições de 1946, 1967, 1969, até a última, de 1988, repleta de Emendas. Enquanto isso, a Constituição dos Estados Unidos é de 1787 e só tem 26 Emendas.

Raciocínio análogo deveria ser aplicado em cada área, em cada segmento e em cada atividade, abrangendo todos os campos do poder nacional, observando-se, prioritariamente, os interesses da Nação.

Ao encerrar a minha participação neste Projeto de História Oral, gostaria de dirigir-me, particularmente, aos jovens de hoje e de amanhã, juízes ou não, para conclamá-los à ordem, ao respeito aos valores éticos e morais e ao amor ao País e ao seu povo. Porque só o amor constrói. E aos novos juízes, a esta nova geração de juízes, além dessas virtudes, o amor à Verdade e à Justiça. Assim, firmes e determinados, inquebrantáveis e altaneiros, estarão ajudando a construir o Poder Judiciário a que todos almejamos: um Poder limpo, livre de corrupção e independente.

Economista Paulo Roberto Coelho Pinto

- Natural da Cidade de Camocim, CE.
- Principais cargos e funções: na Universidade Federal do Ceará: Secretário Geral; Diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas; do Departamento de Educação e Cultura; da Imprensa Universitária e professor titular de Finanças Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados. Superintendente de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará (SUDEC), de 1971 a 1974, e Secretário de Planejamento do Município de Fortaleza, de 1975 a 1979. Conselheiro e Presidente do Conselho Regional de Economistas da 8ª Região (Ceará, Piauí e Maranhão).
- Principais cursos: Bacharel e Licenciado em Filosofia; Pedagogia; Ciências Jurídicas e Sociais; Bacharel em Ciências Econômicas; e diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG).
- Produção intelectual: *A Importância de uma Universidade para o Ceará* (1954) e *Ensino Técnico para o Desenvolvimento*, premiado em 1972, pela Academia Brasileira de Letras. 2ª Edição.

Entrevista realizada em 21 de setembro de 2001.

Na abordagem sobre a Revolução de 1964, é importante a sua interpretação à luz da Ciência Política, uma vez que existe muito embuste e demagogia com o objetivo de desfigurar-lhe o caráter. Impõe-se uma reflexão, eu diria, cartesiana, a fim de dissipar quaisquer dúvidas acerca de verdades sorrateiramente divulgadas, tanto na mídia escrita quanto na televisionada, e em outros canais de comunicação, infelizmente, dominados por remanescentes da esquerda expurgada do Poder, em 1964. O período revolucionário não foi, a rigor, o que a mídia esquerdista e revanchista chama de "ditadura militar", ou até, mais pejorativamente, de "anos de chumbo". Houve, na verdade, uma fase de mais intenso autoritarismo, até tornar a equilibrar-se a harmonia social esfacelada pelo governo irresponsável de João Goulart. Mas, durante o período revolucionário, funcionou o Congresso, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, ao contrário do que aconteceu na ditadura de Vargas, por exemplo.

Refletindo com mais profundidade sobre esse tema, verifica-se que não há, a rigor, um modelo estandardizado de democracia. A democracia americana é presidencialista e, a da Inglaterra, parlamentarista. A democracia sueca é diferente da democracia da Suíça, da Noruega, enfim, de outros países europeus. No México, considerado por essas esquerdas como democracia, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) monopolizou o Poder por noventa anos. Uma retrospectiva histórica demonstra que a Grécia antiga, modelo clássico de democracia, admitia até a escravidão.

Atualizando a retrospectiva histórica, constatamos que, hoje, no Brasil, estamos vivendo um período de demagogia, e não de democracia. A propósito, a demagogia vigente no nosso País costuma condenar os atos institucionais e os decretos-leis dos governos revolucionários. No entanto, faz uso do instrumento das medidas provisórias, muito semelhante, no contexto jurídico, aos decretos-leis e aos atos institucionais. Destaque-se que só no atual governo foram emitidas, até agora, 5.027 medidas provisórias, correspondentes a duas medidas provisórias por dia, ou 52 a cada mês, ou 628 medidas provisórias a cada ano de governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso. Logo, a reflexão cartesiana sugere que as críticas da mídia não têm outro objetivo, senão deformar a imagem da Revolução.

Se a gente fizer uma retrospectiva do que sucedeu naquela época, vamos ver que as causas motivadoras do Movimento que intentou repor a ordem no Brasil residiam principalmente na inflação desordenada, no desequilíbrio econômico, na desorganização administrativa, no incitamento às greves por parte de elementos do próprio Governo Jango, e mais do que isso, na quebra da hierarquia militar.

O Governo Jango não tinha um Projeto Nacional. Numa análise sociológica, o projeto de Jango era similar ao de Getúlio Vargas, ou seja, um projeto pessoal de

perpetuação no Poder, apoiado no caudilhismo. Como a onda emergente era esquerdizante, Jango empunhou essa bandeira como forma de manter-se no governo, bafejado pela massa ignara. Sendo ministro, e um dos maiores latifundiários do Rio Grande do Sul, por que não dividiu ele suas imensas propriedades com os agricultores e agregados que viviam e trabalhavam em suas terras? É claro que havia uma tentativa flagrante de subversão em marcha, à frente as "Ligas Camponesas", os agitadores profissionais, muitos deles treinados em Cuba e na Rússia, financiados por esses governos estrangeiros.

Dentro desse panorama, alguns acontecimentos foram determinantes para o desabrochar da Revolução. Particularmente, entre outros fatores, a nomeação de reconhecidos esquerdistas, inclusive militares, em postos-chave do governo como, por exemplo, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na Petrobras e em outras áreas estratégicas. Sem dúvida, um desafio aos verdadeiros democratas.

Havia também uma tentativa de quebra da hierarquia militar, com promoções de oficiais-generais por critérios espúrios, gerando os chamados "generais do povo". Além do incitamento de cabos e sargentos a se insurgirem contra os seus chefes, na tentativa de quebra da disciplina militar. Nas universidades, setor que conheço mais de perto, o proselitismo esquerdizante era promovido largamente, apoiando greves e distúrbios na área estudantil.

Diante da desordem e do caos, não tenho dúvida de que as Forças Armadas foram intérpretes fidelíssimas da repulsa da maioria do povo brasileiro, quando, a 31 de março de 1964, expulsaram do Poder os esquerdistas – à frente, Jango – restabelecendo a tradição cristã e nacionalista do Brasil.

Um exemplo da origem popular do Movimento, encontramos principalmente no apoio da classe média, através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, realizadas nas grandes cidades brasileiras, como reação à onda esquerdizante e pelo restabelecimento dos postulados cristãos e democráticos. Por isso, constitui grande injustiça querer atribuir o êxito da Revolução de 1964 à interferência externa. Na verdade, a Revolução foi um movimento genuinamente brasileiro, de caráter nacional, de preparação exclusivamente interna, e que recebeu o respaldo dos principais segmentos da sociedade, inclusive da Imprensa. Evidentemente, depois de vitorioso, recebeu o apoio dos Estados Unidos e de todos os países democráticos, consubstanciado no reconhecimento do governo revolucionário que se implantara no nosso País.

Sobre o comportamento do Congresso Nacional, em apoio à Revolução, no meu modo de ver foi tíbio e contraditório, o que, aliás, está de acordo com a postura, eticamente amoral, da grande maioria dos nossos representantes, politiqueiros que

vivem quase sempre ao sabor do oportunismo mais deslavado. Entretanto, para ser justo, devo ressaltar a adesão e o apoio à Revolução dos governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Carlos Lacerda, do então Estado da Guanabara, e Adhemar de Barros, do Estado de São Paulo. Na área militar, os principais líderes foram o Marechal Odylio Denys e os generais Olympio Mourão Filho, Antônio Carlos Muricy e Castello Branco.

Lamentamos profundamente que, depois de duas décadas de esforço gigantesco – até então a quadragésima economia do mundo, o nosso País passou a ocupar a oitava posição – se tenha dilapidado o patrimônio nacional. E, o pior, de forma mais que autocrática, ditatorial mesmo, em prejuízo dos seus filhos. Hoje, sim, vivemos uma ditadura, a ditadura econômica, desumana e cruel.

É triste constatar o desfile dos brasileiros, pelas ruas das cidades, ostentando o estado miserável a que todos fomos submetidos. Além de humilhados e maltrapilhos, sem direito, sequer, a adoecer, pois a saúde pública apodreceu. É desesperador constatar que a educação, a habitação, a malha viária, a segurança pública, enfim, a infra-estrutura sócio-econômica do nosso País foi desmantelada pelo governo neoliberal pós-Revolução. Em nome da modernidade a população ficou desempregada.

A filosofia desse neoliberalismo atual é muito diferente da filosofia da Revolução de 1964, movimento nacionalista inspirado nos estudos da Escola Superior de Guerra, doutrina postergada por antipatriotas, a fim de entregar aos estrangeiros as principais reservas estratégicas do País. Tudo em nome da globalização econômica, que somente interessa ao capital internacional. Acreditamos ser válida a venda de empresas estatais deficitárias, mas nunca a alienação do patrimônio nacional, de relevante interesse social, como as companhias fornecedoras de energia elétrica, de água e esgotos, a Petrobras e outras empresas de caráter estratégico. Em termos práticos, se entregamos essas atividades econômicas à iniciativa privada, as empresas direcionam a sua política de preço para a obtenção, cada vez maior, de lucro, aumentando as tarifas, em detrimento da unidade consumidora. É o que já estamos verificando aqui no Ceará, particularmente com o caso da energia elétrica. Levantamento a que procedi, desde a privatização, indica que as tarifas de energia elétrica sofreram um aumento real de 58%. Um absurdo! Como patriota, como brasileiro, discordamos inteiramente da privatização dos setores estratégicos da economia. Mesmo porque nunca foram deficitários.

Dizer que a doutrina da Escola Superior de Guerra foi inspirada em parâmetros norte-americanos é uma deturpação grosseira da verdade. A doutrina que se estruturou para a formação da Escola Superior de Guerra foi inspirada, urdida e arquitetada nas

universidades francesas. Lá estiveram os generais Golbery do Couto e Silva, Juarez Távora, Castello Branco, o Marechal Odylio Denys, enfim, luminares que trouxeram o aporte de uma experiência vitoriosa na Europa e no mundo, adaptada à realidade e ao interesse brasileiros, de conteúdo rigorosamente nacionalista.

Assim, não tem nenhum fundamento a afirmação de que a Escola Superior de Guerra foi inspirada em modelo norte-americano. Ainda diria mais, tendo ali estudado, posso dar o meu testemunho de que foi um dos melhores cursos que fiz ao longo de minha vida. E fiz cursos de especialização em vários países, como nos Estados Unidos e na Inglaterra, além dos cursos universitários que estão em meu currículo. Portanto, repito, um dos melhores cursos que fiz ao longo de toda a minha trajetória intelectual, foi o curso da Escola Superior de Guerra.

Com relação ao Movimento, em si, não hesito em afirmar que tivemos, na verdade, uma Revolução, termo que exprime, adequadamente, a determinação de restabelecer os laços da tradição democrática brasileira, que estavam ameaçados pelo conluio esquerdizante sob a chefia de João Goulart. Mais tarde, diante da provocação de arruaças e greves políticas, quadro que se agravou em face do acirramento de ações desencadeadas pela esquerda – terrorismo, assalto a bancos, seqüestros, movimentos de guerrilhas etc. – a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi uma conseqüência para a preservação dos ideais revolucionários.

Quanto aos órgãos de informações e de operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI), surgiram para completar o arcabouço inerente à Segurança Nacional. Entretanto, nada mais natural, já que isto é comum a toda estrutura de poder pelo mundo afora. Nos Estados Unidos, por exemplo, eles têm a CIA (Agência Central de Inteligência); na Rússia, a KGB (Polícia Política); e em Israel, o MOSSAD (Agência Central de Inteligência). Aqui no Brasil, até mesmo o governo atual, que se diz ultrademocrático, restabeleceu o sistema de informações que ele mesmo desmontara, como se os países ultrademocráticos não possuíssem os sistemas de informações mais evoluídos e sofisticados do planeta. Aliás, vêm de tempos imemoriais, desde o Império Romano.

Talvez, o principal erro da Revolução tenha sido demorar-se no governo, mesmo assim, conseqüência de dois desvios originais. Primeiro, contemporizou os políticos tradicionais, em sua maioria carreiristas e aproveitadores, diga-se de passagem, que se insinuaram na periferia do Poder, sem nenhuma afinidade com as idéias moralizadoras da Revolução. Em segundo lugar, a bem da verdade, a Revolução, o sistema revolucionário não se preocupou em criar lideranças novas, identificadas com os ideais revolucionários.

A Escola Superior de Guerra, celeiro, centro dinâmico de preparação de novos líderes e estadistas, estava pronta caso fosse acionada. Como é o caso do próprio Presidente Castello Branco. A propósito, na última reunião do ministério, já na fase das despedidas do Governo, lembrando como usara o Poder, disse: "Não quis nem usei o Poder como instrumento de prepotência. Não quis nem usei o Poder para a glória pessoal ou a vaidade dos fáceis aplausos. Dele nunca me servi." Essa afirmação do Presidente Castello Branco aplica-se a todos os presidentes revolucionários. Todos se enquadram nesses parâmetros e não se locupletaram, nem se beneficiaram das benesses e regalias do Poder. Foram todos honestos, corretos e dignos. Como resultado desse comportamento, foi possível, durante os governos militares, o grande passo para o progresso. Chegou-se a falar até em milagre brasileiro, tão grande era o seu ritmo.

No campo energético, podemos dizer que as grandes hidrelétricas foram construídas nesse período. Itaipu é o exemplo mais expressivo, para não ir muito longe. Nas comunicações, a Embratel corporificou a expansão da rede de comunicação. Outra importante realização foi o Pró-Álcool, posteriormente desprezado e até extinto, fruto da pressão exercida pelo cartel do petróleo, infelizmente. Sob o ponto de vista econômico, teria sido uma grande saída para o Brasil. Além de substituir o petróleo, essa energia alternativa gerava uma grande massa de empregos na agricultura. O Pró-Álcool era tão importante que, durante alguns anos, a produção de carros a álcool chegou a 80%, contra 20% de carros movidos a gasolina e a óleo diesel, o que dá uma idéia da magnitude do programa, que deveria ter sido intensificado, e não extinto.

Ainda dentro desse contexto verificou-se o desenvolvimento da Petrobras, com o aperfeiçoamento da prospecção de petróleo em águas profundas, que foi uma marca brasileira. Basta dizer que a produção de petróleo subiu de 280 mil barris/dia, em 1964, para 695 mil barris/dia, em 1985. Outro ponto importante foi a criação do Banco Nacional da Habitação, que permitiu à classe média a aquisição da casa própria, e criou o programa de construção de casas populares, priorizando a população de baixa renda.

Um outro dado muito significativo refere-se ao nível de emprego da População Economicamente Ativa (PEA), que serve para aferir o compromisso e a responsabilidade dos governos com a Nação. Pois bem, durante o período revolucionário a taxa de desemprego, no seu maior nível, ocorreu no Governo do Presidente João Figueiredo, e não passou de 4,9%. Entretanto, divulgou-se recentemente que, em fevereiro de 2001, a taxa de desemprego no Brasil alcançou os 9,8% e, em São Paulo, 11,7%. Comparativamente, esses indicadores revelam o sofrimento do povo

brasileiro que, além de perder o emprego, teve os salários reduzidos e confiscados. Tudo em nome da modernidade, do desenvolvimento tecnológico ou da abertura de mercados, esquecendo-se, o governo, de priorizar o homem, que merece respeito – ou deveria merecê-lo – pois, sem ele, nada mais faz sentido. Nem mesmo o lucro, quase sempre extorsivo.

Quando terminou o Governo Figueiredo a nossa dívida externa era de US$ 11,8 bilhões e, hoje, está em cerca de US$ 365 bilhões. Nos governos militares havia um superávit na balança comercial de US$ 8 a US$ 10 bilhões, o que significa dizer que o Brasil exportava mais do que importava. Atualmente, com a globalização, os déficits se sucederam, oscilando entre US$ 6 e US$ 8 bilhões anualmente. Esses números dispensam qualquer comentário. Infelizmente, os governos subseqüentes não deram prosseguimento à ordem de construção do progresso. A atual crise energética, por falta de investimentos no setor, é bem uma prova deste descalabro. Não se construíram novas hidrelétricas, e nem novas linhas de transmissão. O Nordeste, por exemplo, poderia estar a salvo desse problema energético se, em vez de uma linha de transmissão, tivéssemos três ou quatro linhas de Tucuruí para suprir as nossas carências.

O estoque da dívida externa líquida, pública e privada, em 1994, era de US$ 107,4 bilhões ou 19,77% do PIB. Em fevereiro de 2000, estava em US$ 205 bilhões, e representava 36,84% do PIB. O Produto Interno Bruto de 1994 foi de US$ 543 bilhões, e o de 1999 fechou em US$ 544,2 bilhões, ou seja, um crescimento insignificante de 0,20%, em cinco anos. O estoque da dívida interna líquida de 1994 era de R$ 87,8 bilhões, ou seja, 25,3% do PIB. Em fevereiro de 2000 esse mesmo estoque elevou-se para R$ 612,5 bilhões ou 61,5% do Produto Interno Bruto nacional. Entre 1990 e 1994 houve um superávit comercial de US$ 63,3 bilhões, mas de 1995 a 2000, um déficit na balança comercial de US$ 24,9 bilhões. As reservas brasileiras que chegaram a US$ 76 bilhões caíram, recentemente, para US$ 23,5 bilhões. Enquanto isso, o buraco orçamentário ano a ano mais se amplia, o que é muito grave.

Uma das principais causas desse descontrole decorre da sonegação fiscal elevadíssima, quem declara é o próprio Secretário da Receita Federal, em entrevista a uma revista brasileira de 29 de maio de 1999. Ele diz tachativamente que, em primeiro lugar, os artifícios legais fazem com que a Receita Federal deixe de arrecadar, em média, R$ 12 bilhões por ano. Dos sessenta e seis maiores bancos brasileiros, a metade não paga imposto de renda. Será que não têm lucro? Ainda mais, um terço das maiores empresas brasileiras também não pagam imposto de renda. A lei permite que qualquer instituição bancária possa verificar a conta de um cidadão,

mas a Receita Federal está impedida disso. Por quê? Algo está visivelmente errado e precisa ser mudado numa reforma tributária urgente.

Não bastasse tanta humilhação, gostaria de lembrar que ante a desagregação, a desorganização e a agitação em que se encontrava o País, os governos revolucionários buscaram resgatar as instituições e colocar o Estado a serviço da Nação. Considerando que o campo era uma das áreas que mais sofria a interferência da esquerda, o Governo do Presidente Castello Branco não hesitou em promulgar o Estatuto da Terra, de concepção, até hoje, reconhecidamente avançada. Infelizmente, os governos mais recentes, principalmente este último – que tanto nos infelicita – não puseram em prática o Estatuto da Terra e, por isso, as antigas "Ligas Camponesas" serviram de inspiração ao atual Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tantos distúrbios vêm provocando nos setores agrários do País.

Hoje em dia, a mídia, dominada por revanchistas esquerdistas, fala em "ditadura militar", referindo-se à Revolução de Março de 1964, e em "anos de chumbo". No entanto, a chamada "ditadura militar" foi bem mais branda que a ditadura de Getúlio Vargas, tão exaltada pelos esquerdistas, que a consideram progressista. Que houve alguns excessos, houve. Entretanto, tais excessos – inerentes a qualquer Revolução – foram apenas deturpações de comportamento realizadas por escalões inferiores, com a desaprovação dos chefes revolucionários. Se comparada à revolução cubana, por exemplo, tão endeusada pelas esquerdas, com o assassinato de milhares de pessoas, o que ocorreu aqui foi uma gota d´água. Fala-se em pouco mais de trezentos óbitos, incluindo a guerrilha do Araguaia. Então, não há como exagerar nessas tintas que são deturpadas pelas esquerdas.

Dizer que os militares se aproveitaram dos governos revolucionários é uma inverdade. Além de não auferir benefícios pessoais ou pecuniários, a categoria militar é a que percebe, hoje, menores salários, principalmente em face do que ganham os membros do Legislativo e do Judiciário. Quer dizer, nem isso os militares fizeram em proveito próprio.

O principal erro da Revolução, como disse antes, foi ter se prolongado muito no Poder. Aliás, se o Presidente Castello Branco não fosse um homem tão puro nos seus ideais teria ficado mais tempo, a fim de concluir o processo revolucionário, proceder aos necessários expurgos, fazer as reformas, reestruturando o que estava transmudado em verdadeira anarquia, em caos administrativo, e depois entregar o governo ao poder civil.

Para o Brasil, o ideal é um regime democrático, o que mais se coaduna com a formação histórica e sociológica da nossa gente. Todavia, naquela conjuntura, um governo despreparado e até irresponsável estava levando o País para a comunização

e para o caos, o que teria sido um erro fatal, atualmente comprovado diante da derrocada do regime comunista da União Soviética. Ao fazer uma análise crítica da realidade atual, posso afirmar que temos uma democracia entre aspas. As medidas provisórias, na prática, são iguais aos decretos-leis e aos atos institucionais do regime militar, não há como negar. Dizer, por outro lado, que naquela época nós não tínhamos liberdade – claro, havia um governo mais autoritário – é sofismar, pois não havia o cerceamento da liberdade, como nos regimes totalitários. Tanto assim que funcionavam, normalmente, o Congresso Nacional e o Judiciário.

A grande missão, hoje, dos verdadeiros patriotas, é o combate à corrupção e à miséria. Urge que se adotem soluções imediatas, pois estão solapando as bases mesmas da nossa sociedade democrática e cristã. E é exatamente a isso tudo que o governo atual está alheio.

A todas essas inquietações soma-se a permanente ameaça de internacionalização da Amazônia. O que fazer, se tudo depende do grau de educação, harmonia e determinação de todos os brasileiros? A cobiça internacional, particularmente dos Estados Unidos, pela Amazônia, cremos ser o grande problema para a manutenção futura da integridade nacional. Por isso, o nosso maior inimigo, hoje, não é o comunismo, sepultado após a queda do Muro de Berlim e a derrocada da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

É preciso executar um projeto amplo de ocupação racional na Amazônia, respeitadas, naturalmente, as condicionantes ecológicas. Um projeto como o Calha Norte, por exemplo, foi criminosamente abandonado. Cabe aqui, por oportuno, a revisão dos espaços ianomâmis. Não tem sentido, à luz de uma análise racional e lógica, que quatro mil e quinhentos índios, os ianomâmis, ocupem um território do tamanho dos estados de Alagoas e Sergipe. Isso dá lugar à penetração de missões estrangeiras, missões travestidas de religiosas, as quais roubam as nossas riquezas minerais e violam o nosso território.

Ao final, dirijo-me, particularmente, aos jovens, com quem lido de perto na universidade, mocidade que vive momentos de decepção, de incredulidade e apreensão. A essa mocidade devemos transmitir um legado não apenas material, mas de cunho espiritual, herdado de outros que se dedicaram à missão de conquistar, desbravar, construir e solidificar as bases de nossa civilização tropical. Sem recuos nem desfalecimentos. Mas o que está por fazer exige um aperfeiçoamento constante, uma preparação para a grande missão.

Todos admitimos que a velha democracia liberal, da centúria passada, apresenta-se desarmada para a luta do novo milênio. Eis que uma nova democracia deve surgir com um cunho social, sem transformar o Estado no mais frio dos

monstros frios, como dizia o filósofo Nietzsche. A democracia social procura realizar mais a igualdade do que a liberdade. Mas não sacrifica a liberdade: disciplina-a apenas, e tenta resguardá-la. Sem hipertrofia do Poder, sem esmagamento do seu ideal muito humano de progresso, de aperfeiçoamento individual e de ascensão de todos na escala social.

Por isso, diria, ao encerrar, se é verdade que a atual geração de políticos e administradores, ora no Poder, fracassou em seus desígnios, temos de admitir que a nova geração, hoje nos bancos escolares, será uma geração sacrificada, para se tornar uma geração salvadora. Só assim poderemos, confiantes, repetir com o grande poeta indiano Rabindranath Tagore: “Dentro desse céu de liberdade, ó Senhor, deixe que se erga a nossa Pátria!”

Engenheiro Agrônomo Francisco Valter Vieira

- Natural da Cidade de Ipaumirim, CE.
- Cursos civis: Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal do Ceará (UFC); mestre em Ciências, Área de Construção em Entomologia pela Universidade de São Paulo (USP); doutor em Entomologia Agrícola (USP). Cursos militares: curso de formação de cabo e de sargento (1956 e 1957).
- Cargos e funções militares desempenhados: Data de praça: 7/06/1955; sargento identificador-datiloscopista, servindo no Quartel-General da 10ª Região Militar (QGR/10); passou à reserva no posto de 2º-Tenente do Quadro de Oficiais Especialistas (QOE).
- Cargos e funções civis desempenhados: chefe da Administração do "Campus" da Escola de Agronomia (UFC); atualmente professor do Centro de Ciências Agrárias (UFC); chefe do Departamento de Fitotecnia do Centro de Ciências Agrárias da UFC, desde 1991; coordenador do curso de Pós-Graduação em Agronomia/Fitotecnia do Centro de Ciências Agrárias da UFC (1995-1996); bolsista pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (1983-1996); consultor científico do CNPq e Fundação Cearense de Auxílio à Pesquisa (FUNCAP); presidente do Lions Clube de Fortaleza (1991-1992).
- Produção intelectual: Inúmeros trabalhos científicos, entre os quais: *Princípios de Morfologia de Insetos e Ácaros* – Livro Didático (1999).

Entrevista realizada em 07 de novembro de 2001.

Os antecedentes que motivaram a Contra-Revolução de 31 de Março de 1964 remontam a Intentona Comunista de 1935, como marco inicial. Analisando sucintamente o quadro político brasileiro após esse episódio, destacaria os seguintes aspectos. O Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), na obstinação de construir a cidade de Brasília, colocaria um dos tijolos na construção do Movimento de 1964. De um lado, pela emissão indiscriminada de papel-moeda, responsável pela hiperinflação a que submetera o País. De outra parte, pela corrupção do seu governo, num desvio escandaloso do dinheiro do povo, concedido para o financiamento de obras de fachada, meramente políticas, espoliativas, em vez de priorizar as necessidades da população.

O Presidente Jânio Quadros, também, contribuiu para a eclosão daquele Movimento, pois a sua renúncia levaria o Vice-Presidente João Goulart à chefia do Poder Executivo. Antes, no entanto, ter-se-ia que contornar uma crise política, vez que os antecedentes ideológicos de Jango desaconselhavam a sua efetivação no cargo mais importante da República.

Todavia, o próprio período do Governo Jânio, por seu comportamento, deixava antever que o País estava à deriva, desgovernado. O Presidente deixara-se envolver por problemas insignificantes – a interdição das rinhas e do uso do biquíni – ignorando os problemas sociais cruciantes do Brasil.

Posteriormente, o Presidente Jânio Quadros concederia ao guerrilheiro Che Guevara a Comenda do Cruzeiro do Sul, atitude intempestiva que revoltou a muitos, pela forte influência, sabidamente comunista, que aquele guerrilheiro exercia em todos os países limítrofes ao nosso.

Evidentemente, as Forças Armadas estavam preocupadas com a iminente ameaça do socialismo marxista que, no seu bojo, prenunciava a desorganização do nosso ideário democrático, a desordem e o tumulto generalizados, bem como a devastação das nossas tradições cristãs – conjunto de valores que sempre guardaram como sentinelas avançadas.

A propósito, convém lembrar que por ocasião da renúncia de Jânio Quadros – premido por pressões ao seu governo, alegando forças ocultas, fato até hoje sem uma explicação convincente – o Vice-Presidente João Goulart encontrava-se em visita à República Popular da China. Iniciou-se, então, junto ao Congresso, um movimento que, em nome da preservação da legalidade, do respeito à Constituição, defendia a posse de João Goulart. Tal iniciativa encontrou receptividade até mesmo nas Forças Armadas, fato que se pode atribuir ao espírito legalista dos nossos militares.

Entretanto, de maneira sábia, por iniciativa de políticos experientes, moderados, chamados de conservadores, criou-se uma estratégia para diminuir os poderes do Presidente da República, instalando-se o regime parlamentarista. O Presiden-

te da República se transformava numa figura menos poderosa e mais decorativa, passando ao Primeiro-Ministro a chefia do Governo. Mas as lideranças políticas, estimuladas pelo próprio presidente, passam a terçar não só pelo retorno ao regime anterior, mas também pela implantação de uma república sindicalista e a entrega do Poder aos comunistas.

Ora, quem não se recorda das ofensas aos militares, da intimidação às lideranças militares? Falava-se até em nomes que cairiam diante dos "paredões". O próprio Exército foi contaminado nos seus escalões inferiores, pela indisciplina de cabos e soldados. No Ceará elegeram até um sargento, o sargento Garcia, a deputado federal. Inclusive nos clubes de sargentos do Exército, da Aeronáutica e da Marinha havia pronunciamentos explosivos, subversivos. Eu mesmo fui testemunha de uma reunião no nosso Clube General Sampaio, ocasião em que alguns sargentos propuseram solidariedade a este movimento rebelde, indisciplinado, com o apoio não só ao sargento Garcia – que fomentava a indisciplina nos quartéis – mas também aos projetos esquerdistas, demagógicos, do Presidente João Goulart.

Por ocasião do comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, ladeado por sargentos, o presidente da República tomou algumas medidas demagógicas, de repercussão muito negativa junto à família brasileira e às lideranças responsáveis deste País, sendo exemplo o decreto que autorizava a desapropriação de terras às margens das principais ferrovias e rodovias brasileiras, 13km à direita e à esquerda, justamente aquelas terras produtivas que já tinham proprietários e não tinham problemas de escoamento da produção. Tomadas, nunca foram indenizadas. Felizmente foram restituídas depois, pela Revolução, aos seus legítimos donos.

Outro ato bastante grave na área militar foi o motim dos marinheiros, liderado pelo cabo Anselmo, no Rio de Janeiro. Os militares já não obedeciam e até desprezavam e provocavam os seus superiores hierárquicos. Enfim, depois de um almoço no Automóvel Clube do Brasil no Rio de Janeiro, oportunidade em que o presidente foi presenteado com uma bandeja, oferenda dos sargentos e cabos das nossas Forças Armadas, eis que a Revolução eclodiria, sob a liderança do Marechal Castello Branco e do General Mourão Filho, entre outros.

No meio civil, o apoio de governadores foi essencial ao êxito da Revolução. Destacaria Magalhães Pinto, em Minas Gerais; Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro; Adhemar de Barros, em São Paulo; e Ildo Meneghetti, no Rio Grande do Sul.

Estes foram os principais fatos que, a meu juízo, determinaram, desaguaram na Revolução de 1964 e que, na verdade, revelavam o sentimento do povo brasileiro, no limite de sua paciência ante o comportamento irresponsável do Presidente João Goulart. Ele não se preocupou em administrar, mas em oferecer condições para que o comunis-

mo se instalasse no nosso País. Acredito que, por isso, o êxito da Revolução veio de modo pacífico, sem derramamento de sangue.

Vitoriosa a Revolução, foi possível observar que a oposição e as entidades de esquerda não estavam mesmo preparadas para assumir o Poder, pois não dispunham sequer de um projeto para o País, a não ser o estímulo à desordem e à subversão. Para se ter uma idéia, nas universidades prevalecia o discurso populista de que 50% das vagas deveriam ser reservadas para os filhos dos trabalhadores. Ou seja, havia uma participação provocativa das lideranças sindicais com o objetivo de doutrinar os jovens universitários.

A Contra-Revolução de 31 de Março de 1964, reagiu à conjuntura sucintamente descrita. Forjou-se, como disse, a partir da Intentona Comunista de 1935, passando pelo Estado Novo, período em que se vivenciava uma atmosfera de base esquerdista, estreitamente vinculada à influência de Luís Carlos Prestes. A sociedade, felizmente, rechaçou as idéias que se tentavam implantar no País e emprestou apoio e solidariedade às Forças Armadas, principalmente ao Exército, que soube preservar a identidade nacional e manter a nossa tradição de povo ordeiro e cristão.

Hoje, contemplando-se o período revolucionário, vê-se que foi extremamente favorável ao País, por maior que seja a má vontade de alguns. Basta esquadrinhá-lo, sob qualquer aspecto, em relação ao período anterior a 1964 e posterior ao ano de 1985.

Inicialmente, eleito pelo Congresso, o Presidente Castello Branco (11.04.64-15.03.67) teria que administrar, como dizia, a massa falida em que se transformara o Brasil, herança da irresponsabilidade de maus brasileiros. Daí, a preocupação em recuperar a credibilidade, a ética e a moral das instituições governamentais. A Reforma Administrativa representa muito bem o esforço para enfrentar a realidade de então. Por outro lado, algumas entre as várias realizações exprimem a grande preocupação em atender aos anseios e aspirações do povo. O Estatuto da Terra, a política agrária, o desejo de manter o homem no campo, ligado às suas raízes, fazendo o que sabe e o que gosta de fazer, trabalhando para o desenvolvimento do País. O Banco Nacional da Habitação, tornando realidade o sonho da casa própria para milhões de brasileiros. A criação do Banco Central, a adoção de uma política monetária realista e eficaz, permitindo controlar o câmbio, valorizar a nossa moeda e reduzir a dívida externa.

O Presidente Costa e Silva, não obstante seu curto período de governo (15.03.67-31.08.69), resultado dos problemas de saúde que lhe ceifaram a vida, conseguiu manter a inflação sob controle.

Durante o Governo do Presidente Médici (30.10.69-15.03.74) o País assistiu à implantação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), o maior programa de distribuição de renda da América Latina, atendendo a milhões de trabalhadores rurais, até então abandonados à própria sorte, pois que sem direito à aposenta-

doria. Esta foi uma medida de transcendental importância para o campo, onde morava a maioria da população brasileira e a mais pobre. No interior não existia uma política creditícia ou de financiamento para a agricultura, de apoio aos pequenos produtores. A pobreza, ali, era muito grande, muito acentuada, e não se manifestava em toda sua grandeza e necessidades porque o homem campestre era pacato, e expressava muito a figura do Jeca Tatu, era o homem conformado por falta de cultura. No entanto, a contribuição do pequeno agricultor, em termos de produção de alimentos, era tão significativa que a criação do Funrural e a extensão dos seus benefícios à grande família do campo, passaram a se constituir numa questão de justiça social.

O Governo do Presidente Ernesto Geisel (15.03.74-15.03.79), não obstante as dificuldades decorrentes da crise do petróleo, manteve o País voltado para a sua destinação como potência, sobretudo para a dignidade dos seus filhos, estes que são os responsáveis por sua grandeza. Durante o seu governo ocorreu a implantação das usinas de energia nuclear de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro. Graças à sua visão de estadista, Geisel soube manter, com altivez, a soberania nacional, em que pese as pressões de ordem internacional. Com o mérito de haver sido o artífice da distensão política, lenta, mas firme e gradual.

Fechando o ciclo dos presidentes militares viria o General João Baptista de Oliveira Figueiredo (15.03.79-15.03.85), fértil por suas realizações e por devolver o País à plenitude democrática. Atualmente, diante da realidade do "apagão", o Governo Figueiredo assoma grandioso, em face da importância das hidrelétricas em funcionamento: Itaipu, Boa Esperança, Tucuruí, Sobradinho, Xingó. Figueiredo foi coadjuvado pela inteligência e dinamismo, perspicácia e clarividência do Ministro de Minas e Energia, Coronel César Cals de Oliveira Filho, responsável pela introdução de fontes alternativas na matriz energética do nosso País – inclusive, o carvão, fóssil praticamente ignorado e subutilizado –, com destaque para o Pró-Álcool, que não obstante os ataques, a sabotagem e o boicote que se lhe impuseram, repercutiu profundamente na vida econômica e social do Brasil.

Em matéria de infra-estrutura, os governos militares tiraram o Brasil do acanhamento. Não havia grandes vias de escoamento de produção, mas estradas carroçáveis, estreitas, estradas vicinais não concebidas pela Engenharia. Em termos de telecomunicações, basta lembrar, por exemplo, que o Ceará não falava com o próprio Ceará e, em dez anos, falava, estava ligado com o mundo todo, via Embratel.

No conjunto, ao período revolucionário creditam-se obras que transformaram o perfil da Nação e do País. Se o Brasil, em 1964, ocupava a 48ª posição, em termos de riqueza, e saltou, em 1973, para o oitavo PIB do mundo, evidentemente se trata de uma constatação, e não de uma falácia.

Em vinte anos de governo os militares e as Forças Armadas não se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem. Eu até digo, e muita gente diz, são homens despojados de interesses pessoais, escrupulosos por causa da sua formação cívico-militar, patriotas que não se aproveitaram do *status quo* em benefício próprio. Os militares continuam pobres e com baixos salários. O seu salário maior, o seu soldo maior continua sendo a dedicação ao trabalho, o apego à caserna e o amor ao Brasil.

Infelizmente, o socialismo marxista derrotado pelos militares ainda sobrevive, e se revitaliza explorando os desníveis sociais, a corrupção e a miséria, conseqüência dos baixos níveis de educação e dos maus costumes políticos. O ideal seria que o capitalismo humanizado, por meio de leis socialmente justas, pudesse ser uma alternativa concreta, instrumento que conferisse dignidade ao homem. Algo concreto e diferente do socialismo utópico.

O desnível social do Brasil será grandemente reduzido através da educação, da distribuição democrática da riqueza, da criação de oportunidades que abranjam o segmento social mais numeroso e mais carente da sociedade. Não bastasse, internamente, os desafios da luta contra os desníveis sociais e os maus costumes políticos, a corrupção e a impunidade, eis que surge, ameaçadora, a globalização da economia, cujos mentores podem vencer – diferentemente do conflito armado – sem o emprego de meios bélicos, confiantes na tibieza autóctone, submetida ao pragmatismo frio do monetarismo alienígena.

Diante da magnitude das dificuldades faz-se necessária vigorosa cruzada cívica com base na participação harmônica e consciente de todos os brasileiros. Do contrário, não creio nos seja possível enfrentar sequer os obstáculos internos, quanto mais a guerra surda e suja da agiotagem global, ungida pelo mundo oficial.

É lamentável que certa mídia, nos dias de hoje, não apenas sonegue as realizações do período revolucionário, mas também promova o patrulhamento sobre as Forças Armadas e os militares. Sobretudo porque, ao afastar-se da imparcialidade, fere os princípios éticos, e faz chegar à opinião pública versões que não se coadunam com a verdade dos fatos. Outrossim, porque, ao oferecer uma versão particular, distorcida pelo enfoque ideológico, sonega e nega às gerações futuras o direito sagrado de conhecer a verdade sobre a Revolução de 1964. O que ela fez e deixou de fazer pelo Brasil. É lamentável, enfim, por açular a sociedade contra as Forças Armadas e os militares, eles que são povo, na sua essência, pois provenientes de todos os estratos sociais.

Por isso, a importância transcendental deste Projeto. Ao alcance de quantos desejem conhecê-lo, oferece a vantagem de chegar aos consulentes com a credibilidade da fonte que o produziu.

Engenheiro César Cals de Oliveira Neto

- Natural da Cidade de Fortaleza, CE.
- Principais cargos e funções desempenhadas: chefe de gabinete da Casa Civil do Governo do Estado do Ceará; diretor técnico da Empresa Brasileira de Transporte Urbano (EBTU); coordenador do Núcleo de Desenvolvimento Tecnológico de Transporte e Trânsito, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professor da Escola de Engenharia e da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da UFRJ; engenheiro da Secretaria de Infra-Estrutura da Prefeitura Municipal de Fortaleza; presidente da Câmara de Comércio Brasil-Malásia (três mandatos); presidente da BCV – Engenharia, Planejamento e Consultoria Internacional Ltda e consultor e coordenador da Área de Engenharia de Informações da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC).
- Foi Deputado Federal em três legislaturas; Prefeito Municipal de Fortaleza; Líder do Partido Social Democrático (PSD), na Câmara dos Deputados e na Assembléia Nacional Constituinte.
- Cursos: Engenharia Civil, na Universidade Federal do Ceará (UFC), com curso de pós-graduação e estágio de especialização da ACTIN/Paris, em 1978.

Entrevista realizada em 13 de junho de 2001.

A Revolução de Março de 1964 é um fato histórico da mais alta relevância para o nosso País. Tive a oportunidade de vivenciar uma parte dessa história, ainda na Escola de Engenharia, sobretudo com a visão do engenheiro, discutindo sobre as obras que estavam sendo realizadas, obras da maior importância. Logo no início do governo da Revolução, viam-se algumas realizações como, por exemplo, a hidrelétrica de Boa Esperança, no Estado do Piauí, sob a presidência do Coronel e engenheiro civil César Cals. Esta usina, que recebera absoluta prioridade, trouxe uma verdadeira transformação, principalmente para os estados do Maranhão e Piauí, e está totalmente integrada ao sistema brasileiro, através da sua ligação com as outras usinas da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

Na Escola de Engenharia, discutia-se muito os programas de habitação do Governo Castello Branco, pois, criado o Banco Nacional da Habitação (BNH), estava em curso no País a construção de grandes projetos habitacionais. Paralelamente, instituíra-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fonte de recursos para o financiamento da habitação popular, hoje enfrentando grandes dificuldades.

Mantive, depois, algum contato com a administração do Presidente Ernesto Geisel, responsável, também, por alguns programas importantes na área de engenharia, objeto de discussões no âmbito da universidade. Posteriormente, tive a honra de participar do Governo João Figueiredo, quando fui diretor técnico da Empresa Brasileira de Transporte Urbano (EBTU), responsável pela política nacional de desenvolvimento do sistema de transportes das regiões metropolitanas e outras áreas urbanas.

Os grandes investimentos na área de transporte urbano foram realizados ainda na administração dos governos da Revolução e contemplaram principalmente duas vertentes: a construção da malha ferroviária para o transporte de passageiros e a melhoria dos corredores de transporte coletivo. Milhares de quilômetros foram pavimentados para melhorar as condições de tráfego dos ônibus, exatamente nas áreas mais pobres, na periferia das grandes cidades, situadas nas regiões metropolitanas correspondentes.

Por sinal, há poucos dias, em Washington, manuseando um relatório do Banco Mundial, pude constatar uma referência a um dos programas executados pela EBTU no Governo Figueiredo, o Programa de Pavimentação em Áreas de Baixa Renda, citado como exemplo para o mundo inteiro como um programa de sucesso, de baixo custo e com um alto retorno, com grandes benefícios para as camadas mais humildes da população. Lamentavelmente, depois da administração do Presidente Figueiredo, a EBTU foi extinta, em obediência ao “programa” para “enxugar” a máquina administrativa, reduzir o “custo” Brasil ou despropósito que o valha.

No Governo Figueiredo, ainda mantive contatos em outras áreas, além de transportes, pois, como prefeito de Fortaleza, fazia parte da mesma integração, do mesmo sistema de governo. E o Governo Figueiredo nos apoiou fortemente numa época em que enfrentamos muitas dificuldades, agravadas pelos cinco anos de seca. Durante aquele período o Governo Federal autorizou a construção, nos bairros pobres de Fortaleza, de mais de cento e cinqüenta chafarizes, trazendo água limpa, pura e, sobretudo, gratuita para a população.

Ainda como prefeito de Fortaleza recebi o Ministro Mário Andreazza, que assinou um programa de construção de barragens para o Ceará, dentro de uma discussão sobre a transposição de águas do Rio São Francisco. A teoria do Ministro Andreazza previa construir os reservatórios para que, depois, o excedente de água do São Francisco pudesse ser transferido para a região Nordeste. E agora se volta a discutir a possível transposição de águas do Rio Tocantins para o São Francisco, e águas do Rio São Francisco para o semi-árido nordestino, ou mesmo de águas do Tocantins diretamente para o Nordeste. Infelizmente esta obra, que é verdadeiramente imprescindível para o desenvolvimento do Nordeste, continua sendo postergada.

Ainda sobre a administração dos presidentes militares, quero me reportar a um fato do qual sou testemunha ocular. Como deputado federal e integrando um grupo de parlamentares convidado pelo governo americano para visitar várias instituições nos Estados Unidos, em Nova Iorque, tivemos a oportunidade de participar de um debate com um dos vice-presidentes do Citybank. Dizia ele que a grande dívida externa do Brasil, diferente de outras repúblicas da América Latina e até mesmo do mundo, fora construída através da aplicação maciça de recursos em sua infra-estrutura. E falava sobre telecomunicações, transportes e energia.

Enfim, tive o privilégio de estar em contato com a Revolução não só através das conversas de meu pai, César Cals de Oliveira Filho – um dos soldados que aplicaram toda a sua técnica, sua honestidade, sua seriedade, seu trabalho, em favor dos ideais de construir um Brasil grande, um Brasil brasileiro, um Brasil desenvolvido, um Brasil em paz social – mas também, pela área de engenharia, como partícipe de algumas das grandes obras realizadas pelo Movimento.

Entre os anos de 1969 e 1973, em pleno Governo Emílio Médici, o nosso País experimentou uma fase extraordinária de crescimento econômico, conhecida como o "milagre brasileiro". O produto interno bruto vinha crescendo a taxas anuais de 11%, e a inflação se mantinha em torno de 18% ao ano. Mas no último trimestre de 1973 surgiria a grande crise do petróleo – das maiores já ocorridas – resultado da guerra entre Estados árabes e Israel. Os países do Golfo Pérsico, integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), reduziram a sua oferta,

em função do que houve um aumento vertiginoso no preço do barril. Como o nosso País produzia apenas 15% ou 16% do petróleo que consumia, é fácil depreender o impacto, o grande choque desfechado contra a economia brasileira.

Ainda no início da administração do Presidente Figueiredo, seu Ministro das Minas e Energia, o Coronel César Cals, por decisão de Figueiredo, aceitou como um desafio a construção do que ele chamou de "modelo energético brasileiro". E na busca dessa construção foi ao encontro de todos os segmentos da sociedade, viajando aos rincões do Brasil, discutindo com cientistas, discutindo nas universidades, discutindo com as associações de classe, com as federações de indústrias e de trabalhadores.

Estimulou um grande debate nacional, aberto a todas as forças vivas com maior interesse no setor energético. Foram dezenas de seminários em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Amazônia, no Nordeste, no Centro-Oeste e no Sul, procurando coletar informações e sugestões com vistas à implantação de uma matriz energética própria, campo em que não existiam iniciativas consolidadas. O Brasil era ainda incipiente nessa matéria. Ao mesmo tempo, essa discussão serviria para diagnosticar toda a problemática do petróleo.

No início da administração do Presidente Figueiredo – ressaltava o Ministro César Cals – o Brasil produzia 164 mil barris/dia de petróleo e consumia mais de um milhão de barris/dia. Quer dizer, produzia cerca de 15% e importava aproximadamente 85% das suas necessidades de petróleo. E o pior é que o nosso País adotava um modelo energético que tinha por base o uso do petróleo, esquecendo-se do seu grande potencial hidrelétrico. Em outras palavras, a matriz do consumo brasileiro de energia exibia um descompasso gritante na utilização das suas fontes de produção. Para se ter uma idéia, em termos de EP (equivalente em petróleo), em 1979 o Brasil consumia, aproximadamente, 55 milhões de toneladas EP de derivados de petróleo e praticamente 31 milhões de toneladas EP em energia elétrica.

Ao final de seis anos, os 31 milhões passaram para 45 milhões, o que representa um aumento de quase 50% na oferta brasileira de energia elétrica, atendida pelos investimentos aplicados na construção ou ampliação de hidrelétricas. Vale a pena observar que enquanto a energia elétrica cresceu 50%, na matriz de consumo energético brasileiro, as importações de petróleo decresceram da ordem de vinte por cento (20%). Ao reduzir as importações de petróleo, o Brasil evitava a remessa de bilhões de dólares para pagamento aos fornecedores, deixando de financiar milhares de empregos no exterior em benefício da mão-de-obra brasileira.

Para se ter uma idéia, o dispêndio de divisas do País com petróleo e derivados, com a crise, aumentou mais de dez vezes, chegando a alcançar a casa dos dez

bilhões de dólares em 1981. Os investimentos nas atividades de exploração e produção, ao lado do forte desenvolvimento de alternativas energéticas e dos esforços na área de conservação de energia contribuíram para reduzir a dependência energética e para que o País pudesse conseguir que o dispêndio líquido de divisas com importação de óleo e derivados caísse para cerca de três bilhões de dólares.

Na área de petróleo, podemos destacar ainda os seguintes fatos:

• Para conseguir produzir em águas na faixa de 120 metros, a Petrobras buscou a tecnologia disponível no exterior. Assim foi implantada a primeira fase de produção da bacia de Campos, que permitiu ao Brasil aumentar substancialmente a produção de petróleo. A Petrobras ampliou ainda a utilização dos sistemas de antecipação de produção, com grandes benefícios. Foi possível antecipar receitas e realizar o domínio gradual da tecnologia de exploração submarina. A produção passou, assim, a bater sucessivos recordes.

• Foi implantado na década de 1980 o projeto conhecido como "fundo de barril", através da adaptação das instalações industriais da Petrobras para atender à elevação do consumo de derivados. Seu objetivo era transformar os excedentes de óleo combustível em derivados como o diesel, a gasolina e o gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha), de maior valor.

• Outro marco da década foi a atenção especial dispensada à preservação do meio ambiente. A Petrobras passou a dedicar grande quantidade de recursos ao treinamento e à educação ambiental, assim como ao desenvolvimento de tecnologias específicas de proteção ao meio ambiente e a adoção de um programa de melhoria da qualidade dos combustíveis.

• Em 1980, entra em operação a Refinaria Henrique Lage (Revap), em São José dos Campos, SP.

• Em 1981, são instalados na bacia de Campos as câmaras submarinas do Sistema Provisório de Produção, com tecnologia desenvolvida pelos técnicos da Petrobras.

• Em 1982, entra em operação o III Pólo Petroquímico, instalado em Triunfo, RS.

• Em 1984, é construído, em São Sebastião (SP), o Centro Modelo de Combate à Poluição no Mar por Óleo, o primeiro do País.

• Ainda em 1984, é alcançada a meta-desafio de produção de 500 mil barris diários de petróleo.

• São realizadas as primeiras descobertas comerciais efetuadas pelas contratantes de risco: gás natural pela Pecten na bacia de Santos e óleo pela brasileira Azevedo Travassos, na parte terrestre da bacia Potiguar (1985).

• Os primeiros campos gigantes em águas profundas na bacia de Campos são descobertos: Albacora (1984) e Marlim (1985).

Este, o modelo energético idealizado pelo Ministro César Cals, que, enquanto priorizava a substituição das importações de petróleo por outras fontes de energia, prosseguia na prospecção desse mineral fóssil em território brasileiro.

A obstinação e o esforço para construir um modelo próprio contemplaram várias alternativas. Como fonte de energia térmica buscou-se, por exemplo, a utilização do carvão mineral e da biomassa produzida nas propriedades rurais; a construção de biodigestores em sítios e fazendas nos estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Bahia permitiu iluminar casas e alimentar alguns eletrodomésticos.

Anteriormente, como Diretor de Coordenação da Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S. A., no Governo Geisel, lembro-me bem de que o Coronel César Cals, já falava da energia eólica como fonte alternativa, sendo o Nordeste detentor de grande potencial pela predominância da luz solar durante, praticamente, os 12 meses do ano. Ora, a energia eólica nada mais é do que uma energia, vamos dizer, derivada da energia solar. Em função das diferenças de temperatura e pressão, principalmente, há uma movimentação de ventos e conseqüentemente os aerogeradores são movidos, produzindo, então, a energia elétrica.

E o que acontece? No período de agosto a dezembro a energia eólica está mais forte, exatamente quando o nível das águas está mais baixo, quando se tem que poupar energia hidráulica, como na crise que ora vive o Brasil. Atualmente, em termos de energia eólica, são várias Itaipus no País, sendo que só o Estado do Ceará – com aerogeradores a 50m de altura – possui uma capacidade para produzir o equivalente a meia Itaipu.

E qual a contribuição da energia nuclear na formulação do modelo energético brasileiro? Todos sabemos que a sua maior dificuldade está associada à ameaça ao meio ambiente. No entanto, tal problema será transposto, com toda certeza, pela tecnologia. Hoje, por exemplo, o índice da "sujeira" ou "lixo atômico" de usinas nucleares desenvolvidas na África do Sul está muito abaixo do índice registrado há algumas décadas. Não precisa ser muito letrado para perceber que a tecnologia avança vertiginosamente, sendo razoável a estimativa de que, em pouco tempo, a ciência terá encontrado a solução adequada para o problema; quer dizer, em breve esta será uma questão totalmente superada.

Agora, é preciso que se diga que a matriz brasileira é basicamente hidráulica, e foi ele, o Ministro César Cals, quem, no Governo Figueiredo, construiu boa parte dessa matriz. Para que se tenha idéia da sua importância, basta salientar que, hoje, a CHESF está vendendo o megawatt-hora hidráulico para as distribuidoras por cerca de R$ 40,00 (quarenta reais), quando o megawatt-hora de qualquer outro tipo de energia custa mais de R$ 100,00 (cem reais), mesmo a energia eólica, uma

das mais baratas dessas novas energias. E como os aproveitamentos hidráulicos brasileiros foram construídos, em boa parte, durante a Revolução, essas usinas já estão amortizadas, diferentemente de um projeto novo.

O valor barato da tarifa precisa ser defendido, para que os produtos brasileiros sejam competitivos, para que o Brasil possa entrar na ALCA (Associação de Livre Comércio das Américas), possa competir nesse mundo globalizado. Porque no Primeiro Mundo, como chamam, existe dinheiro barato, existe tecnologia barata, existem mecanismos de proteção, barreiras protecionistas e organismos internacionais atuantes.

Além do valor da tarifa do megawatt-hora, uma outra vantagem comparativa do nosso modelo é a qualidade da energia, saudável e pura, incapaz de qualquer agressão ao meio ambiente. A Revolução pode-se orgulhar disso. As dificuldades que existem, atualmente, não decorrem, em absoluto, da natureza do modelo, mas, única e exclusivamente, da não aplicação do capital necessário à expansão do sistema, tratado, no mínimo, com descaso, de certa forma até irresponsavelmente.

A partir de 1985, imediatamente após o término do Governo Figueiredo, os investimentos foram diminuindo gradativamente, até culminar com a crise energética que hoje estamos vivendo. Uma crise grave que não depende de fatos externos, não foi provocada por problemas na Argentina, no Oriente Médio e nem tampouco nos Estados Unidos. Quer dizer, as administrações do Brasil pós-revolucionário não investiram como deveriam investir, não administraram corretamente, não houve um bom planejamento para a adequação do problema energético nacional.

Nas discussões de que participo sobre energia, valho-me, costumeiramente, do exemplo de um cavalo puro-sangue, mas sob rigoroso jejum. Não há como vencer a corrida, talvez, nem consiga largar. Comparativamente, a matriz energética brasileira é uma das melhores do mundo e foi construída, em grande parte, como já disse, durante o período revolucionário. Com mérito, diga-se, para o Governo João Figueiredo, durante o qual foram inauguradas as hidrelétricas de Itaipu, Tucuruí, Sobradinho e Paulo Afonso IV e iniciadas as construções de Xingó e Itaparica, grandes projetos nacionais. A demonstrar a excelência da tecnologia hidrelétrica brasileira tem-se, por exemplo, o convite formulado ao Coronel César Cals, tão logo deixou o Ministério das Minas e Energia (MME), para ser o consultor de projeto similar, "Projeto Hidrelétrico de Bakun" – até então arquivado – na Malásia.

E agora, com os "apagões" e o racionamento de energia elétrica que se impôs ao povo brasileiro, seria cômico, se não fosse trágico, atribuir-se problema tão sério à ausência de chuvas, única e exclusivamente. Evidentemente, a falta de chuvas existe, mas vem apenas agravar uma situação que já se estava cristalizando.

Por quê? Quando se vai construir uma hidrelétrica – está nos manuais de procedimentos da Eletrobrás – há que se dimensionar o sistema para o período crítico, isto é, para a época desfavorável do regime de chuvas, da parte hídrica, mais ou menos de quatro a cinco anos. Os manuais de engenharia da Eletrobrás recomendam ainda que, ao dimensionar um sistema, há que se considerar como energia firme a média das energias produzidas dentro do período crítico; ou seja, ele tem que ser suficiente, até mesmo, no período crítico, de grande dificuldade hídrica.

O que aconteceu? Não houve a alocação de recursos necessários à ampliação da oferta de energia; e o sistema energético brasileiro começou a utilizar a reserva hídrica destinada ao período crítico, evitando, destarte, a solução de continuidade no fornecimento de energia ou, como se diz comumente, assegurando a energia firme. Então, o que estamos vivendo hoje, no Brasil? Um período crítico, mas que ainda não é tão grave como o período fixado pela Eletrobrás para o dimensionamento dos seus sistemas hidrelétricos. Se as recomendações técnicas da Eletrobrás tivessem sido cumpridas, o sistema elétrico brasileiro suportaria com a maior tranqüilidade o período crítico que estamos vivendo, hoje, no ano de 2001.

Mais uma vez o quadro atual nos remete ao Governo Figueiredo, período em que a capacidade instalada, isto é, a oferta de energia elétrica cresceu mais do que o consumo. O que, infelizmente, não ocorreu nos governos subseqüentes. De acordo com estudos e discussões na área energética, nos últimos vinte anos o consumo médio de energia cresceu cinco por cento, e a oferta, três por cento. Isto significa que a crise atual no nosso País não pode ser atribuída ao modelo energético. Os responsáveis pelo déficit, na verdade, são os seus administradores, que não quiseram ou não souberam aproveitar a competência da matriz energética nacional.

Cabe lembrar, a propósito, a questão do alumínio, principalmente pelas críticas surgidas ante os projetos de construção de grandes usinas, que demandaram montante considerável de recursos. Uma planta industrial de alumínio exige volume apreciável de energia e nenhuma empresa optaria por construí-la, em especial na Amazônia, praticamente no meio da selva, sem que houvesse condições de operacionalizá-la, principalmente se o suprimento de energia não estivesse assegurado. Mas, essa visão da planta de alumínio não pode ser entendida simplesmente como uma questão de custo-benefício econômico. Evidentemente, envolviam razões de ordem estratégica muito importantes para o País, isto é, há que ser entendida, também, como uma forma de ocupação competente do espaço amazônico, de criar verdadeiras plataformas de ocupação dentro da Amazônia.

Aqui se encontra, talvez, a melhor explicação por que a ação do MME se fez tão presente naquela região. Realmente, dedicara o Ministro César Cals uma atenção

especial à Amazônia. Acredito que não apenas pela visão do engenheiro, do técnico, mas também pela formação castrense, pois o militar brasileiro possui acendrado sentimento nacional. E a Amazônia sempre foi objeto de cobiças internacionais. Daí, o sentimento de proteção, de brasilidade, de integração nacional.

Ele conhecia o grande potencial energético e mineral da Amazônia. Mas as dificuldades eram muito grandes em recursos materiais, financeiros e humanos. Os técnicos, por exemplo, preferiam ficar perto de Copacabana a permanecer no Rio Xingu. Ele entendia, no entanto, que a Amazônia, para ser nossa, deveria ser ocupada racionalmente, de forma competente e, sobretudo, irreversível. Então, o que fez? Na discussão do modelo energético, observou a existência de recursos minerais na Amazônia, verdadeira "anomalia planetária". Não existe, no mundo, concentração mineral de tal magnitude, mas Carajás é uma belíssima "anomalia". Eu, pessoalmente, visitei o Projeto Carajás e me lembro de que até a pista... a brita... a piçarra era escura, acho que de minério com alto teor de ferro, uma coisa espetacular.

Ainda sobre a questão petrolífera, há pouco tempo, consultando a Internet, constatei que a mais alta taxa de crescimento da produção de petróleo na história da Petrobras, desde a sua fundação, por Getúlio Vargas, ocorreu entre os anos de 1979 a 1985. Em segundo lugar, intrínseco à substituição do petróleo, havia uma verdadeira luta contra o desperdício. As estatísticas que temos hoje no Brasil apontam um desperdício da ordem de 15% de energia nas plantas dos projetos industriais, nas residências, no governo etc.

A preocupação do Ministro César Cals com a conservação de energia chegou à elaboração do projeto arquitetônico, que deveria utilizar as fontes naturais, a luz solar e os ventos. As plantas dos projetos industriais deveriam priorizar motores de alta suficiência energética, eliminando-se os processos produtivos inadequados ou obsoletos, desperdiçadores de energia. Foi desenvolvido um grande trabalho de conscientização da sociedade à racionalização do consumo de energia, mesmo porque, o índice de 15%, como perda, nos torna perdulários, como observava o Ministro César Cals. Em 1980, aplicado sobre o petróleo importado, aproximadamente um milhão de barris/dia, representava uma perda considerável de 150 mil barris/dia. A conservação de energia é uma questão atual; ainda hoje a sociedade brasileira gasta muito, desnecessariamente.

O terceiro tripé do modelo energético era a questão das energias renováveis. Até porque as energias que existem no planeta são finitas, a maioria delas. O petróleo e o carvão mineral são exemplos. Por isso, tornou-se oportuno aproveitar a energia eólica e a energia hidráulica e aperfeiçoar as tecnologias disponíveis de aproveitamentos de outras fontes energéticas. Naquela mesma época, instituiu-se a

Comissão Nacional de Hidrogênio, cujo objetivo era também estudar o emprego deste gás como sucedâneo energético. No Nordeste, a idéia inovadora era o aproveitamento da biomassa, compreendendo os resíduos e detritos vegetais e animais, entre eles o bagaço da cana-de-açúcar, às vezes, apodrecendo sem nenhuma aplicação.

Ademais, ainda no Governo Geisel, como Diretor de Coordenação da Eletrobrás, César Cals criou, no Ceará, uma usina para a obtenção do álcool a partir da mandioca e da madeira. São várias as possibilidades. A idéia foi abandonada, mas ainda vai vingar. A Universidade Federal do Ceará, por sinal, tem um grupo de professores, cientistas, muito bom, potencial utilizado pelo Ministro César Cals para desenvolver os projetos correspondentes.

Ainda sobre os recursos renováveis, há que se destacar o Programa do Álcool, ou Pró-Álcool, um desafio de grande repercussão internacional, uma resposta clara do Brasil à crise energética. Este nosso País é surpreendente, a sua criatividade não pode deixar de ser desenvolvida. Atualmente, lamenta-se o desestímulo que os seus administradores vêm inoculando na sociedade; fruto da falta de visão. E naquela época houve – é preciso que se diga – o boicote permanente, a reação surda, a oposição disfarçada ao Pró-Álcool, desafios enfrentados corajosamente pelo Presidente João Figueiredo.

A questão do álcool deve ser tratada de forma mais abrangente, e não apenas sob o enfoque da energia. Primeiro, enquanto o processo produtivo do petróleo envolve grandes corporações transnacionais, exigindo procedimentos sofisticados e superautomatizados, o álcool reclama extensas áreas de terra para o cultivo de cana-de-açúcar, caracterizando-se pelo emprego intensivo de mão-de-obra e de implementos agrícolas de fácil manuseio. Outra vantagem comparativa é a utilização de glebas em todas as regiões do País, gerando milhões de empregos e promovendo a distribuição de renda. O Programa do Álcool foi um dos carros-chefes do Governo Figueiredo, não porque fosse a panacéia ou algo milagroso, mas por priorizar um derivado nacional renovável, um "energético social", diria, pois excelente empregador de mão-de-obra.

Em termos práticos, em 15 de março de 1979 – data que assinala a posse de Figueiredo na Presidência da República – o Brasil possuía carro zero a álcool. Seis anos depois, ao deixar a Presidência, entregara ao País uma frota de 1,2 milhão de veículos movidos a álcool, conquista que se deve à competência dos técnicos do Centro Tecnológico de Aeronáutica (CTA), sediado em São José dos Campos, São Paulo. O próprio Presidente passou boa parte do seu governo utilizando um carro a álcool.

Ao lado da fabricação de motores, instalou-se toda a infra-estrutura de abastecimento, correspondente à rede de postos de combustíveis. Coisa de gente gran-

de, que nenhum país do mundo fez. E o Brasil é referência internacional nesse quadro. Em decorrência do Programa do Álcool desenvolver-se-ia toda uma tecnologia automobilística, toda uma tecnologia de usinas de processamento, de transformação, de produção de álcool. Entendo que esse programa foi sensacional e por isso deve voltar a receber a prioridade do governo brasileiro.

A completar a matriz energética, o Governo brasileiro, à época do Presidente Geisel, celebrara um acordo com o governo da Alemanha para a implantação de um programa nuclear. Posteriormente, esse programa foi objeto de forte oposição, dentro e fora do País, em face da ocorrência de alguns acidentes. Durante o Governo Figueiredo, buscando-se adequá-lo às necessidades internas, decidiu-se pelo essencial, a tecnologia. Os cientistas, os técnicos, as universidades, as empresas precisavam absorver a tecnologia que vinha da Alemanha.

Infelizmente, o Presidente Figueiredo e o Ministro César Cals foram objeto de sórdidas campanhas por parte, até mesmo, de setores da imprensa. Procuravam denegri-los porque tinham decidido adequar o programa nuclear à disponibilidade financeira do País. Praticamente, faltando cinqüenta dias para o término do governo, o Presidente Figueiredo e o Ministro César Cals inauguraram a usina nuclear de Angra I, a primeira usina nuclear brasileira, até hoje produzindo energia.

No âmbito internacional, o MME também realizou ações importantes. Em meio a um cenário de muita dificuldade havia o pensamento, no seio do governo, de que o País poderia tornar-se um parceiro global, e o MME seria o instrumento dessa ação. Precisávamos otimizar a presença brasileira mundo afora. Então, qual era a estratégia? César Cals sabia que a América do Sul era, talvez, o único continente auto-suficiente, sob o ponto de vista energético. Existe petróleo no Brasil, na Venezuela, no Equador; existe carvão; praticamente todos os países da América do Sul têm potencial hidrelétrico expressivo, têm um potencial de gás muito forte, têm as jazidas nucleares.

César Cals foi, inclusive, um dos dirigentes da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE). Lembro-me dele indo para a Nicarágua, para a Colômbia, para diversos países da América do Sul. Ele dizia que a energia poderia ser a base desse mercado latino-americano e ensejar um contexto de maior integração latino-americana. Hoje, tem-se o Mercosul – Mercado Comum do Sul, que não deixa de ser uma vertente ou uma parte dessa integração latino-americana, que ele sonhava mais global, mais abrangente. Claro que o Mercosul é um passo, e a energia um dos instrumentos. Ele procurara também levar a Petrobras para outras regiões, estabelecendo parcerias. O Brasil comprava petróleo e pagava com produtos brasileiros, compensando a balança cambial e gerando empregos, internamente.

Ainda sobre a dinâmica atuação do Ministério de Minas e Energia, para falar de um problema atualíssimo – o racionamento de energia elétrica – não se pode explicar o "apagão" como falta de planejamento ou de execução de novas linhas de transmissão para integrar outras regiões, pois o Ministro César Cals, em nome do Governo Figueiredo, implantou no Nordeste a mais longa linha de transmissão do mundo. E não só essas grandes linhas de transmissão do Norte para o Nordeste, mas todo o esqueleto do sistema integrado Itaipu – São Paulo. A usina de Itaipu ainda hoje é recorde em produção de energia elétrica no mundo.

Sobre os esforços que o Ministro César Cals empreendeu com vistas à implantação de uma refinaria de petróleo no Ceará, gostaria, antes, de ressaltar o seu descortino como administrador. César Cals realmente visualizava o Brasil na sua inteireza e trabalhou exaustivamente para reduzir os desníveis regionais. Daí porque defendera a implantação de uma refinaria de petróleo no Ceará, aspiração que remonta ao Governo Castello Branco. Um investimento dessa monta há que atender a requisitos importantes, previamente analisados.

Em função disso, o Ceará deveria "produzir vantagens". Como? Inicialmente, através de contratos de risco para a perfuração de poços de petróleo em áreas do Ceará e do Rio Grande do Norte, na expectativa de que os lençóis submarinos alcançassem expressiva produção de óleo bruto. E foram instaladas plataformas nos municípios de Aracati e Paracuru, no Ceará; e em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Paralelamente, buscou-se o fortalecimento da fábrica de asfalto de Fortaleza, efetivado por meio da sua ampliação. Houve a implantação da Lubrificantes do Nordeste (Lubnor), a grande fábrica de lubrificantes do Brasil, aqui em Fortaleza, resultado dos investimentos realizados pela Petrobras. Estavam, assim, estabelecidas as condições para que o Ceará fosse merecedor de uma refinaria de petróleo.

Atualmente, o governo do Estado propaga intensamente a construção do Porto do Pecém, prometendo integrá-lo num complexo refinaria-siderurgia. Entretanto, a população, em sua maior parte, desconhece que à Revolução de 1964 coube viabilizar as condições necessárias à integração do complexo refinaria-siderurgia ao porto em epígrafe. O Porto do Pecém é muito importante e constitui uma das alavancas do desenvolvimento do Ceará, mas está incluído dentro de um contexto de infra-estrutura, porque, além do porto, a indústria precisa de energia, cujo suprimento adicional provém desse "leão" que é Tucuruí, além de Sobradinho.

Fortaleza também recebe energia de Tucuruí e de Boa Esperança, através de uma linha de 500 kV. Quer dizer, houve todo um trabalho de oferta de energia, e isso tem implicações claras na decisão de uma indústria de vir para o Ceará. E uma das viabilidades fortes do Porto do Pecém é a possibilidade da instalação de uma

refinaria de petróleo no nosso Estado, cenário sobre o qual o Ministro César Cals teve participação absolutamente fundamental, como já observei.

Com relação à questão mineral, também não é diferente. Seja através da implantação de uma siderúrgica ou de qualquer outra unidade industrial que venha a compor o pólo a que nos estamos referindo, o suprimento mineral vem da região Norte. Mais uma vez, foi o Ministro César Cals o pioneiro na exploração do grande potencial que existe em Carajás.

Um fato importante foi a ligação ferroviária entre Carajás, no Pará, e o Porto de Itaqui, no Maranhão, ligação responsável pelo escoamento da produção mineral. Sobre Itaqui, trata-se de um porto de águas profundas da melhor qualidade, considerado um dos melhores do País. Foi construído para viabilizar o desenvolvimento do grande projeto mineral, sendo Carajás um dos seus carros-chefes.

É claro que a extração mineralógica em Carajás e o escoamento da produção, através da ferrovia, até o Porto de Itaqui, para o transporte marítimo, estejam apoiados, firmemente – em todas as operações – no suprimento de energia, disponível, como disse, através da usina de Tucuruí. Por fim, o último componente, o petróleo, indispensável para que o Porto do Pecém, uma belíssima obra, obtenha sucesso. Petróleo oriundo de Paracuru, no Ceará, e do Rio Grande do Norte. Esse petróleo e o gás natural produzido aqui ou em Guamaré/RN permitirão operacionalizar o parque industrial petroquímico e metal-mecânico, inclusive, usinas termoelétricas.

Ao final da minha participação neste Projeto de História Oral sobre a Revolução de 1964, chego à conclusão de que o tempo decorrido serviu para demonstrar o legado que os governos militares conferiram à Nação. Exemplos de probidade e zelo, mas sobretudo de amor ao País, detentor de um potencial fantástico.

Mas é preciso seriedade, é preciso suor, é preciso muito trabalho. Trabalho que foi desenvolvido pela Revolução, e que encontra uma referência corporificada na belíssima infra-estrutura, que há de ser ampliada, claro, porque o País exige a dinâmica contínua das metas, do progresso.

A matriz energética, o sistema de transportes, o sistema de telecomunicações, a malha rodoviária faz do Brasil um País emergente. Graças, evidentemente, ao trabalho.

O Brasil é um País viável e o seu povo é forte, determinado, altivo. O brasileiro é sobretudo competente. Mas é preciso educação, é preciso tecnologia, é preciso investir na população, que saberá corresponder. Veja-se a questão do racionamento de energia e a resposta cívica que o povo brasileiro está oferecendo.

A Amazônia está sendo ocupada de forma tranqüila. Não temos guerra civil em nenhum lugar do Brasil. Tudo isso é competência. Temos uma cultura e, nesse

aspecto, o Exército, e sobretudo a Revolução, teve um papel muito importante que a História há de contar. Mas o grande exemplo é o trabalho. Homens como César Cals, João Figueiredo, Mário Andreazza e vários outros que conheci, dedicaram as suas vidas à construção deste grande País.

Engenheiro João Paulo Simões Accioly de Carvalho

- Natural da cidade de Quixadá, CE.
- Cursos militares: Escola Preparatória de Cadetes, de Fortaleza (EPF); Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Engenharia Elétrica, no Instituto Militar de Engenharia (IME) e Escola Superior de Guerra (ESG).
- Principais atividades civis: professor do Curso de Engenharia da Universidade Federal do Ceará; membro do Conselho Universitário da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); diretor da Empresa Brasileira de Transporte Urbano (EBTU); presidente das Centrais Elétricas do Piauí; membro do Conselho de Administração da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e da Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (COHEBE); engenheiro-chefe do Escritório Técnico da Comissão de Obras do Exército, em Manaus e na 10ª RM (Ceará); diretor da Indústria Eletrometalúrgica Ltda; Vice-Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Ceará; responsável técnico da firma Correta Engenharia e sócio-gerente da firma TELETRON Engenharia Ltda. Foi presidente do Náutico Atlético Cearense, (1988 a 1994).
- Produção intelectual: *O Problema Energético Brasileiro*, monografia apresentada na ESG; *Plano de Eletrificação do Estado do Piauí*; entre outros.
- Em 1964 era Tenente, aluno do IME, no Rio de Janeiro.

Entrevista realizada em 19 de setembro de 2000.

Devo dizer que me sinto honrado em ter sido lembrado, para contribuir com aquilo que vi e o pouco que vivi ativamente, sobre o que foi a Revolução de 31 de Março de 1964. Minhas análises iniciam no período depois do Estado Novo, quando surgiu João Belchior Marques Goulart, a quem precisamos conhecer para entender 1964.

Com a redemocratização, em 1945, o País, praticamente, apresentava três linhas político-partidárias: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) próximo do "socialismo europeu", isto é, sem o radicalismo ideológico; a União Democrática Nacional (UDN) que incorporava os ideais liberais, considerada mais à direita; e o Partido Social Democrático (PSD) que agrupava os oligarcas que vinham do período ditatorial e os tecnocratas influentes no governo.

Getúlio Vargas, depois de chefiar um governo ditatorial, volta, cinco anos depois, eleito pelo povo. Para a maioria das pessoas foi um paradoxo. Eu me lembro do comício, o primeiro que assisti, que Getúlio fez quando veio ao Ceará, e foi a Maranguape. Levado por meu pai, ele estava muito curioso em ver o Gregório, cuja atuação iria influir muito nos acontecimentos que culminaram com o suicídio de Getúlio.

Eleito Presidente da República, em 1950, Getúlio nomeou João Goulart Ministro do Trabalho, em 1953. Tudo indicava que laços familiares os ligavam, justificando a escolha para o cargo. Jango, como era conhecido Goulart, nasceu no Rio Grande do Sul, filho de um estancieiro. Na terra gaúcha, onde estive, soube que se tratava de um rapaz boêmio e liberal.

Sua linha política se assentou nos sindicatos, influenciado pelo seu cunhado, Leonel Brizola. A efervescência dos movimentos sindicais conduzida pelo "petebismo" provocou reação, principalmente no pessoal da UDN, capitaneada por Carlos Lacerda, responsável por uma firme oposição ao Governo de Vargas. Acusavam Jango de querer implantar no País uma República Sindicalista ao estilo de Perón. A campanha contra Goulart vai crescendo até que, no início de 1954, exigem sua saída do Ministério do Trabalho. Getúlio, forçado, afasta-o.

Nesse ambiente, o Governo começa a ser acusado de corrupção. As denúncias vão se tornando mais fortes e a situação de Getúlio torna-se insuportável com o atentado da Rua Tonelero, de que todos estamos lembrados. Apesar do objetivo ser Lacerda, quem termina atingido é o Major Rubens Vaz, da Força Aérea. As Forças Armadas, que sempre foram nacionalistas e preocupadas com o avanço do comunismo, começam também a reagir contra Getúlio. A reação inicial se generaliza e se amplia. Com isso, se precipita a queda de Getúlio.

Lembro-me de que tive a felicidade, há alguns anos, de pertencer ao conselho da CHESF, presidida, na época, pelo Dr. Apolônio Jorge de Farias Sales. O Dr. Apolônio foi ministro de Vargas na época da ditadura e no regime constitucional. Certa vez, conver-

sando com ele – tínhamos muita intimidade na escola experimental da CHESF – disse: "Dr. Apolônio, o senhor, que conviveu com o Presidente em dois períodos bem distintos, por que Getúlio se suicidou? Mataram Getúlio?" Ele respondeu: "Olhe, o que eu posso dizer é que a pressão sobre o governo existia, todos sabemos, mas a parte mais reservada foi a reunião ministerial que, aliás, não foi nem com todos os ministros. Ele nos convocou ao Palácio naquela noite, nos reuniu, e disse apenas o seguinte: 'Em 1945, os militares me pediram o governo; eu entreguei, porque eles é que me tinham colocado no governo. Agora, estão me pedindo de novo o governo; eu não vou entregar, porque foi o povo que me colocou. Eu só vou sair daqui morto.' Poucas horas depois, tivemos a notícia do suicídio do Presidente Vargas, no dia 24 de agosto de 1954."

Encerrada a fase de Getúlio, Café Filho assume, passa pouco tempo e é convocada a eleição. Juscelino Kubitschek, político das Alterosas, candidato à Presidência da República pelo PSD, é o vencedor do pleito. O período de Juscelino foi marcado por um rápido desenvolvimento, dando margem ao crescimento inflacionário. Juscelino abre o desenvolvimento do País com obras de retorno lento, como Brasília, cujos frutos virão vinte, trinta, quarenta anos depois. Não tínhamos dinheiro, tomou-se emprestado e daí começou o regime inflacionário.

No seu governo, a UDN também lhe faz oposição. Chegou a haver alguns movimentos armados: Jacareacanga e Aragarças, por exemplo, foram dois movimentos da Aeronáutica, sempre muito próxima dos ideais da UDN. Depois de debelados, a índole de pacifista, do sujeito sem ódio, do estadista levou Juscelino, imediatamente, a anistiar os rebelados daqueles dois movimentos.

A sua habilidade política foi capaz de, a um só tempo, atrair empresas de capital estrangeiro e romper com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Desse modo, Juscelino conseguiu contornar as intransigências políticas, deixando as insatisfações da área militar a cargo do Marechal Henrique Teixeira Lott, e graças a esse líder militar, chegou ao final do governo. Mesmo com a inflação crescente, Juscelino saiu prestigiado pelo povo.

Para concorrer à sucessão de Juscelino, o PSD lança, como candidato, o Marechal Lott, que era o homem forte do seu governo. Nos jornais do País, o nome do Lott era mais freqüente do que o do Presidente. Não escapou da vaidade ao receber a "espada de ouro". Ao que eu me lembre, somente o General Osório recebeu uma "espada de honra", oferecida pelo povo do Rio Grande do Sul, ao término da Guerra do Paraguai. Juscelino, por conveniência, preferiu alijar-se do processo e "cristianizou"[1] o Lott.

[1] Cristianização – expressão cunhada em 1950, no debate sucessório para a Presidência da República e que entrou para o vocabulário político nacional. Refere-se ao candidato do PSD, Cristiano Machado, que foi abandonado à própria sorte pelas lideranças pessedistas mais expressivas que aderiram à candidatura Vargas.

Sem o apoio de Juscelino, ficou fácil à UDN lançar um candidato. Foi atrás de um político que tinha sido prefeito/governador de São Paulo, carismático, de idéias esquisitas. Não se pode dizer que Jânio Quadros fosse udenista; ele usava os partidos quando lhe convinha. Mas a UDN precisava de um nome, e não tinha um candidato carismático para lançar; então, apóia Jânio, que se elege.

Nessa época, em 1960, os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, particularmente os do último ano, como era o meu caso, começavam a tomar interesse pela política. Atraía-os a candidatura Lott, por ser um militar de grande expressão. As candidaturas eram: Lott e Jango, de um lado e Jânio e Milton Campos, do outro. A legislação permitia que se votasse no Lott e no Milton Campos, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Entretanto, traído por Jango, prevaleceu a propaganda da famosa "dobradinha Jan-Jan"e o Marechal Lott perdeu a eleição.

Jânio começa o seu governo inspirando muita expectativa e esperança. O povo confiou-lhe a luta contra a corrupção e o protecionismo, mas, para surpresa de todos, Jânio Quadros passa a namorar as esquerdas. Eu até fico em dúvida: será que Jango influenciou mesmo o Jânio? Pela grande diferença cultural entre eles era difícil. Quem sabe ele quis testar o seu prestígio junto às Forças Armadas e à UDN? Jânio culmina esse namoro com a esquerda ao condecorar Che Guevara – um argentino/cubano, revolucionário comunista – com a maior comenda que temos, a Ordem do Cruzeiro do Sul.

Este foi o teste com que Jânio desafiou a UDN e as Forças Armadas, e foi duplamente derrotado. Carlos Lacerda fechou questão em cima dele e levou toda a UDN a pressioná-lo. Ele foi perdendo prestígio junto à UDN, o partido de sustentação de seu governo, e torna-se alvo das suspeitas das Forças Armadas. Desvalido desses apoios fundamentais, pela sua própria inépcia, Jânio começa a passar a idéia de que o Congresso lhe negava ajuda, mas, na realidade, ele não soube usá-lo. Tentou administrar o País por consulta direta ao povo. O resultado disso tudo foi que ele suportou a situação por pouco tempo, sete meses, e no final, urdiu aquela jogada da carta-renúncia do dia 25 de agosto de 1961, Dia do Soldado.

Nesse dia, data da minha promoção a 2º-Tenente, eu estava em Santa Maria, RS, e participaria de uma solenidade militar. Quando entrei no 7º Regimento de Infantaria (7º RI), às 10h30min da manhã, soube que algo estava acontecendo. O subcomandante do RI me mandou voltar para o meu quartel para entrar de prontidão, sem dizer o motivo. Depois, fui saber da renúncia do Jânio.

Presume-se que Jânio tenha estudado bem a situação. Aproveitou a visita de Jango à República Popular da China para aumentar a insatisfação dos militares com a solução de ele vir a ocupar o Poder. Na certa, imaginou o seguinte: "O homem já

é tido como sindicalista/comunista, e está visitando a China comunista; não vão deixar que ele assuma os destinos do País!" Jânio jogou com essa possibilidade e deve ter considerado o fato de o País ter passado por períodos conturbados – suicídio do Getúlio e revoltas no Governo do Juscelino. Assim, apresentou a carta-renúncia, supondo que não a aceitariam, com medo do Jango assumir, e conseguiria os plenos poderes para governar.

A manobra não funcionou. O Congresso declarou vaga a Presidência da República. Jânio ainda tentou articular-se em Brasília, mas percebeu ter cometido um grande erro em não ter consultado os ministros militares, antes de ter-se decidido pela renúncia.

Surgiu um impasse na posse do Vice-Presidente João Goulart, decorrente de seus antecedentes já apontados, principalmente seus conciliábulos com os comunistas. Os três ministros militares, liderados pelo General Odylio Denys, vetaram o seu retorno ao Brasil. O Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de João Goulart e forte liderança local, empreende uma campanha de mobilização da população gaúcha, em favor do cunhado, e consegue integral apoio de duas personalidades de muita importância no Estado: o General José Machado Lopes, comandante do III Exército, e Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, que teve uma ação decisiva, nessa oportunidade.

Montou-se um sistema de radio propaganda que se chamou "Cadeia da Legalidade". O III Exército tornou-se o "Exército da Legalidade" e eu estava nele, pois servia em Santa Maria. Tive que engolir o sapo para cuspi-lo muitos anos mais tarde. O certo é que o povo do Rio Grande estava mobilizado para combater em defesa da posse do João Goulart. O III Exército compartilhava dessa mobilização. Vi grupos de civis armados de foices e machados se apresentarem no Quartel-General (QG), querendo defender o Presidente João Goulart, e Unidades de Cavalaria deslocando-se do interior do Estado para ocuparem posição mais à frente de Santa Maria.

Todavia, os ministros militares, inspirados no exemplo de Caxias, mais uma vez agiram de maneira pacífica, evitaram o enfrentamento com o III Exército e concordaram com a solução do parlamentarismo – forma de governo em que o Presidente da República exerce a função de Chefe de Estado; quem governa é o Primeiro-Ministro, eleito pelo Parlamento.

Jango retorna ao Brasil e, embora contrariado, assume a Presidência da República sob essa nova forma de governo. A reação contra o parlamentarismo não se fez esperar e assumiu tal expressão que forçou o Congresso a aprovar a realização de um plebiscito, que o derrubaria. O voto plebiscitário foi manipulado; empregaram-se todas as ilicitudes cerceadoras da liberdade de opção do eleitor e enganadoras de

sua consciência. Foi um plebiscito completamente arranjado e propositadamente confuso, cujo objetivo único era a vitória do sistema presidencialista, a todo o custo.

Um exemplo bem expressivo do desatino das ações do Governo nesse plebiscito foi-me passado por meu pai, na época, delegado fiscal no Ceará. Na véspera, foi convocada uma reunião de todos os chefes de repartições federais, numa sala, e um emissário de Brasília explicou o que deveriam fazer em termos de apoio de pessoal e meios de transportes, para o dia seguinte, do plebiscito. Um dos chefes presentes levantou-se e perguntou quem iria pagar a conta. O representante do Governo respondeu: "Eu vim aqui saber quem quer colaborar com o Presidente João Goulart ou quem quer ser demitido."

Derrogado o parlamentarismo, Jango se investe dos poderes do presidencialismo. Daí por diante se acelera um processo de insolvência financeira e caos social que afunda o País. Os comunistas infiltrados no Governo e em entidades de classe, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e os sindicatos, empreendiam as transformações das instituições nacionais. Esse trabalho criminoso contava com o conhecimento e até com a conivência do Presidente da República.

Nessa época, o ambiente reinante no quartel não era de confiança. A hierarquia e a disciplina, dois fundamentos da carreira militar, não estavam sendo respeitados. Testemunhei algumas ações ligadas ao objetivo de conquistar a confiança de cabos e sargentos. No final de 1963, o General Jair Dantas Ribeiro, Ministro do Exército, visitou a Guarnição de Santa Maria. O programa constou, em relação aos oficiais, apenas a apresentação de praxe, mas fez uma reunião com todos os cabos e sargentos da Guarnição, sem a presença da oficialidade, o que nos deixou desconfiados e apreensivos. Em seguida, foi embora.

Na minha subunidade havia um terceiro-sargento, chamado Pozzibom, que tomava conta da casa do General Osvino Ferreira Alves, que era de Santa Maria e lá mantinha essa moradia. Esse graduado liderava os demais sargentos da Guarnição e mantinha uma intimidade muito grande com o General Osvino, um dos sustentáculos de Jango. O sargento Pozzibom fora transferido da Guarnição. Eu, que era o Subcomandante, informei-lhe que iria publicar no boletim a sua transferência. Ele me respondeu que não o fizesse, porque seria revogada em breve. Dois ou três dias depois, chegou uma comunicação cancelando a transferência.

Eu não era bem visto na Unidade, porque me opunha àquele ambiente, até de hostilidade, em que se vivia. Certa vez, a Unidade entrou de prontidão e só pude ser avisado mais tarde, pois não estava em casa. Quando cheguei, o Comandante já havia mandado distribuir o armamento e a munição para todos. Fui ao seu encontro e disse-lhe que se deveria recolher a munição da tropa – sargentos, cabos e soldados –

porque não havia confiança. Autorizou-me a resolver o assunto. Coloquei a tropa em forma, expliquei que tinha havido um engano de munição entre a pistola Colt 45 e a metralhadora INA e mandei que passassem em coluna um por um, a fim de que fosse depositada, na lona previamente colocada sobre o chão, a munição recebida. Já era noite e todos cumpriram a ordem. Levei a munição para a reserva de armamento, onde permaneceu com uma guarda. Para maior precaução, no dia seguinte conversei com o capitão que me autorizou a tirar o percussor de todo o armamento da tropa. Então, passamos a ter tranqüilidade no quartel. Mas esse era o ambiente reinante.

No final de setembro de 1963, recebo uma ordem de transferência para Fortaleza que, até hoje, não entendi, pois eu iria para o Instituto Militar de Engenharia (IME), no Rio de Janeiro, em fevereiro do ano seguinte. Sendo um oficial casado, essa transferência para outro extremo do País, quatro meses antes de começar o curso do IME, só posso entender como sendo o resultado da reação dos sargentos à minha permanência na Guarnição de Santa Maria, RS. O fato é que fui para o Ceará e de lá para o IME.

Em Fortaleza, tomei conhecimento do que estava se passando. O pessoal do Grupo de Obuses (GO), hoje Grupo de Artilharia de Campanha (GAC), com o Coronel Hélio Lemos à frente, liderava o movimento na área. Ele acabou preso e recolhido ao 23º Batalhão de Caçadores (23º BC). Como havia receio de usar as comunicações telefônicas, fui o oficial escolhido pelo General Humberto Ellery para ir a Recife, ter com o Coronel Hélio Ibiapina Lima e informar-lhe dos acontecimentos, no Ceará.

No Rio de Janeiro, no IME, morei no mesmo prédio onde, também, residiam os oficiais que cursavam a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Ambas as escolas localizam-se na Praia Vermelha. Essa minha nova situação, tanto pela convivência com os alunos da ECEME, quanto pelo fato de estar no Rio de Janeiro, fez-me acompanhar de perto aquela efervescência dos acontecimentos de quebra da disciplina e hierarquia.

O pessoal do IME estava reunido em grupos de trinta. O meu grupo se reunia lá em casa, para não chamar a atenção. Ficamos dois meses naquele rebuliço, até que tomamos um susto, quando nos pediram para que fôssemos ao Ministério do Exército, cerca de trezentos oficiais, se não me engano foi no dia 30, com o objetivo de pressionar o General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, para assumir o Ministério, na marra, em substituição ao Jair, que já se encontrava doente.

A entrada desse número elevado de oficiais no Ministério da Guerra, ali na Avenida Presidente Vargas, todos de 5º uniforme e com a túnica inflada pelo volume da pistola 45, provocou a pronta reação do I Exército. Com menos de meia hora que estávamos lá dentro, o quartel foi cercado. Vimos os carros de combate apontando

para o Quartel-General. A ordem foi bater em retirada, logo que o General Castello saísse. Lembro-me de que encontrei um oficial da minha turma (Tenente Jarbas Tavares Botelho) empenhado na ação de cerco, e indaguei-lhe: "O que você está fazendo com esse carro de combate aqui?." Ele disse: "Eu não sei! Mandaram-me vir para cá e apontar o tubo para o Ministério da Guerra."

Naquela noite, a gota d'água foi a reunião do Automóvel Clube do Brasil, que assistimos pela televisão. Já ocorrera o comício da Central do Brasil, que irritara a todos, e a revolta dos marinheiros. Então, o General Olympio Mourão Filho se impacienta, lá em Minas, junto com o General Carlos Luís Guedes, e começa a Revolução. Era o resultado do desastrado panorama brasileiro.

É bom que fique registrado o papel incansável do Clube Militar nas denúncias de quebra da hierarquia e disciplina. Acompanhei esse esforço do Clube Militar nos três meses que antecederam a eclosão da Revolução. Mesmo aos oficiais que moram fora da Guarnição do Rio, o Clube Militar expede documentos e publicações, para que acompanhem o que se passa. Naquela época, o Clube Militar tinha pessoas que souberam levantar essa bandeira contra a quebra da hierarquia. Eu me lembro do General Maggessi (Augusto da Cunha Maggessi Pereira), que era o presidente do Clube, do então Coronel João Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo), sócio, do Coronel João Walter, que depois encontrei na Amazônia, chefiando uma comissão de obras, e do Major Milazzo (Daniel Milazzo), meu comandante na AMAN. Estou citando alguns oficiais que conhecia.

Dois cearenses chamavam a atenção no Clube Militar: o Tenente-Coronel Artur de Freitas Torres de Melo – na época, major – e o seu irmão, Capitão José Ramos Torres de Melo, inflamados nacionalistas cujos pronunciamentos visavam conscientizar e levantar os ânimos dos oficiais, para a reação. Tanto o Artur como o José foram punidos, em 1963, por discordarem da situação reinante.

O Clube Militar uniformizava o pensamento da oficialidade, e isso era bom, porque, na hora em que eclodisse o Movimento, todos agiriam numa única direção, para a vitória. Assim, o Clube Militar exerceu uma função importante: levantar as questões, difundi-las e uniformizar o pensamento dos oficiais.

Em suma, três pontos são básicos como causas da Revolução de 1964. A ameaça à hierarquia e à disciplina militares, sustentáculos das Forças Armadas; a infiltração comunista no Governo, tentando implantar uma república sindicalista escravizada a Moscou; e a intranqüilidade do empresariado com a perspectiva de comunização do País. Essas insatisfações acirraram o anticomunismo congênito do povo brasileiro e precipitaram a reação conjunta das Forças Armadas, povo e empresariado brasileiros, a fim de livrar o Brasil do desmoronamento que o ameaçava.

O povo começou a manifestar o seu repúdio àquela situação através das célebres Marchas da Família com Deus pela Liberdade, organizadas e conduzidas pela mulher brasileira. Mobilizavam milhares e milhares de pessoas, em São Paulo e outras capitais, e contavam com o apoio da Igreja. Expressavam as insatisfações e as preocupações dos cidadãos e calavam como apelo às Forças Armadas, especialmente ao Exército, para que cumprissem a sua missão constitucional de defesa do País. A Imprensa, que, naquela época, traduzia, de fato, a opinião pública, também estava deste lado, contra os desmandos do Governo e de seus comparsas. Havia uma vontade uníssona da sociedade brasileira. As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes dessa vontade nacional ao deflagrar a Revolução de 31 de Março de 1964.

Considerando-se uma apreciação subjetiva sobre os líderes do Movimento, vale citar, na fase da preparação, desde pelo menos um ano antes de março de 1964, o Marechal Odylio Denys e os generais Cordeiro de Faria, Maggessi e Mourão Filho. O Mourão, no posto de General-de-Brigada, foi meu comandante, em Santa Maria. Era um tanto estouvado. Desde quando serviu na cidade gaúcha, depois em São Paulo e no Estado de Minas, esteve envolvido na preparação da Revolução. Em São Paulo, contou com a colaboração do jornalista Júlio de Mesquita, de *O Estado de S. Paulo*.

Na deflagração do Movimento destaco os generais Mourão e Guedes. Aliás, naquela época, o início do Movimento pegou a todos de surpresa, no Rio de Janeiro. O General Mourão, apoiado pelo Marechal Denys, resolveu precipitar os acontecimentos, deslocando suas tropas na direção da cidade carioca, no dia 31 de março de 1964.

Sobre os líderes da fase da consolidação, quando se evitou a reação, citaria dois nomes: Amaury Kruel, Comandante do II Exército, grande amigo do Presidente, mas não estava disposto a apoiar os desatinos de Jango. Com a Revolução deflagrada, tentou, ainda, demovê-lo de tais atitudes, o que não conseguiu. Empregou suas tropas na direção do Rio de Janeiro, contra o I Exército, que esboçava uma reação. O outro nome é o do General Emílio Garrastazu Médici, Comandante da AMAN, que conseguiu reunir, em Resende, o General Kruel e o General Âncora (Armando de Moraes Âncora), Comandante do I Exército.

Conta-se que ocorreu um episódio envolvendo o General Âncora, que era o ministro interino do Exército. Ao entrar apressado na Academia, não teve a Guarda de Honra formada em sua homenagem. Ao sair da reunião, no Salão Dom João VI, o Oficial de Dia pediu-lhe desculpas pela falha, quando o General teria respondido: “Para general vencido não se põe guarda em forma.” Assim, ele se retira da AMAN e se desvanece a reação do I Exército. Isto se deveu, no meu entendimento,

aos esforços dos Generais Médici e Kruel, e também significou, na prática, a vitória do Movimento de 1964.

De tudo isto, o que se viu foi a Revolução nascer da vontade espontânea do povo brasileiro. Não houve interferência externa, nem mesmo dos Estados Unidos. Quanto ao apoio externo, é possível que tenha havido algum. Do lado oposto, sabe-se que houve muito e variado apoio dos países comunistas: União Soviética, China, Cuba, Albânia e outros. Por outro lado, aqui existiam empresas multinacionais, instaladas no tempo do Juscelino, que não alimentavam nenhum interesse em ver o Brasil transformado numa república sindicalista atrelada a Moscou. Daí, pode ter vindo algum apoio, pelo menos psicológico, estimulando Júlio de Mesquita, dono do *Estadão*, a publicar matérias contra a baderna e a favor da eclosão do Movimento.

É pura falácia da esquerda dizer que o embaixador Lincoln Gordon fizera sugestões de intervenção ao governo dos Estados Unidos. Não acredito nessa história, embora se saiba que, no contexto da guerra fria, seria normal o interesse americano para evitar que o Brasil caísse nas garras do comunismo. Na América Latina, bastava o desastre de Cuba. Agora, imagine-se um país como o Brasil escravizado à União Soviética e encravado na retaguarda dos EUA! Entretanto, repito, a vitória da Revolução de 1964 foi o resultado da vontade nacional, conquistada pela ação rápida das Forças Armadas, em especial do Exército.

A mídia atual se encastela nessas aleivosias contra o Movimento de 1964, por puro "revanchismo", ignorância ou má-fé. Os governos militares acabaram com certos privilégios da mídia, como por exemplo: isenção de imposto de renda para jornalistas e aposentadoria por conta do Estado. Outra mudança foi o fim das transferências maciças de recursos, feitas pelos governos anteriores, para propaganda. Os governos da Revolução não faziam propaganda. Desse modo, a mídia teme uma outra intervenção militar e volta-se contra a Revolução, em defesa de seus interesses.

Esse temor, de certa forma, empurra os derrotados de 1964 e outros grupos a que se aliaram a malquistar as Forças Armadas perante a opinião pública, numa tentativa de enfraquecê-las, quebrando-lhes a união e coesão internas. A propósito, gostaria de lembrar que o brasileiro lê pouco; o povo forma a sua opinião, particularmente, através de alguns jornais e da televisão. Mas, algo muito forte nas nações que lêem pouco é a tradição oral. Por isso, parabenizo o Exército pela iniciativa deste Projeto.

A tradição oral está esquecida nos quartéis e, pela idade que tenho, meus companheiros de turma são generais-de-divisão, já antigos. Tenho conversado, quando posso, com eles, e sempre lhes digo: "Vocês, hoje, no topo da carreira, têm que

fazer com que os comandantes de tropa vivifiquem os episódios nacionais." E não só este de 1964, mas Guararapes e outros muitos, vitais para a manutenção de uma consciência nacional. A Revolução de 1964 tem que passar, por tradição oral, a todos os quartéis, até para eliminar quaisquer dúvidas sobre a origem do Movimento, que foi feito contra uma ideologia apátrida.

Em 1964, no Brasil, ocorreu uma Contra-Revolução. O inimigo pretendia implantar o marxismo, enquanto a Nação não estava motivada por ideologia nenhuma. A população queria era o bem-estar social, a preservação de sua liberdade, a manutenção da democracia. Então, o Movimento de 1964 não pode ser caracterizado como movimento ideológico de direita, como alguns jornalistas tentam rotulá-lo.

Agora, os brasileiros perderam a oportunidade de fazer uma real revolução, que modificasse os costumes políticos e os sistemas fundiário e educacional existentes. Uma vez que as Forças Armadas conquistaram o pleno poder, as mudanças deveriam ter sido mais profundas. Na área política, por exemplo, afastariam definitivamente da vida pública muitos dos políticos que, hoje, estão comandando os destinos do País. Vide o atual Presidente da República que se auto-exilou no Chile, ninguém o mandou embora, e com uma bolsa de cinco mil dólares.

Os extremistas de esquerda praticaram ações de guerrilha e outros atos violentos. O Lamarca foi da minha turma de Academia Militar. Houve uma reação pronta e enérgica. É aquela lógica: se eu posso fazer e tenho que fazer, faço. Critica-se muito o Presidente Médici, mas não se combate guerrilha com frouxidão. Nos anos de 1967, 1968 e 1969 andei muito pela Colômbia, principalmente a região de Letícia, fronteiriça com o Brasil, e não havia guerrilha. Hoje, ela domina a Colômbia, porque não foi morta no nascedouro.

No Brasil, tentou-se implantar em Xambioá, no Pará. A selva amazônica é muito mais complexa e difícil de penetrar do que a selva da Colômbia. Se a guerrilha progredisse naquela região, hoje o País estaria lamentando não cinqüenta, setenta ou oitenta pessoas envolvidas e mortas, mas setenta mil ou cem mil. Foi muito correto, pois, o procedimento adotado pelo Presidente Médici, apesar de doloroso, tenho certeza, para ele, por saber que algumas pessoas foram mortas. Mas foi uma visão do futuro, saber que, ao dominar a guerrilha, você está salvando gerações para a frente.

A Colômbia está pagando muito caro por não ter tido essa visão. Eu fui amigo de um general colombiano, o Gil Colorado, comandante de tropas antiguerrilha, acredito em San Vicenzo, morto em abril de 1994, se não me engano. Estive com ele em fevereiro, em Letícia, num jantar com o comandante da Amazônia, na época, o General Sampaio Maia, e diante da minha indagação sobre as dificuldades enfrenta-

das na luta contra a guerrilha da Colômbia, ele respondeu: "Não é fácil! A guerrilha, depois que se implanta, faz o narcotráfico. Com o ouro que o garimpeiro lhe paga pela proteção ela compra a coca e faz o tráfico de drogas, rendendo-lhe muito dinheiro, usado na compra de armamento." Hoje está difícil a situação da Colômbia, e o Brasil estaria pior se o Presidente Médici não tivesse agido como agiu. Contra o terrorismo, só se age desse jeito.

No que diz respeito ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), eu diria que ao comando revolucionário, logo no início – depois transferido ao Presidente Castello, quando eleito – deveria ter sido concedido os poderes contidos naquele Ato, editado anos mais tarde. Defendo a tese de que o AI-5 deveria ter entrado em vigor no dia da Revolução, encerrando-se com um mandato de seis anos para o Presidente Castello Branco. Ao fim deste período, o Presidente Castello estaria em condições de convocar as eleições, depois de ter feito a limpeza política. Assim, a decretação do AI-5 demorou muito.

No dia 1º de abril de 1964, a Revolução estava acanhada; não se preparara para assumir o governo. O primeiro Ato Institucional foi lançado como se fosse o primeiro e único, acabado. Não recebeu sequer numeração; só mais tarde recebeu o "número 1". Ademais, não havia uma Constituição pronta. Quem está querendo derrubar o governo e impor um regime, tem até a sua Constituição para lançar no dia que assume. Não foi este o caso da Revolução de 1964.

Os governos presididos por militares inseriram o Brasil entre as dez maiores economias do mundo, um salto gigantesco e espetacular, que a mídia procura minimizar. No Governo do Presidente Castello Branco, o País inaugurou uma industrialização forte, que já se havia instalado, de maneira incipiente, com Getúlio, e prosseguido com Juscelino. A Revolução preparou as bases para o desenvolvimento e definiu as principais metas da política econômica nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). Havia uma demanda industrial crescente, reprimida por falta de energia que, em 1964, já provocava crises violentas. Houve um crescimento vertiginoso na eletrificação, com a construção de usinas hidrelétricas, que produzem eletricidade de baixo custo, destacando-se Itaipu – talvez o maior empreendimento do mundo, no seu setor – que liberou aquela demanda reprimida.

A telefonia teve um extraordinário desenvolvimento. Em 1964, eu passava doze horas num posto telefônico, na Avenida Rio Branco, para conseguir ligação com a Cidade de Fortaleza. Nove anos depois, em 1973, estive em Nova York e pude verificar que já estávamos chegando ao nível da telefonia americana. Isto se deve a dois ministros, engenheiros militares, um da Marinha e outro do Exército, respectivamente, o Comandante Euclides Quandt de Oliveira e o Coronel Higino Caetano

Corsetti. Os dois eram fabulosos técnicos de comunicações. Corsetti foi, inclusive, nosso instrutor na AMAN.

Esse salto imenso do desenvolvimento econômico brasileiro, na época da Revolução, foi acompanhado, com igual quantidade e qualidade, no campo social. Quais foram os maiores avanços, depois da legislação trabalhista do Getúlio, senão o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), a instituição do Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), todos obras da Revolução. A importância social do Funrural é muito grande. Os comerciantes vendem fiado, nas suas bodegas, durante todo o mês, esperando o início do mês seguinte, quando aquele velhinho aposentado rural, que antes não era, recebe o seu dinheirinho e vai pagar as suas contas. Esses são ganhos da Revolução, no campo social que, hoje, eu não vejo ter progredido em nada.

Outra realização extraordinária da Revolução é o Estatuto da Terra, embora praticamente abandonado. O Estatuto da Terra, do Presidente Castello Branco, é um processo pacífico de distribuição de terra, sem dar margem à agitação e sem desestruturar as empresas rurais. Estas, paulatinamente, são transferidas em várias pequenas propriedades, num sistema cooperativo ou mesmo individual.

Todos os governos subseqüentes à Revolução dizem: “Vamos priorizar o social.” Parece a história do lobisomem ou do saci-pererê, conhecida no Ceará. Todos afirmam existir lobisomem e saci-pererê, mas ninguém os vê. Do mesmo modo, esse social, de 1985 para cá, nunca apareceu.

Uma homenagem especial deve ser feita aos militares e às Forças Armadas, pois não se aproveitaram da situação, durante os vinte anos que detiveram o Poder, para auferir vantagens de qualquer forma ou tipo. Pelo contrário, o corte maior foi na própria carne. Eu vou lembrar, por exemplo, o aumento do tempo de serviço exigível para a transferência para a reserva, que passou de vinte e cinco para trinta anos, o achatamento salarial e o corte – logo no início – da promoção a marechal, por ocasião da passagem para a inatividade do general-de-exército. O Exército também podia ter-se aparelhado, dentro das possibilidades do País, sem prejudicar aquelas transformações sociais. Entretanto, além de não se beneficiar, os militares foram até privados de uma série de direitos; foram modestos demais. Talvez, estejam pagando por isso. No Ceará existe uma expressão que diz: “Quanto mais se abaixa, mais o bumbum aparece.”

Alguns ataques à Revolução se relacionam com o número de baixas, cerca de três centenas. Se compararmos com movimentos ocorridos em países como Cuba, Peru, China e outros, falar em números, num processo que durou mais de vinte anos

e que fez transformações radicais, é até ridículo. Essa comparação permite comprovar que o Movimento de 1964 não se baseou em ideologias, portanto sem vinganças e perseguições. Foram abatidos aqueles que contestaram com armas na mão, em casos que não puderam ser evitados, um ou outro. Quer dizer, diante de uma análise honesta, são inconsistentes os ataques que vêm nesta direção.

O comunismo, passado ao povo pelos intelectuais como sendo a salvação, não passou de utopia, um grande fracasso. Ele não trouxe crescimento econômico, só trouxe miséria e fome. Não há mais lugar para a ideologia comunista, mas há lugar para a insurreição, e por causa da fome, prima-irmã da ira. O homem com fome fica irado. Então, se acontecer – e hoje já existem movimentos preocupantes, principalmente no campo – uma violência generalizada, não será por ideologia, mas por fome e pela desigualdade na distribuição dos recursos.

O regime comunista não cria riquezas, logo não há o que distribuir. É fechado, ditatorial e escraviza o povo. Ao contrário, as Forças Armadas brasileiras, sobretudo o Exército, desde Guararapes, em meados do século XVII, quando nasceu a Nação e o Exército, sempre estiveram ao lado do povo, como povo, em sua defesa. Não se aponta uma intervenção militar no sentido de massacrar, de perseguir a população mas, sempre, de apoiá-la. Por isso, a imagem do Exército, hoje, apesar de todas as críticas, vem apresentando excelentes índices de aceitação junto à sociedade. É o reconhecimento da atuação do Exército, atualmente tão bem interpretada pela feliz expressão "Braço forte, mão amiga".

Hoje, em face dessa guerra surda e suja da globalização, que nos estão impondo e que nos pode derrotar sem o disparo de um tiro, torna-se cada dia mais difícil para as Forças Armadas cumprirem sua missão de preservar a soberania nacional. A solução previsível dependerá de todos os brasileiros. A globalização é muito boa para os ricos, na medida em que se apropriam dos pobres, pois estamos vendo os efeitos. Se globalização significa a abertura dos países – como mercado – à livre concorrência, como competir com o "Grupo dos Sete"? Pode haver tudo, menos competição. Entrega ou doação, sim, criminosa, em face da iniqüidade que se vem impondo aos brasileiros.

Mas, em termos de defesa, o Brasil de hoje tem problemas bem diferentes de trinta ou quarenta anos atrás. As preocupações se dirigem para a Amazônia. Mas o panorama estratégico atual não deve ser encarado apenas sob o aspecto militar. Devemo-nos preocupar, por exemplo, com o colonialismo econômico. Hoje se liquida um país movimentando bolsas, pela Internet, em Wall Street, em Londres, em Cingapura ou no Japão.

Na parte militar, corremos um grande risco. O problema da Amazônia está saindo da fase da retórica – de Al Gore, dos EUA, de Mitterrand, da França, e de

outros que há muito tempo vêm dizendo que a soberania dessa área pelo Brasil é meramente circunstancial – e já está se operacionalizando. O objetivo final, não revelado, dessa chamada "Operação Colômbia" é "vietnamizar" a Amazônia. Quando concretizado, o melhor que pode acontecer será eles dizerem assim: "Bom, vamos pacificar, ninguém briga mais, um para cada lado. Agora, esse pedaço aqui fica independente."

Para tanto, as condições existem e facilitadas: a reserva Ianomâmi, um enclave entre o Brasil e a Venezuela com 18 milhões de hectares, nove milhões em cada país, para doze ou quinze mil índios, ou seja, mais de mil hectares para cada índio. Sei que o Exército está bem treinado em guerra na selva – acompanhei isso desde 1967, dentro do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) – e vem concentrando efetivo na Amazônia, mas isso será inútil. Defendo que o Brasil deve ser uma potência nuclear, não para agredir, mas para usar como poder de dissuasão, evitar a "vietnamização" da Amazônia.

A propósito, não posso deixar de falar sobre o muito bem estruturado Projeto Calha Norte, que envolve vários ministérios. Com tristeza, vê-se que só as Forças Armadas, praticamente, cumprem a sua parte. Só com uma perna, entretanto, e com os recursos definhados, como estão os pertinentes às Forças Armadas, tende a parar. Quando se passou a falar sobre a "Operação Colômbia", o atual governo disse que iria reativar o Projeto Calha Norte. Ficou na promessa, na retórica televisiva. Procedimento, aliás, usual, tipo espasmódico, de acordo com a pressão da sociedade.

Neste momento final de meu depoimento, gostaria de deixar uma crítica aos camaradas da ativa. Está havendo um abandono dos companheiros que estiveram envolvidos em ações de guerra de guerrilha, em ações de defesa da Pátria e que hoje estão sendo execrados. Não tenho visto qualquer reação das Forças Armadas em prol destes companheiros, que se preocuparam, deram a vida uns, e outros deram os seus esforços, levaram privações a suas famílias, e hoje são acusados. Quebra-se uma vara, mas não um feixe de varas. Eu creio que estão deixando as varas muito sozinhas, isoladas. Há que enfeixá-las. Esse alerta serve, também, para o pessoal que está na ativa, pois pode acontecer o mesmo com os seus integrantes. Essa mentalidade, da Força, de não se posicionar em defesa desses companheiros que já prestaram serviço, pode trazer a dúvida e influenciar, psicologicamente, as próprias Forças Armadas, de modo indesejável e pernicioso.

A Revolução de 1964 tem que aparecer, não pode se esconder, eis que nada foi feito de errado. Sugiro, por exemplo, um monumento na Praia Vermelha, ao lado do existente, que homenageia os heróis da Intentona de 1935. Além disso, por que não se põe em cada quartel uma placa alusiva ao Movimento? Por que o

dia 31 de março de cada ano não se comemora mais, como se comemorou nos primeiros anos? Existiram erros, porém o número de acertos foi muito maior em benefício do País.

Dirijo minha mensagem final aos comandantes das Unidades das Forças Armadas, em especial do Exército. Não é suficiente o preparo militar para as ações de combate, embora seja imprescindível. Tão importante quanto este preparo é a ação psicológica diuturna de esclarecimento e convencimento, intramuros e junto à comunidade, do papel das Forças Armadas, de sua importância como guardiães da soberania e da integridade territorial. Este trabalho, por sua importância, deve-se estender à sociedade, principalmente através dos jovens que, a cada ano, prestam o serviço militar. Bem orientados, esses jovens propagarão no meio civil os verdadeiros ideais de patriotismo e civismo necessários à construção de uma grande Nação, que vem sendo retardada pela ação de maus brasileiros, como os que deram motivo a que se levantassem os mais representativos setores da vida nacional, liderados particularmente pelo Exército, no dia 31 de março de 1964.

Engenheiro José Walter Barbosa Cavalcante

- Natural da Cidade de Fortaleza, CE.
- Principais cargos e funções desempenhados: Engenheiro da Rede Ferroviária Federal S.A., onde ingressou por concurso e ocupou todas as chefias, inclusive, no período de 1962 a 1967, a Superintendência; Professor titular do Departamento de Mecânica e Produção do Centro Tecnológico da Universidade Federal do Ceará; Diretor de Crédito Geral do Banco do Estado do Ceará, na administração do Governador César Cals de Oliveira Filho; e Presidente do Clube de Engenharia do Ceará, do qual é sócio emérito.
- Foi Prefeito Municipal de Fortaleza de 1967 a 1971.
- Cursos: Engenharia Civil (Universidade Mackenzie/São Paulo), tendo feito cursos de extensão e estágios em indústrias e entidades governamentais dos Estados Unidos, do Canadá, da Alemanha e da Suécia.
- Produção intelectual: Curso de Mecânica Aplicada às Máquinas – Máquinas Hidráulicas, em três volumes, e Cálculo de Reservatório Abastecedor de Canal de Navegação.

Entrevista realizada em 06 de junho de 2001.

Inicialmente, desejo dizer da minha satisfação de aqui estar presente como colaborador deste Projeto de História Oral do Exército, tão oportuno.

A história política e social do Brasil é uma história difícil de ser comentada. Ela é cheia de altos e baixos, desde os reinados portugueses até o Império brasileiro, depois a República velha, a República nova e assim vai até a época de hoje. Mas não querendo me alongar muito sobre o assunto, gostaria apenas de dizer que após a proclamação da República, ingressamos em uma seqüência de presidentes que julgo inadequados às posições em que o Brasil deveria encontrar-se naquela oportunidade.

Eles incentivaram as políticas regionais. Ainda hoje se procura fazer a famosa política do café-com-leite, ou seja, a política entre São Paulo e Minas Gerais. Muitas vezes em benefício regional, em detrimento da Nação como um todo.

Daí, partimos para coisas inesperadas, como o acontecimento de 1935, a Intentona Comunista. Esse foi o primeiro tratamento de choque recebido pelo povo brasileiro, que acordou e passou a se interessar mais pelos assuntos políticos.

Então passamos pela fase do caudilhismo, que foi representada de maneira cabal pelo Presidente Vargas. Do caudilhismo, após o equilibrado Governo Dutra, passamos ao populismo, dos presidentes que queriam mais aparecer na ribalta do que trabalhar pelo bem da Nação. Esse populismo, que atingiu o ápice com Juscelino, Jânio e Jango, foi de extrema crueldade para com este País. Basta ver que a inflação, nossa inimiga até hoje, começou no Governo Juscelino. Para citar apenas um exemplo, pouca gente sabe que todo o imposto gerado pela venda do trigo, em qualquer lugar do Brasil, do Amapá ao Chuí, era, naquela época, recolhido como se o local gerador do imposto fosse Brasília. Então, esse populismo gerou, como já disse, essa inflação.

Veio a renúncia de Jânio Quadros. Empossado Jango, sob o parlamentarismo republicano, em curto prazo passou a exercer todas as pressões anárquicas, principalmente através dos comunistas, até impor ao Congresso a aprovação de um plebiscito, que lhe possibilitou a volta ao regime presidencialista e ao Poder de que necessitava para realizar seu sonho de tornar o Brasil uma república sindicalista. Mais tarde, quando a situação atingiu o ponto crucial, quando a população não aceitava mais os desvarios dos governantes, aí então o Exército Brasileiro teve de ir ao encontro do povo, a fim de retomar a ordem no País.

Os fatos que levaram à eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964 são muitos. Podemos citar, entre os mais importantes, o comício da Central do Brasil, ao qual compareceram até ministros militares, e durante o qual foram assinados atos oficiais, perante a televisão, numa demonstração de um populismo barato, de uma demagogia que não levaria o Brasil a lugar nenhum. Esse comício – ao qual assisti – foi uma das manifestações populares que mais me chocou.

Tivemos também o ultimato do famigerado Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), ao Congresso Nacional, exigindo as reformas que ele queria, não aquelas das quais o País precisava. E finalmente, podemos citar aquela reunião no Automóvel Clube do Brasil, na qual os sargentos provocaram e pressionaram o poder constituído, exigindo reformas, subvertendo, assim, a hierarquia e a disciplina. Esses são os fatos mais relevantes que culminaram com a Revolução de 1964.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram realmente intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução. O Exército sempre mereceu o respeito e a confiança dos brasileiros. Ora, as mulheres estavam fazendo passeatas em São Paulo, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, com velas acesas. Estava claro que o povo não estava mais suportando aquela anarquia, aquela balbúrdia. E a quem caberia tomar a iniciativa de consertar a desordem reinante? Ao Exército, claro! Não fosse a persuasão do povo brasileiro, que não suportava mais aquela situação, o Exército não teria ido ao encontro dos nossos desejos.

A mídia brasileira é um dos organismos mais complexos que existe neste País. Existe uma guerra entre os veículos de comunicação. Assim, uma parte da imprensa apoiou decisivamente a Revolução. Outra parte, nem tanto. Um dia desses li uma reportagem de jornal que teve matérias publicadas durante a Revolução e depois da Revolução. Naquele tempo, só faziam elogios, atualmente só exploram defeitos. O apoio da mídia não é confiável, pois varia aos sabor dos seus interesses.

O termo "Revolução", para designar o Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964, a meu ver não está adequado. Sou daqueles que pensam que havia, desde 1935, uma revolução comunista neste País, e nunca deixou de existir e vai continuar existindo. Então, quando ela atingiu aquela situação em que Prestes dizia que "os comunistas já tinham o Governo, só lhes faltava o Poder", estávamos diante da chamada subversão revolucionária marxista ou comunista. Então tivemos que fazer o quê? Uma Contra-Revolução. Para mim, portanto, o termo mais apropriado para caracterizar o Movimento de 31 de Março de 1964 é este: Contra-Revolução.

Quanto às ações de guerrilha e de terrorismo – seqüestro de embaixadores, assaltos a quartéis e a bancos, colocação de bombas em bancas de jornais – não gosto nem de pensar no medo que todos nós tínhamos de ir a um banco ou a um aeroporto. Ligavam para mim e diziam: "O senhor tem uma filha no colégio, mas ela poderá ir para a aula e não voltar." As guerrilhas – temos agora exemplos de países vizinhos – sabemos o mal que trazem. Terrorismo é terror, é bagunça, é anarquia.

Por tudo isso é que foi necessária a criação de órgãos de informação e de operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI). Também houve necessidade de se endurecer a Lei

de Segurança Nacional. Ora, qualquer entidade só funciona bem com órgão de inteligência. Isso vale para a parte política, administrativa, industrial, para tudo. Portanto, creio que foi muito bom para o Brasil a criação, naquela época, desses órgãos de informações, de inteligência.

Ao recordar os governantes militares, destaco a integridade moral, a postura e o elevado caráter de todos eles. Um dos pronunciamentos do Presidente Castello Branco constitui uma profecia, em face da atual onda de globalização. Para tanto, tomo a liberdade de ler o que se segue. Diz Castello Branco:

"A História dos povos mostra que o nacionalismo se impôs como força política e força econômica. Ele é criador, emancipa, institui e dá unidade à vida nacional de um país subdesenvolvido, não explorado por países adiantados, não submisso a estes. E o nacionalismo econômico será sua arma emancipadora. Há, inevitavelmente, o choque de uma concepção nacionalista de desenvolvimento, ou, no mínimo, uma economia complementar de economias industrializadas que reivindicam uma infra-estrutura própria. Só o nacionalismo econômico pode impulsionar um país desenvolvido para ele mesmo formular a sua política econômica, segundo o primado do interesse nacional. Trata-se, quase sempre, de aproveitar o próprio país, as suas matérias-primas, de aumentar a sua produtividade, dominar o mercado interno e conquistar o mercado externo."

De fato, no pronunciamento acima o Presidente Castello Branco já antecipava que a prática do nacionalismo econômico seria, nos dias atuais, a solução para enfrentarmos a financista e totalitária onda de globalização.

Quanto às inúmeras realizações dos governos militares, citarei algumas. Na atualidade estamos vivendo o problema da energia. Isso tudo foi previsto no regime militar, como foi também incrementada a produção de minérios, e, no campo energético, construídas e concluídas as maiores hidrelétricas do mundo, sob a administração do cearense César Cals de Oliveira Filho no Governo Figueiredo.

Naquele tempo, a Petrobras quadruplicou a produção e as estradas tiveram notável incremento, principalmente no Nordeste. Se o fortalezense hoje sai para Sobral, vai pela BR-222; se sai para o Sul do País, vai pela BR-116; e se quer ir pelo litoral, vai pela litorânea, que é a BR-101. E quem foi o executor disso tudo? O Ministro Mário Andreazza.

Tive a honra de conhecer o Marechal Castello Branco quando ele era General Comandante da 10ª Região Militar, viajando de trem até o Crato, acompanhado da sua esposa, Dona Argentina, e com todo o Estado-Maior da Região. E passei a admirá-lo logo de imediato, porque a ordem e a disciplina reinavam no trem. Eu era um engenheiro de 23 anos de idade, representante da Rede Ferroviária, e ele, discipli-

nado, diante de qualquer situação que fugisse da normalidade, perguntava-me o que deveríamos fazer. Ele sabia que eu era o responsável por qualquer problema que acontecesse com o trem.

Tivemos alguns encontros em casas de amigos. Um dia, subitamente, ele me perguntou: "Dr. Walter, o que o senhor achou do meu governo?" Respondi: "O senhor fez um governo excepcional, mas cometeu um erro muito sério: quis fazer uma revolução legalista, o senhor teve preocupação demais com a lei. Revolução é um ato anormal, é um ato de força. Muitas vezes o ato de força tem que ser cometido para evitar violência maior." Mas o Marechal Castello Branco sempre foi preocupado com a legalidade, com as coisas marchando para um limite máximo.

O socialismo-marxista derrotado pelos militares em 1964 ainda sobrevive, como sempre a explorar a corrupção e a miséria. Temos, pois, de combater as causas disso tudo. E o combate à miséria, à corrupção e aos maus costumes políticos, neste País, não pode prescindir de lideranças, lideranças efetivas, lideranças que, de fato, dediquem toda a sua capacidade em prol da educação e do bem-estar do povo brasileiro.

Ocorre, atualmente, uma verdadeira guerra suja e surda, em nosso País. Nesta guerra o inimigo já não emprega os meios bélicos. A ameaça vem da globalização, com seu totalitarismo financista e dos comunistas revanchistas. Isso me faz remontar à minha vida universitária em São Paulo. Os agitadores daquela época, os bagunceiros das eleições da União Nacional dos Estudantes (UNE), enfim, os esquerdistas eram: José Serra, José Dirceu, José Gregori e Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Eu pertencia à Juventude Universitária Católica (JUC). Impressiona-me profundamente ver esse pessoal mandando, hoje em dia, no País.

Quanto à cobiça da Amazônia, atualmente tão comentada, creio que o Movimento revolucionário de 1964 esteve sempre vigilante. O General Affonso Augusto de Albuquerque Lima, quando era Ministro do Interior, criou a Zona Franca de Manaus. Os governos militares procuraram implantar – embora sem total êxito – as grandes rodovias na Amazônia, a fim de integrá-la definitivamente ao território brasileiro.

Por incrível que pareça, atualmente, há lideranças mundiais que já chegaram ao desplante de afirmar que a Amazônia é do mundo, não é de poder absoluto do brasileiro. Por tudo isso precisamos, cada vez mais, ficar do lado daqueles que estão trabalhando naquela região do País, que um dia ainda será o celeiro do mundo. Pelo menos dos bens mais escassos.

Nunca seremos nada se não houver harmonia e união entre todos nós, brasileiros. Esse é o exemplo que nos legou Caxias, o Pacificador. A Lei da Anistia, por exemplo, revela a abertura, a reconciliação e o perdão mútuo, ao vencermos aquela minoria comunista. Renova-se, assim, a postura de Caxias. A anistia mostrou bem o

caráter e a disposição dos vencedores de 1964. Antigamente cabia aos vencedores matar os vencidos. A Revolução de 1964 estendeu o braço a todos, aos vencidos principalmente. Acontece que a oposição ainda não conseguiu entender isso. Considera a anistia como o perdão de uma banda só. A anistia representa um abraço, um estender de mãos ao vencido, pedindo que ele colabore e que venha a ser um bom brasileiro.

Um projeto nacional capaz de harmonizar todos os brasileiros, a meu ver, passaria pela educação, como ponto básico, fundamental. O povo sente a falta de escolas, a falta de universidades autênticas – incipientes e quase todas maculadas pela incompreensão dos governantes. Tem-se agravado sempre a má distribuição da riqueza. Ainda assim o povo se recusa à subversão. Através deste importante Projeto de História Oral sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, finalizando, dirijo-me às atuais e futuras gerações, convidando insistentemente o povo a que resista à sedução do desespero. Creio que o povo brasileiro ainda não desanimou. É o que nos anima.

Juiz Angelo Rattacaso Junior

- Natural da Cidade de Fortaleza, CE.
- Principais cursos: Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC). Cursos de extensão: Segurança e Desenvolvimento da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG); Introdução à Documentação e à Biblioteconomia (UFC). Curso militar: Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Fortaleza, CE (Aspirante-a-Oficial).
- Principais cargos e funções desempenhados: Juiz-auditor militar, em exercício, na 10ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM); Juiz-auditor em exercício pleno, na Auditoria da 7ª CJM; Professor de Direito Penal Militar, da Faculdade de Direito (UFC); Professor de Estudos de Problemas Brasileiros, na Faculdade de Filosofia do Ceará e de Sociologia do Direito e História do Direito Brasileiro na Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Professor de Direito Constitucional e Penal na Academia da Polícia Militar do Ceará (PMCE) e Juiz-auditor corregedor, em exercício pleno, na Auditoria de Correição da Justiça Militar Federal.

Entrevista realizada em 20 de setembro de 2001.

Antes de mais nada, desejo expressar a satisfação em poder dar minha modesta colaboração, trazendo algum subsídio para o Projeto de História Oral do Exército sobre a Revolução de 1964 e, dessa forma, enriquecer a historiografia militar. Falar sobre o Movimento de 31 de Março de 1964 nos leva a revolver muito do nosso passado, anterior mesmo, eu diria, ao ano de 1964. Afinal, por que aconteceu o 31 de Março de 1964? Para a ocorrência daquele Movimento foi preponderante a participação dos segmentos armado e civil da nossa sociedade.

Bem antes, a Nação brasileira, confiantemente, elegera Presidente da República o cidadão Jânio da Silva Quadros, o "homem da vassoura". Jânio ganhou este apelido porque adotou a vassoura como símbolo de campanha, para indicar sua disposição de luta no combate à corrupção. Pela maioria expressiva de votos que obtivera, representava a última esperança de um povo sofrido, decepcionado com uma série de erros de má administração. Jânio inicia o seu período presidencial sob os melhores auspícios e começa a tomar medidas de certa forma duras, algumas até inusitadas.

Entretanto, predominava a desarmonia entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional, principalmente com algumas lideranças da época, como era o caso do Senhor Carlos Lacerda. No dia 25 de agosto de 1961, data consagrada ao soldado brasileiro, depois de presidir a solenidade militar no Palácio do Planalto, Jânio, homem impetuoso, talvez emotivo, de repente, resolve renunciar – este fato não está devidamente esclarecido –, diz-se, para voltar nos braços do povo.

A Nação fica perplexa, estarrecida. Quem iria ocupar esse vazio de Poder? A renúncia era irreversível. Naquela ocasião, o Vice-Presidente da República, João Belchior Marques Goulart, encontrava-se em visita à República Popular da China. Discute-se a posse do Senhor João Goulart: se com todos os poderes inerentes ao Presidente ou por uma modalidade capaz de conter o político jovem, inexperiente em termos de militância partidária, ainda que, de certa forma, herdeiro do Presidente Getúlio Vargas. Havia essa discussão, essa crise, essa inquietação de âmbito nacional.

Chega-se à solução, não sei se a mais feliz: João Goulart assumiria a Presidência da República, mas teria que se conformar com a adoção do parlamentarismo, para moderar ou restringir as suas atribuições. Porque todos sabemos que no sistema parlamentarista, o Presidente da República é o Chefe de Estado e quem dirige o Governo é o Primeiro-Ministro. Num determinado momento, empolgado com o Poder, exercitando o Poder, João Goulart resolve convocar o povo para que se manifeste sobre a continuação ou não do sistema parlamentarista. Vitorioso no plebiscito, retorna-se ao presidencialismo. Talvez o início de toda a problemática que, de imediato, teria influenciado o Movimento de 1964.

Numa abordagem histórica, e sem querer de modo algum atingir a memória de alguém que, bem ou mal, encontrava-se investido do cargo de Presidente da República, devo dizer que João Goulart, lamentavelmente, não estava preparado para misteres tão elevados. Como Ministro do Trabalho que foi, vamos dizer, talvez tivesse alguma competência. Vigorava naqueles idos a Constituição de 18 de setembro de 1946, uma das mais perfeitas e mais técnicas promulgadas em nosso País. Mas João Goulart deixou-se levar por certos segmentos da vida política brasileira que, talvez, não fossem os seus melhores oráculos, os seus melhores guias, nem os melhores líderes para a Nação brasileira, que vinha de sucessivas crises desde a renúncia de Jânio Quadros.

Na época, com o vigor da sua mocidade, se podemos dizer assim, Leonel de Moura Brizola estava muito empolgado. Ainda hoje é atuante na política brasileira, portador de reconhecido radicalismo. Ao seu lado estavam Miguel Arraes de Alencar e outras figuras ligadas à tradicional esquerda, inclusive ao Partido Comunista do Brasil. De repente o País estava, de norte a sul e de leste a oeste, envolto por uma política populista, demagógica. Ao mesmo tempo, entidades banidas da vida política por decisão da própria Justiça Eleitoral, como é o caso do Partido Comunista, funcionavam como se na legalidade estivessem.

João Goulart, naturalmente, não era um espectador passivo. Caminhava-se por itinerários inquietantes, preocupantes. O princípio de autoridade, a autoridade do Presidente da República estava em xeque. Entretanto, é justo que se diga, João Goulart não era comunista, mas, por sua tibieza, deixara-se levar pelas circunstâncias. Inebriado pelo Poder, consentia no caos, por acreditar, ingenuamente, que, assim, seria possível implementar as reformas que preconizara.

Havia um certo ambiente de anarquia, caminhávamos para uma república sindicalista. Os sindicatos a fazer greves de toda natureza, inclusive greves políticas, e não necessariamente relacionadas a uma justa reivindicação, salarial ou pertinente à atividade laboral. Ora, aquilo tudo num Brasil que ainda hoje, queiramos ou não, procura romper a barreira do subdesenvolvimento. Aquele era, pois, um quadro extremamente danoso para a Nação brasileira.

O relaxamento do princípio da autoridade trazia reflexos em algo muito valioso e por isso bem preservado nas Forças Armadas: a hierarquia e a disciplina. A anarquia vicejante no meio político, no escalão superior da República, começava a expandir-se no meio militar sob a alegação de que, como pessoas do povo, os militares precisavam ser ouvidos. Realmente, isso é muito importante, mas não da forma como se propunha, com a quebra da hierarquia e da disciplina.

Surgiram até mesmo denominações curiosas, antes nunca vistas na história da República, como, por exemplo, "general do povo", "almirante do povo". Lembro-me

de que certa vez, ainda jovem advogado – era um período de Semana Santa – após uma desordem qualquer de natureza sindical, vários fuzileiros navais carregavam nos ombros o Almirante Cândido Aragão. Para mim aquilo soou como algo extremamente chocante. Um almirante fardado carregado nos ombros de marinheiros e fuzileiros. Isso é promiscuidade, totalmente incompatível com a vida militar, sedimentada sobre uma pirâmide hierárquica. Sem hierarquia e sem disciplina as Forças Armadas não são forças regulares, mas grupos armados perigosos. Sem disciplina e sem hierarquia não há contenção alguma, conceito extensivo às Polícias Militares.

Dentro daquele quadro, as mentalidades mais conscientes começavam a se indagar por que "almirante do povo", "general do povo". E por que militares reuniam-se nas suas associações e transformavam os seus encontros em reuniões de caráter político, em confissão político-partidária. Além de anormal, revelava o afrouxamento da disciplina e o desrespeito à hierarquia, contaminando, inclusive, algumas figuras da oficialidade. Não se faz o progresso de um país, de uma nação, deixando que as Forças Armadas assim procedam.

Estudioso do período histórico em que a Rússia Imperial sucumbiu diante do sistema bolchevista, presenciava os rumos semelhantes no Brasil, onde vivia-se uma fase revolucionária preparatória e, por analogia, imaginava como seria triste e lamentável a transformação do nosso Exército, como na Rússia, em Exército Vermelho. Naquela época era oficial temporário, da reserva de segunda classe (R/2), ex-aluno do CPOR, nada aprendêramos que nos levasse a tal estado de anarquia, de relaxamento ou afrouxamento da disciplina e, muito menos, à desordem e à quebra do princípio da autoridade.

No entanto, o País não caminhava, política ou administrativamente, para bons rumos. Falava-se muito em reformas: agrária, urbana, etc. O próprio governo pós-1964 é que veio encarar com seriedade esses problemas, criando algo ainda hoje muito importante para o trabalhador, como o Estatuto da Terra, a aposentadoria do trabalhador rural e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Sem demagogia, sem vulgarização, com ordem e disciplina.

A Nação estava em ebulição, uns a favor, outros contra. Lembro-me bem, casado há pouco tempo, tinha um filhinho. Às vezes, diante da incerteza, eu mesmo me perguntava como ficaria o Brasil no dia de amanhã. Advogado, ainda não havia ingressado na magistratura. Trabalhando, radinho de pilha ligado, de repente começo a ouvir notícias dando conta de um movimento de tropas em Minas. Esse era o brotar do Movimento de 31 de Março, que depois ganharia corpo e se legitimaria no Poder, com sucesso. Recordo sempre, pelo motivo do General Olympio Mourão Filho, um dos ativos líderes da eclosão do Movimento, vir a ser mais tarde presidente do Superior Tribunal Militar.

Ao lado da participação militar houve também o apoio do povo, que foi à rua, antecedendo o deflagrar do Movimento, através de passeatas de cunho religioso e das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Essa movimentação revelava a preocupação que se abatia sobre o povo brasileiro, preocupação por certos valores muito caros à Nação brasileira, inclusive as tradições cristãs. A propósito, a hierarquia católica de certa forma solidarizou-se com o povo e, conseqüentemente, com o Movimento, reconhecendo que a situação não podia continuar, embora posteriormente tenha mudado a sua orientação.

Finalmente, em 31 de março de 1964, a Revolução eclodiu, salvando o nosso País da ameaça comunista. Para satisfação nossa, eis que o primeiro governo revolucionário estava sob a chefia da figura ímpar do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, homem que tinha uma visão de presidente e, sobretudo, algo de muito raro nos presidentes da República: líder e estadista ao mesmo tempo.

Logo recuperaria o princípio da autoridade, a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e a paz e a tranqüilidade no território nacional, bem como a honestidade e a seriedade no trato da coisa pública, apanágio do Movimento de 1964. Por tudo isso, as Forças Armadas, particularmente o Exército, apenas interpretaram o pensamento da maioria da população brasileira; apenas ratificaram sua vocação de prestigiar e defender a integridade nacional, os sagrados princípios da democracia e da ordem, esculpidos na nossa bandeira.

Sobre os líderes da Revolução, civis e militares, considero o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco a sua maior figura, seja como militar ou intelectual, como presidente ou estadista, mas sobretudo como líder. É claro que existem outros baluartes no meio militar. Falamos há pouco do General Olympio Mourão Filho. No meio civil tivemos a liderança do Governador Carlos Lacerda, do Governador Magalhães Pinto e do Governador Adhemar de Barros, além de muitos outros.

Acerca de ações de guerrilha e de terrorismo, recorro à minha memória como magistrado, juiz, integrante da Justiça Militar. Com o Movimento de 1964, embora não fossem considerados crimes militares, atribuiu-se à Justiça Militar a competência para julgar os delitos políticos. O delito político tem duas configurações, a histórica e a doutrinária. Ora, o aspecto político simples ou delito político público ocorre quando alguém se declara partidário de uma ideologia cujo exercício não é permitido, cuja prática, exaltação ou propaganda não é permitida. Da mesma forma como não se permite, até hoje, propagar o nazismo ou o fascismo.

Naquela época, o Partido Comunista estava proscrito do processo eleitoral brasileiro, portanto, à margem da legalidade. Mas havia pessoas que teimavam em desrespeitar, ignorar a lei, direta ou indiretamente, e surgiu algo muito preocupante.

Aqueles que pensavam politicamente dessa forma, mas não se contentavam no pensar e passaram à ação. Queriam, de qualquer sorte, obter a vitória para a sua causa; de qualquer forma e a qualquer custo, mesmo com o sacrifício, muitas vezes, de vidas inocentes.

Foi aí que se iniciou a fase do terror. Inocentes pereceram ou foram feridos ou mutilados. Integrando um Conselho da Aeronáutica, lembro-me bem, isso eu trago no acervo de minhas memórias, de que, fui, talvez, o primeiro juiz-auditor da Justiça Militar a julgar um atentado terrorista. Refiro-me à explosão de uma bomba no aeroporto dos Guararapes, pouco antes da chegada prevista do Marechal Arthur da Costa e Silva. Foram feridos muitos civis, lembro-me bem. O Coronel Sylvio Ferreira da Silva foi ferido gravemente. Depois encontrei-me novamente com ele em Recife, onde por três vezes fui juiz-auditor. Lembro-me bem de certo documento que encontrei nos autos, com a seguinte declaração: "Se nós quisermos armas, vamos aos quartéis; se nós quisermos dinheiro, vamos aos bancos."

Estava desencadeada a onda de terror, destacando-se, entre outros, o atentado à Souza Cruz e vários assaltos a estabelecimentos bancários, até que se chegou a guerrilha de Xambioá. Houve aqueles episódios inusitados, salvo engano, três seqüestros de figuras ligadas à diplomacia; a atuação de Lamarca; roubos de armamentos e morte de sentinelas, em quartéis. Enfim, episódios que caracterizaram a fase mais negra daquele período, pelo aspecto ideológico. Um período muito difícil, que sacrificou muitas pessoas, ceifou muitas vidas.

Tudo leva a crer que essas ações terroristas – seqüestros e assaltos a bancos – serviram de inspiração ao crime organizado. Inclusive, circula uma versão, nos dias de hoje, de que conhecido grupo do crime organizado no País, seria o resultado da convivência entre os presos políticos e os presos comuns. De fato, durante o Movimento de 1964 houve um período em que as ações terroristas intensificaram-se e, concomitantemente, aumentaram os assaltos a bancos. O governo revolucionário decidiu, assim, considerá-los crimes contra a segurança nacional, e por conseqüência, os delinqüentes políticos – aqueles que praticavam atos de terror ou delitos políticos simples – e os assaltantes de bancos foram recolhidos a um mesmo estabelecimento penal. Desse possível convívio, e da orientação dos presos políticos aos delinqüentes comuns, surgiria a constituição daquilo que viria a ser o "Primeiro Comando Vermelho", ponto de partida do crime organizado no País. Assim, não se sabia se o assaltante era verdadeiramente alguém que agia por questão puramente ideológica, por questão política, ou se era apenas um marginal.

Para fazer face àqueles desafios, a Revolução buscou mecanismos jurídicos que lhe permitissem combate eficaz. Diante do pavor e da grande apreensão a que a

sociedade brasileira estava submetida, as garantias constitucionais não poderiam viger em toda a sua plenitude. Então, veio a lume a legislação institucional, muito rígida, os Atos Institucionais e os Atos Complementares, arbítrio que se concedera às autoridades da República para cassar, demitir, expulsar, licenciar e/ou reformar.

Para combater a incúria e a corrupção no trato das questões administrativas, inclusive casos de enriquecimento ilícito, fortunas obtidas no exercício de atividade partidária, o governo revolucionário instituiu a Comissão Geral de Investigação (CGI), sob a presidência do Marechal Estevão Taurino de Rezende Netto. É evidente que as medidas em epígrafe, restritivas, sem dúvida foram tomadas em favor de dias melhores para todos os brasileiros.

O País melhorou muito, a olhos vistos, após o 31 de Março de 1964. Houve erros? Sim, muitas coisas que poderiam ser evitadas, não o foram. Talvez o problema da tortura, que é bem possível ter havido. Não se pode, num país de dimensões continentais como o nosso, com vários organismos atuando nesse campo, ter todos à mão. Entretanto, em termos comparativos, não se pode negar que houve moderação. Na URSS morreram vinte milhões; na América Latina, para contar só o Peru, a Colômbia e Cuba, são dezenas de milhares. Aqui no Brasil, de ambos os lados, não foram três centenas. Quer dizer, essa comparação macabra nos é muito favorável. Diante desses números, pode-se afirmar que o Movimento de 1964 foi moderado.

Estranha-se, no entanto, o silêncio que a mídia guarda sobre a questão. Fala-se apenas do suposto desrespeito às decisões judiciais, procedimento que o governo revolucionário não ousou praticar, o que vem confirmar a certeza de que houve moderação. Há que se considerar ainda que, em vinte anos de governo, os militares e as Forças Armadas não se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer natureza. Nem sequer corrigiram a própria questão salarial. E poderiam tê-lo feito. Agiram com a máxima lealdade e com a máxima ética. Ficaram esperando que, com a democratização, os políticos reconhecessem que eles haviam se sacrificado por aquele ideário. Vã expectativa, até hoje. Depois, há que se reconhecer também que a Revolução trouxe inúmeros benefícios ao País.

Uma questão muito delicada e preocupante nos dias de hoje: o possível dano que alguns segmentos da mídia, sobretudo eletrônica, possam causar à sociedade brasileira, às futuras gerações. Assistimos hoje, nas novelas, à apologia da desagregação da família. Os valores morais e espirituais que a família tradicionalmente cultua são postos de lado, apresentados como se fossem valores superados. Isso é preocupante, sobretudo pela idéia que a televisão procura retratar.

Às vezes, a televisão comete pecados terríveis, inclusive em assunto de Justiça. Denigre a reputação de pessoas, prejulgando-as, influenciando até mesmo o

resultado de um júri, no caso, por exemplo, de crimes dolosos contra a vida. São distorções muitos sérias. A mídia poderia desempenhar papel bem melhor para sairmos do atraso cultural e instrucional, que é a nossa grande preocupação. A televisão comercial às vezes preocupa, porque esqueceu que também é um meio de educação. Louva-se a divulgação de falcatruas e ilicitudes, mas se condena a difusão excessiva dos maus costumes. Não podemos sair do atraso enquanto a mídia colocar a audiência no mesmo patamar do lucro. A conseqüência óbvia é o baixíssimo nível da maioria dos programas, apelativos e deseducativos. Impressiona pela perda da noção da ética e do respeito.

Hoje, quando se fala na Revolução, ouvem-se muito as expressões "anos de chumbo" e "ditadura", revelando ainda um certo rancor. Dentro desse contexto enquadra-se muito bem o exemplo da anistia política, concedida ao final do Governo João Baptista Figueiredo, para coroar a abertura democrática e promover, mutuamente, a reconciliação e o perdão. A anistia, figura do Direito Penal, existe para assegurar o reencontro da Nação, na busca do caminho da paz. Princípio universal, bilateral, válido, inclusive, para ideologias antagônicas, como ato de grandeza. Daí porque não se compreende que ainda haja um certo espírito de "revanchismo" que, muitas vezes, macula determinadas iniciativas e leva o povo a pensar de forma distorcida, contrária ao reencontro da Nação brasileira. Nesse aspecto, o sistema foi magnânimo, ao buscar a pacificação. Mas há pessoas dispostas a revolver o passado, permanentemente, à procura de fantasmas, esquecidas do apelo que se fez à Nação.

Neste ponto, a figura de Caxias, como pacificador, é exemplo dignificante. Não é preciso atravessar o oceano nem ir a outro continente. Olhemos para o interior do nosso próprio País, para o Duque de Caxias, o melhor exemplo para o Exército Brasileiro. Prerrogativa que nem todo Exército estrangeiro possui. É muito difícil encontrar um Exército que tenha nascido com a idéia de Pátria. O Exército Brasileiro, para felicidade nossa, nasceu com esta idéia. Quando, nos Montes Guararapes, pensou-se em Pátria, logo surgiu a idéia de união entre todas as raças e etnias para a constituição do nosso Exército.

O Brasil pode mesmo orgulhar-se das suas Forças Armadas. Até pela união perfeita entre crença e costumes, pois Guararapes viria a ser o berço do Exército, cujas alas, ainda incipientes, lutavam para expulsar o holandês invasor, luta travada em defesa da Pátria e da crença. Guararapes – pela união entre brancos, índios e negros – demonstra para o mundo que nascemos em harmonia. Enquanto surgia a Nação, nascia também o seu Exército. E, ao longo do tempo, o País tem buscado uma harmonia que repele e contraria frontalmente o terrorismo alienígena. Inclusive

o terrorismo dos dias atuais, do inimigo sem face. É algo terrível combater o inimigo sem face, que ninguém visualiza, ninguém identifica, mas dele sente os efeitos.

Entendo que devemos buscar a paz a qualquer custo, e sempre com bom senso. Os Estados Unidos da América do Norte, que sempre primaram pela defesa das liberdades e dos direitos humanos, não devem sacrificar países de outros continentes para uma exibição de armamento ou de tecnologia. A paz é muito melhor e nos lembra a figura de Caxias. Aqui no Brasil convivem israelitas, muçulmanos, católicos, protestantes, reformistas. Um paraíso para se viver. Por isso, a maior parte, a quase totalidade da Nação brasileira deseja tanto a paz, que só constrói.

Como seria bom se a consciência nacional despertasse para a necessidade de estar unida em torno do objetivo comum de retirar o nosso País do atraso representado pela corrupção, pelos maus costumes políticos, pelos desníveis sociais e pela impunidade! Não se pode falar de algo tão sério, tão nobre e tão urgente sem que se mergulhe profundamente no respeito à lei, à ética e à moral, princípios intrinsecamente associados à judicatura. Ninguém pode falar da atividade de um juiz, de um magistrado, sem se lembrar da lei, da ética e da moral. Lei, moral e ética que foram bandeiras do Movimento de 1964, com a restauração da hierarquia, da disciplina e da ordem, para que todos pudessem trabalhar num ambiente de paz.

Só podemos construir um projeto dessa natureza se afastarmos do cenário político a "lama dourada", instrumento em que transformaram a moeda, lama que corrompe e domina, sobretudo, o mundo político. Somos testemunhas. Temos que purificar o mundo político, o cenário, o meio político brasileiro. E a eleição é o melhor meio para isso. Precisamos escolher políticos honestos, capazes de implementar uma política industrial, comercial, uma política agrícola eficiente, acima de interesses pessoais, mas a favor da sociedade, verdadeiramente.

Precisamos, também, de uma profunda reforma no âmbito do Judiciário, para tornar a Justiça rápida e barata. De modo geral, o livre acesso de todos à Justiça continua uma dificuldade, infelizmente. Ainda existem os que podem ir e os que não podem ir à Justiça, constatação que preocupa qualquer julgador.

Como última consideração, eu diria que, com quase trinta e oito anos de magistratura militar, uma das coisas que me têm proporcionado orgulho é a qualidade dos meus jurisdicionados, os integrantes das Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica, onde não vejo delinqüente nato, não vejo crime organizado, não vejo contrabandista. Aqui ou acolá, nos processos que chegam até nós, alguém que, por uma circunstância qualquer, viu-se compelido, num determinado momento, a se afastar um pouco do cumprimento da lei. Isto é bem um retrato fiel do que são as Forças Armadas: uma elite na vida de um país. Não aquela elite sofisticada, a elite

das crônicas sociais, a elite mundana, superficial e falsa. Mas uma elite de patriotas, uma elite de bons brasileiros e, sobretudo, uma elite que nas casernas encontra uma escola de brasilidade, uma escola de educação, sob todos os aspectos.

Tenho dois filhos que foram concursados e estudaram em colégios militares. Tenho uma nora professora, estruturada como 2º-Tenente no Colégio Militar de Fortaleza. Então, essas Forças Armadas merecem confiança. Tenho plena confiança nelas.

Próximo de atingir a idade-limite, término de minha caminhada, retornarei a outra atividade, se o Criador me permitir. Enquanto tiver as Forças Armadas, este País merece crédito. E tem tudo para construir o seu futuro, resta saber escolher os nossos governantes.

Juiz Stênio Rocha Carvalho Lima

- Natural de Fortaleza, CE.
- Cursos civis: Bacharel em Direito, pela Universidade Federal do Ceará (1965); Administrador de Empresa; diversos cursos na área jurídica; curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), CE e três cursos de extensão na Escola Superior de Guerra (ESG), RJ.
- Cursos militares: Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Fortaleza (1962), declarado Aspirante-a-Oficial R-2; realizou o Estágio de Instrução, na tropa, sendo promovido a 2º-Tenente R-2.
- Principais cargos e funções desempenhados: Secretário Estadual de Administração; Secretário da Casa Civil do Governo do Ceará; Diretor Geral das Secretarias de Justiça, Cultura e Administração; Juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral (TER), por 4 anos.
- Produção intelectual: Diversos, na Revista da Procuradoria Geral do Município e na Revista Brasileira de Direito Eleitoral (discursos).

Entrevista realizada em 28 de dezembro de 2000.

Gostaria, antes de mais nada, de agradecer a oportunidade que me foi dada de participar deste Projeto de História Oral do Exército Brasileiro sobre a Revolução de Março de 1964.

Quando eclodiu a Revolução eu era universitário, cursava o quarto ano da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará e, ao mesmo tempo, servidor público estadual. Como estudante, nunca me engajei em nenhum movimento estudantil daquela época, principalmente porque havia toda uma parafernália, na imprensa e nos próprios movimentos universitários, a indicar que eram elementos extremamente radicais, ligados às esquerdas, que insuflavam os outros à baderna.

Doutrinariamente, já àquela época, eu não afinava com aquelas manifestações de colegas. Muitas vezes, pelo meu posicionamento contrário, encontrava dificuldade até para ingressar na faculdade, a fim de assistir às aulas. Havia sempre aqueles elementos engajados nos movimentos esquerdizantes, ávidos por implantar uma nova ordem, mercê dos ecos que chegavam ao País da guerra fria entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Além da crise econômica, que resultava em instabilidade social, havia o radicalismo político, deixando o País diante do imponderável.

O momento, na verdade, era de suma gravidade. Em todos os rincões da Pátria notava-se o desejo da sociedade no sentido de que se pusesse um freio àquela desordem, originada pelo modo como a Nação estava sendo governada: um Presidente que não tinha pulso, nem força, nem comando e ficava à mercê daqueles que estavam a solapar os reais destinos da Pátria. Estes procuravam provocar as Forças Armadas, estimulando a inversão da hierarquia e a indisciplina, conhecidos por todos como os pilares sobre os quais elas repousam.

Além disso, havia uma violência desenfreada no campo e nas cidades. As "Ligas Camponesas" exigiam uma reforma agrária, mas não havia um planejamento adequado para implantá-la. Não adiantaria, pura e simplesmente, distribuir a terra sem que houvesse o crédito respectivo e o pagamento efetivo das desapropriações. Vivia-se, portanto, naquela generalizada indisciplina, tanto na ordem militar quanto na civil.

O País parecia marchar para o caos – como querem alguns e eu sou partícipe dessa avaliação. Estávamos, sem dúvida, a enfrentar uma típica guerra revolucionária comunista, que evoluía rapidamente. Para alguns, segundo o modelo tcheco, sob o enfoque de uma revolução meramente institucional. Para outros, sob o modelo sino-soviético, onde era nítida a preferência pela luta armada total. Tornava-se, portanto, imperioso que houvesse toda uma doutrinação, tanto da parte militar, quanto da parte de civis interessados na harmonia com as Forças Armadas, a fim de alterar o rumo da Nação, que na verdade estava a caminhar para a comunização.

Eu, ainda jovem e sem, evidentemente, muito aprofundamento sobre as questões em curso, à época – até porque, não existiam as facilidades de hoje e havia toda uma conotação esquerdizante por parte da imprensa – vi manifestações de graduados, sargentos e cabos, na chamada Revolta dos Sargentos de Brasília, uma inversão total da hierarquia; uma velada campanha de desmoralização dos chefes militares, que não comungavam com o esquema subversivo que se estava montando.

Existia, na verdade, a idéia de implantar uma ditadura sindicalista, sendo denotativo o fortalecimento de entidades como Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Pacto de Unidade e Ação (PUA). Recrudesciam as campanhas pela reforma agrária e pelo voto do analfabeto e o aumento das invasões de terras, além da inflação e de greves em setores vitais – energia, telefonia, gás.

Foi criada a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) de sustentação do governo, nitidamente de esquerda. E para culminar, com toda aquela desordem na área militar, realizou-se, a 13 de março de 1964, o famoso comício da Central do Brasil, ocasião em que o Presidente da República, João Goulart, fez-se acompanhar de seus Ministros e de adeptos de seu governo, e assinou decretos de encampação de refinarias de petróleo e de desapropriações agrárias. Essas afrontas ecoaram fundamente junto aos escalões superiores das Forças Armadas e naqueles que não comungavam com a forma pela qual o governo vinha dirigindo o País. Tudo aquilo foi como o estopim para que houvesse, por parte de militares e civis, a Contra-Revolução.

Posteriormente, logo após a grande crise na Marinha, começaram a repercutir o envolvimento do Governador Carlos Lacerda e a silenciosa manifestação de militares no âmbito de seus quartéis, sob a orientação do Marechal Odylio Denys e do General Castello Branco, entre outros, o que nos dava a certeza da Contra-Revolução. E, no dia 30 de março, bem me lembro, houve no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro – e a televisão mostrou – um verdadeiro cerco dos sargentos da Polícia Militar e das três Forças Armadas ao Presidente Jango, com discursos vibrantes e subversivos. A situação chegara a um ponto tal que houve até quem adiantasse a data para o golpe que seria dado pelo Presidente Goulart. Agiram mais rapidamente os brasileiros autênticos que, através de Minas, com o apoio de São Paulo e, posteriormente, de outros Estados, desencadearam o 31 de Março: para alguns, a Revolução de 31 de Março de 1964; para outros, a Contra-Revolução.

Bem sabemos o que pôde ser feito ao longo do período militar em prol do progresso e desenvolvimento da Nação. Poder-se-ia indagar, entretanto, como a Revolução se posicionou em termos de acertos e de erros. É evidente: todos que estamos a administrar cometemos os nossos equívocos. O que, fundamentalmente, se pode extrair do meu ponto de vista, é que a Revolução teve muito mais acertos do que erros.

Como governar é saber dividir bem o Poder, é saber procurar, dentre as várias alternativas, aquelas que mais condizem com a realidade, os nossos presidentes militares, todos eles, buscaram implantar as mudanças necessárias para que o País pudesse progredir, sobretudo, gozar da sua soberania e se afirmar no concerto das nações.

Não se pode, ao cabo de todas essas considerações iniciais, deixar de aludir à sensibilidade do General Ernesto Geisel, secundado pelo General João Baptista de Oliveira Figueiredo; aquele, responsável pela "abertura" democrática e este, pelo desengajamento dos militares do Poder, decisões assumidas, solidariamente, e que permitiram à Nação o reencontro com o Estado Democrático de Direito: com eleições livres e com os três poderes funcionando, independentemente, mas harmônicos entre si, tal como o consignado no texto constitucional.

Conforme já afirmei, a Revolução teve mais acertos do que desacertos, e a Nação pôde, realmente, ficar livre da comunização. Não devemos, entretanto, esquecer os cuidados necessários para que as Forças Armadas – guardiãs da ordem e da soberania nacional – possam exercitar o seu múnus tal como preconizado no texto constitucional.

Lamenta-se a solução de continuidade ocorrida no pós-Revolução. De fato, aos governos civis tem faltado vontade política para assegurar uma vida digna à maioria dos brasileiros, observando-se, nitidamente, que as ações próprias do campo social deixaram de ter prioridade. Assim sendo, é fácil explicar a insatisfação com a insegurança, com a violência, com a desenfreada corrupção nos escalões até mesmo do governo. Isso tudo nos envergonha, nos entristece e nos faz ter a esperança de modificações substanciais na legislação. O Judiciário, muitas vezes, é acusado de convalidar determinadas situações de ordem fática. Isso decorre, entretanto, da nossa legislação fragmentária, absolutamente casuística. E o Judiciário, salvo aquelas leis que estão em incompatibilidade com a Constituição, não pode deixar de executá-las.

Já se sabia, antes de março de 1964, do desejo explícito do Presidente João Goulart – com o apoio parlamentar de que dispunha – de transformar o Brasil numa república sindicalista, inclusive com data certa para a deflagração do golpe: 1º de maio de 1964. A frente parlamentar que foi instituída no Congresso Nacional não permite dúvida sobre ter sido a força primeira que daria respaldo ao presidente, para a implementação deste seu desejo.

Pelo que pude saber, João Goulart foi levado ao governo por indicações políticas, porque era ligado ao esquema de Getúlio Vargas. Na verdade, ele não tinha credenciais para dirigir o País, pois, além de fraco no comando do governo, mostrara-se simpatizante dos comunistas. Não posso, peremptória e enfaticamente

afirmar, no entanto, que Jango tenha sido comunista. É evidente que, sendo auxiliado por vários assessores nitidamente de esquerda e, talvez, pensando que pudesse dirigir a Nação segundo aqueles pressupostos, procurou absorver aquelas idéias marxistas. Entretanto, volto a dizer, não creio que ele fosse comunista, de fato.

A meu ver, a subversão mais acintosa era a inversão de valores: a falta de ética e o desrespeito para com aqueles que desejavam o progresso material e moral do País. Naquela época, a subversão era de tal ordem que entendíamos nós, os civis, que apenas e tão-somente as Forças Armadas deveriam conhecer a resposta para que o País pudesse retornar à ordem e à paz social, no campo e nas cidades.

Dentro da sublevação que existia nos quartéis, a quebra da hierarquia e da disciplina era intolerável. Então, aqueles que tinham maior sensibilidade política partiram para a doutrinação da tropa, da oficialidade mais jovem, buscando a sua adesão para que o País mudasse o seu rumo, vez que o caos estava à vista. E se não tivesse havido essa coordenação, esses contatos entre militares e civis, numa preparação rápida, o golpe do Governo Goulart viria. Felizmente, antes disso, no dia 31 de março daquele ano, a Revolução foi deflagrada com total êxito.

Muito importante para o sucesso da Revolução foi a participação popular. Realmente, ao ser deflagrado o Movimento, o povo estava ao lado daqueles que o fizeram. Tanto assim, que não houve derramamento de sangue. Na verdade, um fato auspicioso, pois serve para demonstrar que os militares, formados com base no respeito e no amor à Pátria, às instituições e ao seu povo, mereceram deste o respaldo necessário, na hora precisa.

Entre as principais lideranças à frente da Revolução, um dos políticos que mais se destacaram foi Carlos Lacerda, na época, Governador da Guanabara, hoje Rio de Janeiro. Cito, também, o Governador Adhemar de Barros, de São Paulo; o Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e o Governador Ildo Menegheti, do Rio Grande do Sul. Uma das estratégias, quando se decidiu articular o Movimento de 1964, que tinha, evidentemente, os seus riscos, pela possibilidade de choques com as forças do governo, era poder contar com o apoio da população, representada pelos próprios governadores. Mas o risco foi calculado: ou se fazia a Contra-Revolução ou logo, logo haveria o golpe. De modo que foi fundamental o trabalho desses governadores. A valentia do Governador Lacerda, por exemplo, mostrou que era necessária uma ação civil, com o apoio da população, coesa e irmanada com o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Na verdade, como disse o General Rubens Bayma Denys, foi um Movimento "uno e indivisível, em prol do progresso do Brasil livre e soberano".

Acredito que situações absolutamente incontornáveis tenham dilatado o período militar. A idéia – e isso é o que se sabe historicamente – do Presidente Castello

Branco previa a permanência dos militares à frente do Poder durante o mais curto espaço de tempo possível, necessário apenas para a restauração da ordem e da disciplina, e suficiente para promover a reestruturação do governo, devolver a soberania ao País e, principalmente, trabalhar as reformas partidária, eleitoral, do Judiciário, financeira, tributária e administrativa. No entanto, as condições políticas do momento levaram os militares a permanecer mais tempo no Poder, o que nunca foi o propósito do Presidente Castello Branco.

Os militares muito fizeram pelo País, quando à frente do governo central. Em primeiro lugar, com o Presidente Castello Branco, a ordem e a hierarquia voltaram a ser observadas. Aquele era um homem íntegro, capaz, muito inteligente, um estrategista que nos deixou o legado de uma atuação, sobretudo, honesta. Ele próprio se negou, posteriormente, a retornar ao governo.

Quero destacar algumas medidas tomadas, justamente, no Governo do Presidente Castello Branco, que considero de grande alcance social. A criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), que trouxe uma nova e formidável contribuição ao progresso social do País, o Estatuto da Terra, o Programa de Integração Nacional e a luta incessante para manter a dívida externa e a inflação rigorosamente sob controle. Foi nessa época, também, que tivemos um grande impulso na área das telecomunicações, além da construção de grandes usinas hidrelétricas e da rodovia Transamazônica.

A Escola Superior de Guerra – ESG – é bem anterior à Revolução de 31 de Março de 1964. Desfrutei do prazer e satisfação de participar de três ciclos de estudos de extensão, em contato com oficiais-generais das três Forças, e com reitores, professores, advogados, enfim, com uma gama de profissionais dos mais diversos matizes, quando tive a oportunidade de discutir as políticas fundamentais de acordo com a doutrina da Segurança e Desenvolvimento nacionais. A adesão da ESG ao Movimento de 31 de Março de 1964 fez com que a escola participasse da formulação de políticas setoriais, dentro de cada campo do poder nacional.

Comprovou-se, em todos os países, a ineficácia da dialética marxista, porque não há a contrapartida, ou seja, a teoria não consegue ser praticada. O verdadeiro fracasso dessa ideologia pude constatar numa viagem à União Soviética, começando pela Polônia, indo a Praga, a Minsk e, depois, a Moscou. Ao longo daquelas estradas – fui de ônibus – viam-se os campos abandonados. Não havia locais onde o ônibus pudesse parar, para o atendimento de uma simples necessidade fisiológica; uma pousada para um café matinal ou um refrigerante qualquer. Vimos um povo sofrido, todos loucos para conseguir um par de tênis ou uma calça *jeans*. E um salário aviltante, como o da nossa intérprete, uma portuguesa. Esse é o enfoque sobre a dialética marxista que, na verdade, não empolgou os povos que a adotaram.

Gostaria de dizer algo sobre a Amazônia, cantada em prosa e verso como pulmão do mundo. Por sua potencialidade, desperta a cobiça sempre presente de várias nações, seja no continente americano ou no europeu. Infelizmente, a insensibilidade do governo central não tem permitido ações efetivas para sua adequada ocupação. Praticamente, só o Exército se encontra por lá, firme na luta diuturna em favor da integridade territorial e contra a invasão e a destruição da floresta, o que é muito pouco, em relação ao gigantismo da área e dos problemas que a cercam. A Nação precisa voltar os seus olhos para a Amazônia, a fim de que ela continue a ser nossa e possa permanecer incólume aos perigosos olhos dos outros países, ávidos por espoliar a riqueza nacional encravada naquela região.

A "batalha da comunicação social" foi perdida pela Revolução. E foi perdida pela timidez dos militares na divulgação dos seus atos e realizações. Acostumados à parcimônia dos orçamentos e extremamente zelosos com o patrimônio nacional, preocupados em maximizar os benefícios decorrentes da aplicação dos recursos financeiros, não obstante a sua exigüidade, os militares sempre buscaram eliminar o desperdício. Aliás, assim posso falar, porque fui testemunha ocular disso tudo quando estagiei como intendente num bom quartel, na época, o 24º BC, em São Luís, no Maranhão.

A comunicação é essencial. Hoje, é obrigação constitucional a divulgação de atos e fatos da administração. Sem personalismos, sem divulgar o administrador, mas as suas ações. A Constituição diz que a publicidade deve representar algo de cunho educacional e cultural para que se possa saber se o governante está gastando bem ou mal os recursos públicos alocados no orçamento. Este, portanto, foi um dos pontos negativos da Revolução, no meu ponto de vista.

A Nação não pode sair do atraso se prevalecer, na mídia atual, formadora da opinião pública, uma disputa de audiência e de lucros, a explorar o consumismo e os escândalos em detrimento do civismo, da moral e da ética, fundamentos da nacionalidade. Na verdade, o que se vê hoje é extremamente lamentável. Todos os dias somos agredidos – eu não sou nenhum puritano para dizer isto pelo desejo puro e simples de demonstrar que o seja – por uma licenciosidade, uma libertinagem total nos meios de comunicação, principalmente na televisão. Diariamente – somos obrigados a ver em nossas casas – preponderam os conceitos amorais que nos agridem e fazem com que os nossos filhos, as nossas crianças, desde cedo fiquem ao sabor dessa verdadeira falta de ética no tratamento dos problemas do dia a dia. Há pouco, houve até intervenção de ordem judicial, posteriormente revogada, proibindo a apresentação de determinados quadros com a exibição de crianças na televisão.

Em meio ao turbilhão, eis que surge este Projeto, valiosa contribuição na luta contra a degradação dos hábitos e costumes. Fonte fidedigna de preservação da

nossa História, este Projeto é, ao mesmo tempo, repositório de sugestões para romper a inércia na luta contra o jugo consentido do subdesenvolvimento, nas suas diversas formas, e da subserviência. A idéia deste Projeto é, assim, digna de aplausos e deverá estar à disposição dos brasileiros, espera-se, através dos vários meios de comunicação, inclusive da Internet, com certeza uma das alternativas mais democráticas da atualidade.

Um dos pontos nevrálgicos a serem atacados e que os governos têm negligenciado, lamentavelmente, é a educação. A educação como diretriz primeira para que a Nação possa conhecer a sua própria cultura. Educação para oferecer o conhecimento necessário à profissionalização. Educação como elemento primordial no combate à corrupção, ao exigir uma legislação que leve o indivíduo a pensar duas vezes antes de praticar qualquer ilícito penal. Uma educação capaz de constranger a mídia, diante de situações que atentem contra a dignidade do homem. Quer dizer, uma educação mais que formal – formadora e formativa, civilizadora – capaz de conter o próprio Poder, não permitindo a extrapolação dos balizamentos que lhe são impostos, prática, hoje, tão comum, infelizmente, no nosso País. Como exemplo, temos esses absurdos, as medidas provisórias, necessárias a qualquer governo, desde que fossem observados os seus limites. Existe o limite constitucional, que não é, todavia, observado. O próprio Supremo Tribunal Federal já o disse.

Na verdade, quem faz a lei é o Congresso. E a lei, muitas vezes, é malfeita, casuística até em alguns casos, como na área política, principalmente quando ocorrem eleições. Cada eleição tem a sua própria lei, razão pela qual a legislação é absolutamente fragmentária e casuística. O Judiciário é, às vezes, criticado por não adotar um determinado posicionamento, mas repetindo o que já disse, mesmo que o quisesse não poderia fazê-lo pois a lei editada e vigente é compatível com o texto constitucional. Surgem, então, os absurdos a que estamos assistindo: sucessivas reeleições. No Ceará, temos alguns casos de prefeitos, de vereadores que deveriam estar na cadeia, que não deveriam mais participar de eleição. Entretanto, participam porque a legislação diz que, enquanto a condenação não transitar em julgado, prevalece o direito de concorrer à eleição. E o que é pior, o povo elege. Que pode fazer o Judiciário? Nada!

Ao reafirmar os meus agradecimentos pela gentileza do convite, quero deixar a minha mensagem de otimismo, a minha palavra de advogado atuante no foro de Fortaleza e foros de outras cidades, de que este Projeto de História Oral, feito pelo Exército, é de grande valia. Por representar uma síntese do pensamento de várias personalidades, sobre os mais variados temas, não só desejo, mas acredito possa, realmente, produzir efeitos. Que a sua eficácia tenha a projeção do futuro, tal como a própria filosofia que encerra o Projeto. Muito obrigado.

Procurador de Justiça Meton César de Vasconcelos

- Natural da Cidade de Granja, CE.
- Principais cargos e funções: promotor de Justiça (Ministério Público); procurador da Justiça (Tribunal de Justiça do Ceará); auxiliar de ensino, instrutor, assistente e professor adjunto de ensino superior, e chefe do Departamento de Direito Processual da Universidade Federal do Ceará (UFC); diretor da Escola de Polícia Civil; do Departamento de Polícia Civil e da Divisão de Polícia Metropolitana (Secretaria de Segurança Pública); chefe de gabinete do secretário de Educação (Secretaria de Educação); assessor jurídico da Divisão de Pavimentação do Departamento de Estrada de Rodagem do Ceará (DER-CE) e da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) e secretário geral da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Ceará (OAB-CE).
- Principais cursos civis e militares: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Bacharel em Administração Pública (EAC); curso de extensão na Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, RJ; especialização em Direito Criminal (UFC) e de Aspirante-a-Oficial do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), com estágio de 2º-Tenente, no 10º Grupo de Obuses 105 (10º GO-105).
- Produção intelectual: A iniciativa do Ofendido ou de seu representante legal nos Crimes de Ação Penal Pública; Ação Penal nas Contravenções e nos Delitos de Trânsito e O Inquérito Policial: seu valor probante, entre outros.

Entrevista realizada em 28 de junho de 2001.

Ainda criança, migrei de minha cidade natal para Fortaleza, convivendo, então, com parentes que não se mostravam interessados na discussão da vida política do País. Certamente por isso, de princípio não adquiri um pensamento político, ou seja, não tinha idéia da problemática política que o País vivenciava àquela época. Mais adiante não me era dado, todavia, ficar alheio ao embate político-ideológico que assistia nascer no Brasil.

Foi exatamente no período em que iniciava os meus estudos na velha Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, que nasceu em mim um conflito interior. De um lado, o respeito aos mais velhos, sentimento adquirido no convívio familiar com meus pais, depois com meus tios, quando vim estudar aqui em Fortaleza. Formara-se em mim a consciência de que a obediência às leis e às autoridades superiores devia ser um marco de cidadania, um marco que deveria balizar o comportamento das pessoas. De outro lado, o incômodo de assistir, naqueles tempos, à quebra da hierarquia militar, às tentativas de promover a anarquia social, fatores esses que ameaçavam fragilizar poderes legalmente constituídos.

Cheguei depois ao serviço militar, ingressando no CPOR, uma escola de civismo, de culto à hierarquia e à disciplina. Naquela Unidade – sempre digo aos meus filhos – aprendi a ser homem, e, daquelas lições, procurei pautar a minha vida, dali em diante, como cidadão. Esses traços da minha personalidade quis aqui enfatizar, inicialmente, porque, por conta deles, tornou-se difícil, para mim, assistir passivamente aos acontecimentos que terminaram por desencadear o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Aliás, ao invés de Movimento revolucionário, seria mais adequado chamá-lo de Movimento contra-revolucionário porque, pelo que pude depreender através de uma reflexão pela leitura política, naquela época, na verdade o que se presumia acontecer era uma guerra revolucionária comunista que estava às nossas portas. E foi exatamente esse movimento que se contrapôs a essa guerra revolucionária. Foi exatamente o movimento que motivou o Exército Brasileiro, por uma série de fatores conhecidos de todos, a chamar para si a missão de fazer abortar a tentativa de agentes de esquerda que intentavam tomar o Poder no nosso País.

Nos momentos que antecederam a eclosão dessa reação, quando se uniram os anseios dos militares e os sentimentos do povo, é que o País se livrou do jugo comunista. Não fora o Exército tomar a frente, seria muito difícil termos saído daquelas dificuldades. Por quê? Porque na verdade o povo, por si só, embora consciente da gravidade daquelas ameaças, não seria capaz de se mobilizar para uma reação. Dentro desse contexto gostaria de dizer que, no momento a que me refiro, pude assistir a episódios que marcaram a minha vida e a vida da Nação.

Em primeiro lugar, na Faculdade de Direito, onde exercia o cargo de professor: era um professor jovem, um desportista atuante, e, por conta disso, tinha boa convivência com os jovens universitários e depois, junto ao 10º GAC, onde estagiava. Na Faculdade de Direito, realmente, pude sentir violentas ameaças que motivaram, inclusive, a necessidade da ocupação daquele estabelecimento de ensino, para que a ordem fosse restaurada. E quero dizer que, naqueles momentos, muitos professores foram constrangidos a assinarem manifesto comunista. Os que se recusaram a tanto foram violentamente ameaçados de morte no "paredão de fuzilamento", quando os comunistas vencessem a batalha. Eu, certamente, fui um desses tantos, mas não me quebrei sob as ameaças e reagi.

A nível nacional, também assistíamos, naqueles momentos, a ações atentatórias ao sentimento de patriotismo, de civismo, de respeito à hierarquia e à ordem constitucional, sobretudo. Os episódios do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul chegavam ao nosso conhecimento e nos causavam preocupação. O golpe maior que a Nação sofreu, no meu entender, foi a quebra da hierarquia por setores internos das Forças Armadas, setores dissidentes, flagrantemente de esquerda.

Infiltrados nas Forças Armadas, faziam o jogo do setor externo, do setor internacional do mundo comunista. Mas, felizmente, essa quebra do princípio da autoridade teve um fim, que foi exatamente o eclodir desse Movimento que eu chamo anti-revolucionário, porque fez abortar a tentativa do comunismo em nosso País. De modo que, por conta dessa ação do Exército, eficaz, oportuna e efetiva, nós hoje podemos, embora com algumas restrições, respirar ares de democracia no País e podemos sentir ainda, na maioria dos cidadãos, dentro das Forças Armadas, a certeza e a convicção de que o Brasil, sendo um país democrata, não poderia suportar aquelas pretensões que até então se avizinhavam de nós.

Naquela época, a subversão campeava no País. Estávamos a atingir aquilo que, hoje, doutrinariamente chamamos de desobediência civil, porque, na verdade, os agentes de esquerda manipulavam sobretudo a juventude. A partir das escolas de 1º e 2º graus, e da universidade, os jovens eram facilmente manipulados no sentido da prática dos objetivos desejados pelo comunismo. De modo que eu pude, pelo exercício do magistério na faculdade de Direito, sentir presente no dia a dia essa subversão por meio de estudantes infiltrados dentro das escolas e da universidade, e até por muitas pessoas de esquerda que, não pertencendo à universidade, lá estavam manipulando os jovens como se eles fossem uma massa de manobra.

Mas o evento maior, a ofensa maior que houve à consciência nacional, foi exatamente a audaciosa e violenta tentativa dos comunistas de desonrarem os

sentimentos cultuados pelo povo brasileiro. Aqueles sentimentos de paz, de ordem, de respeito à hierarquia, de respeito à ordem constitucional e aos princípios que integram a estrutura da família brasileira. Até então, havia em nosso País um acendrado amor à Pátria. Em todo local por onde se passava havia referência à Pátria, à bandeira, aos símbolos nacionais, e não havia notícias de que algo se antepusesse a esses sentimentos.

Com o estabelecimento da agressão, pelos comunistas, começou a reação popular contra isto. Hoje, lamentavelmente, pouco ou quase nada se fala em Pátria, em patriotismo ou em pavilhão nacional. Excetuando-se nas cerimônias militares, no meio civil, no meio das comunicações e das autoridades governamentais, em todos os níveis, pouco ou quase nada se fala. Foi exatamente essa tentativa do comunismo, de fazer sucumbir esse sentimento cultuado pelo povo brasileiro, que provocou aquela reação. E essa reação, graças a Deus, teve que ser endossada pelo Exército, para dar força ao povo e fazer restaurar a consciência nacional ameaçada.

Todos sabemos que os militares têm a hierarquia e a disciplina como vigas-mestras. Eis que, de repente, surgiram aqueles episódios que puseram o Poder militar em perigo, o Poder que protege a Nação, ameaçando, porque se sentia que procuravam quebrar a hierarquia e a disciplina, seus pilares fundamentais. Isso aconteceu e despertou a consciência nacional. Cito como exemplo os episódios do Rio de Janeiro, onde os subordinados se insurgiram contra os superiores. Naquele momento, a ordem constitucional foi violentada até pelos próprios governantes. Aquelas manifestações mostraram que, na verdade, não era mais possível se conviver com aquele estado de coisas. Tinha-se de reagir. Uma reação era imperiosa. E graças a Deus ela aconteceu.

Nas últimas décadas é comum a gente ouvir expressões críticas ao Movimento de 31 de Março, sobretudo que esse Movimento teria sido um trabalho externo, sob orientação dos EUA. Naqueles tempos vivíamos na guerra fria, e é natural que o comunismo apontasse para os EUA como o país que conduzia a nossa reação. Mas, na verdade, nós brasileiros sabemos que esse Movimento foi eminentemente nacionalista.

Os EUA não teriam nenhum interesse de pressionar as nossas Forças Armadas, sempre fiéis à independência e à integridade nacionais. Jamais, portanto, essa suposta influência externa aconteceu. Foi sim, esse movimento, uma reação natural do povo brasileiro à tentativa de infiltração comunista no território nacional. E essa reação se deu através do nosso Exército, acolitado por lideranças de outros setores das Forças Armadas.

Fala-se muito em "revolução", para designar o Movimento de 31 de Março de 1964. Aqui, de acordo com afirmativa anterior, prefiro considerá-lo um movimento

anti-revolucionário, porque se opôs a um movimento revolucionário, à guerra revolucionária comunista, que ameaçava a nacionalidade brasileira. Na sua textura, como foi formatado, na verdade, teve esse movimento anti-revolucionário de usar métodos revolucionários para se antepor, pela forma de reação, àquilo que se mostrava ameaçador para a Nação brasileira.

Muito se diz que o chamado período da ditadura foi danoso para o País. Sob o ponto de vista da nacionalidade, entendo que, se voltarmos nossas vistas para aquele País anterior ao Movimento, vamos verificar que ele nada tinha em termos de enfoque internacional, a não ser a construção de Brasília. Foram os governos militares que deram à Nação o desenvolvimento das comunicações, o grande progresso, a construção das grandes hidrelétricas e de uma formidável rede rodoviária.

Todas essas obras constituíram um incomensurável patrimônio para a Nação. Nos governos dos militares, além de todas essas realizações de grande valor econômico e financeiro, o País vivia em tranqüilidade, o povo brasileiro tinha saúde, tinha educação, tinha desenvolvimento. E tudo isso se devia a quem? Aos governantes do período anterior? Àqueles que faziam antagonismo aos então dirigentes militares? Não, claro. Tudo isso era fruto de uma boa administração. Eu, que servi no Exército como estagiário, nas funções de aprovisionador, almoxarife e tesoureiro, vi como o militar administra os bens a seu cargo: com responsabilidade, com isenção.

Nunca vi, naquela época, os governos militares fazerem clientelismo ou nepotismo. Diria até que os militares foram tão honestos que sequer se preocuparam em resolver seus problemas de vencimento. De modo que, daquele contexto, se nos transpusermos para a atualidade, vamos encontrar um quadro absolutamente adverso, em que não há dinheiro para a saúde, não há dinheiro para a educação, não há dinheiro para o saneamento. Mas há, sim, muito dinheiro para pagar os agentes financeiros que estão sugando as nossas reservas, o nosso patrimônio, que está sendo vendido para pagar juros internacionais. De modo que rendo homenagens aos governantes militares daquela época, pois souberam administrar a economia do País, dando acréscimo ao patrimônio nacional.

Logo que os militares assumiram, houve um enorme progresso nas universidades. Foi exatamente o momento em que as universidades cresceram para atender à demanda do brasileiro que precisava se instruir e se educar, para o melhor desenvolvimento pessoal. No setor de saúde, decorrente das obras de saneamento que foram feitas, os resultados foram notórios. O povo brasileiro assistiu, também, a momentos de grande progresso social pelos programas habitacionais que o governo realizou.

O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), por exemplo, criado pelos governos militares, há quem diga ter sido a maior distribuição de renda já

ocorrida na América Latina. Graças a ele, muitos brasileiros do sertão, muitos brasileiros idosos, depois de longos anos de labor, alcançaram uma sustentação de vida, uma vida feliz até os últimos dias, o que, na verdade, produz resultados benéficos na distribuição da renda nacional. Realmente, é um projeto majestoso. É tão grande que até hoje perdura, sendo reivindicado pelos atuais revanchistas, como se fosse uma bandeira deles próprios.

Hoje em dia muito se fala sobre a ocorrência de uma "ditadura militar". Saber se realmente houve ditadura, para mim é uma reflexão que faço, e o faço não analisando somente aquele período, mas o faço ao longo da nossa história, até os tempos atuais. Porque o que nós sabemos é que um movimento anti-revolucionário, para se tornar eficaz, tem que usar processos que não são normais, comuns, dentro de uma ordem democrática. É uma contra-revolução que se estabelece, e que, por conseqüência, tem que empregar a força para combater o inimigo. Sendo assim, sob esse aspecto, é até aceitável que se diga que houve uma ditadura. Ditadura no ato de reagir contra a ameaça comunista.

Mas, a partir do momento em que a agressão se dizimou, a partir daí não vejo como entender-se ter havido ditadura. E explico. Ditadura é absolutismo, e durante o período revolucionário, depois que o processo anti-revolucionário se consumou, o que nós testemunhamos foi o fato de governantes militares, de todos os setores e níveis, cultuarem a ordem constitucional. Poder-se-ia dizer que os atos dos governos militares eram antidemocráticos, mas pelas razões que há pouco citei. Eles eram necessários, porque só daquela forma se poderia restabelecer a ordem. Sem meios dissuasórios não seria possível absolutamente se fazer retornar a ordem à Nação. E naquele tempo, não se tinha notícia absolutamente de que o governo desrespeitasse a ordem constitucional.

Testemunhei, várias vezes, atos dos governos militares serem adversados judicialmente, isto é, sentenças judiciais serem proclamadas e cassarem atos do governo, e os governantes se renderem para cumprir tal decisão. Esse é um detalhe importante, para desmistificar essa figura da ditadura no período militar. Porque, no período dos governos militares, as decisões eram cumpridas religiosamente. Constituía uma questão de honra o cumprimento das ordens emanadas do Poder Judiciário. Coisa que não acontece hoje.

Existem críticas à Revolução de Março de 1964. Acho que nenhum movimento revolucionário será capaz de ser infalível, até porque se utiliza, normalmente, de métodos extraordinários, excepcionais. No caso brasileiro, um dos equívocos cometidos pela Revolução, a meu ver, foi o fato de que ela, mesmo involuntariamente, propiciou o afastamento de algumas novas lideranças nacionais que emergiam, ainda

não comprometidas ideologicamente com interesses externos, mas que foram sufocadas pelo receio de que se fizessem presentes, servindo àqueles interesses espúrios.

Posso dizer que, por força desse involuntário efeito negativo operado junto aos jovens, muitas pessoas honestas, na época, foram consideradas no meio de outras como se subversivas fossem. O tempo depois mostrou, entretanto, que realmente aquelas pessoas foram manipuladas. Eram inocentes úteis que se deixaram levar por uma proclamação da esquerda e que, por causa disso, foram confundidas com elementos subversivos.

Hoje estamos diante de uma guerra suja, sórdida e impatriótica. O Brasil sofre novas ameaças, ameaças externas, que vêm sob o rótulo de uma globalização que se instalou no País, sufocando o nosso nacionalismo econômico e pondo em risco a nossa independência e a nossa soberania. Já se diz até que a Amazônia não nos pertence e que a nossa moeda tem que ser um reflexo da moeda externa. Desse modo, preocupa-nos essa situação nova que surge, comprometendo os verdadeiros interesses nacionais.

Assim, entendo que o povo brasileiro deve estar preparado para reagir, mais uma vez, a essa nova guerra que se estabelece, e que é uma guerra diferente: é uma guerra em que os métodos utilizados são muito mais perigosos que os métodos tradicionais de uma guerra convencional. Assim, para nos defendermos dessa nova ameaça, precisamos contar com o esforço e a harmonia de todos os brasileiros, principalmente com os órgãos aos quais compete a defesa nacional, as Forças Armadas.

Atualmente, tenho atuação como profissional de Direito, operador de Direito, advogando. Já passei pelo Ministério Público, e diria que uma coisa em que o militar nos dá exemplo é a disciplina, que não aceita transigência com os erros, os equívocos e as ofensas aos regulamentos. E no Brasil, infelizmente, nos dias de hoje, o que vemos é a impunidade. Poderíamos aproveitar esse sentimento do militar, de obediência à lei, de punição àqueles que praticam a indisciplina, como ensinamento para combater a impunidade. Esse mesmo exemplo deveria ser vivenciado no meio civil, para aplicar aos infratores da lei as sanções que ela prevê. Mas, infelizmente, o homem que estabelece a lei e o que deve dar as condições para o cumprimento das penas, nenhum nem outro cumpre a sua missão. E hoje, infelizmente, a impressão do cidadão brasileiro é de que a impunidade é tolerada pelos governantes. Praticam-se crimes porque se confia que não haverá punição, e isso é um péssimo exemplo. Seria, pois, o ensinamento militar o melhor remédio para combater a impunidade no meio civil.

Sabemos que a autoridade está em crise. E qual é a causa dessa crise? Por que a autoridade está desacreditada? Na verdade, esse descrédito decorre exatamente

da sua má formação educacional e da sua omissão, ao conviver com os maus costumes políticos e com a impunidade. Constituída assim, através de meios espúrios, ao conviver no meio da sociedade, no meio do povo, não se pode lhe dar crédito por não ser legítima. Essa é a causa de estarmos numa verdadeira crise de autoridade, em meio ao desequilíbrio entre direitos e deveres.

Gostaria de, ao final, fazendo um retrospecto a partir dos momentos iniciais da presente entrevista, dirigir-me aos jovens brasileiros. É importante que a execração de todas essas mazelas a que me referi, purifique e fortaleça para sempre a consciência dos jovens, e que nada possa embair sua capacidade de bem servir. É preciso que os jovens acreditem que o Brasil é um país que, em futuro próximo, será capaz de superar todos esses óbices que, através do tempo, nossa geração atual vem enfrentando. E que o sentimento de Pátria, o civismo e o respeito à ordem constitucional sejam primados, sejam prioridade de conduta na sua vida particular. E que cada um, assim procedendo, seja, na verdade, um brasileiro que dará ao Brasil sua contribuição concreta, ao nível do nosso imenso potencial físico, humano e cristão.

Professor Francisco Olavo Silva Colares

- Natural da Cidade de Fortaleza, CE.
- Cargos e funções desempenhados: professor do Colégio Militar de Fortaleza (CMF), de 1981 a 1998 e do Colégio Farias Brito, de 1974 a 2001; advogado; radialista – apresentador e moderador do programa *O Mundo em Debate*, da Rádio AM do Povo.
- Cursos civis: História, na Universidade Estadual do Ceará (UECE); Direito, na Universidade Federal do Ceará (UFC); Orientação Educacional, no Centro de Estudos do Pessoal (CEP), do Exército, e pós-graduação, em História das Idéias Políticas, na UECE.
- Produção intelectual: História do Ceará, Ensino Médio e Apostilas de História e Geografia. Outras produções: artigos jornalísticos e históricos publicados no *O Povo*, *Diário do Nordeste* e *Tribuna do Ceará*.

Entrevista realizada em 19 de setembro de 2001.

Inicialmente, desejo expressar a minha satisfação por poder integrar o elenco de pessoas convidadas para falar sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, iniciativa muito feliz do Exército Brasileiro. Ante a maneira distorcida como vem sendo apresentada a Revolução, este Projeto de História Oral – por sua transparência e fidedignidade – tem o mérito de esclarecer as dúvidas que povoam a consciência da sociedade brasileira, aparentemente dividida entre civis e militares. Somos uma sociedade una. É preciso compreender que o Brasil não se divide em porções.

Todos os cidadãos, homens e mulheres, até as crianças, precisam ter consciência do engajamento numa sociedade que busca o futuro a partir do conhecimento do seu passado, através da História. Então, este Projeto vem ocupar o vácuo existente e a certeza de que, a partir daqui, estaremos todos a contribuir para que a Nação conheça melhor a sua realidade e tenha plena convicção do que aconteceu, dentro de uma análise a mais imparcial que possamos estabelecer. Isso somente é possível ouvindo-se todos os grupos ideológicos, todas as tendências da política. Ouvindo aqueles que participaram de fatos grandiosos dos últimos tempos, a partir do pós-guerra, época em que se constrói esta sociedade moderna, esta sociedade industrial urbana, da qual fazemos parte.

A Revolução de 31 de Março de 1964 não se fez do dia para a noite. Não se constituiu às vésperas do anúncio à Nação de que havia uma ruptura, em face do quadro que vivíamos. Veio ao longo de décadas, com militares e civis debatendo, discutindo o que melhor fazer diante da transformação por que passava o mundo, realidade que se refletia sobre o nosso País, que não entendia bem o seu futuro, não compreendia bem o que estava a acontecer.

É necessário lembrar que durante o primeiro período getulista, de 1930 a 1945, o quadro nacional viria a sofrer uma mudança muito grande. A economia brasileira era essencialmente agrícola, sendo o café responsável por 70% das nossas exportações. Esta sociedade rural vai sendo colocada em segundo plano, cedendo lugar à industrialização, a partir da percepção de que o País, por suas potencialidades, também poderia ser berço do mundo moderno, do mundo industrializado. Em 1945, no final do Estado Novo, a industrialização estava consolidada, no nosso País.

Getúlio Vargas não foi o único responsável por este milagre, como às vezes alguém comenta. Isto, na verdade, é o resultado de um processo histórico que envolvia todo o Ocidente, a partir da Europa, dos séculos XVIII e XIX, dos Estados Unidos e Japão, na segunda Revolução Industrial. E o Brasil, naquele momento, amadurecia o processo de transformação profunda que ali se iniciava.

Em 1960, tínhamos na política brasileira lideranças populares e de indiscutível carisma. Jânio da Silva Quadros, nascido no subúrbio de São Paulo, chega à

Presidência da República em poucos anos; Adhemar de Barros, também de São Paulo, homem da indústria e da política rural; Jornalista Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro, figura de suma importância nesse processo de transformação, com participação ativa no período que antecede a morte do Presidente Getúlio Vargas, em 1954; Juscelino Kubitschek, de Minas Gerais, prefeito de Belo Horizonte, médico, abandonou a profissão para se dedicar à política. Contribuiu para a modernização do País, com erros e acertos.

Se a política do populismo provocava indefinições ao País, tal fenômeno não se verifica com relação ao campo econômico, que avançava na produção de energia elétrica, principalmente a partir de recursos hídricos. Os programas de aproveitamento das Bacias do Paraná e do São Francisco já estavam em desenvolvimento e, por conseguinte, dispunha-se do instrumental necessário à efetiva modernização. Mas aí surge o grande problema: de repente, muita gente sai do campo para a cidade, atraída pela industrialização, e constrói-se o perfil da sociedade urbana.

Jovens, na sua maioria, que abandonaram as áreas rurais, acreditam no Brasil urbano, no Brasil da indústria. Acreditam no Brasil que se construía em São Paulo, no ABC, com a grande concentração industrial na área do vale do Rio Paraíba do Sul. Acreditam nas atrações que a Cidade do Rio de Janeiro oferecia. Jovens que acreditaram no projeto de Brasília, na ocupação do Oeste, a partir do Governo de Juscelino.

Os políticos populistas, entretanto, com êxito nas urnas, vão construindo um País que não leva efetivamente a um caminho de paz, sossego e tranqüilidade. A década de 1960 começa com um quadro histórico preocupante. Depois da arrancada desenvolvimentista do Presidente Juscelino – "cinqüenta anos em cinco", a divisa do seu governo –, tivemos Jânio Quadros. Apenas sete meses de governo, de muita conversa, de muitos bilhetinhos e de poucas realizações úteis e importantes. Com a sua renúncia, João Belchior Marques Goulart, Vice-Presidente da República, eleito através de um processo eleitoral que permitia eleger o Presidente e o Vice-Presidente da República de partidos e chapas diferentes, deveria assumir a chefia do Governo.

Este fato gerou uma questão política, criou um conflito político-ideológico. De um lado, aqueles que defendiam a legalidade da sua posse, e, do outro, a discordar, parcela considerável da sociedade, por entender que João Goulart não reunia condições para assegurar o equilíbrio, a estabilidade, a ordem e o progresso. A solução viria com o parlamentarismo. João Goulart na Presidência da República, como Chefe de Estado, e Tancredo Neves, o Primeiro-Ministro, como Chefe de Governo. Na verdade, uma solução apenas conciliatória e, por isso, de tão curta duração, de setembro de 1961 a janeiro de 1963.

Tancredo Neves logo renunciaria para disputar o governo de Minas Gerais, tendo sido derrotado por Magalhães Pinto. O período seguinte, de Brochado da Rocha, também foi um período confuso, de poucos meses de duração. A terceira fase do parlamentarismo, governo do socialista, jurista e professor Hermes Lima, também não proporcionou condições para o País avançar. João Goulart entendeu muito bem a situação que se lhe abria para defender o retorno do sistema presidencialista, confirmado através da realização de um plebiscito autorizado pelo Congresso Nacional.

Todas essas situações devem ser lembradas a fim de que possamos entender o porquê de tanta intranqüilidade e desassossego que o País vai vivenciar entre janeiro de 1963 e março de 1964. Um ano e dois meses de governo com agitações, com subversão da ordem, com dificuldade política, pois João Goulart não gozava no Congresso Nacional de maioria estável.

O Partido Social Democrático (PSD), o maior partido político do País, tinha o apoio, sobretudo, da área rural e era forte em Minas Gerais e a União Democrática Nacional (UDN), partido de Carlos Lacerda e de um grupo de políticos brilhantes como Afonso Arinos, Adauto Lúcio Cardoso e Aliomar Baleeiro, que não aceitavam o caos político que estava a ocorrer. Ao caminhar para o início de 1964, constata-se o aprofundamento da crise, dos conflitos e das divergências. De tal forma crescente, a intranqüilidade nacional vai desaguar na Revolução de 31 de Março de 1964, e perduraria até 1985.

Hoje, regra geral, ouvimos apenas comentários superficiais sobre os governos militares, sem uma abordagem mais detalhada, um cuidado maior na análise do que cada um dos governantes veio a realizar. Nenhum governo agrada efetivamente a todos. Daí, os aplausos de uma parcela da sociedade, e a crítica, a não aceitação de outro lado. É absolutamente natural que isto aconteça. Não se poderia esperar que, ao longo de vinte e um anos, toda a sociedade brasileira estivesse ao lado daqueles que estavam governando o País.

De início, a contribuição extraordinária do Presidente Castello Branco, chefe militar que consegue se comunicar, consegue chegar ao povo. Lembro-me bem da sua primeira visita a Fortaleza, desfilando em carro aberto pelas ruas da cidade. Naquela época, alunos do Colégio Cearense, do Sagrado Coração, estávamos todos na Avenida Duque de Caxias. O Presidente Castello Branco a visitar a sua terra natal, o Ceará, e a receber os aplausos; e a certeza de que esperávamos muito da sua administração.

Castello Branco estabeleceu, em 1967, uma Carta Constitucional que aprimorou o sistema tributário nacional, modernizou o sistema orçamentário e instituiu o plano anual de investimentos. Estabeleceu normas de política fiscal e empreendeu

um duro combate à inflação. Aprovou o Estatuto da Terra e autorizou as desapropriações, para fins de reforma agrária, com pagamento através de títulos da dívida pública. Fixou, por fim, uma nova legislação sobre a administração pública, tendo, na reforma administrativa, instrumento eficaz de combate à corrupção. O ministério de Castello Branco foi constituído de pessoas competentes e qualificadas.

Em 15 de março de 1967, tivemos a passagem do Governo para o Marechal Costa e Silva, que ficou no Poder por pouco mais de dois anos. Seu Governo foi marcado pelo início de uma crise profunda nas relações com a oposição à administração estabelecida. Muitos criticam a estrutura militar que o País passou a vivenciar, em 1968.

No mundo todo tivemos a explosão da juventude. É necessário lembrar que a década de 1960 começa com uma revolução no interior da sociedade, decorrência da mudança no comportamento humano, em face da descoberta da pílula anticoncepcional. Por conferir liberdade às relações entre homens e mulheres, tal descoberta assume importância histórica, com intensa repercussão em todo o mundo, principalmente por permitir que a mulher – mais do que procure – exija a sua participação, a sua integração, a sua inserção na sociedade. E nas universidades da Europa, principalmente na França, eclodiu aquele grito de protesto, de revolta. Os jovens queriam liberdade, que talvez nem entendessem, nem soubessem definir, sequer soubessem que tipo de liberdade estavam a exigir. Mas o certo é que os protestos de Paris, em maio de 1968 – envolvendo, a princípio, apenas os estudantes e, mais tarde, os trabalhadores – ecoaram no Brasil.

E aí é necessário lembrar que o Governo militar do Marechal Costa e Silva foi tolerante, absolutamente capaz de manter a calma, de compreender tudo aquilo que estava acontecendo. E entre maio e dezembro de 1968, a Nação foi tomada por passeatas, por manifestações de protesto. Muitas vezes essas manifestações terminaram em pancadaria entre aqueles que estavam a contestar a ordem pública vigente e aqueles que estavam para fazer a ordem prevalecer. No Rio de Janeiro, aconteceu a famosa passeata dos cem mil. Em Fortaleza, ocorreu uma passeata gigantesca, à qual, segundo se avalia, compareceram de trinta mil a quarenta mil pessoas. Naquela época, era presidente do Diretório Central dos Estudantes, no Ceará, o atual Deputado Federal do Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo, José Genoíno Neto.

Ainda em 1968, durante a Semana da Pátria, através de pronunciamento na tribuna da Câmara Federal, o Deputado Márcio Moreira Alves conclamara as jovens brasileiras a evitar aproximar-se dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, a evitar contato com os militares e a não participar das manifestações do Sete

de Setembro, atitude que, evidentemente, injuriou determinadas áreas do governo e, de certa forma, da própria sociedade.

Lamentavelmente, vamos mergulhar num período que nem mesmo o Presidente Costa e Silva desejava, ilação que se faz a partir da postura anteriormente assumida, e que medeia de 13 de dezembro de 1968, com a implantação de legislação mais rígida, até 1974, último ano do Governo do General Emílio Garrastazu Médici. Ao longo dessa fase, o País viveu uma época de agitações e de confrontos, uma guerra suja, ocorreram guerrilhas urbanas e rurais. O governo, evidentemente, reagiu. Mas é preciso lembrar que no Governo Médici, de 1969 a 1974, o País viveu o chamado "milagre brasileiro", com desenvolvimento acelerado, com grandes conquistas e avanços.

Na realidade, uma fase de muita prosperidade, de grandes investimentos na área social, preocupação constante do governo militar. O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) beneficiou milhões de pessoas do campo, que não haviam sido amparadas pela legislação trabalhista. Um dos maiores, se não o maior programa social do planeta, com quarenta milhões de pessoas aposentadas.

Também tivemos algo muito interessante – como professor, reputo fundamental – a criação do ensino profissionalizante do 2º grau, o ensino médio de hoje. Lamentavelmente, acabou, foi sabotado. As próprias escolas particulares e o setor público o foram boicotando, dizendo que não dava certo, que o sistema era improdutivo, que o aluno queria ir para a universidade. Hoje, temos convicção de quão necessária para o País é a formação da mão-de-obra qualificada de nível médio. Infelizmente, o projeto, iniciativa do então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, não foi levado adiante, mas esquecido, considerado improdutivo, numa avaliação grosseira e equivocada da mentalidade contrária àquela idéia.

O General Ernesto Geisel, ao assumir o Governo, em 1974, deparou-se com uma ordem econômica internacional muito grave e prejudicial ao País, que estava vivenciando uma etapa de prosperidade. Foi a crise do petróleo. Em 1973, mais uma guerra no Oriente Médio entre Israel e os árabes. Estes logo perceberam que o petróleo poderia e deveria ser usado como arma política, um meio de barganha forte que até então não haviam utilizado. Que fez o mundo árabe? Aumentou o preço do barril de petróleo. Para o mundo ocidental, particularmente para o Brasil, foi um duro golpe.

Em meio a tudo isso, o Presidente Geisel dá início à abertura política, de forma lenta e gradual, tendo como articuladores principais o Senador Petrônio Portela, Ministro da Justiça, e o General Golbery do Couto e Silva, que passou a "bruxo da abertura", responsáveis por convencer a Nação de que, assim, sem ser repentina, evitar-se-ia a desordem, o retorno à situação anterior, absolutamente inaceitável.

Obviamente, a distensão política comportava alterações na norma constitucional. O detalhe importante a observar é que, ao fazê-lo, submetendo-as à apreciação do Congresso Nacional, o Presidente Geisel explicitara a duração do mandato do próximo presidente – que viria a ser o seu sucessor – fixado em seis anos, comportamento escoimado de qualquer solução casuística.

O Governo do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo vai fechar o ciclo dos militares no Poder. Além de consolidar a abertura democrática, Figueiredo tem o mérito de promover a anistia política, tentativa de reaproximar, de harmonizar a Nação. Todos os políticos que se encontram no exílio, agora anistiados, podem retornar ao Brasil.

Não se pode desconhecer que o País cresceu muito durante os governos militares, autenticamente nacionalistas. Hoje, com a transferência do patrimônio público para a iniciativa privada, observa-se exatamente o contrário, processo que se iniciou ainda no Governo Collor de Melo, mas plenamente efetivado no decorrer dos dois governos – eleito e reeleito – do Senhor Fernando Henrique Cardoso.

O grande mérito dos governos militares está no fortalecimento das empresas estatais, como sinônimo de desenvolvimento econômico-social e na sensibilidade para com as questões sociais, sem que o País estivesse submetido ao regime socialista ou comunista. Muito pelo contrário. O comportamento político dos governos militares sempre esteve voltado para a busca do retorno à democracia, com a grande preocupação de manter o Estado brasileiro controlando e fortalecendo as empresas públicas, sendo exemplos disso a Petrobras, a Eletrobrás, a Embratel, a Telebrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Se hoje a política que temos leva ao enfraquecimento da estrutura do Estado, é porque o neoliberalismo defende a tese de que o Estado deve emagrecer e não deve controlar a economia, que deve estar nas mãos da iniciativa privada. O homem deixou de ser essencial para tornar-se acessório, mera peça de reposição, resultado da frieza neoliberal, que só enxerga números, sendo o homem apenas um desses numerais.

Então, por que houve a Revolução de 1964? Poder-se-ia indagar. Exatamente para preservar o País da sanha alienígena, do totalitarismo comunista, que buscava a implantação de uma república sindical, processo já bastante adiantado e que ganhara impulso com a posse do Presidente João Goulart. E não seria a primeira vez, pois em novembro de 1935 houve a tentativa de tomada do Poder, pela força, episódio que passa para a História como a Intentona Comunista. Naquela oportunidade ocorreu a sublevação nos quartéis do 21º Batalhão de Caçadores (21º BC), em Natal, do 29º BC, no Recife (Socorro) e, no Rio de Janeiro, no quartel do 3º RI e na

Escola de Aviação Militar, no Campo dos Afonsos. Levante traiçoeiro e sangrento, praticado por companheiros, contra os outros, que dormiam despreocupadamente.

Devo lembrar que, associado à Intentona Comunista, está o Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922, inspirado na Revolução Comunista Russa de 1917. A criação do PCB deve-se, em boa parte, à influência que jovens imigrantes italianos e alemães trouxeram para cá, principalmente os italianos, militantes do socialismo e do anarquismo. Aqui, trabalhando na lavoura, nas estradas de ferro e nas indústrias nascentes de São Paulo, difundiram suas idéias e muitos dos operários brasileiros deixaram-se contagiar, absorvendo aquela ideologia.

Quando criança, acostumei-me a ver aqui em Fortaleza, sempre a cada mês de novembro, cartazes alusivos à Intentona, afixados em vários locais da cidade. Ora, se este fato permanece na minha lembrança, como poderiam esquecê-lo aqueles que estavam realmente empenhados em preservar a democracia? E ao chegar a década de 1960, e com ela a agitação, a subversão e a perda de rumo da Nação, a evocação do motim de 1935 reacendeu na memória dos militares. Perceberam estar às vésperas de uma nova sublevação, pois o ambiente estava em efervescência, para que os comunistas assumissem o Poder.

Não muito raro, indaga-se sobre se o Presidente João Goulart dispunha de um plano, de um projeto nacional, com conteúdo e liderança. Particularmente, não creio que se possa falar de um projeto nacional denso, bem firme. João Goulart era um homem rico, um grande fazendeiro ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado sob a orientação de Getúlio Vargas, a quem era vinculado. O objetivo do PTB era reunir, incorporar os operários, os trabalhadores urbanos de todo o País.

A meu juízo, João Goulart não estava preparado, não tinha qualificação para o exercício da Presidência. Além de não possuir aptidão, sofria de abulia política. Era um homem que transmitia a idéia de alguém muito acomodado, mais preocupado com as coisas relativas às suas propriedades, aos seus bens, e que, de repente, ante a renúncia intempestiva de Jânio Quadros, vê-se guindado à Presidência da República.

Com relação, especificamente, a um plano nacional, o que existia, na verdade, era um plano trienal elaborado pelo Ministro do Planejamento, economista Celso Furtado – idealizador da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no Governo Juscelino – que não chegou efetivamente a ser implementado. O Produto Interno Bruto (PIB) que, em 1962, fora de 5%, em 1963 caíra para menos de 2%. Se, no conjunto, a economia brasileira entrava em declínio, deduz-se, necessariamente, que as reformas de base – plataforma do governo, responsáveis, em grande parte, pela agitação política – não tinham como prosperar. Ape-

nas, denunciavam o populismo demagógico, sobretudo quando se reportava à questão da reforma agrária, que viria a se efetivar com o advento do Estatuto da Terra, uma das grandes realizações do Governo Castello Branco. Não há como negar que a política fundiária, ao longo das três últimas décadas, foi realizada com base no Estatuto da Terra.

João Goulart nunca transmitiu confiança à Nação, razão por que caiu de forma tão rápida. Os que estavam a seu lado mostraram-se fracos, justo por não terem um líder para conduzi-los.

Sobre a posição da Igreja – muito forte no seio da sociedade brasileira, desde os jesuítas – à exceção de algum padre, algum bispo, ela marchou ao lado do Movimento Revolucionário. Se depois, a partir da década de 1970, apresenta-se dividida, já é outra história. Em 1964, eu que estudava no Colégio Cearense, vi a alegria e o entusiasmo dos irmãos maristas em apoio à Revolução. E em Mecejana, ainda menino de 12 anos de idade, me ligava muito ao cônego Francisco Pereira, que naquela noite, através do rádio de pilha, acompanhava as notícias sobre a eclosão da Revolução. Ao lado de outros católicos, todos apoiavam, efetivamente, o que estava acontecendo. Meu pai, por exemplo, vibrava com o que acontecia.

O apoio de alguns governadores, líderes civis de grande expressão nacional, foi decisivo para o êxito do Movimento de 1964, merecendo destaque o jornalista Carlos Lacerda, Governador do então Estado da Guanabara. No meio militar, são vários os líderes. Porém, no momento da irrupção, o Marechal Castello Branco e o General Olympio Mourão Filho são os principais.

Quando se ouve notícias de que a Revolução de 1964 teria sido uma imposição dos Estados Unidos, há que se fazer algumas considerações. Realmente, no pós-guerra o mundo estava dividido entre o comunismo, liderado pela Europa do leste, sob a tutela da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e o capitalismo, no Ocidente, à frente os Estados Unidos, numa disputa hegemônica. Isto posto, não se pode ignorar que, em 1959, houve a tomada do Poder, em Cuba, por Fidel Castro. Não se pode desconhecer, outrossim, a resistência de Cuba ao ataque norte-americano à Baía dos Porcos. Enquanto resistia, Fidel Castro declarava, explicitamente, a sua adesão ao marxismo-leninismo. Outro exemplo desse conflito foi o desembarque de tropas americanas no Vietnã do Sul, para combater guerrilheiros comunistas. E em 1961, os comunistas ergueram o Muro de Berlim, na Alemanha dividida.

No ano seguinte, Cuba é sitiada por tropas da Marinha dos Estados Unidos em face da instalação de mísseis soviéticos na ilha. Estes são exemplos do estado de beligerância que predominava entre aquelas potências, sendo evidente a repercussão desses fatos mundo afora, inclusive no nosso País.

Sob tais aspectos, é clara a associação entre o Movimento de 1964 e a guerra fria. Ocorre que o Brasil tem a sua História, o seu evoluir histórico, que não pode ser esquecido. Argumentar que a Revolução foi pura e simplesmente uma intervenção dos Estados Unidos, evidentemente falseiam a verdade. Não se está analisando os fatos de modo abrangente e imparcial, mas tão-somente pontuando o imperialismo americano, a força dos Estados Unidos no bojo da guerra fria, na luta contra a União Soviética. Estaríamos, dessa forma, esquecendo que a nossa História recente possui características próprias, processo que se iniciou com a fundação do Partido Comunista, em 1922, passando pela Intentona de 1935, para, enfim, desaguar na Revolução, depois de toda a agitação do período Goulart.

Com relação ao apoio dos meios de comunicação ao Movimento de 1964, sabemos que as principais redes de rádio do País foram levadas a secundá-lo por exigência da Nação. É claro que havia exceções, existiam emissoras ligadas ao Governo Goulart. A Rádio Mayrink Veiga do Rio de Janeiro, por exemplo, era controlada por Leonel Brizola, que apoiava Jango. O jornal *Última Hora* também defendia o governo vigente. Diferentemente dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Em 1964, a Rede Globo de Televisão não existia ainda, tendo sido criada no ano seguinte. E aqui no Ceará, o jornal *O Povo* e a maior parte das emissoras de rádio estiveram ao lado do Movimento, à exceção da Rádio Dragão do Mar, pertencente ao grupo no Poder, que teve suspensas as suas transmissões durante alguns dias. Diante de todas essas evidências podemos dizer que, de modo geral, houve o apoio da grande Imprensa ao Movimento de 1964.

Quando os protestos na Europa, em 1968, a que me referi, chegaram ao nosso País, também os Estados Unidos assistiam a manifestações de violência contra a sua crescente participação na Guerra do Vietnã. Mas, no Brasil, por causa das ações de guerrilha e de atos terroristas, as ações foram ainda mais violentas. Principalmente porque os seus agentes se aproveitaram do idealismo entusiasta e cego da juventude.

Vários estudantes universitários e secundaristas de Fortaleza participaram da Guerrilha do Araguaia e integraram as facções mais radicais, aquelas que admiravam, por exemplo, Che Guevara e a Revolução Cubana. Naturalmente, esses jovens não tinham condições de fazer uma análise histórica imparcial da situação. Muitos deles não sabiam exatamente o que as guerrilhas representavam ou significavam. E, lastimavelmente, tivemos mortes de ambos os lados.

O acirramento da guerrilha e do terror fez com que o governo revolucionário instituísse os órgãos de informação e de operações e, *pari passu*, agravasse a Lei de Segurança Nacional. Com relação a esta lei, a única ressalva, a meu ver, seria o

instituto da pena de morte. Primeiro, por não ter sido prática comum no Brasil; e, mesmo no mundo, são raros os países que ainda mantêm a pena máxima. Em segundo lugar, pela possibilidade da execução de inocentes ou pela absolvição de culpados. Os órgãos de informação e segurança, no entanto, estes são absolutamente necessários a qualquer Estado Democrático de Direito.

Todos os governantes do período revolucionário iniciado em 1964, saíram da vida pública do mesmo modo como entraram. Foram profissionais militares que aceitaram o cargo de Presidente da República como missão. Poder-se-ia dizer que Castello Branco ficou rico ou se locupletou da coisa pública? Médici e Geisel foram dois autênticos estadistas. E o Presidente Figueiredo também legou ao País um exemplo de responsabilidade irretocável.

As realizações do período revolucionário, algumas já comentadas, por serem abrangentes e múltiplas, contemplaram todos os campos de atividade. O Presidente Castello Branco, por exemplo, introduziu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Na época, muito criticado por substituir o Sistema de Garantia à Estabilidade do Trabalhador; depois, aplaudido por toda a Nação. A previdência do homem do campo, a qual já me referi, foi uma iniciativa de extraordinário alcance social.

Muitas outras iniciativas importantes foram tomadas no campo econômico-social. Por exemplo, durante o Governo Geisel, que enfrentou a crise mundial do petróleo, sempre houve cautela no aumento do preço do combustível, bem como a preocupação em discutir o que iria acontecer; não se estabelecia o aumento e depois anunciava; se discutia antes. Preocupação que significava respeito ao direito da pessoa humana.

Até mesmo a violência decorrente do confronto ideológico denota essa preocupação. Restringindo-se à força necessária e suficiente para neutralizar as ações adversas, pôde o governo revolucionário evitar uma tragédia, assertiva que se pode comprovar com base no número de baixas, menos de trezentas vítimas, de ambos os lados, das quais mais de cem eram integrantes do aparato oficial.

Enquanto isto, o governo stalinista entra para a história do século XX através do flagelo que se abateu sobre a União Soviética, com um número de vítimas oscilando entre dez milhões e trinta milhões. Em outras sociedades onde os regimes totalitários prevaleceram, também os números são dramáticos.

A passagem do comunismo foi lamentável, pois, ao surgir, no século XIX, trazia uma mensagem de esperança para o trabalhador, algo que se prenunciava capaz de combater o capitalismo selvagem, o capitalismo da burguesia. Mas na prática fica claro o seu desvirtuamento quando, em 1956, o próprio Nikita Kruchov, ao assumir o governo da União Soviética, denunciou o stalinismo – durante a reali-

zação do XX Congresso do Partido Comunista – como um período de horror. Vinte e nove anos de horror político, com milhares e milhares de pessoas presas, torturadas, submetidas a cruéis tratamentos, levadas para hospitais psiquiátricos, abandonadas na Sibéria e mortas. Não há como negar, pois, que o totalitarismo gerou um resultado, uma situação inaceitável, tendo sido rejeitado nos próprios países onde se estabeleceu.

Segundo os historiadores, as guerras que aconteceram em fins do século XVIII e início do século XIX tinham por objetivo consolidar as nacionalidades. No século XX, através das duas grandes guerras, os países imperialistas disputavam a hegemonia mundial. Na atualidade, os historiadores fazem uma análise profética. Com base no que têm observado, falam das guerras étnicas, das guerras religiosas e, sobretudo, das ações de grupos de terror.

Todavia, para se consolidarem como democracias, às nações impõe-se, como condição necessária e suficiente, garantir, prioritariamente, uma melhor condição de vida aos seus cidadãos. Para tal, as nações precisam ter cuidado com a divulgação de idéias salvadoras, voltadas para engrandecer o homem – de todo desejável – mas que, na prática, se há revelado *marketing* falaz, com o qual não podemos, em hipótese alguma, concordar.

Mais uma vez somos levados a reconhecer a sobriedade dos governos militares, quando não enfatizaram a divulgação de realizações concretas, quase sempre tratando de benefícios para a sociedade, principalmente para a grande maioria da população, sob a forma de conquistas sociais.

A divulgação de idéias, o *marketing* político-eleitoral deve utilizar a tecnologia disponível. Existem os profissionais que cuidam dessa área. As disputas eleitorais mais recentes transformaram os comícios, por exemplo, em espetáculos extravagantes. E os programas para a televisão, em representações teatrais, que têm variado da comédia a peças histriônicas de retórica, que alguns aplaudem por conveniência do usufruto, enquanto a grande maioria, desprovida de senso crítico, torna-se presa fácil da manipulação.

Só depois do período revolucionário chegaríamos à "democracia do *marketing*", da sociedade do espetáculo. Eis a questão. A propósito, tinha razão o velho Chacrinha, figura ímpar da nossa televisão, quando dizia que "quem não se comunica, se trumbica". Todavia, existe uma distância abissal entre a sensatez, a decência e o sensacionalismo.

Daí, assoma a oportunidade e a importância deste Projeto como registro e fonte fidedigna da memória viva da Pátria, sem o qual a Nação caminharia para o esquecimento, e – o mais grave – às gerações futuras apenas conceder-se-iam men-

sagens ou versões distorcidas da verdade histórica, exploradas, divulgadas por elementos espertos, por grupos cheios de sutilezas e habilidades.

Mormente porque falar em ética, moral e em civismo nos dias de hoje, passou a ser algo que gera vergonha em algumas pessoas, tal a volúpia com que a mídia divulga o escândalo, a imoralidade, o desrespeito aos direitos e obrigações e ao sentimento de justiça. No início do século XX Rui Barbosa escreveu, entre as brilhantes páginas que produziu, que "acabaríamos tendo vergonha de ser honestos, de ser dignos".

É preciso que a Nação se convença de que lutar por justiça, por ética, por honestidade, é algo que constrói e contribui para que possamos ter gerações futuras mais honradas, mais dignas e mais amantes da Justiça. Não podemos deixar que prevaleçam as agressões que vêm sendo perpetradas contra a sociedade. Por isso mesmo, com satisfação e orgulho participo de iniciativa tão feliz, induvidosa e inestimável contribuição do Exército na busca da veracidade dos fatos, correspondentes a um período significativo da nossa história.

Além disso, este Projeto assume extraordinária credibilidade na medida em que não se restringe a ouvir somente testemunhas favoráveis à Revolução, mas acolhe análises e opiniões das mais diversas tendências ideológicas e sociológicas.

E para coroar o afastamento dos militares do centro do Poder, o governo revolucionário promulgou a Lei da Anistia, ato que, ao consolidar a abertura democrática, renovaria a conduta de Caxias, de reconciliação e de perdão. Todo aquele que analisar a História do Brasil com imparcialidade logo perceberá que a anistia constitui, efetivamente, um tijolo a mais na construção da grandeza do nosso País.

Agora gostaria de me dirigir, sobretudo, às gerações atuais e futuras. É preciso que se entenda, hoje e amanhã, que o País, ao longo de sua história, realizou proezas extraordinárias. Na época colonial, expandindo o seu território, construindo através dos bandeirantes este Brasil de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, que os diplomatas, através dos tratados, souberam consolidar. A partir do Império, construindo a unidade nacional, não obstante todas as tendências de separação, as ameaças de secessão: no Nordeste, com a Confederação do Equador; nos pampas, com a Revolução Farroupilha. E na República, com todas as mazelas e defeitos, erros e equívocos, ainda assim o País conseguiu manter a sua unidade e, ao mesmo tempo, caminhar para a industrialização e a modernidade.

Infelizmente, não resolvemos a problemática social, questão que passa, necessariamente, pela conduta, pela idoneidade, pela purificação da vontade e do caráter nacionais. Questão que passa, também, pela sensibilidade humana – que todos possam ser menos pobres e menos ricos – âmago de toda justiça social.

Verdade que leva à compreensão de protestos – muitas vezes ou quase sempre corretos – decorrentes da injustiça que se funda na concentração exacerbada da riqueza, obra-prima do capitalismo selvagem.

Torna-se fácil, pois, compreender que a solução de problema tão grave depende, evidentemente, da integração consciente de todos, e de cada um, em particular: civis e militares, homens e mulheres, adultos, velhos e crianças. Todos, solidariamente, seremos capazes de construir um País realmente justo e melhor. E não apenas uma Nação moderna e rica, mas grandiosa pela aproximação entre todos os brasileiros.

Este Projeto de História Oral faz parte da construção desta grande Nação.

DEGRAVAÇÃO

Antonio Reginaldo de Lima

*Léa Carla Aleman Amaresco**

TEXTUALIZAÇÃO

Antônio Setembrino de Mesquita e Souza

Aricildes de Moraes Motta

Aurelio Cordeiro da Fonseca

Francisco Sobreira de Alencar

Raimundo Cabral Ribeiro

TRANSCRIÇÃO

*Geraldo Luiz Nery da Silva**

EDIÇÃO DE IMAGENS

Francisco Wilton Oliveira

José Gerardo Carlos dos Santos

Subseção de Audiovisuais

da 5ª Seção do

*Comando Militar do Leste**

---

* Entrevistas realizadas na Coordenadoria do Rio de Janeiro e Minas Gerais.